



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



CLEYCIANE CÁSSIA MOREIRA PEREIRA

**NECESSIDADES INFORMACIONAIS DAS MULHERES DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA - MARANHÃO**

Salvador

2018

CLEYCIANE CÁSSIA MOREIRA PEREIRA

**NECESSIDADES INFORMACIONAIS DAS MULHERES DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA – MARANHÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira.

Salvador

2018

P436n Pereira, Cleyciane Cássia Moreira

Necessidades informacionais das mulheres da Comunidade Quilombola de Itamatatiua – Maranhão / Cleyciane Cássia Moreira Pereira. - Salvador, 2018.

258 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação.

Orientadora: Profª. Dra. M^a Isabel de Jesus Sousa Barreira.

1. Comunidade Quilombola. 2. Acesso e Uso da Informação. 3. Necessidades informacionais. 4. Mulheres de Itamatatiua. 5. Ciência da Informação. I. Barreira, Maria Isabel de J. Sousa. II. Título.

CDD: 025.5

CLEYCIANE CÁSSIA MOREIRA PEREIRA

**NECESSIDADES INFORMACIONAIS DAS MULHERES DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA -MARANHÃO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia - PPGCI/UFBA como requisito para obtenção de grau de Doutor em Ciência da Informação.

Aprovado em: 27 / 7 / 2018

Banca Examinadora

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira

Prof.^a Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira - Orientadora - UFBA

Rosinete de Jesus Silva Ferreira

Prof.^a Dra. Rosinete de Jesus Silva Ferreira - Membro Externo Titular - UFMA

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior - Membro Externo Titular - UNESP

Mania Giovanna Guedes Farias

Profa. Dra. Maria Giovanna Guedes Farias - Membro Externo Titular - UFC

José Carlos Sales dos Santos

Prof. Dr. José Carlos Sales dos Santos - Membro Interno Titular - UFBA

À minha família: pai, Francisco das Chagas Pereira (*in memoriam*) e mãe, Maria Izabel Moreira Pereira, irmão (Kleysson), irmãs (Cleydiane, Cleria e Cleyliane) e nosso pequeno Davi;

À minha orientadora, professora Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira;

E às mulheres da Comunidade Quilombola de Itamatatiua, por me possibilitarem realizar esse aprendizado de vida.

Posso, tudo posso Naquele que me fortalece
Nada e ninguém no mundo vai me fazer desistir
Quero, tudo quero, sem medo entregar meus projetos
Deixar-me guiar nos caminhos que Deus desejou pra mim
[...]
E realizar o sonho mais lindo que Deus sonhou
Em meu lugar estar na espera de um novo que vai chegar
Vou persistir, continuar a esperar e crer
E mesmo quando a visão se turva e o coração só chora
Mas na alma há certeza da vitória
[...]
Vou cantando minha história, profetizando
Que eu posso, tudo posso... em Jesus!

(Celina Borges)

Há conhecimentos de dois tipos: sabemos sobre um assunto
ou sabemos onde podemos buscar informação sobre ele
(Samuel Johnson)

AGRADECIMENTOS

A conclusão de uma tese é uma grande vitória. Vitória que jamais seria possível sem a presença de inúmeras pessoas especiais - anjos - ofertadas por Deus neste trajeto. Assim, agradeço:

À minha família: mãe, Maria Isabel Moreira Pereira, irmãs (Cleydiane Pereira, Cleria Pereira, Cleyliane Pereira) e irmão (Kleysson Pereira), por muitas vezes questionarem a intensidade da doação para essa fase, mas por sempre me possibilitarem condições para alcançá-la. E ao meu pai, Francisco das Chagas Pereira (*in memoriam*), que partiu ainda no processo de seleção, impossibilitando-me compartilhar o resultado verbal da aprovação tão desejada por ele. Partida que quase me impediu de prosseguir com esse projeto, embora em diversos momentos tenha sentido sua presença espiritual, fortalecendo-me e auxiliando-me nessa nova etapa: do ingresso à conclusão.

À minha orientadora, Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, pessoa de luz, responsável por tantos atos nobres neste percurso: torna-se difícil sintetizar o motivo do agradecimento, desde o acolhimento em sua residência a ensinamentos de vida que ultrapassaram os acadêmicos. Minha Profi, tornei-me sua fã, sua presença concreta, amizade, dedicação, paciência e motivação ao longo do doutorado foram fundamentais para o encerramento desse ciclo em minha caminhada. Por onde for, te levarei no coração. Gratidão eterna por tudo! Agradecimentos que se estendem também à sua irmã, Mônica Izabele de Jesus; cunhado, Jurandi Silva; esposo, Rui Barreira; sobrinho, Felipe; sobrinha, Maria Luiza; e seu Celestino, por terem me possibilitado sentir amparada e em família na Bahia.

À Comunidade Quilombola de Itamatatua, mulheres e homens que forneceram pacientemente a matéria-prima para construção desta tese: suas histórias e lutas. Obrigada, de maneira particular, a D. Eloísa que me ajudou a reescrever a história dos itamatatiuenses e do Maranhão nesse percurso.

Aos componentes da banca: Profa. Rosinete de Jesus Silva Ferreira, Profa. Maria Giovanna Guedes Farias, Prof. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior e Prof. José Carlos Sales dos Santos por terem aceitado e trazido suas valiosas contribuições para a qualificação desta pesquisa.

À Hozana Campos e D. Cristrina, pelo abrigo no período da seleção, proporcionando-me apoio e incentivos determinantes para que a aprovação ocorresse.

Aos professores do Programa da Pós-graduação em Ciência da Informação, especialmente à Profa. Aida Varela, pelo conhecimento compartilhado, carinho e incentivo constante.

Aos ex-secretários (Avelino, Carol, Valdinei) e atuais (Rosane, Marilene Luzia, Jarilma) do PPGCI/UFBA, profissionais ímpares que nos atendem com um esmero inspirador e oportunizam um espaço humano e acolhedor.

A Ariston, “tia” Neide, aos porteiros, seguranças, zeladores, funcionários que fazem a diferença cotidiana no Instituto de Ciência da Informação, por sua maneira afetuosa e prestativa de nos recepcionar.

Aos colegas do POSICI, Turma 2014, pelas experiências vividas, particularmente a Gabriela e Isabel Souza. Gabi, obrigada pela amizade construída e por teres feito da etapa “mais solitária” do doutorado, escrita e pesquisa, um momento de diálogo constante, troca de histórias; além de ter sido, muitas vezes, a primeira a ler meus escritos e a propor sugestões, gratidão. À Bel pela acolhida em sua residência, pela família (especialmente seus netinhos, “meus pequenininhos”: Paulinha, Totozinho e Agatha, com quem desfrutei momentos de muita felicidade), amizade, aprendizados e cuidados primordiais para minha estadia em Salvador.

À Universidade Federal da Paraíba, pela liberação concedida para que pudesse dedicar-me integralmente a qualificação profissional.

À equipe da Biblioteca Vanildo Brito, de maneira especial a minha chefe, Maria das Graças Araújo Silva, por ter sido um anjo de compreensão, possibilitando-me gozar de afastamento necessário para finalização da presente pesquisa.

A todos que contribuíram direta e indiretamente para essa conquista, eterna gratidão!

E, por fim, a Deus de imensa misericórdia e generosidade, Pai vigilante que cuida dos meus passos desde outrora e que no doutorado realizou prodígios constantes, permitindo-me testemunhar ainda mais que com Ele as atribulações se dissipam para que a vitória aconteça.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Modelo de provisão e uso da informação de áreas rurais139
- Figura 2** – Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade - 2013-2015167
- Figura 3** – Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de anos de estudo – 2013-2015169
- Figura 4** – Taxa padronizada de mortalidade (por 100.000 hab.) por diabetes mellitus segundo raça/cor. Brasil, 2000, 2005 e 2012192
- Figura 5** – Taxa padronizada de mortalidade (por 100.000 hab.) por hipertensão segundo cor/raça. Brasil, 2000, 2005 e 2012192

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1	– Ruínas de Alcântara	60
Foto 2	– Rua Bom Jesus, Comunidade Quilombola de Itamatatiua	64
Foto 3	– Entrada da Comunidade Quilombola de Itamatatiua	68
Foto 4	– Sítio da Comunidade Quilombola de Itamatatiua	69
Foto 5	– Santa Teresa D'Ávila de Jesus	70
Foto 6	– Fonte do chora	72
Foto 7	– Acesso à internet da escola	74
Foto 8	– Escola de Informática	75
Foto 9	– Escola Municipal Eurico de Jesus	76
Foto 10	– Escola Vereador Manuel Domingos Vieira	76
Foto 11	– Jirau de hortaliças	84
Foto 12	– Semeadura na comunidade	84
Foto 13	– Olaria da Comunidade	86
Foto 14	– Casas de pau-a-pique cobertas com palha	88
Foto 15	– Casas construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida	89
Foto 16	– Animais criados soltos	90
Foto 17	– Pedra documento	94
Foto 18	– Mesas de doces	98
Foto 19	– Mesa servida para novenários e juízes	98
Foto 20	– Ervas para banho da Santa	99
Foto 21	– Preparação do banho para lavagem	99
Foto 22	– Preparação da carne	100
Foto 23	– Preparação dos bolos	100
Foto 24	– Pilando coco	100
Foto 25	– Três tambores	102
Foto 26	– Pungada ou umbigada	102
Foto 27	– Mulheres dançando em frente aos tambores	103
Foto 28	– Meninos brincando com o tambor	105
Foto 29	– Meninas tocando caixa	105
Foto 30	– Caixeiras na Festa de Santa Teresa	107
Foto 31	– Missa com orquestra	108

Foto 32 – Devotos na missa	108
Foto 33 – Procissão	109
Foto 34 – Reggae na festa	110
Foto 35 – Varrimento das casas	110
Foto 36 – Crianças pedindo a bênção para Santa	111
Foto 37 – Produção de cerâmica	117
Foto 38 – Serpentinhas ou cilindros	117
Foto 39 – Centro de Produção de Cerâmica de Itamatatua	118
Foto 40 – Cerâmica confeccionada pelas itamatatiuenses	119
Foto 41 – Labor na roça	121
Foto 42 – Jogo de futebol das mulheres itamatatiuenses	123
Foto 43 – Bonecas	184

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Escolaridade e renda média dos entrevistados	161
Gráfico 2 – Fontes e canais de informação dos itamatatiuenses	164
Gráfico 3 – Necessidades informacionais dos itamatatiuenses	190
Gráfico 4 – Necessidades informacionais sobre saúde	191
Gráfico 5 – Necessidades informacionais sobre trabalho	196

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização geográfica de Alcântara	62
Mapa 2 – Mapa de Alcântara, município ao qual Itamatatiua pertence	62
Mapa 3 – Mapa do Polo, onde se localiza Itamatatiua	63
Mapa 4 – Localização de Itamatatiua em relação à Rodovia MA 106	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cadastro Único de Programas Sociais	48
Quadro 2 – Codificação dos entrevistados na Tabela Excel 2010	152
Quadro 3 – Classe social	167
Quadro 4 – Gênero	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de entrevistados por gênero	154
Tabela 2 – Número de entrevistados por faixa etária	154
Tabela 3 – Número de entrevistados por tipo de trabalho e fonte de renda	156
Tabela 4 – Número de entrevistados por renda mensal	156
Tabela 5 – Escolaridade dos entrevistados	159
Tabela 6 – Número de entrevistados segundo estado civil	161
Tabela 7 – Número de entrevistados conforme religião declarada	162

RESUMO

O estudo trata das necessidades informacionais voltadas à melhoria da produção, acesso e uso da informação pelas comunidades quilombolas ou comunidades remanescentes de quilombos, como reconhecidos recentemente pelo Estado brasileiro. Tem como objetivo geral analisar as necessidades informacionais dessas comunidades, relativas à otimização da produção, ao acesso e uso da informação pelas mulheres quilombolas. Especificamente, pretende-se caracterizar o perfil socioeconômico dessas mulheres, identificar como acessam e usam a informação, mapear as informações necessárias para promoverem melhorias na referida localidade e investigar a efetividade das políticas públicas voltadas para o atendimento de suas necessidades informacionais. Busca-se, com esta pesquisa, uma compreensão mais ampliada acerca das necessidades identitárias dessas comunidades. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagens quantitativas e qualitativas, pautada na etnografia que determinou, como instrumentos de coleta dos dados: entrevistas semiestruturadas, a observação direta e participante, o diário de campo e a ficha de informante para coleta de dados, os quais foram interpretados a luz da análise de conteúdo. O campo empírico selecionado para investigação é a Comunidade Quilombola de Itamatatua, localizada no município de Alcântara, Maranhão, que conta com 452 pessoas. A amostra investigada foi composta por 45 moradores, representando 10 % da totalidade, sendo 77,8% mulheres e 22,2% homens. Os dados foram organizados em três categorias: perfil dos entrevistados, fontes e necessidades de informação. Os resultados evidenciam participantes de maioria feminina, adultas, com baixa ou nenhuma escolaridade, renda dependente de programas governamentais e, geralmente, inferior a 1/3 do salário-mínimo. A oralidade é a prática de interação cultural da totalidade dos entrevistados, como fonte para obtenção da informação, seguida da televisão (35), sendo que, do total, sete citaram as fontes formais (dicionários, livros, apostilas e revistas). As necessidades informacionais mapeadas compreendem temáticas sobre saúde, educação, trabalho, moradia, atreladas aos papéis exercidos pelos indivíduos. Percebe-se nesse contexto de análise dessas necessidades, um fértil espaço para auxiliar no fortalecimento das práticas tradicionais desses grupos transmitidas pela oralidade e a se tornarem mais conscientes de sua cultura e do lugar que ocupam no mundo. Conclui-se que as mulheres investigadas são usuárias de informação e que seus interesses informacionais precisam ser atendidos, respeitando a tradição oral - através de oficinas, ações culturais- mas também, oferecendo possibilidades de acesso a recursos informacionais diferenciados que potencializem seu protagonismo social, permitindo-as por si a conquista de direitos usurpados por uma estrutura social excludente e discriminatória, desencadeando, assim, a abertura da ciência à sociedade.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Necessidades informacionais. Acesso e Uso da informação. Comunidades Quilombolas. Mulheres de Itamatatua. Etnografia.

ABSTRACT

The study is about information needs that are directed to the improvement of production, access and use of information by the Quilombola Communities, reminiscent Quilombola groups that are recently recognized by the Brazilian State. The main objective is to analyze the information needs of the Quilombola Communities directed to the optimization of production, access and use of information by the Quilombola women. Specifically, it is intended to characterize the socioeconomic profile of these women, identifying how they access and use information, as well as to map the necessary information to promote improvements in the mentioned community, and to investigate the effectiveness of the public policies directed to the attendance of their information needs. With this research, it is sought a more amplified comprehension about the identity needs of these Communities. It is a descriptive research with quantitative and qualitative approach, based on Ethnography, which determined as data collection instruments the following elements: semi structured interviews, direct and participant observation, field diary and the informant record for data collection. The data were interpreted in the light of Content Analysis. The empirical field selected for the research is the Quilombola Community of Itamatatua, in the municipality of Alcântara, State of Maranhão. This Community is composed by 452 people. The investigated sample was composed by 45 dwellers, that is, 10% of the totality. From these ones, 77.8% are women and 22.2% are men. The data were organized in three categories: profile of interviewees, sources and information needs. The results evidence that most of the participants are from the feminine sex, adults, with low or no one schooling, income dependent of governmental programs and, in general, lower than one third of a minimum wage. Orality is the option of all the interviewees as a source for the obtainment of information, followed by television (35) and only seven interviewees mentioned the formal sources (dictionaries, books, handouts and magazines). The information needs that are mapped include themes about health, education, labor, habitation, which are linked to the roles performed by each individual. It is perceived, in the context of analysis of these needs, a fertile space to help in the fortification of the traditional practices of these groups that are transmitted through orality and to become them more conscious about their culture and the place they occupy in the world. It is concluded that the investigated women are information users and their information interests need to be attended, respecting the oral tradition, not only by means of workshops and cultural actions, but also offering possibilities of accessing differentiate information resources, which potentiate their social protagonism, permitting them by themselves the conquer of rights that have been usurped by an exclusionary and discriminatory social structure. This way, it is unleashed the opening of science to society.

Keywords: Information Science. Information needs. Access and Use of Information. Quilombola Communities. Women from Itamatatua. Ethnography.

RESUMEN

El estudio trata de las necesidades de informacionales dirigidas a la mejora de la producción, acceso y uso de la información por las Comunidades quilombolas, grupos restantes quilombolas, reconocidos recientemente por el Estado brasileño, cuyo objetivo general es analizar las necesidades informacionales de las Comunidades Quilombolas orientadas a la optimización de la producción, el uso de la información por las mujeres quilombolas. Específicamente se pretende caracterizar el perfil socioeconómico de las mujeres, identificar cómo acceden y usan la información, mapear las informaciones necesarias para promover mejoras en dicha localidad e investigar la efectividad de las políticas públicas dirigidas a la atención de sus necesidades informacionales. Se busca, con esa investigación una comprensión más amplia sobre las necesidades de identidad de esas Comunidades. Se trata de una investigación descriptiva, con abordajes cuantitativos y cualitativos, pautada en la etnografía que determinó como instrumentos de recolección de los datos: las entrevistas semiestructuradas, la observación directa y participante, el diario de campo y la ficha de informante para recolección de datos, los cuales fueron interpretados a la luz del Análisis de Contenido. El campo empírico seleccionado para investigación es la Comunidad Quilombola de Itamatatiua, ubicada en el municipio de Alcântara, Maranhão, que posee 452 personas. La muestra investigada fue compuesta por 45 habitantes, representando el 10% de la totalidad, siendo 77,8% mujeres y 22,2% hombres. Los datos fueron organizados en tres categorías: perfil de los entrevistados, fuentes y necesidades de información. Los resultados evidencian participantes de mayoría femenina, adultas, con baja o ninguna escolaridad, renta dependiente de programas gubernamentales y, generalmente, inferior a 1/3 del salario mínimo. La oralidad es la opción de la totalidad de los entrevistados como fuente para obtener la información, seguida de la televisión (35) y sólo siete citaron las fuentes formales (diccionarios, libros, apostillas y revistas). Las necesidades informacionales mapeadas comprenden temáticas sobre salud, educación, trabajo, vivienda, las cuales están ligadas a los papeles ejercidos por cada individuo. Se percibe en el contexto de análisis de esas necesidades, un fértil espacio para auxiliar en el fortalecimiento de las prácticas tradicionales de esos grupos transmitidas por la oralidad y convertirse en más conscientes de su cultura y del lugar que ocupan en el mundo. Se concluye que las mujeres investigadas son usuarias de información y que sus intereses informativos necesitan ser atendidos, respetando la tradición oral - a través de talleres, acciones culturales, pero también ofreciendo posibilidades de acceso a recursos informacionales diferenciados que potencien su protagonismo social, permitiéndoles la conquista de derechos usurpados por una estructura social excluyente y discriminatoria, desencadenando así la apertura de la ciencia a la sociedad.

Palabras-clave: Ciencia de la información. Necesidades informacionales. Acceso y uso de la información. Comunidades Quilombolas. Mujeres de Itamatatiua. Etnografía.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	CONTEXTO HISTÓRICO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS:	
	desigualdades sociais	24
2.1	Associações de Mulheres Quilombolas	39
3	O/A NEGRO/NEGRA NO CONTEXTO MARANHENSE	54
3.1	A presença de negros/negras no contexto alcantareense	58
3.2	Espaço de Pesquisa: Comunidade Quilombola de Itamatatiua	64
3.2.1	Associação das Mulheres Quilombolas de Itamatatiua	112
4	INFORMAÇÃO, NECESSIDADES E USO DA INFORMAÇÃO PARA MULHERES QUILOMBOLAS	125
4.1	Necessidades informacionais e mulheres na Ciência da Informação	134
5	TRAÇADO METODOLÓGICO: caminho percorrido	144
5.1	Instrumentos de coleta de dados	147
5.2	Procedimentos de coleta de dados	148
5.3	Técnica de análise dos dados	150
6	ANÁLISE DAS NECESSIDADES INFORMACIONAIS DAS MULHERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA	153
6.1	Categorização dos entrevistados	153
6.2	Acesso e uso da informação: fontes e canais	162
6.2.1	Associação de Mulheres de Itamatatiua: espaço de empoderamento	182
6.3	Necessidades informacionais no cotidiano dos itamatatiuenses	189
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
	REFERÊNCIAS	220
	APÊNDICES	248
	ANEXOS	254

1 INTRODUÇÃO

A conexão entre a Ciência da Informação (CI) e a temática étnico-racial implica um processo de intercâmbio interdisciplinar que possibilita compreender que a pesquisa científica só tem sentido quando estabelece um diálogo com a produção de conhecimentos, em diferentes áreas de estudo, que considere a diversidade cultural e social dos indivíduos. Nessa direção, ciente da importância dessa interlocução (CI e temática étnico-racial), destaca-se a análise das necessidades informacionais da Comunidade Quilombola de Itamatatitua, localizada no município de Alcântara, Estado do Maranhão.

Necessidades de informação é um subcampo dos estudos de usuários em expansão, em razão da urgência de investigações que identifiquem o perfil, análise de suas demandas, modos de busca, usos e dificuldades que se interpõem ao acesso da informação para atendimento de necessidades reais. Esses estudos têm contemplado, sobretudo, estudantes, cientistas, pesquisadores, entretanto, grupos minoritários estão à margem da potencialidade que essas pesquisas podem desenvolver, visando ao fortalecimento do caráter de cidadania, a partir do acesso e uso das informações adequadas para a efetivação de direitos constitucionalmente estabelecidos, a exemplo das comunidades quilombolas.

Comunidades quilombolas, mocambo, comunidades remanescentes ou comunidades remanescentes de quilombo, como atualmente são classificadas pelo governo federal, são diferentes designações concebidas, ao longo dos séculos, para uma população marcada por exclusão e marginalização, desencadeadas pelo processo de escravização no país que, de acordo com Arruti (2017), caracterizam-se por realidades permeadas pelos mais baixos índices socioeconômicos.

Ressalta-se que, em paralelo às condições precárias de sobrevivência dessas comunidades, esses grupos trazem em sua história riquezas culturais e tradições que resistem ao tempo, tendo, em sua maioria, as mulheres como responsáveis pela manutenção dessa herança. Abreu (2014) salienta que o papel exercido por elas variou ao longo da história, recebendo influência direta do período, gênese e localização geográfica. Em Minas Gerais, por exemplo, no período escravocrata, as negras de tabuleiro, como ficaram conhecidas, movimentavam um comércio informal dentro e fora do quilombo, com autoridades (funcionários, alfaiates, carpinteiros), advindo da produção excedente de ouro e diamante, o que resultou não apenas em uma expressão de autonomia e liderança econômica, mas também, em um ato político de atuação dessas mulheres. O referido comércio possibilitou a criação de

uma rede de relações, nas quais obtinham, com antecedência, informações sobre o avanço das invasões armadas aos quilombos, que de imediato eram transmitidas aos membros quilombolas desses locais, possibilitando-lhes o delineamento de estratégias para sua alocação em outros espaços.

Com a Abolição da Escravatura, segundo Abreu (2014), houve uma reconfiguração dos quilombos e, mais recentemente, novos desafios, problemas e oportunidades são apresentados para as mulheres desses grupos. O estudo desse autor aponta que desafios se expressam na saída dos homens/maridos para trabalhar em áreas externas ao quilombo, situação em que essas mulheres, de norte a sul do país, tornam-se vítimas da intimidação de fazendeiros e grileiros que buscam tomar suas terras. Contudo, elas encontram, nesse contexto, oportunidade para ampliar sua atuação e importância nos quilombos, ora como responsáveis pela propagação das tradições, ora buscando diversificar a renda para sustento do grupo e, ao mesmo tempo, promover o fortalecimento comunitário por meio de redes de informação, construídas em encontros nacionais e regionais (ABREU, 2014). As parcerias estabelecidas com mulheres de outros quilombos e movimentos quilombolas, mediadas pela troca de informações, possibilitaram um processo de protagonismo¹ e empoderamento², em que muitas assumem a liderança nas suas localidades, atuando mais efetivamente em busca de melhorias para o grupo. Trata-se de mulheres, conforme ressalta Abreu (2014), que tanto no passado, quanto hodiernamente, tiveram sua importância para busca, acesso e uso da informação. Contemporaneamente, são responsáveis, com muita frequência, pelo diálogo e luta pela busca e aquisição de informações para as Associações Quilombolas de suas Comunidades.

Ao considerar esse contexto de busca por informações, decorrente da realidade atual dessas Comunidades, é que se desenvolveu esta pesquisa, a qual se detém nas seguintes interrogações: **Quais necessidades informacionais são demandadas pelas mulheres da Comunidade de Itamatatua? Como acessam e usam a informação? Com quais limitações se deparam para obter as informações necessárias para exercer ativamente sua cidadania?**

As mulheres da Comunidade Quilombola de Itamatatua, situadas na região noroeste do Estado do Maranhão, no município de Alcântara, atuam como líderes, atividade que se tornou

¹ Protagonismo é “um conceito cujo significado é relacional, na medida em que só pode ser compreendido em relação aos diferentes sujeitos, envolvidos num acontecimento”. (KLEIN, 2009, p. 10 apud FARIAS, 2014, p. 17).

² Conforme Cappelletti e Martinelli (2010) (apud FARIAS, 2014, p. 17), o empoderamento é um conceito complexo e indica um processo utilizado para designar o conjunto de conhecimentos, que permitem a um sujeito individual ou coletivo, identificar metas e desenvolver estratégias para alcançá-las, promovendo ações efetivas para alcançar os objetivos ou desenvolvendo a capacidade de compreender a influência de suas ações sobre acontecimentos.

um diferencial em termos de organização social e política na localidade, tendo em vista que foi a partir delas que a Comunidade tem obtido conquistas na busca por sanar carências informacionais que possibilitam o fortalecimento do grupo.

Vale salientar que o interesse teórico-metodológico pelo objeto de investigação desta tese é decorrente da ampliação de estudos anteriores realizados por ocasião de mestrado em Ciência da Informação, no qual se efetuou uma análise acerca dos mitos africanos intrínsecos ao contexto dos moradores dessa comunidade, concluindo que a informação mitológica e sua preservação deveriam ocorrer em parceria com a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) e que essas informações poderiam devolver a autoestima e servir para perpetuar a tradição dos quilombolas de Itamatatiua (PEREIRA, 2011). Essa perspectiva forneceu embasamento para se insistir no propósito de dar continuidade à pesquisa, focalizando também como as mulheres de Itamatatiua atuam na história e no legado dos quilombolas, na preservação da memória africana da sociedade maranhense, identificando seu papel no contexto local e nacional.

É relevante salientar que a pesquisadora é maranhense e bibliotecária, profissão que a leva defender que o acesso e uso da informação adequada como fatores imprescindíveis para libertação individual e coletiva. Por isso é também defensora que os estudos sobre necessidades informacionais podem auxiliar na compreensão e proposição de soluções para problemas de informação de mulheres suas conterrâneas. Assim, estudos embasados nos pressupostos teórico-metodológicos da Ciência da Informação podem dar visibilidade ao legado dessas mulheres, detentoras de um saber-fazer, tanto na liderança, como no cotidiano, com a arte de renovar, resistir e construir história, que precisa ser conhecida pela sociedade. Ademais, esta pesquisa pode também constituir-se em uma possibilidade de compreensão das questões relacionadas à realidade social e, ao mesmo tempo, em uma ampliação efetiva de melhoria para grupos minoritários que, por vezes, carregam uma constante de marginalização e exclusão em sua trajetória social, educacional, cultural e política. Além disso, considera-se uma possibilidade de contribuição a pesquisas sobre mulheres na Ciência da Informação.

Santo (2008) mapeou a literatura sobre mulheres no contexto nacional e internacional e deparou-se com um reduzido número de trabalhos. Conforme a autora, as mulheres constituem um grande público consumidor de informações que merece ser investigado. É nessa relação que se busca entrecruzar e contextualizar a temática étnico-racial com o estudo de mulheres quilombolas na CI, na perspectiva de identificar as necessidades de informação relacionadas ao acesso e uso, mais especificamente acerca do que elas necessitam para promover a inserção de sua comunidade na sociedade da informação. Nessa direção, entende-se a informação a partir de Barreto (2002), como insumo capaz de modificar estruturas cognitivas do indivíduo e de seu

grupo social, o que pode desencadear novos conhecimentos que potencializem o processo de empoderamento/emancipação dessas mulheres.

Diante da realidade descrita, defende-se que a sociedade civil, incluindo as instituições provedoras de ensino e pesquisa, como a academia, deve se mobilizar de modo a atuar nesses contextos de pobreza, em razão da responsabilidade social e ética que lhes é peculiar, a fim de criar estratégias e ações em parceria com as populações, em busca da redução dos índices de marginalização.

Esse contexto favorece uma possibilidade de atuação do bibliotecário, no sentido de proporcionar o entendimento de como ocorre o acesso e uso das informações pelas mulheres quilombolas de Itamatatiua, a fim de intermediar quais estoques informacionais elas necessitam para se tornarem competentes em informação e protagonistas de suas narrativas.

Mediante essa contextualização, apresenta-se a **questão norteadora** desta investigação: **- De que modo a identificação das necessidades informacionais pode contribuir para melhoria das relações econômicas, sociais, políticas e educacionais da Comunidade Quilombola de Itamatatiua, especialmente das mulheres que exercem a liderança local?** Parte-se da **premissa** de que o conhecimento acerca das necessidades informacionais das líderes itamatatiuenses pode fortalecer o processo identitário capaz de reverberar na melhoria de vida de uma população que apresenta um modo *sui generis* de lidar com os labores diários.

Perante tal problemática, o **objetivo geral** desta tese é **analisar as necessidades informacionais das Comunidades Quilombolas voltadas à otimização da produção, acesso e uso da informação pelas mulheres quilombolas**, a ser alcançado, mediante a superação dos seguintes **objetivos específicos**: (1) caracterizar o perfil socioeconômico das mulheres; (2) identificar como as mulheres quilombolas acessam e usam a informação nessa Comunidade; (3) mapear as informações que podem promover melhorias na referida Comunidade; (4) investigar a efetividade das políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades informacionais.

Para consecução desses objetivos, o estudo foi embasado preliminarmente nos seguintes autores: Anjos (2004), Nascimento (2009), Almeida, A. (1998, 2009), Fiabani (2008, 2009, 2010), que tratam do histórico das comunidades quilombolas; Meireles (1994), Ramos (1988), Costa (1997), Bastide (1974), Ferretti (1995, 2004), que compõem o quadro de olhares sobre a origem dos negros no Maranhão; Almeida e Treccani (2000), que contribuem com a discussão relativa ao contexto alcantareense e pesquisam a comunidade investigada, tais como: Grijó (2008, 2010, 2014), Reis (2010), Pereira (2011), Pereira Júnior (2012), Ferreira (2012) e Noronha (2015). Destacam-se também teóricos que abordam conceitos acerca de informação,

necessidades informacionais, responsabilidade social da CI, acesso e uso da informação, como: Capurro (2003), Mchombu e Mchombu (2014) e Hossain e Islam (2012).

Desse modo, o estudo foi organizado com a seguinte estrutura: a primeira seção contextualiza a temática, justifica e apresenta os objetivos da pesquisa. A segunda, denominada **Contexto histórico das comunidades quilombolas: desigualdades sociais**, apresenta sua formação histórico-social em solo brasileiro e uma subseção que destaca a organização social dessas comunidades, a partir das Associações Quilombolas. Em **O/A negro/negra no contexto maranhense**, aborda o contexto geográfico e histórico das Comunidades Quilombolas de Alcântara, dando ênfase, sobretudo, às práticas culturais e aos valores que identificam e singularizam a vivência dos quilombolas itamatatiuenses. Já **Informação, necessidades e uso da informação para mulheres quilombolas** contempla discussões que permeiam a Ciência da Informação e suas implicações no que tange à importância dos estudos sobre necessidades informacionais, bem como da informação, sua busca e uso pelas mulheres. A quinta, **Traçado metodológico: caminho percorrido** aduz aos fundamentos metodológicos da investigação, embasada pela Etnografia e seus instrumentos de coleta de dados: observação direta e participante, entrevistas semiestruturadas, diário de campo, além da ficha de informante. Os dados coletados foram analisados segundo a Análise de Conteúdo, de Bardin (1977). A sexta seção discorre sobre a **Análise das necessidades informacionais das mulheres da Comunidade Quilombola de Itamatatiua**, apresentada em três categorias analisadas: perfil dos entrevistados, fontes e canais de informação e necessidades informacionais. **Considerações finais** expõem os resultados alcançados para cada objetivo da investigação, bem como algumas recomendações e sugestões relacionadas às necessidades informacionais das mulheres da Comunidade Quilombola de Itamatatiua.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: desigualdades sociais

Estudar as comunidades quilombolas requer um retorno ao espaço histórico-temporal de 1500, ainda que breve, para se compreender o contexto de formação desses grupos nas Américas, quando o português Pedro Álvares Cabral aportou nas terras ao sul da atual Cidade da Bahia de Todos os Santos, período em que vivia uma população autóctone de índios, cuja sobrevivência se baseava na pesca e na caça, não se adaptando, portanto, às condições que os viajantes europeus tentaram impor ao forçá-los a trabalhos agrícolas, em busca de lucros fáceis e rápidos. Diante desse panorama, os colonizadores europeus encontraram de imediato, como solução, a exploração da mão-de-obra africana, chegando as primeiras levas de escravos negros em 1502. (MATTOSO, 1990).

Mattoso (1990, p. 19) afirma que “[...] entre 1502 e 1860, mais de 9 milhões e meio de africanos serão transportados para as Américas, e o Brasil figurou como o maior importador de homens pretos [...]”. Reis e Gomes (1996) estimam que foram trazidos para o Brasil cerca de 40% dos africanos, quase metade do número de africanos escravizados conduzidos para as Américas.

As torturas cometidas a essa população africana encontram-se nas mais diversas modalidades, desde açoites, queimaduras com ferro quente para que os senhores pudessem demarcá-los como suas propriedades, até exaustivas jornadas de trabalho sem remuneração. Malheiro (2014, p. 17) relata extremos cometidos aos cativos: “[...] a simples mando do Juiz sem processo algum, mesmo antes de entrarem para a cadeia.”, tais como: a gravação no corpo a letra “F” com ferro quente, quando o escravo fugisse do cativoiro pela primeira vez; caso reincidisse na tentativa de fuga, a orelha era-lhe amputada. Assim, os negros provenientes de países africanos e os seus descendentes nascidos em terras brasileiras contribuíram para a construção da sociedade, privados de quaisquer respeito a sua condição humana, por séculos.

Destarte, durante o período da colonização do Brasil, negros foram escravizados e explorados pelos senhores donos de engenhos e fazendas, afrontando cotidianamente a sua dignidade humana, mediante atos terríveis inerentes à escravização criminoso implantada nessa nação. Contudo, essa população não se submeteu de forma passiva, havendo resistência de variadas modalidades, como o aborto, o banzo³, o incêndio das fazendas, o corpo mole para o trabalho, até a formação dos quilombos (AZEVEDO, 1973; MALHEIRO, 2014).

³ Depressão acentuada que conduziu a morte de muitos escravos.

Para a construção do senso crítico acerca de um campo específico, Carraher (2000) sugere que haja conhecimento íntimo de suas questões conceituais, das tradições, dos conflitos atuais, dos paradoxos e dos estilos comunicativos que o circundam, enfim, um conhecimento de suas práticas e redes de significados. Dessa forma, com o propósito de seguir essas orientações e aprofundar o conhecimento sobre as comunidades quilombolas, objeto que se elege nesta investigação, apresentam-se as questões conceituais, históricas e sociais que dão origem aos grupos quilombolas.

Oficialmente, o Conselho Ultramarino, em 1740, designava o conceito de “quilombo” como toda habitação de negros fugidos, que passassem de cinco, despovoados, ainda que não tivessem ranchos levantados e nem se achassem pilões nele. (SANTOS, 2011). Esta definição se mostra ultrapassada diante das investigações historiográficas empreendidas para a compreensão acerca da gênese desses grupos. Nascimento (2009), com uma definição mais ampla, compreende-os não necessariamente como grupos fugidos para o interior das matas na época da escravidão, mas também como uma sociedade baseada em relações fraternas e livres, solidárias e de comunhão existencial.

Alguns desses grupos tinham autonomia econômica a ponto de estabelecerem negociações diretamente com os comerciantes do período colonial, como foi observado em Minas Gerais. Conforme Ramos (1996, p. 206), os calhambolas como eram nominados nessas regiões, “[...] dentro dos limites urbanos de Vila Rica, a capital da região mineradora, [...] circulavam e mantinham contatos entre os residentes”. Assim, no sistema escravagista, os quilombos estabeleciam relações estreitas com o sistema, influenciando a vida e o comportamento dos escravos e dos homens livres.

Essas investigações também desvelam que na África, anterior à expatriação dos africanos para as terras do novo mundo, já havia quilombos. Segundo Funari e Carvalho (2005, p. 24), a origem da palavra “quilombo” é africana e foi adotada tardiamente para se referir a Palmares⁴, expandindo-se, depois, por toda a Colônia para designar um refúgio de escravos. O referido termo, no século XVII, em Angola, designava uma sociedade guerreira. Assim, Palmares é um dos primeiros quilombos a figurar na historiografia como símbolo de resistência

⁴ Conforme Funari e Carvalho (2005, p. 11-13), no início do século XVII, os documentos já relatavam os escravos fugidos que compunham uma comunidade na área dos Palmares, na região serrana, a cerca de 60 quilômetros da costa do atual estado de Alagoas, por volta de 1605. Palmares, em 1612, já era de grande notoriedade e em 1677 compreendia mais de 60 léguas e dez aldeias. Contudo, fora alvo de sucessivos ataques até que Jorge Velho, à frente de sua tropa de índios e mamelucos, conseguiu, em fevereiro de 1694, destruir o quilombo; no ano seguinte, Zumbi foi encontrado morto e exposto em praça pública. Palmares deixava de existir, mas sua imagem jamais seria esquecida, tornando-se um dos maiores símbolos de resistência ao sistema escravocrata no Brasil.

e de luta organizada dos povos escravizados, contra o sistema escravocrata do período colonial em solo brasileiro, liderados por Zumbi e seu tio, Ganga-Zumba.

Os quilombos se formaram em diferentes continentes, onde receberam denominações diversas, a saber, na Colômbia e em Cuba ficaram conhecidos como *palenques*; no Haiti e ilhas do Caribe de colonização francesa, *marroons*; na Venezuela, *cumbes*; nos países colonizados por espanhóis nas Américas, *cimarrones*; na Jamaica, Suriname e Estados Unidos, *marrons* (CARVALHO, 1995). No Brasil, além de quilombos, foram designados por mocambos, terras de pretos, terras de santo, comunidades negras rurais e, recentemente, comunidades remanescentes de quilombos⁵ (ANJOS, 2004). É válido ressaltar que são espaços constituídos não necessariamente por homens e mulheres africanos escravizados e seus descendentes, mas, também, atraíram índios, pessoas livres e sem condições de aquisição de suas terras.

Houve grupos que permaneceram em quilombos após a Abolição da Escravatura, em 1888. Outros ocuparam propriedades devolutas ou exerciam trabalho como meeiros e parceiros nas terras onde haviam sido escravizados. Há casos em que receberam terrenos de doação de senhores ou de santos (ALMEIDA, 2009; FIABANI, 2008), além de situações em que escravos (ou ex-escravos) conseguem arrecadar capital para compra das terras onde iriam residir e que se constituiriam, *a posteriori*, em quilombos, casos raros. Oliveira (2001, p. 31) ressalta que “[...] a data de 1888, embora seja um marco formal para os negros no Brasil, não tem importância central no que diz respeito aos quilombos. Eles se formaram por escravos libertos e insurretos e negros livres antes e depois da abolição”. Assim, a formação desses quilombos ocorre pelas mais diversas modalidades e, ao mesmo tempo, obedecendo a regras específicas que se refletem na organização diferenciada de viver desses grupos.

Antes da Abolição da Escravatura, foi promulgada a Lei nº 601, em 1850, também conhecida como Lei de Terras, a qual viria, praticamente, impossibilitar o acesso à terra a não brancos, ordenando que a aquisição de terras, a partir de então, só seria possível por meio da compra e venda ou por sucessão (herança) (THEODORO, 2008). Nessa senda, os ex-escravos, seus descendentes e pobres livres desprovidos de capital para essa aquisição residirão por

⁵ Dentre essas designações, a de comunidades negras rurais têm sido mais aceita pelos movimentos negros e lideranças quilombolas. Já comunidades remanescentes quilombolas foi uma denominação que causou a princípio rejeição, visto que o termo remanescente remetia a algo inexistente ou em processo de desaparecimento e quilombo equivaleria à unidade isolada, fechada. Logo, a designação concebida para se referir a esses grupos pelos constituintes da Constituição brasileira de 1988 tornou-se alvo de críticas severas, tanto pelos movimentos negros, quanto pelas lideranças das comunidades negras rurais que não se identificavam com essa designação (LEITE, 2000; ARRUTI, 2003). Não há unanimidade quanto ao uso da terminologia recente. Neste trabalho, serão adotados os termos quilombola e remanescentes para quilombo.

séculos em terras rurais desvalorizadas até por volta de 1950, atuando na manutenção de tradições e modos de vida identitários.

Conforme Fiabani (2009, p. 16), “[...] nas primeiras décadas do século XX [...] as terras das comunidades negras rurais, que até então não apresentavam alto valor comercial, foram valorizadas e passaram a ser cobiçadas por grileiros, especuladores, fazendeiros, empresários rurais e outros⁶”. Isso conduziu a articulação dessas comunidades com o movimento negro e com intelectuais interessados na temática, pelo que se tornaria uma das primeiras conquistas reparatórias a essa população, vítima das desigualdades sociais e exclusões que as acometem, desde que seus ancestrais foram espoliados ainda na África. A referida articulação deu início a uma luta que viria a desencadear a promulgação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADTC), da Constituição Federal do Brasil (CFB), de 1988, que reconhece “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2014, p. 157).

Esse segmento social, segundo Fiabani (2010), não despertou interesse dos estudos acadêmicos, sobretudo das Ciências Sociais, nas primeiras décadas após a Abolição. Somente após a Constituição de 1988, pesquisas se voltaram para desnudar a realidade vivida nessas comunidades, desconhecida pela academia e pela sociedade brasileira em geral. Esse interesse posterior pela temática resultou em uma acentuada produção bibliográfica, do final do século XX ao início do século XXI. Isto porque, além da sanção do Art. 68, diga-se uma das primeiras conquistas da população negra afrodescendente no Brasil a ser tratada como questão constitucional, teve-se a comemoração do centenário da Abolição, em que se questionava a veracidade dessa libertação. Esse novo artigo, de acordo com Arruti (2003, p. 1),

[...] implica em uma inovação no plano do direito fundiário, mas também, no plano do imaginário social, da historiografia, dos estudos antropológicos e sociológicos sobre populações camponesas e no plano das políticas locais, estaduais e federais que envolvem tais populações.

Nesse ínterim das décadas de 1950 a 1988, a promulgação desse dispositivo, várias mobilizações e embates foram estabelecidos no país para que essa população tivesse, ainda que na legislação, seus direitos a cidadania reconhecidos. Dentre essas mobilizações, pode-se citar a Frente Negra, de 1931/1937, uma das mais importantes organizações que contribuiu com

⁶ Acrescenta-se o próprio Governo Federal, com a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, momento em que mais de 300 famílias foram deslocadas para agrovilas, áreas improdutivas e distantes dos locais que retiravam seu sustento. Situações que se repetem ao longo do território brasileiro.

inúmeras conquistas para a população afro-brasileira, ganhando respeito da sociedade e das autoridades e transformando-se em partido político, em 1936. Contudo, esse grupo foi extinto no ano seguinte, quando Getúlio Vargas deu o golpe de estado que instituiu o Estado Novo e dissolveu os partidos políticos. (LEITE, 2000; ARRUTI, 2003).

Outro momento relevante de mobilização ocorreu após o processo de redemocratização do país, quando se instituiu um amplo debate para a elaboração de uma nova Constituição para o Brasil. A população brasileira, bem como os movimentos sociais, dentre eles, o Movimento Negro Unificado, criado em 1978, foram convocados a contribuir, enviando sugestões aos parlamentares, solicitando reparações à população afro-brasileira e aos quilombolas.

É válido salientar que, anteriormente à promulgação da Constituição de 1988, no Maranhão, na década de 1970, as comunidades negras quilombolas, como também eram nominadas, já se organizavam para defender o direito à terra. Elas foram atraindo a atenção de outras comunidades que se agruparam dando origem ao que se conhece como movimento quilombola. Os discursos que antecederam à aprovação da Constituição de 1988 coincidiram com a articulação das comunidades negras rurais, porém, não influenciaram nas decisões dos constituintes. (FIABANI, 2008, 2009, 2010; ALMEIDA, 2013) Ressalta-se que, no Maranhão, houve um trabalho preliminar de identificação e demarcação organizado pelas próprias comunidades, “[...] o qual contribuiu para que as primeiras titulações se concretizassem nesse estado, como as que ocorreram em Frechal, no Município de Mirinzal (MA), em 1989”. (FIABANI, 2008, p. 153). Ainda, conforme este autor, no Maranhão, em 1989, foi incluído o artigo 229 na Constituição Estadual, com o seguinte texto: “O Estado reconhecerá e legalizará, na forma da Lei, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”.

Maria Raimunda Araújo, ou Mundinha Araújo, como popularmente é conhecida no movimento negro maranhense, é historiadora e professora da UFMA, desde 1976; foi fundadora do que se tornaria uma das importantes instituições a atuar frente à causa negra maranhense, denominada Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), criado em setembro de 1979. Ela estudava as comunidades negras rurais de forma voluntária quando, ciente dos conflitos que circundavam os proprietários rurais e moradores dessas comunidades, iniciou um trabalho de visitas a essas localidades, a fim de conhecer essa realidade. (FIABANI, 2008; ALMEIDA, 2013). Em 1988, oriundo da parceria entre o CCN e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), foi lançado o Programa Vida de Negro (PVN)⁷, o qual vem assegurar o

⁷ O PVN funcionou de 1988 a 2002, tornou-se um projeto precursor no mapeamento dessas comunidades no país e seu principal objetivo consistia no “[...] levantamento das formas de uso da terra, costumes e tradições culturais, bem como a intervenção jurídica naquelas [comunidades negras rurais] que encontra[va]m-se com problemas

mapeamento sistemático dessas comunidades e garantindo a concretização do preceito que reconhece o direito à terra para as comunidades quilombolas.

Após a promulgação do Dispositivo Transitório de 1988, parlamentares e algumas lideranças das comunidades negras rurais se depararam com uma legislação limitadora, resultante, talvez, da displicência ou de uma aprovação às pressas, sem levar em consideração a voz dos interessados. Isto porque a lei apresentava inconsistência no que se referia à própria designação e quem seriam essas populações, fazendo-se assim necessário um conceito para definir essas comunidades que teriam seus territórios reconhecidos e titulados. Ou, ainda, conforme destaca Fiabani (2010), especulava-se que os constituintes tenham interpretado os quilombos como escravos fugidos, destituindo-os de trajeto histórico e da consolidação identitária, o que foi inconcebível, haja vista a diversidade de formação desses grupos ao longo do território brasileiro.

Conforme, o antropólogo José Carlos Sabóia, a aprovação desse artigo foi algo que aconteceu “no apagar das luzes”, sem que, de fato, os constituintes tivessem noção do que estava sendo aprovado (ARRUTI, 2003, p. 2) e acreditando, também, que havia um número ínfimo de comunidades (LEITE, 2000). Ao se deparar com um número expressivo, vários impedimentos foram impostos. Apenas um consenso tinha-se com a aprovação do artigo 68, de acordo com o coordenador nacional do Movimento Negro Unificado à época, Luiz Alberto Silva dos Santos: “[...] que deveria ter um sentido de reparação dos prejuízos trazidos pelo processo de escravidão e por uma abolição que não foi acompanhada de nenhuma forma de compensação, como o acesso à terra” (ARRUTI, 2003, p. 3).

Naquele momento, novos personagens são inseridos nesse embate, dentre eles: antropólogos, historiadores, sociólogos, advogados e outros, os quais buscam definir um conceito de quilombo para ser contemplado por esse dispositivo. Assim, nos dias 17 a 18 de outubro de 1994, a Associação Brasileira de Antropologia, no Rio de Janeiro, reuniu-se para buscar uma conceituação que se tornasse plausível para prosseguir no processo de titulação das terras quilombolas, chegando ao consenso de que comunidades quilombolas seriam “[...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2014, p. 200).

funditários, visando a legalização de suas posses”. (TERRAS..., 2002, p. 1). Após 14 anos de pesquisa, a realidade dessas comunidades foi registrada em três relevantes publicações que serviram de subsídios não só para ações jurídicas, mas também para alicerçar historicamente o contexto das populações quilombolas no país.

Este conceito, que compõe o Art. 2º do Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, indicado no Art. 68 do ADCT. Constituído por 25 artigos, foi o último deles que revogou o Decreto 3.912/2001, que apontava inúmeros impedimentos para a efetivação do referido Dispositivo.

Dessa forma, os conceitos se atualizaram e o reconhecimento dessas comunidades tornou-se recorrente não apenas em meios rurais, mas também em contextos urbanos⁸. Porém, a Fundação Cultural Palmares⁹ se deparou com um número superior dessas comunidades no meio rural. Os órgãos governamentais atestam que são espaços que trazem em sua história as marcas da opressão, do abandono e constituem grupos onde se encontram os maiores índices de pobreza extrema e exclusão social em terras brasileiras, ou seja, pessoas que vivem com ou menos de 70 reais mensais. (INSTITUTO ..., 2013).

Após a regulamentação do Decreto 4.887/2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)¹⁰ que, dentre suas atribuições, foi responsável pela criação do Programa Brasil Quilombola (PBQ), em 2004. É, integrada por 21 órgãos da administração pública federal que passaram a administrar políticas públicas orientadas ao desenvolvimento das comunidades quilombolas. Este Programa tem como objetivo consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Ele foi desmembrado na Agenda Social Quilombola (Decreto 6.261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, tais como: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento local e Direitos e cidadania. (BRASIL, 2013).

O PBQ representou uma nova fase de percepção dessas comunidades pelos poderes públicos, no que se refere à criação e contemplação de políticas públicas aos descendentes dos

⁸ A primeira comunidade quilombola urbana reconhecida foi a Comunidade Família Silva, de Porto Alegre (RS), em 2004. Conferir trabalhos de Guerra (2011) e Grijó (2014).

⁹ A Fundação Cultural Palmares (FCP) foi criada em 1988, vinculada ao Ministério da Cultura. Tem como finalidade a preservação da cultura material e imaterial de influência negra na sociedade brasileira. Essa instituição é responsável pela autenticação do autorreconhecimento desses grupos, constituindo a primeira fase para o processo de titulação das terras quilombolas, composta por sete fases: fase inicial (abertura do processo no Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA); elaboração do Relatório Técnico de Identificação Delimitação (RTID) (estudo de área, visando à confecção do RTID); análise e julgamento de Recursos ao RTID (após publicação do RTID, o processo é aberto para contraditório); portaria de reconhecimento (que declara os limites de território); decretação/encaminhamento (decretação presidencial que autoriza a desapropriação privada); desintrusão (notificação e retirada dos ocupantes); e titulação (emissão de titulação coletiva para a comunidade) (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, [20--]).

¹⁰ “A Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, criada em 23 de maio de 2003, visa assessorar diretamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial. A Secretaria coordena ações pertinentes a todas as etnias, porém ‘com ênfase na população negra’. Em 20 de fevereiro de 2008, o Presidente da República transformou o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado.” (FIABANI, 2008, p. 127).

negros escravizados. Destaca-se que essas políticas e programas são decorrentes de pressão dos movimentos negros, quilombolas e demais interessados pela causa. Contraditoriamente, os dados levantados pelo Governo Federal sobre esses programas evidenciavam, naquela ocasião, 2011, que passados quase 10 anos, inúmeros aspectos permaneciam praticamente inalterados, permeados por entraves de caráter administrativo e repasses orçamentários ínfimos, insuficientes para a erradicação das mazelas, pobreza e exclusões que há séculos vêm acometendo essas populações.

De acordo com levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 2011, existiam, no Brasil, 169 comunidades quilombolas que haviam obtido o título de propriedade coletiva da terra. As lideranças dessas comunidades reconheceram que houve melhorias em suas condições de sobrevivência após a titulação. Porém, ainda há muito por ser feito, diante do percentual de mais de 50% de adultos e crianças que passam fome; dos mais de 76% de indivíduos sem acesso aos serviços de saneamento básico; das comunidades pesquisadas, 20% não têm escolas primárias; escolas secundárias se fazem presentes em apenas 9, 2%; em 15% dessas comunidades não há agentes comunitários de saúde, considerados pelo PBQ a forma de assistência médica básica e de custo mínimo, ausência que também impossibilita o cadastro dessas famílias aos programas governamentais e, conseqüentemente, a participação em programas sociais (SUMÁRIO..., 2013).

Outro dado que causa estranheza diante de tal levantamento refere-se à baixa produção e criação coletiva; enquanto cerca de 80% dos entrevistados pelo Sumário (2013) mencionaram que sabiam de alternativas produtivas para as respectivas comunidades, apenas 21,1% tinham algum tipo de projeto coletivo, sendo a maioria por iniciativa própria, sem relação com os programas sociais. Segundo os participantes, a inviabilidade desses projetos deve-se a dois fatores: a “[...] falta de logística e assistência para elaboração dos projetos [...]” e a “falta de informação” (SUMÁRIO..., 2013, p. 6). Somam-se a essas questões, o desvio de recursos e a ausência de parcerias entre o governo federal, estadual e municipal e as ONGs, problemas que vêm enfraquecendo e retardando o reconhecimento e avanços da qualidade de vida da população.

Ao ser questionado, em 2011, sobre os entraves da aplicação do orçamento do Brasil quilombola, Ricardo Verdum, Assessor de Políticas Socioambientais, do Instituto de Estudos Socioeconômicos a Associação Contas Abertas, explicou que havia dificuldades estruturais, visto que:

[...] as políticas para as comunidades quilombolas dependem e muito do desempenho de secretarias estaduais, secretarias municipais; ONG; ou mesmo

associações locais, criadas pelas próprias comunidades locais. Quando não há o compromisso político e falta interesse, só procedimento burocrático movendo as pessoas, tudo fica muito mais difícil. Em vários casos dar prioridade para essas comunidades é entrar em choque com interesses outros, que vêm no reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas um obstáculo para suas intenções de apropriação de terras e recursos e de utilização dessas pessoas como mão-de-obra barata, vivendo em condições degradantes e sob violências de diferentes formas. Há também, muito que ser feito nos campos da saúde, saneamento básico e da educação escolar. Há dados e avaliações suficientes que demonstram estarem entre as populações negras rurais os índices mais baixos em termos de escolaridade, nutrição e saneamento. Considerando os desafios, é pouco o orçamento e lamentável o gasto efetivamente realizado (VERDUM, [2011]).

Portanto, os problemas relatados por Verdum coadunam com as palavras de Casimiro (2010, p. 28), quando esta afirma que, inúmeras vezes, as declarações de erradicação ou mesmo redução da pobreza representam apenas discursos de

[...] chefes de Estado do chamado mundo desenvolvido reiterando os seus compromissos, sem que todavia se vislumbre a sua vontade de atacar as causas sistêmicas da pobreza, mas na prática apenas uma vontade das elites corporativas e políticas de manter o *status quo*.

Silva (2014) enfatiza que há de se ter cautela com relação à interpretação dos termos pobreza e pobreza extrema advindas de ações governamentais. Ainda que não soe, de todo, como inverdade, a proposta de reparação histórica/social/política dos programas destinados a essa população pode ser decorrente da política econômica do neoliberalismo que conduz o foco dessas populações para lutas mais efêmeras (como as cestas básicas, o próprio consumismo, dentre outros), em relação à luta pela posse da terra, ou mesmo por recursos naturais perenes (preservação dos rios, florestas e outras), imprescindíveis à preservação de culturas identitárias, como essas.

Certo é que decorridas quase três décadas da sanção do citado Artigo 68, das 2.849 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, apenas 30 foram devidamente tituladas (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2016). “Dos 40 decretos assinados para desapropriação por Dilma Rousseff durante seus dois mandatos, resultou apenas em 1 titulação - de parte da terra quilombola Serra da Guia, localizada em Sergipe, em 2015” (ANDRADE, 2016, *online*).

Em 2004, iniciou-se o questionamento do Decreto 4.887/2003, que vem regulamentando o procedimento para identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o Artigo 68 do ADCT, no Supremo Tribunal Federal. Em 2012, ocorreu no Plenário a sessão de julgamento da Ação Direta de

Inconstitucionalidade (ADI) - 3.239/2004 -, ajuizada pelo Partido dos Democratas (DEM)¹¹, a qual dentre seus questionamentos¹² refere-se a autoatribuição, contida no § 1º, do Artigo 2 do mencionado Decreto, segundo o qual a “[...] caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade” (BRASIL, 2003, *online*).

Contudo, nessa seção, a Vice-Procuradora Geral da República, Deborah Duprat¹³, foi enfática ao afirmar que não havia improcedência, no que se refere ao quesito de autodefinição pelos remanescentes quilombolas; trata-se de uma prerrogativa das sociedades pluriétnicas e somente essas podem se autorreconhecer e se identificar como tal (BRASIL, 2012). Além disso, essa autodefinição pelos grupos é decorrente de uma diretriz internacional, advinda da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁶⁹ e adotada nas constituições do mundo afora e, por conseguinte, na Constituição brasileira de 1988. Conforme essa Convenção “[...] nenhum Estado tem o direito de negar a identidade de um povo indígena ou tribal que se reconheça como tal. Garante também às comunidades quilombolas o direito à propriedade de suas terras e estabelece a necessidade de consulta sobre todas as medidas suscetíveis de afetá-las” (ANDRADE, 2008), assim não pode ser dado a ninguém o direito de dizer quem é o quê, muito menos ao Estado, segundo Duprat (BRASIL, 2012).

Ficando a decisão com o Ministro Antônio Cezar Peluso, magistrado com mais de 40 anos de experiência em ações judiciais, ao declarar seu parecer acerca do critério de autoidentificação sobre a ADI 3.239, mostrou-se favorável à ação, considerando-o inconstitucional. Segundo ele, caberia à lei específica oferecer parâmetros históricos e antropológicos para a identificação dessas comunidades. As declarações de inconstitucionalidade do Ministro sobre essa ADI conduzem à rememoração de Foucault (1986, p. 10), ao afirmar que:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

¹¹ Que contraria as bandeiras históricas do próprio DEM – defensor árduo da propriedade privada – e dos demais interessados na queda do decreto; foi levantada na ação para inviabilizar a demarcação de novas terras, ao impedir que, por meio do pagamento pelo valor da terra, o Estado possa pacificar uma situação de conflito social surgida com a titulação de uma área quilombola sobre uma fazenda reivindicada por um terceiro. Segundo Prioste (2012), o Partido dos Democratas (DEM) é composto pelos principais herdeiros políticos do processo da escravidão no Brasil.

¹² Os demais questionamentos podem ser visualizados na sessão plenária da ADI 3.239/04, em Brasil (2012).

¹³ Deborah Duprat, Subprocuradora Geral da República, atua na defesa dos interesses indígenas e minorias étnicas desde 1989, bem como vem participando de seminários e discussões em diversas instâncias sobre essa temática.

Assim, distante de qualquer julgamento acerca da atuação profissional do Ministro Antônio Peluso, mas considerando-se as colocações do ex-Ministro Nelson Jobim, na CPI da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do INCRA, em 2016, quando afirma que é necessário prudência com as competências inerentes aos juízes que julgam a questão da demarcação de terras para essas populações (MIRANDA, 2016). Igualmente, preconiza-se que o reconhecimento do direito a terra para os grupos indígenas, tradicionais, ciganos e quilombolas, precisa de profissionais abertos, envolvidos com a construção de regimes de verdades/discursos que contemplem uma compreensão histórica/sociológica/antropológica, para que não se cometam mais sucessivos apagamentos desses grupos que, ainda no século XXI, têm os direitos assegurados na Carta Magna sendo julgados como inconstitucionais e repetindo sua invisibilidade na sociedade com o apoio do Estado.

Conforme Deborah Duprat, ainda naquela sessão plenária, estudiosa das questões étnico-raciais e minorias, o Artigo 68 precisa ser visualizado não como uma visão pretérita, indenizatória, mas como uma visão prospectiva, de uma sociedade a ser construída, multicultural, pluriétnica com grupos para os quais é preciso assegurar e garantir permanência e mais direitos fundamentais (BRASIL, 2012). Assim, se a expressão quilombo antes remetia a negros fugidos que necessitavam ser capturados para desenvolver trabalhos forçados na fazenda, atualmente, sobretudo, com a sanção do Artigo 68, o termo adota uma força política e jurídica. Desse modo, o texto legal auxilia as populações dessas localidades a lutar por melhores condições de vida, antes usurpadas pelos senhores e presentemente pelos grandes latifundiários, grileiros, empresários, políticos, governos (federal, estadual, municipal) no século XXI.

Para o ano de 2016, de crise econômica, os valores destinados para a titulação dessas terras reduziram-se em 80%, equivalentes a 5 milhões de reais, quando comparados a 2015, quando o montante foi de 55 milhões de reais. Neste momento, existem comunidades aguardando análise e dependendo de 450 milhões de reais para a efetivação do processo de titulação das terras onde residem. Conforme Prioste (2016), para que todas as comunidades quilombolas sejam devidamente tituladas, no compasso que tramita pelo Estado, deverão esperar algo em torno de 970 anos, ou seja, quase 1000 anos. Por outro lado, o Governo Federal destinou 10 bilhões de reais para o custeio das monoculturas e 1,5 bilhão, no final do ano de 2015, para financiar o plantio de 400 mil hectares de cana-de-açúcar, mesmo produto que alimentou os grandes engenhos do período escravocrata brasileiro. Essa lentidão ratifica a despriorização, o desrespeito dos poderes públicos com a história dessa população que constantemente tem seus direitos e valores ignorados.

À medida que o governo pode, empurra para o abismo os direitos das populações quilombolas, evidenciando-se que são posturas sem prioridade, o que caracteriza uma “escravidão moderna” no século XXI. O desprezo pela efetivação de ações concretas na vida desses descendentes apenas prossegue diante de políticas ineficientes, como menciona Prioste (2016):

[...] a política quilombola de acesso à terra não é vista, nem de longe, como ação social e política de combate às desigualdades sociais estruturais. Assim, a falta de priorização política do Governo Federal, somada à grande ofensiva ruralista no Judiciário e no Legislativo, compõe o cenário desalentador para a política de titulação de territórios quilombolas neste ano de 2016.

Dessa forma, essa luta está longe de ser vencida e os direitos dessas populações longe de serem reconhecidos. Inúmeros entraves têm sido impostos, a exemplo de decretos e atos normativos sancionados e revogados a fim de impedir o direito à terra. Dessa maneira, essas comunidades negras têm visto suas respectivas situações tramitarem de forma morosa, como menciona Arruti (2003). O hiato da desigualdade entre as comunidades quilombolas se amplia, visto que veem seus direitos ignorados pelo Estado, pela sociedade e a perpetuação de direitos ao território sonegados.

Para endossar essa situação de desrespeito, tramita no Congresso a aprovação da PEC 215 a qual, se aprovada, paralisará e inviabilizará a demarcação ou a ampliação de áreas aos povos tradicionais, inserindo os quilombolas também nesse grupo. Esta proposta, elaborada na Câmara, propõe alterar a constituição para transferir ao Congresso a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação no Brasil. Atualmente, somente o Poder Executivo, munido de seus órgãos técnicos, pode decidir sobre essas demarcações. Por enquanto, essa PEC está em tramitação, necessitando de duas seções e dependendo de dois turnos de votação, na Câmara e no Senado. (PELLEGRINI, 2015).

Nessa direção, o Brasil, último país das Américas a legitimar a libertação dos escravos, continua a ignorar os direitos dessas populações e concebê-la como dádiva, como menciona Wedderburn (2005, p. 323):

Diferentemente dos Estados Unidos, na América Latina, o processo de abolição da escravatura não levou em consideração propostas indenizatórias e reparatórias. Em todo o continente, a abolição foi apresentada como uma dádiva, produto da generosidade da elite branca escravocrata, pela qual os negros deveriam sentir-se gratos. A ‘emancipação-dádiva’ proclamada pela princesa Isabel, no Brasil, foi emblemática nesse sentido, tanto por ser o último país do hemisfério a abolir a escravatura, quanto pelos argumentos paternalistas que coroaram o processo.

Para situar a realidade estudada, em função da indefinição de quais grupos são donatários desses direitos, é que Deborah Duprat apresenta quatro características que os definem com maior clareza: (1) a relação transcendental com a terra, que se torna elemento fundamental da identidade desses grupos; (2) a ocupação coletiva e do uso dos seus recursos naturais; (3) comunidades que possuem medos, histórias, mitos e formas de expressão própria que as distingue; e (4) o passado e a memória ligados à opressão da escravidão (BRASIL, 2012).

Hodiernamente, há no Brasil aproximadamente 2.849 comunidades quilombolas¹⁴, segundo a Fundação Cultural Palmares¹⁵, como exposto. Entretanto, cabe destacar que existe uma imprecisão acerca do quantitativo dessas comunidades. É possível que essa situação seja gerada por falta de informações contundentes, provavelmente pela ausência de estudos mais consistentes sobre a temática. Há evidências que essas se encontram em quase todos os estados brasileiros, com exceção dos estados do Acre, Roraima e Distrito Federal (ANJOS, 2004).

Nessa senda, os grupos em foco, por serem objeto de exclusão em variadas modalidades, evidenciam as desigualdades em diversas instâncias, como a proveniente da Lei de Terras de 1850; das políticas de branqueamento baseadas na ideia do desenvolvimento da nação brasileira, à medida que a população se tornasse branca (Decreto 528/1890); e o Decreto nº 7.967/1945, o qual sancionava que a imigração, deveria atender “[...] à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia” (BRASIL, 2016).

Para além dessas negações, na perspectiva educacional, houve a Reforma Couto Ferraz (Decreto nº 1.331/1854) que tornava gratuita e obrigatória a frequência de crianças, a partir dos sete anos, à escola primária e, ao mesmo tempo, condicionava que elas fossem oriundas de famílias com algum recurso e não fossem escravas (BRASIL, 2016). Assim, são atos legais que se somam aos inúmeros impeditivos amparados pelo Estado, no decorrer desses séculos,

¹⁴ Há ainda uma imprecisão no que se refere ao quantitativo real das Comunidades Quilombolas. Para Fundação Cultural Palmares (2016) existe 2.849, Oliveira (2009) 3.545 e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial [2013?] 3.524, (BRASIL, 2013). Diante dessa imprecisão se faz necessário o desenvolvimento de outros estudos que retratem com mais fidedignidade o quantitativo das Comunidades Quilombolas brasileiras.

¹⁵ A primeira etapa do processo de titulação das terras das Comunidades Quilombolas inicia-se com o autorreconhecimento, ou seja, a fase que as comunidades devem organizar a documentação que atesta sua identificação como remanescente de quilombo, sendo necessários os seguintes documentos: Solicitação de Reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo, relato histórico com fotos, reportagens e estudos que tratem da história do grupo e suas manifestações culturais e ata de assembleia com aprovação unânime da autodefinição. Após o recebimento da documentação, a FCP abre processo para análise técnica, com visita à comunidade *in loco* para esclarecer dúvidas, conhecer a realidade e elaborar relatório conclusivo. Finalizada essa etapa, a Palmares publica no DOU uma portaria de reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo.

evidenciando, para a população negra/quilombola e seus descendentes, as desigualdades (educacional, social, moradia, laboral, dentre outros) que ainda soam na nação brasileira.

Percebem-se, dessa forma, atos sucessivos de descaso e omissão, com o propósito de solidificar uma história de desigualdade, abandono e esquecimento. Santos (1995, p. 8) destaca que “[...] na medida em que uma comunidade é secularmente posta à margem, a nação tem que se ocupar dela. Os negros [comunidades quilombolas] não são integrados no Brasil”. Diante disso, ratifica-se que a sociedade civil precisa se mobilizar, bem como as instituições provedoras de pesquisa, como a academia, em função da responsabilidade social e da ética, devem atuar nesses contextos, buscando criar estratégias e ações em parceria com as populações, a fim de reduzir esses índices e auxiliá-las no processo de libertação de opressores que por décadas infringem seus direitos e os marginalizam. Freire (1983) ressalta que a generosidade consiste na luta dos oprimidos e daqueles que se solidarizam verdadeiramente com eles, pela restauração de sua humanidade. Ou seja, uma luta que faça com que as mãos de homens e povos humildes, que se estendiam em gestos de súplicas aos poderosos, se tornem, cada vez mais, em mãos humanas libertas a trabalhar e transformar o mundo, escrevendo a sua vida, como autores e testemunhas de sua própria história, visto que, como afirma Santos (2003, p. 56),

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Nessa busca pela igualdade de direitos que reconheçam as diferenças e não reproduzam mais desigualdades, pode-se afirmar que não serão os opressores, como expõe Freire (1983), que reivindicarão justiça a essas populações, mas estas com suas próprias ações, tomando controle de suas próprias vidas, empoderando-se pela conquista de espaços “público[s]-político[s]” dignos para sua atuação (LEÓN, 2013, p.1). Esse empoderamento é que pode unir vozes dispersas dos sujeitos integrantes dessas comunidades, sobretudo, das lideranças quilombolas das Associações onde, geralmente, as decisões políticas, sociais e econômicas são gestadas, fase em que fazem uso da informação, de saberes locais e conhecimentos que podem ser fortalecidos com o arcabouço teórico e prático da Ciência da Informação sobre a questão. O pensamento de Horochovski e Meirelles (2007, p. 501) reforçam o que se acaba de afirmar:

Indivíduos e grupos desempoderados raramente se empoderam espontaneamente. O auxílio de atores externos – principalmente de governos, mas também da academia, ONGs, movimentos sociais e outros – é essencial.

[...] Nesse sentido, uma postura de mediação, e não de determinação pura e simples do que deve ser feito, é mais eficaz para a consecução dos resultados pretendidos.

Sem a pretensão de sugerir o que deve ser feito diante do contexto identitário que perpassa a história dessas comunidades quilombolas, mas considerando a função do profissional da informação, pensa-se ser possível auxiliar as mulheres da Associação quilombola de Itamatatua a identificar quais informações podem somar no seu processo de empoderamento, o qual pode ser compreendido como o

Processo pelo qual um indivíduo, um grupo social ou uma instituição adquire autonomia para realizar, por si, as ações e mudanças necessárias ao seu crescimento e desenvolvimento pessoal e social numa determinada área ou tema. Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva. (EMPODERAMENTO..., 2004, p. 60)

É frequente, na história das mulheres que integram essas associações, uma atuação ativa em suas vidas para conquistar recursos necessários a sua autonomia, mas que se acredita poderem ser potencializadas com o arcabouço teórico-prático desenvolvido na CI.

Assim, cabe evidenciar que o propósito desta apresentação sobre as comunidades quilombolas não se pauta na exaustividade da temática, mas em caracterizar o contexto sócio-histórico que envolve essas populações, como recomenda Carraher (2000), para que se possa avançar na identificação de como se origina e como ocorre o processo associativo que tem como protagonistas as mulheres quilombolas, à frente da organização administrativa/política/social/econômica dessas associações. Dessa forma, propõe-se, na subseção a seguir, compreender como essas mulheres de ascendência africana em solo brasileiro têm se organizado no embate por melhoria de vida para suas localidades.

Nessa perspectiva, defende-se que o estudo sobre as necessidades informacionais dessas mulheres passa pela compreensão das informações que atenderão às demandas da Associação de moradores, já que em muitas localidades são conduzidas pelas figuras femininas, constituindo-se em inúmeras ocasiões necessidades individuais e, ao mesmo tempo, coletivas.

2.1 Associações de Mulheres Quilombolas

A história das comunidades quilombolas está permeada por um processo constante de apagamento e invisibilidade, contexto que inclui as mulheres. Dentre as evidências para esta afirmação, cabe questionar, por exemplo, quem foi Zumbi dos Palmares. É recorrente encontrar-se, pelo menos, breves referências nos livros didáticos acerca dessa história. Contudo, a historiografia só recentemente, de modo ainda parco, apresenta Dandara, mulher resistente, combativa, esposa de Zumbi, que contribuiu enormemente para a história de luta dos Palmares. Conforme Arraes (2014, *online*):

Dandara [...] lutou com armas pela libertação total das negras e negros no Brasil; liderava mulheres e homens, também tinha objetivos que iam às raízes do problema e, sobretudo, não se encaixava nos padrões de gênero que ainda hoje são impostos às mulheres. E é precisamente pela marca do machismo que Dandara não é reconhecida ou sequer estudada nas escolas. Lamentavelmente, nem mesmo os movimentos negro e feminista mencionam Dandara com a frequência que deveriam.

Outra mulher quilombola que soma na história de luta de libertação dos negros e negras é Aqualtune. Segundo Barbosa (2003, p. 165) “Durante muito tempo, a tradição oral salvaguardou a história de Aqualtune, mulher negra, pertencente à elite de Palmares, mãe de Ganga Zumba e avó de Zumbi [...]”. Esta foi uma princesa que liderou mais de dez mil guerreiros para defender seu reino, o Kongo, mas foi derrotada e enviada como escrava para o Brasil, de acordo com Cruz (2012, p. 28):

[...] tendo aportado em Recife, onde foi arrematada em leilão como escrava reprodutora, tendo sido levada por seu proprietário para um engenho de açúcar na região de Porto Calvo, ao sul do Estado de Pernambuco. Por volta de 1600, quando Aqualtune chegou ao Brasil, cerca de 40 escravos fugidos se estabeleceram na Serra da Barriga, iniciando a formação do memorável Quilombo de Palmares. Porto Calvo não ficava muito distante de lá. Nos últimos meses de gravidez, Aqualtune organizou a fuga juntamente com outros escravos e se dirigiram para a Serra da Barriga. ‘Lá, organizou um Estado Negro e, naquele território, teve sua ascendência real reconhecida, rituais e tradições respeitados, passando a chefiar uma das povoações que levou seu nome: Mocambo de Aqualtune’ [...]

Ainda se pode destacar Teresa de Benguela ou Teresa de Quariterê, líder quilombola incontestável que por duas décadas, no século XVIII, liderou o quilombo Quariterê, localizado no Vale do Guaporé, próximo à Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital de Mato Grosso. Atualmente essa área pertence ao Estado de Rondônia. Segundo Moura (2004, p. 389):

[...] Organizou um parlamento, um conselho da rainha e um sistema de defesa com armas trocadas com os brancos ou roubadas às vilas e povoados das redondezas. O controle de Teresa sobre os habitantes do quilombo era absoluto. Temendo deserções, que certamente culminariam em delações, punia severamente aqueles que tentassem abandonar o reduto. [...]

A origem de seu nascimento é permeada por controvérsias; para alguns, foi em Benguela, para outros, no Brasil. Para Barbosa (2003, p. 167) provavelmente ela “[...] nascera no Brasil, mas era de procedência da Benguela, distrito de Angola”. Rainha Teresa, como também ficara conhecida, comandou a estrutura política, econômica do quilombo, no qual se produziam as próprias vestimentas, alimentos e utensílios básicos para uso cotidiano e o excedente era comercializado.

Teresa vive até meados de 1770, quando Quariterê foi “[...] invadido e destruído pelo Sargento-Mór João Leme do Prado” (MACHADO, 2006, p. 3). “[...] E a rainha Teresa não se rende à humilhação da destruição de seu quilombo, suicidando-se, como um gesto de revolta ao domínio dos brancos. Prefere morrer a curvar-se ao cativo”. (CRUZ, 2012, p. 58). O legado dessa luta, resistência e força começam a ser reconhecidos no Brasil através da Lei nº 12.987, de 2 de junho de 2014, que instituiu oficialmente o dia 25 de julho como Dia Nacional de Teresa de Benguela e da Mulher Negra, a ser comemorado anualmente (BRASIL, 2014), data em que também é celebrado o Dia Internacional de Luta da Mulher Negra da América Latina e do Caribe. Logo, essa guerreira torna-se um símbolo de resistência que se remete a todas as mulheres negras que continuam o combate pela libertação e igualdade de direitos.

Desse modo, a história de Dandara, de Aqualtune, de Teresa de Benguela marcam resistência e liderança das mulheres negras, infelizmente, muitas vezes desconhecidas, uma vez que a historiografia, morosamente, vem investindo para revelar à sociedade brasileira¹⁶. São ícones de liderança que se conectam a história de mulheres negras e quilombolas anônimas, do século XXI, na luta por visibilidade e reconhecimento de direitos fundamentais ainda ignorados a sua sobrevivência.

São histórias que trazem resquícios de um passado do Brasil contado a partir de uma ótica eurocêntrica e androcêntrica. Cruz (2012, p. 18, grifo nosso) salienta que:

[...] As **mulheres no Brasil**, na África e no mundo, assim como outros grupos sociais, durante milênios, foram **‘excluídas da história’** ou as **‘maiorias invisíveis’**. A história era vista, pensada e relatada a partir dos **‘grandes homens’**, dos **‘grandes feitos’**, portanto, numa ótica androcêntrica e positivista.

¹⁶ Conferir trabalhos de Arraes (2014), Barbosa (2003) e Cruz (2012).

Concomitante a essa cultura, agrega-se o sistema escravocrata, racista e opressor, em que a sociedade colonial e o Estado impõem suas regras e preceitos, deixando marcas profundas de apagamento na vida da população negra, sobretudo das mulheres.

Isto porque se o poder masculino onipresente na sociedade colonial delimitava o papel das mulheres brancas, normatizava seus corpos e almas, esvaziava-as de qualquer saber ou iniciativa, com o propósito de domesticá-las e impregná-las dos ideais de família e de natalidade (PRIORE, 1990). Assim, as mulheres negras escravizadas foram cruelmente exploradas tanto no que se refere à mão-de-obra escrava - abdicando inclusive dos seus filhos para dedicar-se aos das mulheres brancas - quanto sexualmente, portanto, requerendo sempre posturas, desde os primórdios de sua chegada ou mesmo antes de sua expatriação das terras africanas, combativas e resistentes, mas que não as impediu e impede de após mais de 100 anos da “falsa abolição” amargarem os mais baixos índices socioeconômicos e educacionais.

Conforme dados do Censo 2010 (IBGE, 2014), o analfabetismo entre as mulheres pretas (14,2%) ou pardas (13,2%)¹⁷ é duas vezes mais que a taxa para as mulheres brancas (5,7%); a proporção de mulheres pretas ou pardas de 25 anos ou mais de idade, que concluíram o ensino superior, em 2010, foi de 11,2%, inferior ao quantitativo de mulheres brancas (26,0%), ao passo que o percentual destas mulheres sem instrução e fundamental incompleto é de 28,2% contra 42,5% das femininas pretas e pardas; logo essas desigualdades se refletem na inserção das trabalhadoras pretas e pardas no mercado de trabalho, com carteira assinada, alcançando o percentual de apenas 40,2%, quando equiparadas às mulheres brancas (58,4%); as mulheres pretas e pardas de 16 anos ou mais de idade, sem rendimento, chega a 32,1% contra 28,8% das brancas; e daquelas que receberam até um salário-mínimo, o percentual atingiu 40,3% contra 27,2% das brancas; no que se refere ao rendimento médio mensal das trabalhadoras ocupadas, as pretas e pardas receberam o equivalente a 58,0% do salário das brancas.

A história das mulheres quilombolas compõe esse lamentável retrato das desigualdades no país, sendo suas vidas controladas e moldadas pelos nexos de gênero, raça, cor, etnia e outras linhas de subordinações advindas do preconceito, da falta de oportunidades tanto na esfera laboral quanto no âmbito social, político e histórico. (SOUZA; ARAÚJO, 2014). Estas autoras afirmam que, mesmo comparadas com a população da zona rural, os dados ainda são díspares e a condição de vida dessas populações quilombolas se mostra sempre em patamares inferiores, situação que exige dessas mulheres constante união e mobilização em parceria com os movimentos quilombolas em âmbito nacional, estadual ou local, como fazem nas Associações.

¹⁷ Preta e parda são nomenclaturas adotadas para cor ou raça da população conforme o IBGE. Neste documento, sempre que possível, fez-se a opção de se apresentar o termo mulheres negras.

Souza (2008), na pesquisa sobre os movimentos quilombolas, torna-se porta voz de algumas dessas mulheres que estão à frente de suas comunidades, indo aos mais diversos espaços avolumar as reivindicações do grupo, contribuindo para que os gritos se unam e produzam ecos mais estridentes e, ao mesmo tempo, impedindo que suas histórias sejam silenciadas e determinadas pelos poderes impositivos da sociedade e do Estado. Assim, são remanescentes que deixam o espaço privado de suas casas para se agrupar em encontros no Brasil afora, defendendo que essa união pode fortalecê-las para o resgate da cidadania e na luta por direitos sonogados, conforme atesta D. Luiza Betania, liderança quilombola da Ilha do Marajó, Pará, em entrevista concedida a Souza (2008, p. 163, grifo nosso):

Todos os estados têm que se organizar e se unir pra ficarmos fortes, pra conseguirmos chegar no nosso objetivo, a **vontade de resgatar a nossa cidadania que foi esquecida**, o que **nossos antepassados não puderam fazer, estamos lutando pra conseguir**. Estamos perdendo parte da nossa história, porque os mais velhos estão morrendo e deixando poucas lembranças ou histórias pra gente. **Temos que buscar a nossa história, em outras comunidades e qualquer lugar**. Os antigos morreram e a gente não sabia o que a gente tinha perdido.

A cidadania que pode ser compreendida, a partir de Demo (1995, p. 1), como “[...] a competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada”. Assim, a inserção das remanescentes nesses movimentos apresenta-se como possibilidade de que suas reivindicações sejam mais ouvidas pelo Governo, suas histórias organizadas e contadas com equidade de direitos, respeito, dignidade e, desse modo, seus descendentes desfrutem de dias melhores. Dessa forma, os movimentos sociais tornam-se espaço de união, onde tomam conhecimento dos seus direitos e partem para conquistá-los.

Em estudo realizado por Souza (2008), outra voz remanescente presente nos movimentos quilombolas é da D. Maria¹⁸ que se vê enganada diante de inúmeros acessos negados e desrespeitos cometidos pelos Governos, como a ausência da educação formal em sua trajetória. Mas que não a impede de prosseguir com a luta pela garantia da igualdade e o reconhecimento da diferença como valor, a fim de que essas negações não perpassem para as demais gerações. Seu depoimento é revelador:

[...] Temos que ter o respeito aos nossos direitos, pelo amor de Deus, porque o que nós estamos passando, nós não queremos que nossos filhos passem. E **sabem porque é que eu estou falando isso, porque eu estou me sentindo enganada**. Sou mãe de nove filhos, tenho cinco netos, nunca estudei, faço meu nome garranchado, porque eu sempre tive que trabalhar. **Uma coisa que eu queria falar, poucas coisas porque eu não sei falar direito eu só fiz foi**

¹⁸ D. Maria, quilombola de São Francisco do Paraguaçu, Bahia, durante a Audiência do MPF, em 19 de setembro de 2007, citada por Souza (2008, p. 81).

trabalhar, agora falar assim que a pele da gente, o nosso cabelo duro que Deus deu com muito orgulho, a nossa cor, a nossa origem, é isso, é isso que as pessoas têm que entender, que seja governador, que seja ministro, que seja deputado, que seja senador, porque a gente respeita ele mas ele também tem que respeitar a gente, porque os nossos filhos, os nossos netos que vão parir, os que vão nascer, os que vão durar, tem que viver e tem que ser respeitado. (SOUZA, 2008, p. 81, grifo nosso)

Logo, as mulheres quilombolas são personagens geralmente situadas em áreas rurais que, ao ingressarem em movimentos, criam possibilidades de se afirmar como portadoras de um saber-poder no campo da política, que lhes proporciona também repensar seu cotidiano (SALES, 2007). Nessa direção, não se pode ignorar o trabalho que os movimentos quilombolas exercem no fortalecimento coletivo dessas mulheres, com saberes e realidades nas quais as carências materiais interferem de forma negativa diretamente no processo socioeducacional das gerações futuras. Assim, pluralizam discursos necessários para romper com as narrativas homogeneizadoras de equidade racial, social, ao passo que estão se empoderando, conquistando espaços. O estudo de Souza (2008) revela ainda que iniciativas de lideranças interferem nesse processo, conforme o posicionamento de Josilene Brandão, durante uma audiência coordenada pelo Ministério Público Federal, em 19 de setembro de 2007:

Pra nós do movimento quilombola, em nome da coordenação nacional, que é apenas uma fala institucional, mas que é o resultado do que é o movimento quilombola no Brasil, queríamos começar dizendo quem são os quilombolas. Porque nós estamos com quilombos de mais de trezentos anos nesse País e até hoje nós temos gastado energia pra dizer pra esse Estado brasileiro quem são os quilombos. **E isso pra nós é motivo de constrangimento porque isso significa dizer que esse Estado não reconhece os seus e não sabe quem constitui essa sociedade.** E pra dizer quem são os quilombolas eu queria dizer que não somos descendentes de escravos, nós somos descendentes de africanos. **A Escravidão foi uma condição social que vocês [o Estado] nos impuseram.** Portanto, os quilombos não nascem apenas de uma herança escrava. Ele nasce de uma determinação do povo negro de que nós não queríamos ser escravos. Nós nos rebelamos contra a escravidão porque nós nascemos livres e queríamos ser livres, e uma das maiores expressões de liberdade desse país foi a constituição dos quilombos. Portanto, nós somos construtores da sociedade brasileira, somos parte fundamental do processo de construção desse país, que a duras penas se constituiu e hoje nega seu passado, nega sua origem. Na condição de herdeiros de africanos, nós trouxemos pra cá como parte de nossa memória o processo cultural que contribuiu para a constituição do Brasil. E é exatamente porque nós estamos aqui que nós dizemos que estamos cansados de sermos tratados como estrangeiros, nós não somos estrangeiros, somos brasileiros e fazemos parte do patrimônio cultural desse país. Portanto, os quilombos que se constituíram nesse país não podem mais passar despercebidos das políticas públicas e ficar explicando em todas as esquinas quem somos nós. (SOUZA, 2008, p. 97).

A luta dessas mulheres, à frente dos movimentos, assemelha-se à resistência que impregna a história das mulheres africanas. Segundo Werneck (2010, p. 14),

[...] a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi novidade inaugurada pela invasão europeia e a instauração da hegemonia cristã. O que torna fácil compreender que tais ações precederam a criação do feminismo. No entanto, seu grau de influência sobre a criação deste ainda permanece invisível e pouco considerado.

Acerca dessa questão, Maestri (1988) destaca que a força feminina negra pode ser mostrada através de uma conquista memorada da história entre mulheres africanas, tais como Nzinga Mbundi, rainha Ginga do reino Ndongo, da África Central no Século XVII, que impressionaram os portugueses ao se mostrarem sagazes nas artes da diplomacia e nas artimanhas da guerra. Nas primeiras negociações, depois de uma guerra estabelecida entre lusitanos e africanos, Nzinga conquistou tudo o que seu reino havia perdido. Após a morte do seu tio, ela rompeu regras de sucessão do reino e subiu ao poder. É apontada por muitas ativistas brasileiras como um exemplo de mulher combatente e considerada por muitos historiadores como uma espécie de precursora do movimento de libertação angolano (MAESTRI, 1988).

A historiografia da África no olhar de escritoras africanas tem conseguido explicar um sistema de organização de inúmeras etnias africanas em que prevalece o matriarcado, o qual conforme esclarece Amadiume (1997, p. 196, tradução nossa),

Não é o oposto do patriarcado, ou um equivalente ao patriarcado, uma vez que não se baseia na apropriação e violência. A cultura e os rituais de matriarcado nunca comemoraram violência; em vez disso, eles tinham muito a ver com a fecundidade, intercâmbio e redistribuição.¹⁹

Ainda prossegue afirmando que:

O patriarcado e matriarcado são ideologias sociais e políticas que decidem diretamente o papel e o estatuto da mulher na sociedade; como a sociedade deve ser organizada; e como sujeitos sociais devem se relacionar entre si. Eles também são ideologias que decidem o grau de violência e abuso dos direitos humanos de que é permissível na sociedade. O Matriarcado como foi construído por mulheres africanas, tinha uma mensagem muito clara sobre justiça social e econômica. Foi redigida em uma poderosa religião baseada em deusa(s), uma forte ideologia da maternidade, e um princípio moral geral de amor. (AMADIUME, 1997, p. 101, tradução nossa)²⁰

¹⁹ “It is not the direct opposite of patriarchy, or an equivalent to patriarchy, as it is not based on appropriation and violence. The culture and rituals of matriarchy did not celebrate violence; rather, they had a lot to do with fecundity, exchange and redistribution (AMADIUME, 1997, p. 196).

²⁰ Patriarchy and matriarchy are social and political ideologies which directly decide the role and status of women in society; how society is to be organized; and how social subjects are to relate to one another. They are also ideologies which decide the degree of violence and abuse of human rights that is permissible in society. Matriarchy as was constructed by African women, had a very clear message about social and economic justice. It was couched in a very powerful goddess-based religion, a strong ideology of motherhood, and a general moral principle of love.” (AMADIUME, 1997, p. 101).

Desse modo, é difícil confirmar se esse perfil aguerrido, solidário, de compartilhamento nas associações e comunidades quilombolas rememora o matriarcado africano. Porém, esse legado tem sido defendido por inúmeras intelectuais negras brasileiras. Para Nascimento (2008), o matriarcado consiste em um sistema de poder político incorporado pelas personagens femininas, originário eminentemente da cultura africana.

No cenário atual, a historiografia, a sociologia e demais campos do conhecimento voltam-se para o papel desempenhado pelas mulheres quilombolas, por apresentarem uma forma peculiar de administração e organização política nas Associações, consideradas espaços onde são gestadas as mobilizações e reivindicações de melhorias para a comunidade, em que essas figuras femininas vêm se fortalecendo, disputando territórios políticos, desestabilizando solos de exclusão e, acima de tudo, se conscientizando sobre seus direitos e deveres, tomando como base o compartilhamento/troca e uso de informações.

As mulheres quilombolas, portanto, começam e terminam suas lideranças nas Associações, foco da pesquisa, *locus* das práticas de organização local e dessas mobilizações. Dessa maneira, a luta pela vida tem se manifestado na história de várias comunidades quilombolas do território nacional, sendo frequente encontrá-las organizadas em lutas nas Associações. Cruz (2008) destaca que a maior parte das comunidades quilombolas está organizada na forma de Associação e atuam no sentido de fortalecer o processo produtivo. Amaral (2005, p. 10) afirma que:

[...] a criação de associações vem ocorrendo principalmente através de reuniões, seminários e encontros onde as comunidades têm a oportunidade de discutir os seus problemas, trocar experiências e formular ideias. No entanto, essa organização política está em diferentes fases dependendo da comunidade, enquanto algumas estão ainda se afirmando enquanto remanescentes de quilombos, outras já estão em processo de titulação de suas terras ou mesmos com terras já demarcadas.

Para Leite (2000, p. 2) “[...] o maior número de associações quilombolas encontra-se no Pará e Maranhão e chegam a mais de 100. As estimativas da Fundação Cultural Palmares apontam para a existência de mil comunidades nestas áreas”. As associações, assim como, os movimentos sociais, encontram-se em etapas diferenciadas de organização, algumas já constituídas, fortalecidas e atuantes, outras em suas reuniões iniciais.

Desse modo, conforme exposto, tem sido recorrente o estudo das mulheres quilombolas que compõem essas associações de norte a sul do país, como é o caso da Comunidade Tijuaçu, do município do Senhor do Bonfim (BA); segundo Miranda (2014), ele abriga mulheres que lutam pela sobrevivência desde os primórdios da localidade, quando Mariinha Rodrigues, escrava fugida do Recôncavo baiano, no século XIX, desbravadora, estrategista, foi considerada

fundadora do território. Conforme essa autora, Mariinha deixa uma herança de luta que se manifesta em diferentes papéis na vida das tijuacenses, que vão da cozinha à rua, da roça à igreja, da mãe à provedora do lar. Miranda (2014, p. 113) destaca que esses papéis “[...] trazem em seu bojo resquícios da cultura africana”. Porém, por detrás desses enfrentamentos, há inúmeras dificuldades para o cumprimento de direitos básicos, tais como o combate ao analfabetismo, o que as conduz ao fortalecimento da união, mobilização e organização na Associação Quilombola de Tijuacu.

Na Paraíba, de acordo com Léo Neto (2012), através da Associação da Comunidade Quilombola de Ipiranga, situada no município do Conde (PB), as mulheres têm enfrentado um forte processo de autonomia. Segundo Santana (2011, p. 41), “Em Caiana dos Crioulos, [município da Paraíba] a associação é considerada, um espaço de conquista e de representatividade para o grupo, expressa a materialização da sua organização social e política.”.

Diante dessas Associações, elas têm descoberto seus direitos e lutado para conquistá-los: da casa própria à libertação da opressão masculina. Luzicleide Silva do Nascimento, entrevistada por Léo Neto (2012, p. 12, grifo nosso), destaca que:

[...] Tudo bem, os homem [de Ipiranga] trabalha e às vezes coloca comida dentro de casa, mas **as mulheres é que mandam.** [...] **as mulheres mais é que mandam dentro de suas casas. É orgulho.** Antigamente as mulheres viviam embaixo dos pés dos homens, mas hoje mudou, a situação reverteu. [...] Muitos homens trabalham, sim! **Mas quem comanda mais é as mulheres.**

Nos povoados remanescentes de quilombos, submissão e passividade entre as mulheres se tornam cada vez mais extintas, visto que são estas que se organizam em associações e lideranças para travar embates constantes por melhores condições de vida. O comentário de Pinto (2004, p. 234) reforça o que se diz:

Portanto, entendo que a ideia de submissão, fragilidade e dependência feminina torna-se complexa quando é vista a partir do contexto da vida cotidiana e nos espaços simbólicos de alguns povoados remanescentes de quilombos. Interpretando todas as atividades desempenhadas pelas mulheres, as relações de gênero, é possível perceber, que aí residem densos significados políticos, econômicos, sociais e simbólicos de experiência, saber, força, individualização e poder.

Para Carneiro (2003), o feminismo advindo dos embates travados pelo movimento clássico de mulheres não pode ser confundido com o mesmo movimento de resistência que travam as mulheres negras, visto que, possuem ideologias díspares. De modo geral, aquelas

mulheres, mesmo com inúmeras conquistas e vitórias, ainda carregam em sua composição as marcas de submissão e passividade. Ao passo que as mulheres negras em sua maioria desconhecem essa posição em virtude das condições de enfrentamento apresentadas em suas histórias, conforme salienta Carneiro (2003).

Rosenilde, entrevistada por Silva (2014, p. 66), moradora da Comunidade Ariquipá, município de Bequimão (MA), também atesta a força da Associação para suas conquistas, quando menciona que “[...] todas as benfeitorias [tais como: luz elétrica, água encanada, estradas, casas de alvenaria, entre outros] que teve na nossa comunidade não foi prefeito que deu, mas foi tudo através da nossa associação”.

Dessa forma, as remanescentes quilombolas têm contribuído e se destacado no cenário de atuação em suas localidades, obtendo também visibilidade externa a comunidade, quando somam vozes nos movimentos quilombolas. Segundo Souza (2008, p. 135), os Estados de Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco contam com uma forma de resistência negra em seu histórico advinda dos quilombos, onde as lideranças femininas representam uma importante face dessas mobilizações, a exemplo, a Comunidade de Conceição das Crioulas e Onze Negras (PE), espaços em que as mulheres iniciaram a luta pelos seus direitos.

Essa atitude de enfrentamento das mulheres quilombolas pode ser compreendida a partir de distintos vieses. De acordo com Giddens (2008), nos países pobres e periféricos, em geral, as mulheres tendem a encarar as adversidades e lutar por melhores condições para sua população. Na história das mulheres negras, esse enfrentamento por melhorias para sua vida e de seus familiares é uma constante.

Assim, essas remanescentes precisam enfrentar as adversidades que são inúmeras em seu território. Conforme dados do relatório quilombola de 2012, das 214 mil famílias (composta por 1,17 milhão de quilombolas em todo o Brasil), 80 mil estão cadastradas no CADÚNICO²¹; 64 mil famílias, 79,78% do total, são beneficiárias do Programa Bolsa Família²²; 74,73% das

²¹ É o cadastramento e a manutenção de informações atualizadas de todas as famílias brasileiras com renda *per capita* inferior a R\$120,00 (cento e vinte reais). (BARROS; CARVALHO; MENDONÇA, 2009, p. 2)

²² Para conseguir acesso ao Bolsa Família 2017, é necessário que a família comprove situação de extrema pobreza. Famílias em que a média de renda entre todos os membros da família não ultrapasse os R\$170,00 mensais tem direito. Caso a renda mensal da família ainda seja inferior a R\$ 85,00 por pessoa, a família poderá receber um auxílio extra, para ajudar a superar a pobreza. Além disso, é necessário comprovar que as crianças estão estudando, no período apropriado, e se estão com a carteira de vacinação em dia.

Os valores variam: um primeiro valor pago é o rendimento de R\$ 85,00 para famílias que tenha renda mensal inferior a R\$ 85,00 por pessoa. Esse benefício serve para ajudar aquelas famílias que se encontram em situação de pobreza extrema; outra variável no valor do benefício é o número de filhos de 0 a 15 matriculados na escola – a cada filho cadastrado, a família recebe um auxílio de R\$ 39,00, sendo possível cadastrar no programa até 5 filhos ou dependentes; as famílias podem receber R\$46,00 por adolescente (entre 16 e 17) que esteja em dias com os estudos. Nesse caso, é permitido cadastrar até 2 jovens no programa para receber o auxílio. Logo, os valores do Bolsa família 2017 podem variar de R\$ 85,00 a R\$ 457,00 mensais. (CALENDÁRIO..., 2017)

famílias quilombolas estão em situação de extrema pobreza; e 82,2% desenvolvem atividades de agricultura, extrativismo ou pesca artesanal (BRASIL, 2013b, p. 9). O quadro 1 resume as estatísticas dos dados socioeconômicos baseados nas informações disponíveis sobre as famílias quilombolas cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais, em janeiro de 2013.

Quadro 1 – Cadastro Único de Programas Sociais

Famílias	Quantitativo
Cadastradas no CADÚNICO	80 mil*
Beneficiárias pelo Programa Bolsa Família	64 mil
Quilombolas em situação de extrema pobreza	74, 73%
Autodeclararam-se pretos ou pardos	92, 1%
Não sabem ler	24,81%
Desenvolvem atividades agrícolas, extrativismo ou pesca artesanal	82, 2%
* Da estimativa de 214 mil famílias e 1,17 milhão de quilombolas em todo o Brasil	

Fonte: (BRASIL, 2013b, p. 9), adaptado pela autora.

Por outro lado, não se pode desconsiderar a ausência dos homens, que saem das comunidades em busca de sustento para sua prole, frequentemente, ocupando os mais baixos postos de trabalho; outros se deslocam para as plantações em fazendas nas demais regiões do país, a fim de conseguir a renda necessária para o sustento de sua família; há casos de homens que permanecem ajudando nos trabalhos da roça na localidade e existe uma parcela que tem contribuído para o aumento nas estatísticas de alcoolismo e envolvimento com drogas. (SOUZA, 2008; SILVA, 2014).

Para Abreu (2014), as economias rurais do Brasil pós-abolição diminuíram o papel dos homens dentro da comunidade, forçando-os a procurar trabalho fora das comunidades e ausente por longos períodos de tempo. Isso colocou as mulheres em posição de assumir maior autoridade em suas próprias famílias e comunidades. Este papel ampliado se uniu a outros fatores para criar o espaço para elas como líderes econômicos e cívicos, especialmente nas comunidades quilombolas. É importante qualificar que a ausência de homens foi um dos muitos fatores importantes. De fato, as negras de tabuleiro de Minas Gerais colonial não exerciam liderança econômica unicamente pela ausência de homens. No contexto contemporâneo, essa realidade estrutural criou um vazio, enquanto outros fatores criaram aberturas para a liderança.

Porém, não são todas as comunidades que as mulheres apresentam esse perfil ativo, até porque inúmeras vezes precisam compartilhar os papéis de líderes dessas associações com o de mãe e de dona de casa. A participação das mulheres em espaços que colaborem com a melhoria da comunidade nem sempre são bem compreendidas por outras mulheres ou pela própria

família (ANDRADE, 2004). Assim, são diferentes aspectos de empoderamento dessas mulheres diante do trabalho Associativo.

Na Guiné Bissau e em Moçambique, o trabalho associativo desenvolvido pelas mulheres vem conduzindo-as à aquisição e manutenção de bens materiais e imateriais, como apresentam Gomes (2008) e Casimiro (2010, 2011), e, em outras ocasiões, auxiliando-as na ampliação do número de mulheres na política africana. Como pode ser observado nas palavras de Tripp (2013, tradução nossa) “[...] Hoje, a África é líder na representação parlamentar das mulheres em todo o mundo [...]”. Tais práticas não necessariamente foram as únicas responsáveis por esta estatística, visto que se encontram entre outras medidas políticas direcionadas aos países africanos, mas são responsáveis por importantes contribuições.

É importante esclarecer que são práticas tradicionais, reapropriadas e fortalecidas pelas mulheres excluídas em contextos de crise decorrentes das políticas de reajuste estrutural, na década de 1980, que, entre outras consequências, aumentaram as taxas de desemprego e o trabalho informal e levaram à carência de produtos de primeira necessidade nos mercados locais (GOMES, 2008; CASIMIRO, 2010).

Em virtude dessa situação, as mulheres pertencentes às classes mais desfavorecidas e de diferentes estados civis (casadas, divorciadas e solteiras) foram forçadas a buscar estratégias de sobrevivência e a desenvolver trabalhos informais, a fim de prover os recursos necessários para manutenção de suas famílias. A situação de precariedade laboral e social, perante a falta de recursos financeiros para investir em negócios próprios, fez com que as mulheres recorressem às práticas associativas de ajuda mútua, com o propósito de obter meios necessários, por meio de poupanças e créditos rotativos. Tais estratégias lhes permitiram aceder ao montante econômico para investir em atividades geradoras de rendimento²³. Essas práticas se tornaram a base para o desenvolvimento de diversas associações, as quais, segundo Casimiro (2011), podem ser compreendidas em duas categorias: as Associações de Poupança e Crédito Acumulado (ASCAS)²⁴ que se diferenciam das Associações de Poupança e Crédito Rotativo, as ROSCAS²⁵ por serem mais complexas e flexíveis, e geralmente geridas por mulheres.

²³ Kaaber ([2013?], p.1, tradução nossa) expõe que o poder de associação e de ação coletiva, sua capacidade de transformar as vidas e os meios de vida de grupos marginalizados, especialmente as mulheres pobres em países pobres, têm sido um fio contínuo que atravessa a história desses países.

²⁴ As ASCAS têm algumas características, tais como: i) as poupanças podem ser fixas ou variáveis; ii) não há obrigatoriedade de aceder ao crédito disponível por parte de cada membro, sendo este apenas atribuído aos membros que o solicitarem; iii) muitas vezes há um fundo disponível para qualquer eventualidade, desastre, uma espécie de seguro. (CASIMIRO, 2011, p. 14).

²⁵ ROSCAS ou PCR são constituídas por um grupo de indivíduos que fazem contribuições regulares para um fundo comum, que é então emprestado na sua totalidade a um dos membros em cada ciclo, dando a esse membro a possibilidade de aceder a uma grande quantidade de capital que doutro modo

Para Borges e Freitas (2005, p. 35), o “[...] funcionamento de associações de mulheres está documentado nas sociedades pré-coloniais, assim como nas atuais da África Ocidental²⁶”. Assim, as mulheres africanas adotam as práticas associativas desde o período pré-colonial, o que já caracteriza uma tradição e, atualmente, têm inclusive ganhado força e destaque no cenário da literatura econômica.

Existe um número significativo de pesquisas sobre a forma como as mulheres africanas têm recorrido às práticas associativas de interajuda, tanto no espaço rural, quanto urbano. Em Moçambique, recebem, entre outros, o nome de *Xitique*²⁷.

As associações que adotam as práticas de interajuda como o *Xitique* desencadeiam experiências particularmente positivas, concedendo poder econômico, político e social e contribuindo para a promoção da equidade de gênero, em particular, empoderando as mulheres na esfera pública, dando-lhes a oportunidade de transformar suas histórias, participando na elaboração de leis que contribuam para melhorar a condição feminina. Borges (2005, p. 25) corrobora esta afirmação com o seguinte comentário:

Antes, como actualmente, as mulheres apelando aos valores tradicionais da solidariedade feminina e da mutualidade, organizam-se em associações para aumentarem o seu poder económico, religioso e político, enquanto estratégias de emancipação social e política. Neste âmbito, as associações de mulheres constituem importantes espaços sociais, económicos e afectivos, proporcionando às mulheres os meios de enfrentarem de forma autónoma os desafios e constrangimentos das suas vidas.

Esse empoderamento é que tem possibilitado as mulheres conquistas através de suas estratégias econômicas a partir das poupanças de crédito rotativo e práticas solidárias, as quais favorecem uma maior participação feminina nos espaços públicos. Tripp (2013) menciona que

não seria possível. Existem em várias partes do mundo tendo designações diferentes, como por exemplo, *Tontines* em alguns países da África Ocidental, *Xitique* em Moçambique. (CASIMIRO, 2010).

²⁶ Na mesma linha e segundo Hay e Stichter (1984, p. xi-xii, tradução nossa) “[...] a África tem uma rica tradição de mulheres que colaboraram em grupos, em vez de restringir seus trabalhos somente a um domínio ‘privado’ ou doméstico. A participação da comunidade varia de grupos de trabalho rurais e sociedades secretas às cooperativas modernas, associações de mulheres de comerciantes urbanos e mulheres profissionais aos dos cervejeiros e prostitutas. Muitas dessas cooperativas rurais e projetos de auto-ajuda, são constituídas principalmente por mulheres”.

²⁷ Tal como em Moçambique, existem trabalhos advindos das práticas associativas de interajuda na Guiné Bissau, denominadas *Abota* e *Mandjuandade*. De acordo com Der Vaeren (1996), a *Abota* é quando o consórcio se estabelece com finalidade de ganhos pecuniários de poupança, ao passo que a *Mandjuandade* é uma associação com membros que se unem com o propósito de realizar atividades para cerimoniais religiosas e/ou outras de fins lúdicos e de solidariedade social. (BORGES, 2005, p. 12-13). Segundo Semedo (2010, p. 124-128), as *mandjuandadi* [es] existem em todos os grupos étnicos da Guiné-Bissau e surgiram há mais de 150 anos. A autora acrescenta ainda que essas associações são regidas por normas próprias e atribuições específicas, formadas por grupos de pessoas, mais ou menos da mesma faixa etária ou ainda da mesma geração.

em países como a Rwanda, as mulheres chegam a ocupar 64% dos assentos legislativos, realidade ainda não difundida em todo o continente africano, mas supera inúmeros países do continente americano e do europeu.

Na visão de Osório e Mejia (2006, p.89-90), as experiências associativas representam:

[...] o surgimento de uma consciência sobre o papel das mulheres como produtoras de riqueza e maior visibilidade, num processo dinâmico de mudanças complexas e geradoras de conflitos e de novas situações também causadoras de tensões a que é necessário fazer face [...]

Foram as práticas associativas de interajuda que lhes trouxeram independência dos orçamentos públicos que, na maioria das vezes, eram inviabilizados pela própria política de reajuste econômico para países do Terceiro Mundo, como os países africanos, onde os juros demasiadamente elevados e a burocracia obstruem o acesso aos financiamentos bancários. Logo, essas práticas, que advém da tradição e se reconfiguram ao longo das gerações, vêm auxiliando na manutenção e expansão das atividades associativas, resultando em significativas experiências para as mulheres pobres de países africanos, devolvendo-lhes, não só os recursos materiais necessários para sua sobrevivência, mas também a possibilidade de acesso aos recursos políticos e sociais para suas futuras gerações (GOMES, 2008; CASIMIRO, 2010, 2011).

Embora a arrecadação de fundos na Associação das mulheres guinebissauenses e moçambicanas sejam muito interessantes, esta investigação sobre as mulheres quilombolas à frente da Associação não contemplará essa direção de empoderamento pelas poupanças, mas em analisar quais informações são necessárias para o fortalecimento de suas atuações diante de seus papéis de líderes e em suas atividades cotidianas. Desse modo, as práticas associativas das mulheres africanas, ainda que em espaços díspares das mulheres quilombolas, possuem similitudes por serem mulheres negras, em busca de narrativas mais positivas, a dinamizar e potencializar o trabalho de suas associações e, assim, alcançar espaços políticos e públicos de reivindicação de políticas públicas efetivas e de melhorias para sua localidade. Como afirma Freire (1983, p. 32), o processo de construção e libertação das classes pobres e oprimidas deve ser planejado e tecido pelos próprios oprimidos,

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem mais do que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela [...]

Ante o exposto, acredita-se que a CI possa auxiliar na ampliação de horizontes e no fortalecimento das práticas associativas com e para as líderes quilombolas contemporâneas em novo contexto, com novos atores que continuam a batalha pela libertação e sobrevivência que, após quase duas décadas de uma “falsa abolição”, têm suas histórias sendo decididas no silêncio de inúmeras violações do Estado e da Sociedade. O acesso à informação pode auxiliar no processo de autonomia de mulheres que cada vez mais necessitam de informação para novas responsabilidades que assumem na sociedade, ao mesmo tempo em que cuidam dos lares, dos filhos, atuam na gestão da Comunidade, ações que não prescindem da busca por informação e obtenção das fontes adequadas para recuperação de suas lacunas informacionais que possam garantir-lhes a possibilidade de desenvolvimento socioeconômico, qualidade de vida e aquisição de benefícios, direitos fundamentais sonogados para elas e suas famílias.

Arruti (2009) destaca que o Programa Brasil Quilombola, embora atuando na redução da pobreza extrema que castiga essas populações, contém políticas públicas de desdobramentos dúbios, visto que o orçamento destinado a essas comunidades têm sido gasto em ínfimas parcelas das anunciadas pelo Governo Federal e a proposta de democratização, em parceria com os municípios, repete, com raras exceções, um modelo de discriminação no qual essas populações servem apenas para o desvio de verbas, sem que saibam necessariamente da existência desses recursos direcionados a elas.

Outro agravante é a descontinuidade dos Programas Sociais. Para o ano 2016, haviam sido anunciado 5 milhões para investimentos nas atividades de reconhecimento dos territórios quilombolas pela Presidente Dilma. Contudo, com a assunção de Michel Temer, foi extinto o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos e a SEPPIR, conquista dos Movimentos Quilombolas há 13 anos. No entanto, sua transferência para três Ministérios reflete o descaso com as causas dessa população. Isto porque o referido Ministério era responsável pelo Programa Brasil Quilombola.

Logo, as associações quilombolas são afetadas diretamente por essas decisões, é nesses espaços que as deliberações políticas, econômicas e coletivas da comunidade são organizadas e fortalecidas. Para o Governo Federal, as associações são formas de organização administrativa, exigidas para os remanescentes quilombolas acessarem os Programas Sociais e uma das prerrogativas principais para que possam iniciar o processo de titulação das terras com o INCRA. O processo de autodefinição de uma comunidade obedece regras estabelecidas por instrumentos legais, quais sejam:

- a) A comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da auto-definição, aprovada pela maioria de seus moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;
- b) A comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembléia convocada para a específica finalidade de deliberação a respeito da auto-definição, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada. (FIABANI, 2008, p. 171).

Dessa forma, analisar as necessidades informacionais, compreender as necessidades reais, como se dá o fluxo informacional e comportamento informacional (busca, acesso e uso da informação) dessas mulheres diante das Associações requer uma contextualização de como se deu a resistência e contribuição dos/das negros/negras no estado do Maranhão, município de Alcântara onde está localizada a Comunidade Quilombola de Itamatatua, visto que cada realidade possui sua identidade a partir também dessas influências.

3 O/A NEGRO/NEGRA NO CONTEXTO MARANHENSE

Estudar o passado leva-nos a apreender conteúdos inerentes à compreensão da história, que não são vistos na universidade e, menos ainda, nas fases anteriores da educação formal (SANGER, 2009), de modo que, pesquisar a trajetória dos/das negros/negras, no Maranhão, possibilita-nos compreender um pouco dessa identidade negra na cultura maranhense.

Contemporaneamente, a identidade compõe a pauta da teoria social, desenraizando as velhas identidades, fazendo surgir novas identidades e desconstruindo a ideia de sujeito uno. Hall (1997) afirma que há uma crise de identidade reconhecida como parte de um processo mais amplo de mudança, que desloca as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas e abala os quadros de referências que serviam de ancoragem no mundo social.

Os descendentes da ancestralidade africana - afrodescendentes - buscam “[...] elementos do passado para afirmarem uma identidade que já não é a mesma, que foi negada, ou seja, promover a tradução de uma tradição cultural dos seus antecedentes e lutar por espaços que possibilitem a multiplicação dessa identidade” (WANDERLEY, 2009, p. 121).

Dialogando com Queiroz, o estudioso Bastide (1974, p. 1) afirma que, “[...] ao lado da cultura propriamente africana, formou-se nas Américas uma cultura negra original, diferente da africana, mas diferente também da cultura branca dos diversos países americanos [...]”. Desse modo, cada país, no caso, cada região tem suas peculiaridades na condução do sistema escravocrata e nossa pretensão não se foca na compreensão estanque de uma ancestralidade imutável, mas em uma compreensão transformada com essa interação social, histórica e política, que reconfigura a cultura maranhense a partir de negros, indígenas e europeus, que se miscigenaram aos valores africanos e jorram na cultura e no sangue maranhense.

É nessa perspectiva que o presente estudo pretende investigar o espaço da Comunidade Quilombola de Itamatatuia, com o desígnio de contribuir e dar voz à história das mulheres quilombolas dessa localidade, entendendo-as como protagonistas na produção, acesso e uso da informação com vistas a sua democratização e, “[...] enquanto sujeitos sociais, visto que é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe)” (GOMES, 2005, p. 42).

Os negros trazidos para o Maranhão, segundo Meireles (1994), teriam chegado cerca de 100 anos antes da criação da Companhia Geral de Comércio, datada de 1755, em 14/06/1655, quando foi criado o cargo de Juiz da Saúde pelo Senado da Câmara de São Luís, para

inspecionar os navios que traziam os escravos, acometidos por inúmeras moléstias. Além disso, o Estado, criado em 1621, ficou sob domínio holandês de 1641 a 1644, período em que o fornecimento de mercadoria negra esteve sob posse das feitorias portuguesas, algo que impedia a entrada de negros no Maranhão antes dessa data.

Segundo Meireles (1994, p. 151), há diversos motivos para que não se possa afirmar uma única origem dos africanos expatriados para as terras do Novo Mundo, dentre eles: a Líbia, celeiro de exportação do negro, possui designações geográficas atuais díspares das nações daquela época, em que reinos foram extintos, tendo a própria abrangência territorial alterada; a Guiné com território distinto de outrora e reinos que também desapareceram; “os fôlegos vivos”, em sua maioria, eram prisioneiros intertribais vendidos pelos vencedores nos mercados negreiros; quando o tráfico negreiro foi declarado ilícito no norte do Equador, os traficantes desviaram o local de abastecimento da mercadoria humana interessando que fossem peça de Guiné, independentemente de qual costa houvesse partido; e, por fim, a própria divergência entre autores. Além dessas argumentações, acrescenta-se que a denominação dada aos escravos, em geral, estava relacionada ao nome dos portos onde embarcavam, por exemplo, aqueles advindos da Costa de El Mina ficaram conhecidos como os negros de mina.

Conforme Ramos (1988, p. 17), é possível chegar, com uma relativa clareza, aos dois grandes grupos dos negros que se instalaram no Brasil: bantus e sudaneses. Desses – os mais importantes foram os denominados “yourubanos” ou “nagôs” e os “gêges” (ewes ou dahomeyanos); em segundo lugar, os minas (“Tshis e Gás”), os “haussás”, os “tapas”, os “bornus” e os “gruncis” ou “gallinhas” e dois povos de origem berbere-ethiopica e de influência mahometana: os “fulahs” e os “mandes” – que compuseram “[...] os mercados de escravos da Bahia, e de lá espalhando-se pelas plantações do recôncavo baiano e secundariamente por outros pontos do Brasil [...]”. Os bantus - compreendiam os “angolas”, os “congos” ou “cabindas”, os “benguellas”; os negros de Moçambique (incluindo os “macúas” e “angicos”) - foram introduzidos em Pernambuco (estendendo-se a Alagoas), no Rio de Janeiro (estendendo-se ao estado do Rio, Minas e São Paulo) e no Maranhão (estendendo-se ao litoral paraense).

Na visão de Costa (1997), os escravos, em meados do século XVII, em sua maioria da cultura banto, vieram, principalmente, de países como o Golfo de Guiné, de Senegal até de Angola; eram embarcados, sobretudo, na Costa da Mina (Costa do Marfim, Costa do Ouro, Costa dos Escravos e as ilhas portuguesas de São Tomé e Príncipe). Assim, para o Estado do Maranhão, chegaram negros angola, congos, fanti-ashantis, nagôs e gêges.

Apesar das dificuldades mencionadas anteriormente, Meireles (1994, p. 155-158) destaca cinco importantes nações trazidas da Terra da Vida²⁸ para o Maranhão: Guiné-Bissau (principais grupos étnicos, os balantas e os fulas); Togo (grande parcela de negros mina); Benin (grupos étnicos: fons, jejes e iorubas); Nigéria (principais grupos étnicos: os iorubas, os hauçá-fulani e os ibos) e Angola (quase toda composta de bantos- bacongos, quibundos, ovimbundos e chacues); e, em grupos menores, constituem-se os de Senegal, Gâmbia, Guiné e Alto Volta, por cujos territórios se espalhavam os mandingas e os fulas; Gana, a antiga Costa do Ouro, onde habitam os axantis; e o Congo, de predominância banto, além dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe.

A questão da ancestralidade dos maranhenses é discutida por Bastide (1974, p. 16): “[...] No Norte do Brasil (São Luís do Maranhão), é a cultura daomeana, mais particularmente, fon [...]”. Dessa forma, esses autores oferecem inúmeras possibilidades de ancestralidade para os negros que habitam terrenos maranhenses, mas nesta pesquisa esse não é foco, o que se busca apresentar é o legado de resistência dos negros no modo de ser, no fazer a cultura maranhense.

Moura (1987) menciona que o Brasil foi um dos países que mais recebeu negros na América no período escravocrata, os quais eram distribuídos de acordo com os interesses econômicos das regiões coloniais e necessidades do mercado externo. Logo, para o Maranhão, estendendo-se até o Pará, vieram compor a produção do algodão.

Apesar de, erroneamente, o negro ter sido considerado como uma massa indispensável para enriquecimento de uma classe abastada, não foi passivo, muito menos resignado; lutou bravamente pela sua libertação em todos os momentos do período escravocrata, demonstrando sua indignação em diversos movimentos de resistência, como as revoltas urbanas, as guerrilhas e os quilombos. No Maranhão, houve insígnias organizações em quilombos e insurreições, tais como a de Lagoa Amarela (do negro Cosme, um dos líderes da Balaiada), Turiaçu, Maracaçumé, São Benedito do Céu, Cururupu, Limoeiro (em Viana) e Frechal (em Mirinzal); e a Insurreição de escravos em Viana, em 1867, entre outras que demarcam o caráter de obstinação desse povo pela liberdade e igualdade de direitos, ao longo de sua trajetória no solo brasileiro.

Após a abolição, em 1888, a situação de escravização dos negros em território maranhense não se modificou: tornou-se comum encontrá-los perambulando pelo centro de São Luís, em busca de alimento, sem oportunidade de se inserir na sociedade e, muito menos, na produção econômica. Costa (2015) destaca que os negros continuavam trabalhando no serviço

²⁸ Como os negros designavam a África (CARNEIRO, 1981, p. 23)

sujo e pesado, residindo em abrigos precários, no fundo das casas onde trabalhavam, em periferias e palafitas ou ocupavam terrenos baldios. Esses elementos não os impediram de demarcar e mesclar seus valores ressignificados aos dos indígenas, brancos e outros povos, que compõem a identidade étnica maranhense, sendo demonstrado nos dados do censo de 2010 (IBGE, 2013) que este é o estado com um dos maiores percentuais de identificação parda do país, compreendendo cerca de 66,5% da população. Perde apenas para os estados do Pará (69,5%) e Amazonas (68,9%), pois nestas regiões a cor parda se dá em decorrência da “miscigenação entre brancos e índios”, enquanto que no caso maranhense trata-se de afrodescendência²⁹(COSTA, 2013).

De acordo com Barreto (1977), ainda que o Maranhão tenha iniciado tardiamente o tráfico negreiro, em certo período apresentou a percentagem mais elevada de negros do que brancos no estado, quantitativo que se reflete no falar, na culinária, na religiosidade, na dança, na música, dentre diversas outras práticas culturais do maranhense.

Ao “navegar” pelas cozinhas maranhenses, degustam-se temperos picantes provenientes da culinária africana. Um dos pratos eminentes dessa combinação é o arroz de Cuxá, que, entre seus ingredientes, faz uso da vinagreira, hortaliça originária da África. Na música, o *reggae*, vindo da Jamaica, dá ao estado o epíteto de Jamaica Brasileira, além das batidas fortes dos tambores que se misturam ao cantar e compor de renomados artistas locais e nacionais que poetizam a cultura de matriz africana, em melodiosas composições ritmadas, em reverência a deuses e deusas africanos, como a letra da música Mamãe Oxum, de Zeca Baleiro (1997):

Eu vi mamãe Oxum na cachoeira
Sentada na beira do rio
Colhendo lírio lirulê
Colhendo lírio lirulá
Colhendo lírio
Pra enfeitar o seu congá
Ê areia do mar que o céu serena
Ê areia do mar que o céu serenou
Na areia do mar mar é areia
Maré cheia é mar marejou

Nas manifestações culturais, o Tambor de Crioula, o Bumba-meu-boi e o Cacuriá de Dona Tetê fazem parte da tradição cultural do Maranhão.

Na religiosidade, mesmo impregnada de acentuado preconceito, em virtude de uma construção histórica que ignora e discrimina seus cultos e práticas, podemos observar nas palavras de Ferretti (2004, p. 22):

²⁹ Entendido como descendência africana.

No Maranhão, a prisão de curandeiras e pajés, no final do Século XIX, e a repressão a terreiros afro-maranhenses, na primeira metade do Século XX, foram bastante registradas por jornalistas, muitas vezes cobrando das autoridades maior rigor no cumprimento da lei e das determinações de órgãos públicos, criados para atuar nas áreas de saúde pública e encarregados da fiscalização dos terreiros.

Ainda assim, a religiosidade de matriz africana manifesta-se fortemente. Segundo Costa (1997), no estado, há cerca de quatro mil terreiros, e em São Luís, são registrados 1.200, que têm diversas origens, tais como: a Casa das Minas³⁰, com mais de 400 anos (FERRETTI, 1995).

Lamentavelmente, ao lado dessa ancestralidade com a “Mãe África”, o “Estado tem os municípios com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) encontrados no Brasil”. (ÍNDICE..., 2013, p. 81).

O Município de Alcântara ajuda a compor essa lastimável estatística, com um IDHM de 0,573, considerado muito baixo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2013). Ainda, conforme dados do IBGE (2013), esse município compreende uma população com 21.851 pessoas, das quais 15.452 habitam a zona rural, estando 46,21% inseridos no percentual de extrema pobreza, isto é, vivendo com uma renda igual ou inferior a 70 reais mensais. Esses fatores refletem a omissão do Estado, a qual reverbera na negação de direitos fundamentais, a exemplo de cuidado com baixa expectativa de vida (pessoas idosas somam apenas 11% da população), acesso à água potável, rede de esgoto e coleta de lixo, acesso a transporte coletivo e à educação.

3.1·A presença de negros/negras no contexto alcantareense

A princípio, Alcântara era uma grande aldeia dos índios Tupinambás, que começou a ser colonizada em 1612 por franceses. Contudo, os portugueses retomam a posse desse território em 1615, depois de disputas com franceses, da qual saem vencedores e doam essas terras a Jerônimo de Albuquerque, originando a capitania de Cumã, tendo por capital São Matias de Tapuitapera. Paralelamente à elevação da produção agrícola e à instalação dos primeiros engenhos de açúcar, em 1648, é promovida à Vila de Santo Antônio de Alcântara, homenagem

³⁰ Pesquisada por renomados pesquisadores, como Pierre Verger, Roger Bastide, Sérgio Ferretti, organizada na metade do século XIX por negros de origem daomeana, constituindo o principal grupo de culto, fora da África, de ancestrais divinizados da família real do Abomé (FERRETTI, 1995, p. 14)

concebida ao desembargador Antônio Coelho de Carvalho, proprietário da Quinta de Alcântara, Portugal (SÃO..., 2008).

Com a criação, em 1756, da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, Alcântara desencadeia um progressivo desenvolvimento econômico, advindo, principalmente, da mão-de-obra do negro escravizado, período que decorre entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX, quando foram construídas grandes obras, como o Pelourinho, sobrados e igrejas, obtendo reconhecimento nacional pela sua importante produção agrícola e comercial, vigorando como um importante centro de produção do Estado.

É no século XIX que o processo de escravização se enraíza em Alcântara e adjacências, advindo, sobretudo, do crescimento das atividades agrárias das fazendas (SÃO..., 2008). As ordens religiosas também se fizeram presentes nesse cenário de exploração africana e ocupação de solos alcantarenses, a exemplo da Ordem do Carmo, que possuía dois conventos, um em São Luís e outro em Alcântara. Conforme Lopes (2002, p. 269) “[...] José de Moraes informa que eles fundaram o convento de São Luís em 1627 [...]”. Em relação ao convento de Alcântara, esse mesmo autor pontua algumas discordâncias entre as datas, mas foca a década de 1640 do século XVII como de possível fundação e destaca ainda a quantidade de religiosos que residiam nos conventos da Ordem do Carmo, em 1848 - dez em São Luís e seis em Alcântara. (LOPES, 2002, p. 276)

Essa fase áurea, que atraiu portugueses, religiosos das mais diversas ordens, propiciou um acúmulo de capitais que possibilitou aos comerciantes usufruírem das benesses do enriquecimento com a mão-de-obra escrava. A cidade chegou a receber o epíteto de Tróia Maranhense. Entretanto, esse período durou pouco. Entre outros motivos, destacam-se dois de maior insigne: o declínio da produção de algodão, o principal produto de exportação, retomado após a Guerra da Secessão pelos Estados Unidos, o que fez esse comércio despencar; e outro, a Abolição da Escravatura, em 1888. Por esse motivo, as grandes propriedades ocupadas por ricos fazendeiros e ordens religiosas foram evadidas. Assim, muitos retornam a seus países de origem e outros para São Luís, deixando suas terras para União. Cabe salientar que nunca mais Alcântara conseguiu se recuperar economicamente e o que se observa na sua paisagem atual são apenas ruínas e prédios antigos que, apesar de serem considerados patrimônio nacional, não são objeto de uma política de restauração.

Foto 1 - Ruínas de Alcântara



Fonte: Dados da pesquisa

Depois que foram desocupadas, as terras alcantarenses tornaram-se habitação para descendentes de quilombolas e índios, uma das populações de notoriedade pelo número de remanescentes de quilombos que residem em comunidades. Pontuamos nossa compreensão sobre remanescentes de quilombolas, a partir do conceito da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o qual “[...] se refere a grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos em um determinado lugar” (ANDRADE; TRECCANI, 2000, p. 20), isto é, práticas culturais que envolvem os labores cotidianos relacionados às tradições e heranças ancestrais:

[...] Trabalhando inventivamente possibilidades e potencialidades oferecidas pelo meio ambiente local, as comunidades quilombolas da região empregam diversas formas de apropriação e transformação desse território refletidas em diferentes natureza de bens e modos de expressão cultural, todos eles exibindo a rica e criativa participação da matriz africana na identidade local. Além do Tambor de Mina e o Tambor de Crioula, os quilombos do interior de Alcântara ainda revelam práticas vernaculares de arquitetura, a exemplo do uso da terra crua como material base de construção (taipa de sopapo e adobe) ou ainda o manejo aplicado de produtos locais, que se fazem notar na construção dos trançados diversos dos telhados e ‘palha-brava’. Dentre os artefatos domésticos e de trabalho, encontra-se cestaria variada, fabricada em fibras e palhas de palmáceas locais como o buriti e o babaçu, além de técnicas ceramistas centenárias e o domínio dos processos artesanais de transformação da madeira, usada na construção de pilões, bandejas, cochos, arados, suportes

e até mesmo embarcações de pequeno e médio porte [...] (SÃO..., 2008, p. 350-351)

Alcântara tem anualmente uma das maiores atrações culturais do estado: a festa do Divino de Alcântara, que ocorre 50 dias após a Páscoa, durante o domingo de Pentecostes, e refaz uma das maiores manifestações sincréticas do estado, advindas dos açorianos, portugueses que aportaram entre 1615 e 1625 na região. Mesmo sendo uma festa de tradição europeia, foi incorporada pelos negros, que marcam o festejo pelos toques das caixeiras e pela distribuição do “doce de espécie”.

Ao lado desse fértil cenário cultural, a população alcantarense, sobremaneira, as comunidades quilombolas, desde os anos de 1986 e 1987, vêm sendo vítima de deslocamentos compulsórios, promovidos pelo Governo Federal para a construção do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), organização do Comando da Aeronáutica que, após análise, considerou o ponto estratégico para lançamento de foguetes e de relevância para o Programa Espacial Brasileiro. Contudo, o que pareceu excelente para o progresso nacional tornou-se ação devastadora para mais de 331 comunidades de 31 povoados, pois populações que habitavam e construíram laços com as terras desde o século XVIII foram deslocadas para áreas improdutivas, ocasionando transtornos para sua sobrevivência. Por conta dessa luta, os quilombolas buscam seus direitos, com o apoio de diversas organizações – como a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão, o Centro de Cultura Negra do Maranhão, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, a Justiça Global e o Centro pelo Direito à Moradia.

A presença do CLA veio interferir num sistema que até então era, ainda que economicamente pobre, praticamente auto-suficiente, autônomo e isolado. A presença desse Centro veio romper o relativo equilíbrio e estabilidade do ponto econômico e social, misturando "roceiros" com "pescadores" com ‘pesquisadores’, situação que acaba se agravando quando surge a questão quilombola, que não é clara e muito menos comum a todos. (BRAGA, 2011, p. 20)

Atualmente, conforme dados do censo de 2010, a população de Alcântara é composta por 21.851 habitantes que dividem uma extensão territorial de 1.457,916 km², localizadas a 22 km de São Luís, capital do estado. Economicamente, eles se sustentam basicamente da agricultura de subsistência, da pesca artesanal, do escasso turismo local e das aposentadorias dos idosos, geralmente um salário-mínimo (IBGE, 2013). É considerado o município, no cenário nacional, que abriga o maior quantitativo de Comunidades Quilombolas.

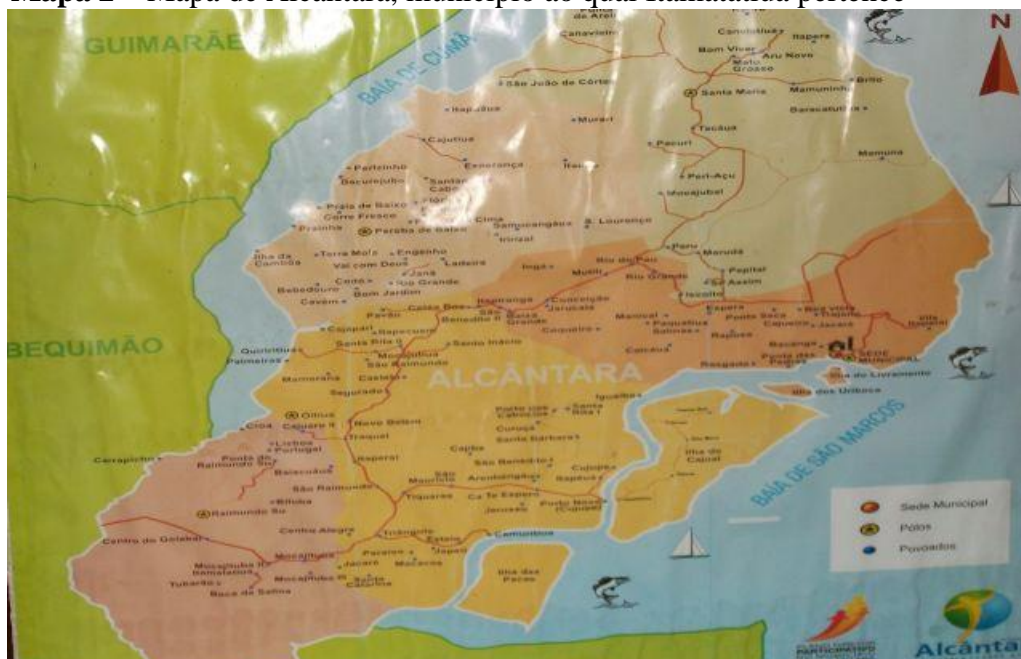
O município está situado mais precisamente na mesorregião Norte Maranhense, na microrregião da Baixada Ocidental Maranhense, a 2° 24' de latitude sul e 44°22' de longitude oeste, dentro dos limites da Amazônia Legal (IBGE, 2013), conforme mapas a seguir:

Mapa 1 - Localização geográfica de Alcântara



Fonte: Portal (2017)

Mapa 2 – Mapa de Alcântara, município ao qual Itamatatua pertence

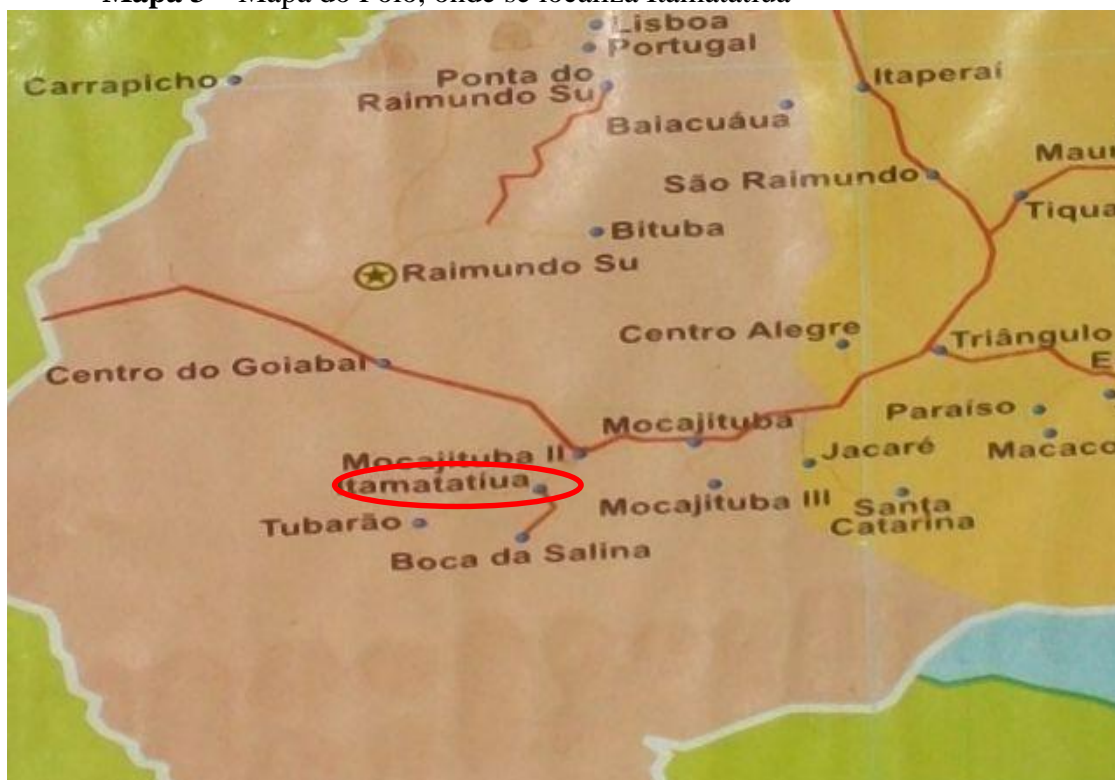


Fonte: Secretaria de Saúde de Alcântara, Maranhão

Das Comunidades quilombolas que residem na zona rural, destaca-se a de Itamatatiua ou Tamatatiua, que não faz parte desse quantitativo de deslocamento de sua população pelo CLA, e dista de Alcântara cerca de 70 km, chão que descrevemos na próxima subseção.

A Comunidade de Itamatatiua pertence ao Polo Raimundo Su³¹ (mapa 3), formado por 12 povoados: Mocajituba I, II e III, Tubarão, Rola, Goiabal, Boca de Salina, Croa, Lisboa, Portugal, Ponta do Raimundo Su e Itamatatiua.

Mapa 3 – Mapa do Polo, onde se localiza Itamatatiua



Fonte: Acervo da Secretaria de Saúde de Alcântara, Maranhão

³¹ Alcântara, por ter um dos maiores territórios de Comunidades quilombolas, agrupou-as em oito polos, ficando uma comunidade maior responsável por outras menores.

3.2 Espaço de Pesquisa: Comunidade Quilombola de Itamatatiua

Foto 2 - Rua Bom Jesus, Comunidade Quilombola de Itamatatiua.



Fonte: Dados da pesquisa

Itamatatiua ou Tamatatiua (Foto 2) é uma comunidade habitada majoritariamente por negros que construíram uma relação de mãe e filhos com a santa espanhola, Teresa D'Ávila de Jesus. Os itamatatiuenses, como são designadas as pessoas que nascem lá, afirmam descender de um casal de escravos doados à Santa. Logo, esse fato lhes conferiu diferenciações e proteções privilegiadas em comparação com os moradores dos 40 povoados que compõem as Terras da Santa³², como a Comunidade ter sido escolhida como a sede da administração dessas terras, local para edificar sua Igreja e ser protegida de diversas intempéries.

O nome Itamatatiua advém da língua indígena e significa pedra (ita), peixe (mata) e rio (Tiua). Sua origem tem relação com um espaço que antes pertencia à Fazenda Carmelita. Na pesquisa de campo, uma das versões apresentadas pelos moradores para a nomeação de Tamatatiua é oriunda de uma enchente que acontecera em outrora. O rio dessa localidade transbordou e apareceram muitos peixes, denominados de “tamata”, que se espalharam para todas as direções. Esse acontecimento teria designado essa outra denominação para a Comunidade, tal como se conhece hoje. Dentre outras qualificações, Itamatatiua pode ser

³² Conforme Pereira Júnior (2012), as Terras de Santa Teresa, que pertenciam à ordem religiosa do Carmo, são compostas por mais de 40 povoados com 55 mil hectares, situados nos municípios de Alcântara e Bequimão.

caracterizada como Terra de Preto. Segundo Almeida (2009, p. 48-49), essa denominação, compreende

[...] as diversas situações nas quais grupos constituídos por famílias de escravos ocupavam áreas comuns de terras: domínios doados entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, concessões feitas pelo Estado a tais famílias mediante a prestação de serviços guerreiros [...] extensões correspondentes a antigos quilombos, e áreas de alforriados nas cercanias de antigos núcleos de mineração.

O conceito da terminologia “comunidade” está associado, de acordo com Buber (2008, p. 50), à “[...] ligação que se desenvolveu mantida internamente por propriedade comum (sobretudo de terra), por trabalho comum, costumes comuns, fé comum [...]”. Dessa forma, entende-se por Comunidade Quilombola de Itamatatua aquela que traz elementos da tradição africana no seu modo de organização política, econômica e social, centrados em uma relação de propriedade comum, trabalho comum e fé comum, onde resistem práticas culturais da ancestralidade africana.

A Comunidade Quilombola de Itamatatua, conforme o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, a partir de documentos do século XVII, originou-se de uma antiga fazenda da Ordem Carmelita, ofertada a Santa Teresa. Em 1797, o Reverendo Prior João Alves Serrão descreveu os bens referentes à Ordem do Carmo em Alcântara, no qual faz referência à

[...] fazenda dedicada a Santa Theresa, com 135 escravos entre homens e mulheres, capazes de serviço 63, doentes e velhos 23, e menores 49. **A povoação desta fazenda teve princípio de um casal de escravos que deixou ao convento em verba de seu testamento, Dona Maria Pestana, de esmola e sem pensão alguma, e os mais escravos que não descendem desse casal foram comprado pelo decurso do tempo, por vários prelados que tem havido no dito convento (BRASIL, 1999, p. 2, grifo nosso).**

Portanto, Itamatatua não seria uma comunidade formada a partir de negros fugidos (GRIJÓ, 2008)³³, mas da doação de um casal de negros como esmola para a Santa. E dessa doação inicia-se uma forte relação da Santa com os itamatatiuenses, a qual é reforçada recorrentemente nas vozes dos moradores sobre a origem da localidade, conforme narrativa de D. Eloísa:

Meu pai sempre contava que os escravos trabalhavam com os Carmelitas, eles não vinham fugidos. Aí os primeireinho foi um casal que doaram pra Santa Tereza como esmola e a assinatura dela era Santa Teresa D’Ávila de Jesus. Aí eles se assinaro de Jesus e os filhos deles também foro se assinando de Jesus e com isso nós ficamo com essa tradição. [...]”³⁴

³³ Entretanto, há pesquisas como a de Almeida (2006) e de Assunção (2012) que registram a ocorrência de inúmeros quilombos nas circunvizinhas a Itamatatua, desde o século XIX, assim como alguns relatos orais trazem formações diversas, mas em sua maioria as narrativas remetem para os filhos da Santa.

³⁴ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Eloísa de Jesus, em Itamatatua, em setembro de 2016.

Oficialmente, a formação do grupo ocorreu em decorrência da saída da Ordem Carmelita; os grupos étnicos³⁵ lá residentes permaneceram e conseguiram organizar um sistema próprio de sobrevivência, baseado no uso comum dos recursos e das Terras da Santa, com regras particulares que alimentam a existência dessa população. Essa herança permanece até os dias atuais como Terra de Santa Teresa D'Ávila de Jesus, ficando conhecida como Terra de Santo. Na visão de Prado (1977, p. 33), equivale a “[...] uma terra utilizada por camponeses em um sistema de uso comum e [...] tendo sido até o século passado propriedade de uma ordem religiosa”.

É cabível destacar ainda que, nas terras de uso comum oriundas das desagregações das Ordens religiosas da Igreja, foi criado o cargo de encarregado para administrar as terras do(a) Santa(o) (ALMEIDA, 2009). Na Comunidade de Itamatatua, esse cargo foi respeitado e vem sendo mantido ao longo dos anos. Para exercê-lo, a pessoa precisa de alguns requisitos, tais como: ter uma boa relação com a Santa, já que será considerado representante dela e ser uma pessoa mediadora, visto que compete a ela acalmar eventuais conflitos que ocorram nessas terras. A seguir D. Neide³⁶, encarregada atual, relata como ocorreu o processo de transição do pai para ela:

Quando eu me entendi não era papai que era líder, era meu tio, Crispim, aí ele morreu. Aí que papai foi ser o líder da Comunidade, mas pra ser líder eles tinha que ir em Alcântara conversar com o padre, assinar um documento pra eles poderem ser o líder da Comunidade; aí foi papai, João, irmão de papai, e Severo, irmão de papai também; aí foi escolhido entre os três quem ía ser o líder, aí escolhero papai. [...]

Na gestão de seu Eurico foram feitas benfeitoras, conforme a depoente:

Aí trabalhou, recebeu a Igreja, não tinha a torre ainda, não tinha a casa de Festa, ele construiu a casa de Festa, terminou de fazer a igreja, aí era responsável pelas coisa, de organizar as coisa; aí ele foi ficando pra idade e adoeceu. Aí meu irmão ficou sendo responsável, Tolentino, mas aí ficou encostado de papai, mas caba que ele morreu primeiro que papai, aí papai disse que não podia mais, porquê ele só vivia doente mesmo; aí foi feito uma reunião com a Comunidade pra escolher um representante, aí me escolhero representante da Comunidade, até hoje eu continuo sendo representante.³⁷

No que tange ao aspecto hereditário ou não, consoante Pereira Júnior (2012, p. 23), as narrativas são conflitantes acerca desta questão:

[...] Alguns moradores mais velhos apontam para uma rotatividade do cargo entre os moradores de diferentes povoados³⁸ tempos atrás. O cargo teria se

³⁵ Anterior à ocupação pelos portugueses e franceses, Alcântara tinha sido uma grande aldeia indígena.

³⁶ Cargo ocupado anteriormente por seu pai, Eurico de Jesus, que, em razão de uma enfermidade, deixa de exercê-lo. Pai também de D. Cecília de Jesus, D. Eloisa de Jesus, D. Maria de Lourdes de Jesus que ajudam D. Neide no exercício de liderança da Comunidade.

³⁷ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Neide de Jesus, em Itamatatua, em janeiro de 2017.

³⁸ As terras da Santa são compostas por 40 povoados e a sede principal é Itamatatua local onde foi construída a Igreja da Santa, residência dos administradores das Terras e espaço de organização da Festa.

tornado hereditário a partir de Crispim de Jesus, antecessor de seu Eurico de Jesus, devido à dificuldade de pessoas com disponibilidade para assumir as responsabilidades do cargo. Entretanto, as narrativas convergem, quando se trata da necessidade do aval das pessoas das comunidades para que o novo encarregado assuma.

Essa hereditariedade do cargo de encarregado, portanto, pode advir de uma circunstância e não necessariamente de uma prática ancestral. Outra característica intrínseca à relação da Santa com os itamatatiuenses refere-se à afiliação que é tão forte que, com raras exceções, os habitantes dessa localidade adotam o nome de Jesus em seus sobrenomes. Eles são conhecidos também como os Pretos de Santa Teresa. Uma explicação mais elucidativa sobre essa questão é dada por Cantanhede Filho (1997, p. 10), recorrendo a Sá (1975):

As reses que fazem parte dos bens de Santa Teresa são marcadas com as iniciais da santa (S. T. J.). O jota final sugere que seja Santa Teresa de Jesus. O que marca ainda mais uma vez uma unidade de parentesco que extrapola os homens de carne e osso e reúne os de Tamatatiua que compartilham esse sobrenome em uma unidade ainda mais afirmada socialmente.

De acordo com o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (BRASIL, 1999) Itamatatiua teria mais de 300 anos. Dona Neide³⁹, representante dessa Comunidade, relatou que “[...] o aniversário de Itamatatiua é no dia 09 de junho”, e o ano do seu surgimento é 1699. Portanto, essa localidade completou 318 anos, em 2017, idade que remonta a muitas histórias, lutas e singularidades. Para Ferreira e Oliveira (2009), Itamatatiua é uma comunidade negra que, mesmo diante das mudanças contemporâneas, ainda mantém traços identitários que demarcam fronteiras e territórios com características próprias.

Contemporaneamente, nessa Comunidade vivem 132 famílias⁴⁰, composta por 452 pessoas, sendo 44,4% homens, 40,7% mulheres e 14,9% de crianças e jovens. A fonte de renda básica advém de poucos recursos governamentais (os idosos, quando contam com o benefício da aposentadoria e, muitos, da Bolsa família), complementada pela agricultura de subsistência e a cerâmica.

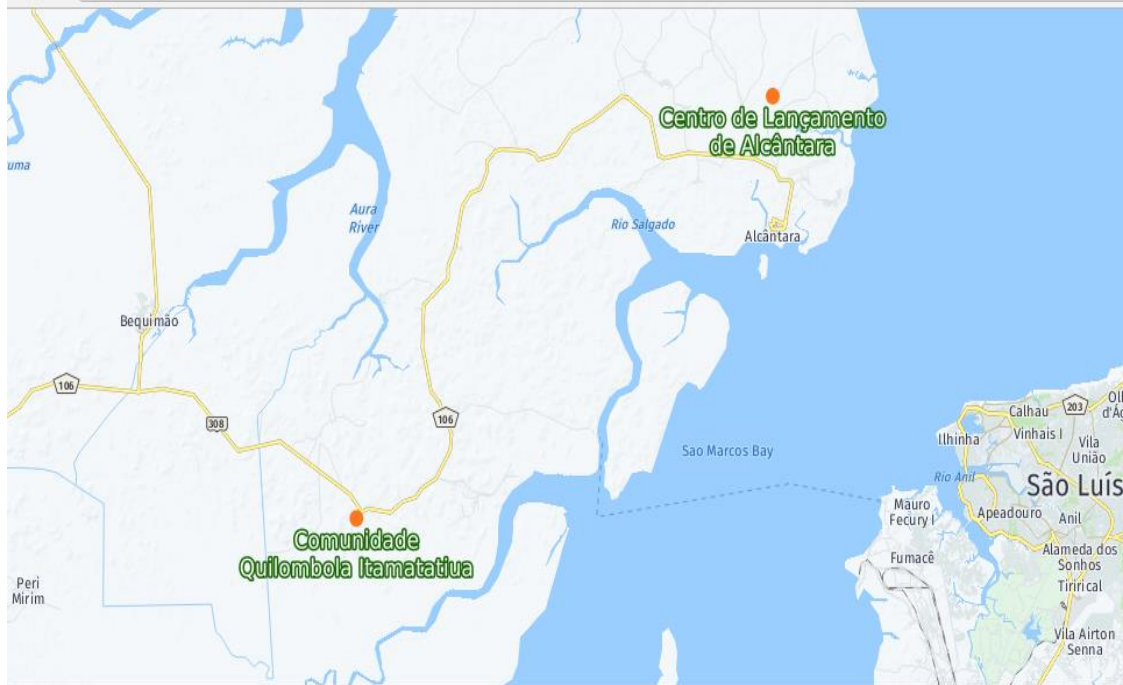
Itamatatiua fica localizada a cerca de 90 km de São Luís, capital do Maranhão. A chegada acontece por duas vias: via *ferry boat* do Terminal da Ponta da Espera (São Luís), até o Terminal do Cujupe (Alcântara); depois de ônibus até o Ramal (local que se deixa o percurso da Rodovia MA 106) (Mapa 4), demarcado por um grande pote de barro com a imagem da Santa Teresa D'Ávila (Foto 3), e adentra-se a Comunidade, e mais 20 minutos de caminhada;

³⁹ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Neide de Jesus, em Itamatatiua, em setembro de 2010.

⁴⁰ Quantidade fornecida, em 2015, pela Agente de Saúde da Comunidade, Creusa de Jesus.

dá-se também por lancha, saindo de São Luís até Alcântara e, daí, por meio de transporte rodoviário.

Mapa 4 – Localização de Itamatatua em relação à Rodovia MA 106



Fonte: Carto (2015)

Foto 3 – Entrada da Comunidade Quilombola de Itamatatua



Fonte: Dados da pesquisa

A distância, no entanto, não impede que admiradores nacionais e estrangeiros visitem Itamatatua, ou que pesquisadores, como antropólogos, comunicólogos, bibliotecários, *designers*, dentre outros, frequentemente a tomem como objeto de pesquisa, encontrando ali,

além das características identitárias, o reconhecimento de que seus ancestrais foram africano/as escravizado/as, como anteriormente exposto.

O espaço de Itamatatiua é constituído por três áreas: 1) na primeira, antes da sede, onde ficam casas de famílias e o Ramal; 2) a sede ou sítio é o núcleo da Comunidade (Foto 4), onde estão instalados o cemitério, a Igreja de Santa Teresa, as escolas, o campo de futebol, a casa da Santa, a casa de festas, também denominada Tribuna, a pousada, os bares, os comércios, a Associação de cerâmica e algumas residências; 3) há um espaço que se aproxima do povoado Boca de Salina, que pertence à Comunidade Quilombola de Itamatatiua (Anexo A).

Foto 4 – Sítio da Comunidade Quilombola de Itamatatiua



Fonte: Dados da pesquisa.

A Comunidade é um espaço entremeado por narrativas que se manifestam no imaginário e na oralidade dos quilombolas itamatatiuenses⁴¹, permeadas por vozes advindas do passado que se fazem presentes e vivas nas falas e histórias dessas pessoas, nas quais aparecem curupiras, mãe d'águas, figuras do imaginário popular. A exemplo dessas narrativas, destaca-se a da Santa Teresa D'Ávila de Jesus, cuja origem advém de Ávila, Espanha, no século XVI (1515), onde aos 20 anos ingressou no Carmelo de Ávila, convertendo-se pouco tempo depois e tornando-se um modelo de devoção à Igreja. Ela faleceu aos 67 anos, na cidade de Alba de

⁴¹ Dissertação intitulada *Mitos da cultura africana: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatiua* (PEREIRA, 2011), na qual analisaram-se e identificaram mitos da cultura africana, considerando-os elementos de informação e preservação na memória dessa Comunidade Quilombola, localizada em terras maranhenses.

Tormes, e sua canonização ocorreu em 1662. Nos idos de 27 de setembro de 1970, o Papa Paulo VI reconheceu-lhe o título de Doutora da Igreja. (SANTA ..., 2010).

Ressalta-se que a Ordem do Carmo, a qual pertencia Santa Teresa D'Ávila de Jesus, instalou-se no Brasil, no século XVI, e fixou-se a princípio em Olinda, Pernambuco, em 1580, onde também construíram, em 1586, o primeiro Convento do Carmo, depois, na Província do Grão Pará e no Maranhão no século XVIII, já com a ramificação dos Carmelitas Reformados ou Descalços. Essa foi uma Reforma que a Santa Teresa esteve à frente para sua efetivação (MOLINA, 2006).

Foto 5– Santa Teresa D'Ávila de Jesus



Fonte: Dados da pesquisa

O laço estabelecido com a Santa Teresa D'Ávila de Jesus, foto 5, é tão estreito que ultrapassa narrativas, mostrando-se viva no seio itamatatiense, considerada por eles como protetora e dona das terras e a quem são atribuídas forças e conquistas em diversas circunstâncias. Em investigação⁴², Pereira (2011) relata que os moradores creditam milagres à Santa, conforme os discursos de D. Helena⁴³ e Sr. Pil⁴⁴:

D. Helena: Meu irmão saiu pra trabalhar. Ano passado minha mãe saiu em janeiro para São Luís para operar dos olhos e passou seis meses, aí quando foi em julho a minha mãe disse: Minha Santa Teresa se vós fizer que meu filho volte [ela começou a chorar, pausa], eu mando rezar uma ladainha com bolo. Minha irmã, não deu prazo de um mês! Quando foi um dia meu sobrinho chegou e disse: Tia tem um moço aí na porta. Aí eu disse: moço, que moço? Não é ninguém lá de casa não? Não, tia! Aí eu fiquei curiosa. Aí ele disse: é de casa. Aí eu vim, mamãe é Antoninho!!! Mamãe disse: é Antoninho?! Quando foi no outro

⁴² Pesquisas realizadas em 2011, por ocasião do mestrado.

⁴³ D. Helena relata um milagre recebido da Santa sobre a chegada de um filho, que saiu para trabalhar e nunca mais voltou. Assim, a mãe fez uma promessa para reencontrá-lo.

⁴⁴ Entrevista concedida à pesquisadora pelo Sr. Pil de Jesus, em Itamatatua, em janeiro de 2010.

final de semana ela mandou rezar um ladainha com café, bolo, foi linda ela, muita gente, muita gente!

Sr. Pil: Ela pra mim é muito milagrosa, quando eu assim tô aperriado, eu vou lá, faço minha conversinha com ela, é pode botar fé, ela é milagrosa mesmo, pode botar fé mesmo.

Os testemunhos sobre as graças alcançadas com intercessão de Santa Teresa, demonstrando o poder da Santa para os moradores da comunidade, continuam reforçando a confiança de que esta atende aos seus pedidos, conforme relata D. Neide⁴⁵:

Há! Essa Santa é uma Santa que a gente tem o respeito por ela, aqui na Comunidade, e mesmo os devotos de Pinheiro, Bequimão, de Alcântara, também tem muito respeito por ela. É! [...] Eu mesmo, uma vez passei dois anos doente, aí eu fui não sei quantas vezes pra São Luís, aí eu fiquei magrinha, magrinha, magrinha, magrinha, magrinha. Aí tomei remédio de tudo enquanto foi jeito, aí eu fui lá e me apeguei com ela, se eu ficasse boa eu levantava o mastro pra ela com a roupa mais velha que eu tivesse, e aí eu fui pra São Luís de novo, quando eu vim e aí fiquei boazinha, até hoje, faz 27 anos! Tem também um de Manoel Grande, que é pai de criação de Adriana. E aí ele era conduba, era rendido, ele tinha muito medo de operar, aí ele pediu pra Santa Teresa pra se ela botasse ele bom, ele mandava fazer uma festa pra ela de caixa, não de bar, só de caixa, aí quando foi uma noite, ele tava...não tava dormindo, que ele falou que não tava dormindo, aí disque foi adormecendo ele, aí apareceu uma moça muito bonita na frente dele aí disque começou a passar a mão nos escopo⁴⁶ dele. Aí depois ele levantou, foi lá onde a esposa dele, aí ela perguntou: o que é Manoel? A Santa Teresa que veio me operar, Santa Teresa veio me operar, aí ela disse bobagem Manoel, que bobagem, com isso ele ficou bonzinho, até quando ele morreu não sentiu, mas nadinha.

Nessas falas é possível localizar o respeito, a fé, a crença, o sagrado desencadeado na imagem da Santa Teresa D'Ávila de Jesus na vida dos itamatatiuenses, elementos que demarcam a identidade dessa população, a qual conta, em sua estrutura simbólica, a imagem feminina da Santa Teresa já associada à vida, que os fortalecem no enfrentamento dos obstáculos que se repetem nos modos diversos de sobrevivência desses moradores⁴⁷.

Outra narrativa que remonta à história de Itamatatiua está relacionada ao Poço do Chora⁴⁸ (Foto 6). Segundo relato dos moradores itamatatiuenses, esse foi um dos locais onde a imagem da Santa Teresa teria sido encontrada:

Eu sei dizer que parece que encontraram a Santa lá no Chora, eu só sei dizer que a água de lá é uma beleza e não é todo mundo que vai lá. Tem gente que vai lá que a água fica pretinha que é um barro quando eles não gostam da gente, a água fica suja, já cansô de ter a época

⁴⁵ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Neide de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2010.

⁴⁶ Os escopos são os testículos inchados desse Senhor.

⁴⁷ Os itamatatiuenses atribuem à Santa Teresa a providência de, mesmo morando na comunidade mais carente da região, não passarem fome. Todavia, é válido ressaltar que a Comunidade não se constitui como a mais carente da localidade, mas essa afirmação vem reforçar em suas falas as ações e fidelidade, nas diversas circunstâncias, da santa para com eles.

⁴⁸ A Fonte do Chora também é denominada Poço do Chora nos relatos dos quilombolas. Nessa pesquisa, adotaremos a expressão Fonte do Chora quando nos referirmos ao local, onde os quilombolas buscam água para seu consumo e que relatam avistarem figuras como sapos, sereias etc.

da Festa quando a gente vai pra lá encher água, a dona de lá suja a água todinha e não enchiam⁴⁹. (D. Edite)

Foto 6 – Fonte do Chora



Fonte: Dados da pesquisa.

Essa fonte é onde os itamatatiuenses buscam água para beber e realizar suas atividades diárias. Atualmente, alguns dispõem de água encanada, abastecida por um poço artesiano, ligado em horários determinados, em suas casas, mas mantêm a tradição do uso da água oriunda dessa Fonte. O entrevistado esclarece também a origem do nome do poço que serve a comunidade:

Anselmo: [...] o nome Chora é porque todo tempo ele fica chorando aquela água da parede mesmo, eliminando aquela água pingando assim, aí butaram o nome Chora e morre com esse nome... e o pessoal de Tamatatiua tem essa água aqui encanada, mas eles não largaram de ir buscar a água do Chora para beber, está sempre limpa, sempre limpa⁵⁰

Essas águas, segundo afirmam os itamatatiuenses, são protegidas por encantados, resultando em um espaço sagrado. Existem restrições no que se refere às regras para a retirada de água dessa Fonte. O horário de visita não pode ser ao meio-dia ou ultrapassar às 17 horas, pois, como relataram os moradores locais, podem ser surpreendidos por encantados, descritos como figuras detentoras de forças que transmitem doenças, quebrantos - espécie de moleza ao corpo -, febre ou dores de cabeça. O desrespeito às regras que regem a preservação de um recurso natural tão necessário para a sobrevivência resulta em punição, conforme relatado na pesquisa anterior (PEREIRA, 2011), onde os moradores descrevem situações em que o descumprimento dessas normas resultou em castigo na forma de doenças. Essas determinações

⁴⁹ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Edite de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2010.

⁵⁰ Entrevista concedida à pesquisadora pelo Sr. Anselmo de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2010.

são tão fortes no imaginário coletivo que os moradores não se sentem à vontade de descumpri-las.

O discurso sobre o Poço, lugar onde os itamatatiuenses renovam suas histórias, crenças e fé, vem de outrora. A referida Fonte que, de acordo com os moradores, teria surgido antes do início da Comunidade, reflete, de certo modo, o respeito que a Comunidade tem com a tradição e a preservação dos recursos naturais.

Embora as narrativas orais persistam⁵¹, a comunidade convive paralelamente com os avanços advindos das transformações sociais, em especial das tecnologias. Nesse sentido, os aparelhos elétricos e eletrônicos, tais como o rádio e a televisão, vêm delineando novas práticas culturais dos itamatatiuenses. Esse fenômeno, consoante Santos (2007), alterou os horários das atividades econômicas e culturais em função de novelas, jogos e acabaram influenciando, sobretudo, as crianças e os jovens pertencentes à faixa etária de 6 aos 15 anos (SANTOS, 2007). A influência dessas mídias ficou visível para essa pesquisadora no período da coleta de dados, vez que alguns entrevistados respondiam às entrevistas quando terminavam de assistir as suas programações televisivas.

Hodiernamente, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), especificamente os aparelhos celulares móveis e os telefones fixos têm modificado o dia-a-dia dos itamatatiuenses, ainda que com serviços falhos e limitados, pois são apenas duas operadoras que atuam nessa Comunidade. Porém, em sua maioria há falhas constantes de conexão. Algumas residências dispõem telefones fixos, mas nem sempre conseguem efetuar mensalmente os pagamentos. A Prefeitura de Alcântara também instalou internet na Escola, fato que tem modificado a rotina noturna dos jovens da Comunidade: em geral, eles se deslocam de suas casas até as imediações desse espaço para acessar as redes sociais. Contudo, como dito, apresentam problemas frequentes de sinais e conexão (Foto 7),

⁵¹ Santos, Reis e Oosterbeek (2010, sem paginação) afirmam que “[...] ao adentrar na comunidade observa-se facilmente que Itamatatiua ainda traz a presença da oralidade e das tradições vinculadas a ela, seja nas suas práticas sociais, como em seu aspecto físico-geográfico [...]”. A pesquisa de Pereira (2011) e também na incursão atual se pode visualizar expressões dessa oralidade (lendas, manifestações culturais, reuniões) se sobrepondo ao uso das ferramentas de comunicação.

Foto 7 – Acesso à internet da Escola



Fonte: Dados da pesquisa

Foi inaugurada uma Escola de Informática com 10 computadores (Foto 8) que funcionou aos sábados e quartas-feiras pela manhã. Havia duas turmas, cada uma com 11 estudantes que tinham aulas de Informática básica, contudo, o número de evasão foi acentuado e a primeira turma concluiu apenas com 8 alunos, do total de 22 ingressados, no mês de outubro de 2016. A coordenadora é uma jovem⁵², Alessiane de Jesus, oriunda e moradora da Comunidade, que concluiu a Graduação em Química pelo Programa Darcy Ribeiro, Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em um município vizinho, Bequimão, em 2014. Porém, não houve turmas posteriores por problemas diversos que são detalhados na seção 6.2

⁵² A única moradora da Comunidade com ensino superior até o ano de 2016, período da coleta de dados.

Foto 8 – Escola de Informática



Fonte: Dados da pesquisa

Outro aspecto observado refere-se à educação formal, a qual chegou ao contexto itamatatiuense há quase quatro décadas, inicialmente com uma única sala. Atualmente, Itamatatiua conta com duas escolas: Escola Municipal Eurico de Jesus (Foto 9) e Escola Municipal Vereador Manuel Domingos Vieira (Foto 10). A primeira conta com duas salas de aula, uma secretaria, uma cozinha, uma varanda e um banheiro, e foi entregue há menos de cinco anos; a segunda, com duas salas de aula, escuras e quentíssimas, tem ainda uma secretaria, uma cozinha e um banheiro. O ensino compreende do Pré-1 ao 9º ano do Ensino Fundamental, com exceção dos 4º e 5º anos que por não dispor de professores foram direcionados a Escola de uma Comunidade próxima, Mocajituba II⁵³.

⁵³ Dados fornecidos pela Professora Rosângela Rodrigues Ribeiro à pesquisadora, em Itamatatiua, em agosto de 2016.

Foto 9 – Escola Municipal Eurico de Jesus



Fonte: Dados da pesquisa

Foto 10 – Escola Vereador Manuel Domingos Vieira



Fonte: Dados da pesquisa

A realidade dessas escolas não difere das demais comunidades quilombolas: são professores contratados pela prefeitura de Alcântara e naturais de Bequimão. No que diz respeito aos conteúdos ministrados por esses docentes, uma professora de Itamatatua ressalta que, “em razão do quantitativo de assuntos exigidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, o

trabalho com temáticas locais é inviabilizado”⁵⁴, fazendo com que suas histórias identitárias não sejam reforçadas.

A fala da professora se mostra incongruente com as conquistas jurídico-normativas alcançadas pelo movimento negro e movimento quilombola, no que tange à educação escolar quilombola nas duas últimas décadas. A saber, a sanção da Lei nº 10.639, em 2003, alterou a Lei nº 9.394, de *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, de 1996, instituindo a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da temática *História e Cultura Afro-Brasileira* nas redes de ensino público e privado, do ensino fundamental e médio (BRASIL, 2003). Embora não fizesse menção explícita à educação quilombola, destacava a história dos quilombos como temática de estudo, visto que determinava que conteúdos sobre a História da África e dos africanos, bem como a luta dos negros no Brasil, sua cultura, fossem abordadas nas escolas com a finalidade de compreensão dos aspectos positivos, na formação da sociedade brasileira, para além do processo de escravidão. Ademais propunha, com a inserção desses conteúdos no currículo escolar, embasamento para fomentar discussões sobre discriminação e preconceito, com vistas ao desmonte de um racismo que assola a população negra ao longo dos séculos.

Essa Lei acarretou inúmeras reivindicações e mobilizações para a implementação de uma educação que tornasse obrigatória, ainda que em documentos, até o momento, a introdução desses conteúdos no currículo escolar. Em 2010, resultante de reivindicações e debates em conferências estaduais, intermunicipais, municipais e distritais que envolveram intensa participação da sociedade civil, órgãos educacionais, sistemas de ensino, Congresso Nacional, estudantes, profissionais de educação, pais e mães de estudantes, foi criado o Documento final da Conferência Nacional de Educação (BRASIL, 2010). Esse documento trouxe importantes orientações acerca da educação das relações étnico-raciais e incluiu a educação escolar quilombola como modalidade de educação básica. Dentre as orientações, metas e ações para o sistema educacional nas escolas inseridas em territórios quilombolas ou que atendessem essas comunidades foram elaboradas ações que deveriam ser seguidas pelo governo federal, Estados e municípios para a construção de uma política educacional para essas comunidades, conforme instrumento legal:

- a) **Garantir a elaboração** de uma legislação específica para a educação quilombola, com a **participação do movimento negro quilombola**, **assegurando** o direito à **preservação de suas manifestações culturais** e à sustentabilidade de seu território tradicional.

⁵⁴ Entrevista concedida à pesquisadora, por Rosângela Rodrigues Ribeiro, professora contratada pela Prefeitura de Alcântara, em Itamatatua, em agosto de 2016.

- b) Assegurar que a **alimentação** e a **infraestrutura escolar** quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
- c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a **elaboração** de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a **identidade étnicoracial do grupo**.
- d) **Garantir** a participação de **representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação**, nos três entes federados.
- e) Instituir um **programa específico de licenciatura para quilombolas**, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.
- f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização
- g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à **valorização** plena das **culturas das comunidades quilombolas**, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.
- h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida **preferencialmente** por **professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas** (BRASIL, 2010, p. 131-132, grifo nosso).

É possível perceber que dentre essas orientações, as singularidades (memória, ancestralidade, manifestações culturais, oralidade, histórias, mundo do trabalho, produção de vida) da comunidade deveriam reger as ações para política e conteúdos ministrados nessas localidades.

Da Conferência Nacional de Educação (BRASIL, 2010) despontou a criação do grupo de trabalho e realizado o I evento sobre Educação Escolar Quilombola que fundamentou a elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCN quilombola), a qual contou com ampla participação das comunidades remanescentes, de educadores, pesquisadores e representantes dos movimentos sociais, além do Governo federal. Foram realizadas audiências no Maranhão e na Bahia, em razão do alto número de comunidades remanescentes de quilombos nesses estados e de sua intensa organização política, e no Distrito Federal. A partir desse tensionamento, foram instituídas, em 20 de novembro de 2012, as DCN quilombola (BRASIL, 2012), as quais contemplaram orientações para que os sistemas de ensino formassem projetos político-pedagógicos adequados às especificidades socioculturais e históricas das comunidades quilombolas do país, conforme pode ser acompanhado nas determinações do Artigo 32:

Art. 32 O projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola deverá estar intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas.

§ 1º A construção do projeto **político-pedagógico** deverá pautar-se na realização de diagnóstico da **realidade da comunidade quilombola** e seu

entorno, num processo dialógico que envolva as pessoas da comunidade, as lideranças e as diversas organizações existentes no território.

§ 2º Na realização do diagnóstico e na análise dos dados colhidos sobre a realidade quilombola e seu entorno, o projeto político-pedagógico deverá considerar:

I - os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola;

II - as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla.

§ 3º A questão da territorialidade, associada ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade socioambiental e cultural das comunidades quilombolas deverá orientar todo o processo educativo definido no projeto político-pedagógico.

Art. 33 O projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola deve incluir o conhecimento dos processos e hábitos alimentares das comunidades quilombolas por meio de troca e aprendizagem com os próprios moradores e lideranças locais. (BRASIL, 2012, p. 12-13, grifo nosso)

Em face dessas determinações, a verbalização da professora Rosângela, página 77, expressa uma (des)priorização de temáticas inconcebíveis para um professor atuante em escola localizada em território quilombola e, ao mesmo tempo, anuncia que após as conquistas normativas alcançadas, o preconceito/racismo institucional/discriminação ainda acomete fortemente o sistema escolar ao priorizar conteúdos outros que não os assentados nessas comunidades, acarretando inúmeras deficiências para a educação dessa população já tão alijada dos bancos escolares. Esta população, quando impedida de conhecer sua história, prossegue alimentando uma visão negativa de si, da sua pele, do seu modo de vida, dificuldades de aceitação e enfraquecendo-se da sua potencialidade criativa e humana. Desse modo, a elaboração do aparato jurídico-normativo constitui apenas a primeira instância de uma longa batalha para que os alunos das comunidades quilombolas tenham o direito assegurado de ver e compreender sua história, singularidades contempladas no projeto pedagógico de suas escolas.

A Professora Lucilene Silva⁵⁵, de Língua Portuguesa, evidencia dados acerca da alfabetização dos alunos da Comunidade, afirmando que “os jovens têm chegado a séries mais avançadas sem dominarem a escrita ou mesmo saberem ler”. Apesar de ser uma realidade brasileira, nesse contexto fica mais acentuada por estar assentada em uma comunidade negra e rural em que o racismo sempre os excluiu e implica muitas vezes a negligência de gestores públicos descomprometidos com a redução das condições precárias escolares: ausência de merenda escolar, carência de transporte, obrigando deslocamentos das crianças do ensino

⁵⁵ Entrevista concedida à pesquisadora por Lucilene Silva, em Itamatatiua, em julho de 2016. Professora de Língua Portuguesa da Comunidade de Itamatatiua, 52 anos, atua há apenas um ano nessa localidade, ministra essa disciplina no 6º, 7º e 8º ano.

fundamental para escolas circunvizinhas, evasão escolar em razão das condições apresentadas. Tal realidade afeta também o Ensino Médio, tendo em vista que os estudantes precisam se deslocar para outras localidades, a exemplo Bequimão, ou para Oitiua. Nestes casos, dependem de transportes que nem sempre são disponibilizados pela Prefeitura e nem todos dispõem de recursos para custear seus trajetos diários, conforme é relato por D. Eloísa, umas líderes da Comunidade:

Outra coisa que é muito caro é o negócio de Curso, isso é uma tristeza porque faz os jovens ir saindo tudinho; quando fazem o primeiro ano porque é muita dificuldade, aí vão estudar em Bequimão [município vizinho], o que a gente percebe é que os **jovens passam dois até três dias esperando pelo carro e não vem, aí as mãe tira do seu próprio bolso sem ter, tem pessoas que dá o dinheiro todinho do Bolsa Família porque eles pagam R\$ 60,00, R\$ 70,00** para deixar lá pro Goiabal para poder garrar outro carro. Isso aí é muita dificuldade e o custo de eles terem de ajudar, porque, por isso que os jovens saem; os jovens não têm um emprego, alguma coisa pro jovem fazer!⁵⁶

A realidade relatada por D. Eloísa contraria as prescrições do Art. 8, da ADC quilombola. Ela prossegue destacando mais negligências:

Outra coisa que eu acho **triste é que os professores da escola nenhum são da Comunidade, são só de fora para trabalhar**. Por quê? Agora é uma dificuldade para fazer esse curso e só vêm professores de Bequimão; aí eles ganham esse dinheiro e fica tudo lá fora, não corre aqui; aí as meninas e os meninos vão tudo saindo pra trabalhar na casa de família, por outro locais, ave maria, aí a coisa fica é ruim!⁵⁷

A narrativa de D. Eloísa dá possibilidade a inúmeras reflexões, entretanto, a ausência dos poderes públicos, a sua inoperância e o racismo institucional talvez a sintetizem, mas também evidenciam falta de informação sobre as próprias conquistas acerca da educação escolar quilombola, quando ela questiona o motivo com a expressão “por quê?” Essa ausência de informação os impossibilita de pressionar a Secretaria de Educação do Município, Estado e, ao mesmo tempo, de se tornarem atores partícipes na fiscalização de como está sendo desenvolvida a educação escolar, além de impedir que atuem na construção do Projeto pedagógico escolar. D. Eloísa correlaciona ausência de informação sobre a existência de documento norteador para o funcionamento do sistema escolar, DCN quilombola. As orientações prescritas nesse documento estabelecem que: os professores que lecionam em comunidade quilombola devem ser preferencialmente da própria localidade; que os Governos Federal, Estadual e Municipal são responsáveis pela criação de cursos superiores para os professores; que o município recebe verba extra por aluno, destinado para gastos nas escolas

⁵⁶ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Eloísa de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2017.

⁵⁷ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Eloísa de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2017.

com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Além disto, incluem que a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão⁵⁸ disponibilize para os municípios verbas específicas para a merenda e transporte escolar dos alunos dessas comunidades.

Destacam-se algumas ações prescritas nos princípios, do Art. 8º das DCN quilombola, que ratificam a falta de informação por D. Eloísa:

[...] III - garantia de condições de acessibilidade nas escolas; IV - **presença preferencial de professores e gestores quilombolas nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas**; V - **garantia de formação inicial e continuada para os docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola**; [...] IX - **efetivação da gestão democrática da escola com a participação das comunidades quilombolas e suas lideranças**; X - **garantia de alimentação escolar voltada para as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas**; XI – inserção da realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior; XII - garantia do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena [...] (BRASIL, 2012, p. 6, grifo nosso).

A escola é, portanto, uma das instâncias importantes que pode oferecer as condições exigidas para fortalecer a identidade local e étnico-racial das crianças que compõem essas comunidades, auxiliando-as na manutenção de saberes, tradições e conhecimentos, muitas vezes transmitidos e preservados predominantemente pela oralidade. Pode também fortalecer as lutas reivindicatórias das organizações locais e população em sua totalidade, contudo, observou-se que, no percurso da investigação em Itamatatua, o contexto sociocultural e histórico, assim como vários elementos que ajudariam no processo de autonomia e empoderamento de crianças e jovens para uma luta menos desigual pela terra, saúde, educação e de enfrentamento ao racismo, não estão sendo priorizados e reforçados nos conteúdos curriculares e projeto-pedagógico da escola.

Essas ausências e descumprimentos das orientações das Diretrizes de 2012, dentre outros motivos, resultam em afastamento precoce dos espaços de educação formal, havendo um número reduzido de jovens na Comunidade de Itamatatua que cursam o Ensino Médio. Tal realidade faz com que seja interrompida, já nessa fase, a oportunidade de acesso e conclusão desse nível de Ensino, ampliando o índice de evasão escolar. Na educação, são contextos que se assemelham ao descaso e descompromisso público com inúmeras comunidades quilombolas do território nacional.

⁵⁸ Em 2011, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (SECAD) passou a ser nominada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

No que tangencia aos números oficiais acerca da educação escolar quilombola, Arruti (2017) recomenda atenção. Primeiro, as “escolas em área de quilombo” do Censo Escolar não são instituições que atendem aos requisitos orientados nas DCN quilombola, com sistemas escolares diferenciados: estão apenas situadas nesses territórios, tais como a comunidade foco desta investigação, e são assim identificadas devido à introdução da categoria do censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2004. Outro ponto de imprecisão refere-se ao quantitativo de crianças e jovens quilombolas, visto que as escolas, quando localizadas na comunidade, tendem atender alunos de seu entorno, assim como as escolas situadas fora dessas áreas podem receber alunos dessas comunidades, logo, inviabilizam conhecer-se o número real de estudantes quilombolas e tão pouco os não atendidos nessas unidades. E outro, mais grave, segundo o autor, compete à classificação “em áreas de quilombo” no preenchimento do Censo Escolar como atribuição do(a) diretor(a), colocando importante decisão da comunidade nas mãos de um funcionário público que inúmeras vezes toma decisão baseando-se em posicionamento político, resultando em classificações esdrúxulas, como gestores que negam essa classificação, mesmo estando inseridos em territórios reconhecidos; outros atribuem à classificação ainda que não estejam atuando em comunidade autoidentificada ou oficialmente reconhecida. Portanto, são situações que inferem decisivamente na contagem geral dos números sobre as escolas quilombolas (ARRUTI, 2017).

O autor supracitado apresenta contextos que exemplificam problemas com essa classificação na Bahia. Na região do Baixo Sul, há registros de escolas localizadas “em áreas de comunidades quilombolas” por solicitação das municipalidades da certificação pela Fundação Palmares para multiplicarem os valores do FUNDEB⁵⁹, sem que as comunidades tivessem conhecimento deste requerimento, ou mesmo que esses valores chegassem ao destino, às escolas. Em Salvador, devido à postura militante dos gestores, a classificação ocorreu em escolas urbanas, sem que estivessem em áreas quilombolas, quando, na verdade, existem comunidades quilombolas apenas na área rural deste município. Por isso, Arruti (2017) adverte precaução com as categorias e números sobre escolas quilombolas, posto que essas posturas e interpretações interferem no computo geral dos dados oficiais.

Embora a Escola seja um poderoso aliado para produção do conhecimento, acesso à informação e para democratização da sociedade, o que se percebe é que o modelo vigente está falido, mas continua alimentando conhecimentos e informações que enaltecem e solidificam conhecimentos eurocêntricos. Para Chagas (2011, p. 71) “[...] a prevalência de umas

⁵⁹ Isto porque o município quando têm territórios quilombolas são duplicados os recursos por aluno a ser enviado para escolas.

informações sobre a ausência de outras acabam construindo e estabelecendo algumas verdades, as quais tornam consenso não só na academia [no âmbito escolar], mas também na sociedade”. Portanto, é preciso que se criem ações para efetivação das DCN quilombola, com vistas a erradicar conhecimentos eurocêntricos e verdades instituídas pela sociedade e pelo modelo clássico de educação. Nesse contexto, visualizam-se os estudos sobre necessidades informacionais como possibilidade de contribuição para o fortalecimento da população itamatatiuense a favor da desestabilização desse cenário que os coloca por décadas em contexto de desvantagem na luta por seus direitos.

Por isso, a escolarização da população negra tem sido a luta central do Movimento Negro, mesmo reconhecendo não ser a única solução para todos os problemas. Ela tem relação direta com a valorização de sua história, empoderamento dessas populações para conquistas de direitos historicamente negados, como o próprio conhecimento de si (lutas pelas terras, manifestações culturais, política, resistência, gestão, dentre outras temáticas) e dos outros (coletividade). Ampliar o grau de conhecimento por meio da educação pode ser um fator direto para obtenção de trabalho capaz de promover meios para a manutenção própria e de seus familiares, assegurando condições dignas de sobrevivência.

Reflexo dessa escolarização que não os valoriza enquanto ser, seu contexto, que contribui, em parte, para a não potencialização do trabalho desenvolvido com a terra, com a cerâmica, situação que conduz os itamatatiuenses a obterem renda de ínfimos valores do Bolsa Família, mesmo após treze anos do Programa Brasil Quilombola. O Bolsa Família possuía como proposta ser um complemento da renda, mas hoje é quase a principal “renda fixa” dessa população, assim como a aposentadoria para alguns idosos, quando preenchem os requisitos necessários para este benefício. A situação descrita é agravada pela ausência de trabalho na localidade, sobretudo nos períodos da estiagem e também porque os recursos naturais (rios, igarapés) de onde obtinham seu sustento estão cada vez mais escassos. A atividade laboral desenvolvida pelos homens relaciona-se com a cultura de subsistência - plantação de feijão, milho, mandioca, arroz, criação de animais (bois, cavalos, porcos) - e a pesca artesanal, sendo também frequente a prestação de trabalho alugado, que consiste na remuneração por um dia de serviço ou na troca de dias com alguém que depois fara o mesmo⁶⁰.

O compartilhamento dessa produção, na qual todos se uniram para realizá-la, é comum entre os itamatatiuenses, sendo que a prioridade é o consumo próprio; o excedente é trocado

⁶⁰ Entrevista concedida à pesquisadora por Raimundo de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2017.

com aquelas pessoas que conseguiram êxito com outros produtos, havendo ainda a possibilidade de vendas dessa colheita para fora da localidade, conforme salienta D. Ângela:

Antigamente a gente fazia aquelas roça grandona, ia um monte de gente, os homens ia roçando, fazendo as cercas e as mulheres io ajudando. No final, a gente dividia, cada um tinha sua parte, se era farinha, todo mundo levava sua quantidade, hoje, faz, mas já é pouco!⁶¹

Vale ressaltar que essa situação tem sido cada vez mais infrequente devido à ausência de chuvas, aos solos inférteis, à falta de técnicas para melhoramento da terra, além de contextos socioculturais, a exemplo, da desvalorização dos trabalhos do campo *versus* trabalho urbano. Observou-se, durante a incursão ao campo, hortaliças, em pouca quantidade, e ervas medicinais como complemento alimentar dos núcleos familiares, conforme foto 11 e 12.

Foto 11 – Jirau de hortaliças



Fonte: Dados da pesquisa

Foto 12- Semeadura na Comunidade



Fonte: Dados da pesquisa

A atividade descrita pela participante no contexto atual é realizada em geral pelas pessoas mais velhas, tendo em vista que os jovens não demonstram muito interesse no trabalho braçal. Nesse sentido, D. Ângela faz uma crítica à conotação dada à atividade agrícola pelos grupos familiares, em detrimento da formação educacional considerada mais nobre:

Olha, eu não quero que meu filho vá pra roça, dá onde?! Não quer, mas olha a gente como é da roça, na hora da comida, o arroz, a farinha, a macaxeira, o maxixe, tudo é da roça, não é?! E hoje o pai não educa o filho pra dizer tu vai estudar pra seguir a carreira que eu sigo que é ser agricultor, ninguém diz mais assim! Não, meu filho vai estudar pra ser um doutor, um motorista, rsrs, é! Quer dizer que aquela profissão que ele aprendeu não era uma coisa boa, mas era, lavrador, não é?!⁶²

A preocupação externada por D. Ângela, quanto à valorização da educação que prioriza os saberes diferenciados daqueles relativos ao modo de vida rural, evidencia o mundo urbano

⁶¹ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Ângela de Jesus, em Itamatatua, em agosto de 2016.

⁶² Entrevista concedida à pesquisadora por D. Ângela de Jesus, em Itamatatua, em agosto de 2016.

ideal capaz de seduzir os jovens de áreas rurais, fazendo com que troquem o campo pelas periferias urbanas, em busca de empregos com baixa exigência educacional. Apesar das observações de D. Ângela, constatou-se o desempenho de algumas famílias (pais, filhos, netos) no labor da roça com a semeadura, após as primeiras chuvas do mês de janeiro, seguindo conhecimento dos anciãos, isto é, saberes tradicionais que definem o ciclo de plantação (plantio, limpeza da área, colheita), escolha dos melhores locais, períodos específicos de colheita, em razão do tipo de produto a ser cultivado.

O sistema de utilização das terras em que não há donos, mas sim áreas privadas (casas, quintais, roças) compartilhadas com coletivas (recursos naturais: campos, rios, fontes, riachos) são regidas por normas consensuais⁶³, estabelecidas por grupos familiares itamatatiuenses. Práticas denominadas comunais ou de uso comum, para autores como Almeida (2009), são modalidades de uso das terras que se apresentam como fortes impeditivos para a expansão capitalista: de exploração das terras e dos recursos naturais.

Com a relação às atividades desenvolvidas pelas mulheres, destaca-se a produção de cerâmica, produto que até a década de 1980 também envolvia os homens que realizavam a queima e a comercialização dessa produção, conforme enfatiza o Sr. Anselmo:

Ah Senhora da...na época que eu me entendi o dinheiro aqui girava, eu me lembro que saía muito pote, essa louça, essa era nossa renda, a gente botava pote pro Raimundo Su, pra São Bento, pra todo lado, essa era nossa renda, hoje o balde tomou essa renda, o pote era muita renda pra gente ⁶⁴

A desvalorização das louças (alguidares, potes, potinhos, urinois), em decorrência da competição com o plástico, fez com que os homens buscassem outros produtos (bebidas, alimentos perecíveis e não perecíveis) para angariar o sustento da família, por meio de pequenos comércios, negócios da localidade. Atualmente, as mulheres prosseguem com a produção da cerâmica, cada vez em menor quantidade (geralmente, mulheres idosas e aposentadas). Para as que continuam na produção das louças, a renda recebida individualmente por um mês de trabalho diário varia, mas não ultrapassa R\$ 200,00⁶⁵. Porém, esse pouco valor é imprescindível para o “sustento das famílias” das mulheres que persistem e obtenção de melhorias para a comunidade, como um todo, que pode ser observado no depoimento de D. Ângela:

Essa cerâmica é muito importante pra gente, minha avó criou todos os filhos fazendo cerâmica, minha mãe também, eu já criei os meus. Com essa cerâmica a gente já tem a

⁶³ As normas seguidas pelos itamatatiuenses são detalhadas na dissertação de Pereira Júnior (2012), intitulada *Territorialidades e identidades coletivas: uma etnografia de terra de santa na baixada maranhense*.

⁶⁴ Entrevista concedida à pesquisadora pelo Sr. Anselmo de Jesus, em Itamatatiua, em agosto de 2016.

⁶⁵ Entrevista concedida à pesquisadora por Ângela de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2017.

associação, a casa de farinha, a pousada, o poço, então a gente entende que é uma coisa muito boa pra gente⁶⁶.

As mulheres têm feito desse ofício uma tradição que remonta há mais de três séculos na localidade, como um insigne elemento que as projeta para o mundo, valoriza a história do povoado por agregar valor material e simbólico e possibilita conquistas a exemplo da organização da Associação de Mulheres de Itamatatua que será mais bem explanada na subseção 3.2.1.

A participação masculina nessa produção se resume ao transporte do barro, área do campo onde buscam a argila para elaborar a cerâmica, até o Centro e na etapa da queima. Além disso, há um dos homens que trabalha na olaria, única da localidade (Foto 13), produzindo telhas e tijolos em pouca quantidade.

Foto 13 – Olaria da Comunidade



Fonte: Dados da pesquisa

As condições socioeconômicas relatadas promovem a ausência de trabalho e tem conduzido os homens à ociosidade, sendo comum encontrá-los nos bares após as primeiras horas da manhã, proseando, ouvindo *reggae* e bebendo. Na Comunidade, é possível registrar número expressivo de homens envolvidos com o alcoolismo e jovens envolvidos com drogas. Tal situação tem acarretado alterações na localidade, em curto espaço de tempo, deixando de ser extremamente “pacata” para tornar-se um local violento, com relatos de furtos cada vez mais recorrentes que, conforme destaca D. Eloísa, é “para sustentar esses vícios”. No período da pesquisa de campo, durante a Festa de Itamatatua, em 2016, por volta das 20h, os ladrões invadiram o galinheiro de D. Eloísa e levaram grande parte de sua criação de patos e galinhas.

⁶⁶ Entrevista concedida à Rosinete Ferreira, em Itamatatua, em dezembro de 2008 (FERREIRA, 2012, p. 125)

Esse contexto de ociosidade e de “acomodação dos homens”, como as mulheres mencionam, tem contribuído para que as figuras femininas tomem a direção da Comunidade. Conforme Grossi (2017), as mulheres quilombolas, a fim de assegurar a sobrevivência de seu povo, sua cultura e da própria subsistência de seus descendentes, desempenham diversos papéis. Na pesquisa em foco, elas costumeiramente levantam-se às cinco da manhã e até às oito horas cuidam das criações, molham as plantas, realizam os primeiros afazeres domésticos, vão buscar água no Chora e, quando possuem filhos em idade escolar, arrumam as crianças. A partir das oito horas se direcionam para o Centro de Produção, local em que trabalham com cerâmica e onde permanecem até às 11h, quando retornam para preparar o almoço. Após a refeição, regressam para o Centro, onde ficam até às 17h. Ao contrário, revezam com a roça que, a depender da área escolhida, levam em média uma hora de caminhada, só de ida. Ao voltar para casa, assumem a terceira jornada: afazeres domésticos, jantar; quando não conseguiram reservar água suficiente para o consumo, voltam ao Poço do Chora pela segunda vez, cuidam dos filhos e ainda fazem a fumaça para espantar insetos. Após essa jornada, deitam-se, em geral, às 21h. Esse é o cotidiano das itamatatiuenses: calmo, mas, ao mesmo tempo, exaustivo.

As itamatatiuenses, nas últimas décadas, têm assumido a responsabilidade não só do lar, do cuidado com os filhos, do principal produto da economia local, mas também tomam a frente das questões religiosas, políticas e socioculturais da Comunidade, conforme subseção 3.2.1.

Concernente às condições de moradia, em 2010, havia prevalência de construção com paredes tecidas em trama de ripas ou varas cobertas de barro (Foto 14), denominada pau-a-pique, com pindobas.

Foto 14 – Casas de pau-a-pique cobertas com palha



Fonte: Dados da pesquisa

Contudo, decorridos seis anos da pesquisa de mestrado, 2010, observa-se alteração do contexto habitacional, evidenciando-se a existência de programa habitacional do Governo Federal que, aos poucos, transformam a localidade dessas famílias, como o Programa Minha Casa Minha Vida, responsável pela construção de 50 casas de alvenaria, cobertas de telhas para a Comunidade (Foto 15). São casas pequenas, com 2 quartos, 1 sala, 1 banheiro e uma cozinha, com acabamento precário. Algumas, após a entrega são ampliadas aos poucos. A realidade descrita, segundo Dona Eloisa⁶⁷, constitui-se na oportunidade de muitas famílias obterem uma casa de alvenaria, visto que não teriam condições econômicas para arcar com a construção.

A aparente *benesse* desse Programa habitacional carrega consigo implicações relativas à onerosidade do projeto, nem sempre bem compreendido por aqueles que se beneficiam, em razão da pouca informação e/ou esclarecimentos acerca dos custos finais dessas moradias. No caso específico deste estudo, o orçamento do Governo Federal para construção dessas residências girou em torno de R\$1.250.000,00 (MOVIMENTO..., 2016, p. 9). Sobre esse

⁶⁷ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Eloisa de Jesus, uma das lideranças da Comunidade, em Itamatatua, em julho de 2016.

montante, cada mutuário deverá desembolsar R\$1.000,00, parcelado em quatro vezes de R\$ 250,00, ao longo de um ano, situação que nem sempre é concretizada, tendo em vista a dificuldade de quitação das parcelas perante a Caixa Econômica Federal. Infere-se que os valores pagos, apesar das carências que atingem suas vidas, reforçam a “falsa ideia” de progresso e desenvolvimento camuflado em habitações, que não condizem com a dignidade de moradias, caso tivessem condições de trabalho e educação concernentes com a sua realidade. Por outro lado, o Projeto também descaracteriza o aspecto visual dessas habitações e simultaneamente promove *status* diferenciados entre os moradores.

Foto 15 – Casas construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida



Fonte: Dados da pesquisa

Outro aspecto importante, semelhante às demais comunidades, é a ausência de saneamento básico em Itamatatua. É comum a criação de animais soltos, o que muitas vezes, resulta em reclamações dos moradores já alertados sobre os malefícios que podem trazer à população, conforme relata D. Eloísa:

Ah, minha preocupação é muito, muito, muito, muito [balançando a cabeça repetidamente] grande é que o povo não quer entender que acha ruim é as fezes desses animais! [...] Os professores, do IFMA, lá de Alcântara, veio aqui e até reclamou com nós: isso aí tá demais, tá contaminando muito vocês! [...] ⁶⁸

Foto 16 – Animais criados soltos



Fonte: Dados da pesquisa

Não existe água tratada, nem posto de saúde. De 2007 até 2015, a Comunidade era atendida por uma Equipe do Programa Saúde da Família⁶⁹ (composta por um médico clínico geral, um enfermeiro, um dentista, um técnico de Enfermagem), mas, de acordo com Dona Creusa⁷⁰, esse Programa deixou de contemplar a localidade no final de 2015. O tratamento adotado para as enfermidades é feito, em maior frequência, com ervas medicinais e saberes populares. Só em casos mais extremos, eles se deslocam para o atendimento médico em

⁶⁸ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Eloisa de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2017.

⁶⁹ Programa Saúde da Família, lançado em 1994, como “[...] estratégia capaz de provocar mudanças no modelo assistencial ao romper com o comportamento passivo das unidades básicas de saúde e estender suas ações para e junto à comunidade.” (BRASIL, 2003, p. 114)

⁷⁰ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Creusa de Jesus, Agente de Saúde da Comunidade, em Itamatatiua, em julho de 2016.

municípios circunvizinhos, como Bequimão, São Luís e a sede municipal; a comunidade mais próxima para realizar uma consulta ou atendimento básico é Raimundo Su⁷¹, que não dispõe de transporte público para realizar o deslocamento e dista cerca de quatro quilômetros da Comunidade.

O uso dos saberes tradicionais transmitidos pela oralidade, baseado em curandeiros, benzimentos, parteiras, até poucas décadas, predominava na Comunidade, conforme pode ser observado nas palavras de D. Neide e D. Edite:

Neide: Dantes aqui tinha muita Mina⁷², muito tambor de mina, tinha era muito, mas agora terminou, não fizeram mais, agora só tem Fernando aí, mas esse é fraco! Mas dantes tinha muito, tambor de Mina minas mesmo, aqui dentro da sede, Raimunda Preta, Manoelzinho, tinha era muito, mas elas morreram, tinha era muito![...] Aqui dificilmente a gente ia pro médico, era só essas pessoas (esses pessoas que lidavam com a mina, os benzedores) que davam remédio pra gente, quando a gente sentia alguma coisa ia lá, elas passavam remédio e a gente ficava bom, o remédio deu certo!!! Antes era famoso isso!⁷³

Edite: a gente tinha parteira, isso tudo tinha, do primeiro a gente não ia nada pra Alcântara quando a gente tinha dor, tinha parteira boa mesmo, eu tive meus filhos tudinho e nunca fui pra médico, eu criei meus filhos tudinho e nunca tive nada!⁷⁴

Essas práticas de saúde envolta por saberes e conhecimentos tradicionais já foram alvo de inúmeras perseguições (religiosas, políticas) e recentemente não têm encontrado força para sua transmissão em razão da extinção, cada vez mais frequente de alguns desses personagens. Na pesquisa de campo, a afirmação de D. Neide só ocorreu após confiança estabelecida porque os demais moradores negavam a existência da mina na localidade, espelhando, de certa forma, a realidade de repressão já sentida por essas crenças. Apesar disto, ainda é possível encontrar os idosos conhecedores das ervas medicinais e suas propriedades, como parteiras e fazedores de banhos, garrafadas, xaropes; alguns, também, depois desse laço construído, confessaram recorrer a curandeiros de outras regiões.

Percebeu-se, durante a incursão no campo, que nas práticas de tratamento de saúde/doença, os jovens itamatatiuenses tendem acolher o discurso racional da saúde, expresso no uso constante de remédios alopáticos por um lado e, por outro, o enfraquecimento dos aprendizados relacionados a essa questão. A crença em conhecimentos oriundos da ciência, por

⁷¹ Polo a qual Itamatatiua está ligado.

⁷² Mina é a abreviação dada à religião de origem africana tradicional, predominante no Maranhão e na Amazônia. Tambor de Mina surgiu no Maranhão e se expandiu pelo Pará, Amazonas, outros Estados do Norte e para as capitais que receberam grande número de migrantes do Norte, como Rio de Janeiro e São Paulo. Embora hegemônico no Maranhão, o Tambor de Mina - Jeje, Nagô, Cambinda, foi sincretizado no passado com manifestação religiosa de origem indígena denominada Cura/Pajelança e com uma tradição religiosa afro-brasileira, surgida em Codó (MA), denominada Mata ou Terecô. (FERRETTI; FERRETTI, 2000)

⁷³ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Neide de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2010.

⁷⁴ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Edite de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2010.

vezes, conflituava com os saberes seculares dessas comunidades, fazendo com que haja uma supremacia do conhecimento científico sobre os tradicionais.

Para que o legado dos saberes tradicionais sejam preservados pelas novas gerações no cuidar da saúde, é necessário que as políticas públicas estabelecidas considerem esses saberes e os efetivem. Para que isso ocorra, torna-se imprescindível que os espaços de formação dos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, agentes de saúde, nutricionistas) propiciem conhecimentos holísticos para que esses profissionais se apropriem de saberes relacionados à diversidade cultural dessas comunidades no tocante à relação constituída entre saúde e doença.

Outro aspecto a ser considerado, nesse sentido, é a inserção desses saberes nas escolas quilombolas, como forma de manter viva a herança ancestral constituída no percurso das experiências, cuidando para que não ocorra a extinção desses conhecimentos seculares. Nesse sentido Ferreira, (2012, p. 169) preconiza que esses são constituídos coletivamente, na medida em “[...] que autorizam cada membro do povoado a sentir sua cultura, professar sua fé e viver sua crença [...]”.

Somadas às lutas internas para sobrevivência e manutenção de suas práticas culturais, os itamatatiuenses vêm enfrentando recorrentes disputas pela titulação das terras. Itamatatiua é a sede das Terras de Santa Teresa, constituída por aproximadamente 40 povoados, situados nos municípios de Alcântara e Bequimão. No passado, a totalidade dessa área era de 57 mil hectares, perderam 2 mil e ficaram com 55 mil que correspondem às terras da Ordem do Carmo. Entretanto, o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), em 2001, ao demarcar as terras para titulação desse território destinou apenas 5 mil hectares, o que se mostrou uma afronta ao direito e modo de vida dessas populações pelo Estado, conforme narra D. Irene:

O certo era que as Carmelitas que eram donas dessas terras, 55 mil hectares, fazia misto com as Terras de Bequimão e Alcântara. Aqui era muito grande! Hoje alguém diz que é 5 mil, mas nós não aceitamos de jeito nenhum! De jeito nenhum, nós não aceitamos, se alguém vir demarcar essas Terras, nós queremos os nossos 55, antes ela era 57, perdeu 2 num levantamento. Essa nós não aceitamos de jeito nenhum, queremos nossos 55.⁷⁵

Acerca dessa questão, Fiabani (2008, p. 191) destaca que houve uma valorização das terras devido à “modernização da agricultura”, levando os fazendeiros a buscar novas propriedades para fomentar suas produções. O processo de modernização é composto por duas vertentes: de um lado, propicia escoamento da produção, mobilidade das pessoas, incentivos fiscais, melhorias de acesso a essas terras; por outro lado, o desrespeito ao modo de vida tradicional dessas populações, a degradação dos recursos naturais, a expropriação das terras,

⁷⁵ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Irene de Jesus a Pesquisadora, em Itamatatiua, em janeiro de 2010.

são alguns dos aspectos que trazem consequências nefastas a essas comunidades. Em razão da valorização das terras ocorrida pelo processo de modernização, a titulação foi dificultada para esses moradores, tornando-se objeto de disputa por grileiros, fazendeiros e pelo próprio Estado, como a Lei de Terras de Sarney⁷⁶, que, com frequência, as usurpam. Dona Irene⁷⁷ destaca uma situação ocorrida na década de 1970 pela posse da terra, ocasionada pela Lei de Sarney:

Na década de 70, aí veio pessoas de São Paulo, grileiros começaram tirar Terra, tirar Terra, era na época de seu Tolentino já comandava, era vivo, mas já tava velho, aí meu Deus como é que vamos fazer? Chegava o pessoal do Jaciobá, Tolentino eles já tão terminando de tirar as Terras, tão loteando, já fizeram até carta de anuência, já tava tudo tomado, só tinha esse meinho do sítio que não tava tomado, era tudo muito buraco pra todo lado, eles íam pra Casa dos Lavradores de Pinheiro só pegar os títulos, aí o que quê aconteceu?

Fica claramente evidenciado, na fala da participante, que a comunidade não aceitou pacificamente a tentativa de concretizar a invasão da terra e, conseqüentemente, o desrespeito aos direitos já conquistados pelas famílias que ali estabelecerem laços de pertencimento:

D. Irene: Aí toda a Comunidade se juntou, quem levou espingarda, levou, quem levou machado, levou, quem levou foice, levou, se prepararam tudo e chegaram lá foi a derriba da cerca, derribaram a cerca todinha, isto foi em 78, toraram os morões que eles trouxeram tudinho. Ah!!! Foi uma briga feia!! Que esse pessoal vieram para matar os pessoal nas casas, as pessoas vieram tomar apontamentos na casa de seu Tolentino, seu Laurentino, seu Cefrônio, algumas pessoas que eram os cabeças, esses que eles estavam atrás, vieram nas casas e as mulheres ficaram tudo em casa e eles não se acharam com coragem de matar as mulheres e os filhos, eles se esconderam, andaram escondidos⁷⁸.

Nota-se no discurso da participante que o interesse capitalista se sobrepõe aos direitos sociais. O acontecimento descrito demonstra atos de violência explícita, cometidos contra as populações quilombolas, usurpando seus direitos de permanecer nas áreas onde estabelecem uma relação para além da morada. Observa-se que o Estado compactua com esses atos, deixando que se repitam veladamente, quando não garantem a titulação das terras dos

⁷⁶ Lei n°2.979 de 1969, no Maranhão, conhecida como Lei Sarney determinava que as áreas sem titulação ou donos deveriam retornar ao Estado e ele deveria vendê-las ao mercado. Na ocasião, forçou um êxodo acentuado dos moradores das áreas rurais para a capital e para outras áreas de fazendas de Goiás, Pará, Mato Grosso, em situações análogas as de escravos (PEREIRA JÚNIOR, 2012). Essa Lei, trouxe consequência grave com o apoio do governo, ampliou o espaço da grilagem, priorizou os “grandes projetos agropecuários” em detrimento dos pequenos produtores rurais. Contexto em que muitas famílias perderam o direito de viver dignamente no seu pedaço de chão, foram expulsas e passaram a conviver com conflitos intensos nas áreas do campo. Por outro lado, acarretou concentração fundiária, segundo Pedrosa [199-?] “[...] as Empresas, grupos de fora do Maranhão, foram atraídas mediante anúncios de terras baratíssimas, sem concorrência pública e sem leilão, a preços vantajosos, sem juros e sem correção monetária.” Portanto, foi uma Lei que levou problemas danosos as comunidades quilombolas do Estado do Maranhão. As Terras de Santa Teresa foram vitimadas por essa Lei, mas devido à organização da população conseguiram impedir que fossem usurpadas. A Lei de Terras, no Maranhão, ficou conhecida como Lei Sarney de Terras em virtude de sua criação advir de uma das medidas principais do governo de José Sarney.

⁷⁷ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Irene de Jesus a Pesquisadora, em Itamatatiua, em janeiro de 2010.

⁷⁸ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Irene de Jesus a Pesquisadora, em Itamatatiua, em janeiro de 2010.

quilombolas. Prosseguindo D. Irene⁷⁹ relata que, na tentativa de proteger a comunidade da violência que se insurgia contra os moradores, foi necessário buscar proteção para que a situação não se consumasse em tragédia:

Foi então que seu Tolentino se dirigiu, foi em São Luís e falou com o Coronel Belforte, esse Coronel mandou forças pra cá, e quando Dr. Leitão que era o Desembargador do Estado, né? Ligou para Pinheiro e pediu, por favor, que engavetasse esse documento todinho, nós éramos legais e aqui era um Patrimônio, não era para mexer, foi engavetado esse documento todinho e foram fazer um novo documento e quando seu Tolentino morreu, aqui já tinha um novo documento não se sabe porque ele não deixou, ninguém mostrou, não se sabe se o Coronel ficou, e com a morte do Coronel o filho ficou, mas ninguém tomou e eles não vieram mais, agora que eles já estão começando de novo, pessoas daqui mesmo, não são pessoas de fora não, cercando terreno, ali no Raimundo Su a gente já vai, a Comunidade já tem um bocado de cerca, eu não sei se nós não vamos fazer essa mesma coisa, nós só estamos aguardando se o Governo, se eles arranjam essa titulação pra gente mandar acabar.

Diante da inexistência do registro oficial das terras, os itamatatiuenses contam com um importante documento em seu percurso histórico que é a Pedra Documento (Foto 17):

Foto 17 – Pedra Documento



Fonte: Dados da pesquisa

⁷⁹ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Irene de Jesus a Pesquisadora, em Itamatatiua, em janeiro de 2010.

É interessante destacar que as prescrições em latim nela existentes *Colonist St. There mandada edificar Exº Prc. Cd. Graciliano A. P. Pimentel 25 d'agosto de 1878 derl M.J.C.*, atestam a passagem das terras da Ordem Carmelita para a Santa Teresa. Os itamatatiuenses, por serem seus herdeiros, conseqüentemente, são os donos do território a que se refere o documento. Vale ressaltar que este registro iconográfico já foi usado em disputa judicial, na qual a propriedade estava sendo requerida por pessoas que se intitulavam proprietárias das Terras, conforme destaca Seu Francisco:

Essa pedra que tá na casa de D. Eloísa que acabou com toda a briga, que quando nós fumo pra audiência em Alcântara, tava tudo enquanto advogado, tava tudo contra nós, tava todo mundo contra nós, tava doutora Naiza, esses pessoal tudo era contra nós era pra vender essa terra, e nós fumo pra essa audiência, tava todos esses advogado tava lá, nós só tinha um advogado, era aquele doutor Fernando. [...] Já levemo a pedra pra audiência, essa aqui vai confirmar, aí o primeiro advogado que veio de lá que olhou, ele só sacudia com a cabeça, e nós tava só prestando tenção nele, doutor tá bom que o senhor leia pra explicar pro povo. Aí dr. Fernando disse ôh, só que essa aqui o que manda nessa aqui nem eu que sou advogado, nem se eu fosse promotor, nem se eu fosse o Deus do céu eu tinha condição de tomar essa Terra. Dotora Naiza começou a coçar a cara de um lado pro outro e o Calango foi o primeiro a sair[...] Não, ele não sabia. O juiz levantou e disse tá acabado essa audiência e nem hoje, nem amanhã eu tenho condição de tomar essa Terra de vocês. Aí o Promotor levantou e disse se Vossa Excelência já deu a ordem nem eu posso tirar.⁸⁰

O relato de Seu Francisco reforça que, em razão da ausência de um documento legal que dê veracidade ao direito de posse, a Pedra adquire o valor probatório e, portanto, reconhecido pelas autoridades responsáveis pelo julgamento da demanda judicial.

Dada à importância desse registro, é que a Pedra - documento que antecede a Abolição da escravatura, datada de 1878 - é protegida por uma das lideranças da Comunidade, guardada em um saco e mantida dentro de um quarto, na casa de D. Eloísa, desde que seu pai faleceu. A líder confessou que planeja fazer um baú para protegê-la e facilitar o manuseio, considerando a dimensão e o peso a ela referido. A informante acredita que essa medida asseguraria a preservação, bem como a demonstração do objeto/documento para representantes de órgãos e visitantes que desejem vê-la.

A certificação de reconhecimento do território, emitida pela Fundação Palmares, em 4 de maio de 2006, foi baseada nesse documento. Após 12 anos, a população prossegue lutando pela titulação definitiva de suas Terras. Atualmente, aguardam a decisão de quem deve realizar o processo; na percepção de Borges⁸¹ (2016), “[...] há um imbróglio jurídico nessa relação em

⁸⁰ Entrevista concedida à pesquisadora por “Seu” Francisco de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2010.

⁸¹ Sérvulo de Jesus Moraes Borges, foi militar da Aeronáutica no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), é representante do Movimento dos Afetados pela Base de Alcântara (MABE), criado em 1999. “É uma organização que une as comunidades do território étnico de Alcântara na defesa dos seus direitos e de sua dignidade face aos danos socioambientais provocados pela instalação da Base de Lançamento de Foguetes empreendida pela Aeronáutica e pela Agencia Espacial Brasileira”. (QUILOMBOLAS..., 2007, p. 3).

que o ITERMA e o INCRA precisam definir quem fará a titulação deste território”⁸². Portanto, é diante dessa indefinição e batalhando ainda pela titulação de sua Comunidade que os itamatiuenses se encontram.

Ademais, faz-se necessário destacar que um evento que marca a cultura itamatatiuense, presente há quase dois séculos, é a Festa de Santa Teresa. Não há um registro preciso de quando ela começou, entretanto, o depoimento de D. Eloísa faz referência à participação da bisavó de uma moradora da Comunidade⁸³, como caixeira da Festa por um longo período da sua existência. Logo, infere-se que o somatório das três gerações (bisavó, avó e, neta, D. Zuleide), traça o mapa cronológico de existência/duração da Festa em homenagem à padroeira. As festividades geralmente acontecem entre os dias 14 e 16⁸⁴ de outubro, contudo, há um cronograma que antecede a Festa, com períodos destinados aos ensaios e recolhimento das joias⁸⁵.

A Festa consiste, segundo os moradores, em uma tradição que reúne devotos com o propósito de ofertar um merecido festejo à Santa e, ao mesmo tempo, um farto banquete com comidas e bebidas aos que chegam, uma mostra de uma cultura enraizada em fé e religiosidade singulares da comunidade estudada. A festividade une o sagrado e o profano, onde “[...] se reverencia tanto a santa, quanto ao tambor, as pessoas rezam e bebem, cantam, tocam caixa e pedem joia para a santa.” (FERREIRA, 2012, p. 121)

Na pesquisa de campo, as conversas sobre a Festa sempre eram finalizadas com um convite dos entrevistados e falas recorrentes de “[...] que quem participa uma vez sempre quer estar presente”. De fato, são intensos 11 dias de muito movimento, rostos diferentes circulando pela pacata Itamatatiua; as casas são faxinadas e trocadas as roupas de cama e mesa com tamanho zelo, não observado pela pesquisadora nos demais períodos de campo. Segundo D. Eloísa é porque “[...] além de hospedaram os de fora, receberão o convite da Santa para participarem da Festa e a bênção dela em suas residências”⁸⁶.

⁸² Entrevista concedida à pesquisadora por Sérvulo Borges, em Itamatatiua, em 20 de agosto de 2016.

⁸³ A morada referida é D. Zuleide de Jesus, falecida em 2010, aos 104 anos. Esta senhora coordenou a Festa de Santa Teresa por muitos anos, na Comunidade.

⁸⁴ Outrora, a procissão principal - antecede um dia ao lava pratos, encerramento da Festa - acontecia sempre dia 15/10 e o mastro era levantado dia 06/10, início. Porém, houve alterações para se ajustar a participação dos devotos que moram fora de Itamatatiua, sendo estabelecido o final de semana da primeira quinzena de outubro e com isto o levantamento do mastro, varia em função do dia definido para a procissão principal.

⁸⁵ São denominadas as doações à Santa, tais como ovos, bois, dinheiro em espécie, entre outros produtos e serviços que possam contribuir com o Festejo. Segundo Sá (2007, p. 104) “[...] a jóia surge, assim, para sincretizar um tipo de contrato que legitima “viver” nas terras da santa [...]”.

⁸⁶ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Eloísa de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2017. O convite dela consiste em um ritual que as caixeiras, bandeiras e carregadeira da Santa saem, recolhendo joias e, ao chegar à casa dos moradores, ela é entregue ao morador que a conduz ao interior da residência.

Esse processo resulta em meses de preparação: os grupos saem recolhendo joias nas localidades vizinhas (povoados e municípios), a fim de levantar fundos para custear as despesas e fazer o convite para Festa. O calendário inicia com o levantamento do mastro⁸⁷ e é seguido por oito noites de novenas⁸⁸, recolhimento de joias, dessa vez, dentro da comunidade, ao som das caixeiras e das bandeiras⁸⁹ que cantam hinos conforme cada momento: chegada às residências, agradecimentos, despedidas; há um repertório extenso e específico para toda ocasião, aprendizados que em geral “os itamatatiuenses memorizam desde criança”, segundo D. Irene de Jesus, a senhora responsável pelas manifestações culturais da Comunidade e caixeira de Santa Teresa e do Divino Espírito Santo de Alcântara.

Após cada novena, é ofertada pelos responsáveis da noite uma mesa com doces, refrigerantes, salgados, bolos de tapioca, de trigo confeitado e lembranças que, a princípio são servidas para os novenários⁹⁰ e juízes⁹¹, também denominados “donos da Festa” (fotos 18 e 19), depois para as caixeiras e bandeiras e, por fim, para os demais presentes.

⁸⁷ O levantamento do mastro é composto por um extenso e bonito ritual com cortejo que necessita de muitos homens exercendo um trabalho - com cachaça, cantos ritmados - para buscá-lo na mata, enfeitá-lo, dentre outros acontecimentos, até o fincarem em frente da Igreja, à noite. Isto requer a eleição de duas pessoas pelos responsáveis da festa, ou a pedido dos próprios promesseiros, para cuidar do levantamento, sendo exigido deles experiência nessa condução. O ritual completo da Festa de Santa Teresa é detalhado na etnografia de Pereira Júnior (2012).

⁸⁸ Segundo Prado (2007, p. 83), “A novena, período que antecede imediatamente a festa, tinha originalmente a função de preparar espiritualmente os fieis para o culto ao santo. [...]”. As pessoas responsáveis pela noite de novena são chamadas novenários e são indicadas pelos responsáveis pela Festa. Os novenários ou mordomos, como são também nominados, ficam incumbidos das despesas com a compra de material para a feitura de bolos, a aquisição de foguetes e bebidas do dia de sua novena.

⁸⁹ O termo **caixeira** relaciona-se com a função de tocar a caixa (tambores), desempenhada pelas mulheres jovens e/ou adultas que cantam e têm conhecimentos sobre as sequências rituais adotadas em cada festejo específico, a exemplo, da Festa do Divino Espírito Santo, Nossa Senhora, Santa Teresa D’Ávila, entre outras.

As **bandeiras** são jovens e meninas que seguram as bandeiras para saudar as joias e a Santa (NORONHA, 2015, p. 93). A seguir, será mais bem explanado sobre as funções dessas mulheres.

⁹⁰ Novenário ver nota 83.

⁹¹ Juíz ou festeiro é o casal responsável pela organização da Festa como um todo. Estas pessoas escolhem o grupo que deve viajar e recolher as joias, realizar os ensaios que antecedem o festejo e a organização dos últimos três dias: a novena final, o dia da festa e o lava pratos, encerramento. A seleção dos próximos juízes é indicada pelos juízes correntes, no encerramento, em comum acordo com a encarregada da Santa ou através de pedido a esta com a finalidade de pagamento de promessa, ou, ainda, por indicação da Santa, em sonho, à encarregada. (PEREIRA JÚNIOR, 2012).

Foto 18 – Mesas de doces

Fonte: Dados da pesquisa

Foto 19 – Mesa servida para novenários e juízes

Fonte: Dados da pesquisa

Outro momento dos ritos é a lavagem com ervas das três imagens da Santa⁹² e da Igreja que, de acordo com D. Eloísa⁹³ é porque “A Santa gostava muito de jardim com rosas cheirosas e fazia as orações dela dentro desses jardins, ela fazia banho com rosas vermelhas, gostava muito, e por isso a gente faz o banho com essas rosas e ervas cheirosas”. As ervas utilizadas são manjeriço, alfavaca, oriza, hortelã, dentre outras, as quais são amassadas em recipiente de cerâmica com água, do tipo alguidar (Fotos 20 e 21) e depois são usadas para lavagem da Santa Teresa e da Igreja. O banho cheiroso, com o qual as Santas são lavadas, é guardado pelos itamatatiuenses que atribuem poderes a ele, a exemplo de: ajudá-los na saúde, no combate a mau olhado e na limpeza do corpo e da alma. São águas que, de acordo com a crença, são utilizadas para purificar, renovar, levar as mazelas e trazer bons fluidos.

⁹² São três imagens em dimensões diferentes, cada uma com uma função. De acordo com Pereira Júnior (2012, p. 47): a menor é considerada pelos devotos e moradores como a verdadeira; é a que sai para recolher as joias e durante o festejo, fica na casa da festa, vai buscar o mastro, cumpre todos os compromissos sociais. Além disso, essa imagem é levada para o ritual de batismo por uma mulher, onde é firmado o compromisso como madrinha perante os envolvidos naquele ato. No caso de batizado, é ela que firma o compromisso, uma mulher segura a imagem durante o batismo. A segunda, imagem média, é levada em procissão no dia da festa. É ela quem dá a bênção na igreja. E a terceira, maior, só desce do altar uma vez por ano, na véspera da festa pela manhã, no dia do banho de Santa Teresa.

⁹³ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Eloisa de Jesus, em Itamatatiua, em outubro de 2016.

Foto 20 – Ervas para banho das Santas

Fonte: Rosinete Ferreira

Foto 21 – Preparação do banho para lavagem

Fonte: Rosinete Ferreira

A Festa prossegue ao som de orquestra⁹⁴ com a alvorada, a matança de animais recebidos como joias e preparação das comidas (Fotos 22, 23 e 24). É válido ressaltar que a solidariedade se expressa em muitas mãos comprometidas - homens e mulheres, de diferentes idades - que chegam de comunidades e municípios vizinhos, da capital para ajudar nos preparativos. Alguns cuidam das carnes (aves, bois, porcos), outros dos bolos, uns ornamentam a Igreja e assim juntos, com risos e braços estendidos, vão se organizando e partilhando a homenagem para a Padroeira. Observa-se um espaço de interlocução e diálogos sobre os aspectos que envolvem os festejos destinados à Santa. Nesse período, presenciam-se na Comunidade encontros e reencontros de devotos que retornam à comunidade há mais de 40 anos para o festejo, assim como torna-se comum narrações de “causos” sobre a Santa, seus milagres, cobranças dela por não pagamento de promessas, acontecimentos de festas anteriores, dentre outras.

⁹⁴ A orquestra é contratada para o dia do levantamento e fica durante toda a Festa na Comunidade, acompanhando ou reversando com as caixeiros.

Foto 22 – Preparação da carne

Fonte: Dados da pesquisa

Foto 23 – Preparação dos bolos

Fonte: Dados da pesquisa

Foto 24 – Pilando coco

Fonte: Dados da pesquisa

O festejo é composto por manifestações culturais como o Tambor de Crioula e as Caixeiras. O Tambor de Crioula é uma manifestação cultural típica da cultura maranhense, segundo Pacheco (2014, p. 69) oriunda de “[...] matriz cultural africana das senzalas e dos quilombos” do Maranhão. O ritual é apresentado em forma de dança, constituído por toques e cânticos, gestos que comunicam a realidade de um grupo social, seus sentimentos, lamentos, resistências, denúncias, protestos e alegrias. Em geral, dançar o Tambor de crioula dispensa fixação de datas, podendo ocorrer a qualquer momento, porém, existem alguns oportunos motivos que variam conforme a “[...] necessidade de expressão dos brincantes, seja para comemorar alguma notícia, para festejar um dia de santo, para celebrar um acontecimento ou simplesmente pela diversão.” (MOTA, 2004, p. 25). Comumente o Tambor de Crioula é tocado em oferecimento ao seu Santo protetor, São Benedito; os integrantes da brincadeira de acordo com Ferretti (2002, p. 15) são “[...] predominantemente descendentes de negros, que pertencem

a setores das classes menos favorecidas dos meios urbanos e rurais, e que desempenham entre outras atividades, as de estivadores, domésticas, feirantes, lavradores, pescadores, etc.”. O Tambor é tocado na Festa em homenagem a Santa Teresa, logo após a missa, no dia da maior procissão.

As mulheres, também denominadas de coreiras, dançam ao som de três tambores (também designado parêlha) tocados pelos homens: o tambor grande ou roncador, médio, ou socador, e pequeno, ou crivador, são, *a priori*, aquecidos pelas chamas de uma fogueira. O momento mais importante da dança é a nominada pungua ou umbigada que requer certa habilidade das brincantes para não se machucarem no encontro com o corpo de outra brincante. Acerca desta questão D. Judith⁹⁵, em entrevista concedida a Mota (2004, p. 46), afirma que “o processo de aprendizagem da dança depende da convivência com o grupo, se a coreira não souber pungar, ou seja, fazer a marcação do corpo junto com o tambor, ela não sabe dançar”. Portanto, é perceptível a partir do depoimento de D. Judith que o Tambor de Crioula possui códigos, em comum, compartilhados pelo grupo para que o ritual aconteça. A foto 25 registra os homens tocando os três tambores e a foto 26 apresenta a pungada ou umbigada, encontro das mulheres que tocam de forma sincronizada seus corpos no sentido frontal.

⁹⁵ D. Judith é coreira do Tambor de Crioula de Itamatatiua, em 2004, esposa de um itamatatiuense, senhor Vanderley de Jesus Pereira, considerado um dos melhores tocadores de Tambor de Crioula do Maranhão. Em 2013, senhor Vanderley foi reconhecido com o Prêmio Culturas Populares - Edição 100 Anos de Mazzaropi, do Ministério da Cultura, cujo objetivo consistia em reconhecer a atuação exemplar de Mestres e de Grupos e Comunidades, praticantes de expressões das culturas populares brasileiras, identificando e fortalecendo suas ações, bem como dando visibilidade às atividades culturais protagonizadas por esse segmento da cultura brasileira (BRASIL, 2013).

Foto 25 – Três tambores

Fonte: Dados da pesquisa

Foto 26 - Pungada ou umbigada

Fonte: Dados da pesquisa

No palco da apresentação do Tambor, como já mencionado, o roncar dos tambores é sustentado pelas batidas fortes e compassadas dos homens, saber que aprendem observando seus antepassados que, embora de aparente simplicidade, músicos destacam que é difícil⁹⁶. Esses toques são combinados com as vozes das figuras masculinas e femininas que dão força ao coro. Além disso, as pisadas fortes no chão, as saias rodadas e coloridas das mulheres e a dança em ritmo circular são elementos que compõem a beleza do Tambor de Crioula e fazem aquecer o coração. Cabe ressaltar que essa manifestação cultural foi registrada em 2007 como patrimônio imaterial brasileiro, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). As imagens a seguir (Fotos 27), registram o compasso da dança, onde as coreiras levantam suas saias, deslizam várias vezes sobre seu eixo e param de repente em frente aos tambores.

⁹⁶ Segundo Joaquim Santos (professor e pesquisador da Escola de Música do Maranhão): o ritmo do Tambor de Crioula é específico e ele representa uma escola. Existe todo um processo de aprendizado porque é bem complicado de ser tocado. (BRASIL, 2007).

Foto 27 – Mulheres dançando em frente aos tambores



Fonte: Dados da pesquisa

Apesar da tradição, o Tambor de Itamatatiua tem enfrentado problemas na sua organização. No aniversário, em junho de 2016, em razão do número reduzido de tocadores e coreiras, o Tambor realizou apenas uma breve apresentação e na Festa da Santa, em outubro desse mesmo ano, foi um grupo de outra comunidade que conduziu com a participação de alguns brincantes da localidade. A justificativa para isto, segundo alguns idosos da Comunidade, é que o grupo atualmente só brinca mediante pagamento. Em conversa informal com alguns jovens brincantes, eles confirmaram essa exigência, o que para os senhores e senhoras itamatatiuenses é desaprovável. Em pesquisa realizada entre 2003 e 2004, Mota (2004, p. 41), sobre o Tambor de Crioula de Itamatatiua, evidenciava que os brincantes não tinham o desejo de transformá-lo “[...] em um instrumento que visasse somente o lucro e o consumo [...]”. Essa autora ainda complementa com o depoimento de Arlindo, tocador de tambor, quando afirmava que se fosse fazer uma apresentação em São Luís: “se pagar nós vamos, pois precisamos do dinheiro, **nós não cobramos é pra nós mesmos da comunidade e das vizinhanças próximas**”. (MOTA, 2004, p. 41, grifo nosso). Contudo, essas falas são de quase 15 anos atrás e o que se percebe é que, mesmo se reconhecendo a importância de renda extra

em um local com limitadas opções de trabalho, o Tambor para a juventude tem perdido alguns referenciais, tais “como o tocar para não **esquecer do nosso passado** e nem deixar de **preservar nossa raiz e tocar nosso tambor para nós mesmos**” conforme narrativa do mestre Vanderlei de Jesus⁹⁷ (MOTA, 2004, p. 42, grifo nosso).

A pretensão não é estabelecer juízo de valor acerca da cobrança, mas destacar que, se a prática se avolumar entre os demais brincantes, tende a perder o simbólico do ritual e elementos específicos, como tocar por diversão, confraternização e preservação de um legado baseado na oralidade. É desse modo que uma herança não ensinada no processo de educação formal, obtida pelo viver, saber-fazer das gerações se retroalimenta e impede o apagamento de histórias e memórias específicas, portanto, de a citada prática se efetivar, o ritual tende a desaparecer. A descontinuidade compromete não só a perpetuação da manifestação cultural, mas a força e união dos itamatatiuenses, já que a brincadeira também reforça laços de solidariedade e companheirismo presentes nas relações tecidas pelo Tambor de Crioula. D. Eloísa⁹⁸ destaca que “Mesmo a gente lutando para organizar o grupo, tem sido muito difícil, eles parece que não se interessam mais e só quero dançar fora, é uma pena porque esse nosso Tambor com a Festa são as coisas mais antigas daqui”.

Nesse contexto, a educação formal se torna uma possibilidade de combate a esse esmaecimento, desde que as Diretrizes Curriculares voltadas para comunidades quilombolas estejam sendo efetivadas, conforme previsto na Lei. Observa-se também a desassistência do Estado para com essa situação, tendo em vista a ausência de projetos que fortaleçam a cultura e a tradição. A ex-coordenadora, Maria Izabel Matos⁹⁹, relata que houve um Projeto na Comunidade, nominado Pontinho de Cultura¹⁰⁰, em 2011, financiado pelo Governo do Estado do Maranhão, que objetivava o resgate da cultura local. Com os recursos advindos dessa iniciativa, foram adquiridos caixas e tambores para crianças e adultos, ocasião em que realizaram oficinas e ações para fortalecimento e retomada das manifestações culturais dos itamatatiuenses. O referido Projeto durou menos de um ano, devido à mudança de governo, fato recorrente quando se trata de preservar a cultura de grupos minoritários.

Apesar dos problemas mencionados com o Tambor, ainda é comum, durante a festa, encontrar crianças tocando tambor (Foto 28) e caixa no horário de descanso das caixeiras (Foto

⁹⁷ Atualmente, seu Vanderlei de Jesus está brincando no Tambor de Mocajituba II e o tocador de Itamatatiua que estava à frente do Tambor faleceu em 2014, seu Zé Pedro.

⁹⁸ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Eloísa de Jesus, em Itamatatiua, em setembro de 2017.

⁹⁹ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Maria Izabel Matos, em Itamatatiua, em outubro de 2016.

⁹⁹ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Maria Izabel Matos, em Itamatatiua, em outubro de 2016.

¹⁰⁰ Projeto financiado pelo Governo do Estado do Maranhão, em 2011.

29); registra-se que este também não é um ritmo fácil de aprendizado, mas elas realizam com maestria. D. Maria Izabel relata a alegria em ver as crianças tocando com desenvoltura e acredita que o Projeto mencionado tem influência nessas práticas. Por outro lado, não se pode desconsiderar que as crianças de ascendência africana tendem, segundo Leite (2008), a participar de um processo individual e coletivo de transmissão que aprendem desde cedo com seus pais. Porém, para manter esses valores ancestrais é necessário o incentivo de políticas públicas que deem condições de salvaguardar uma manifestação de vida, legado dos itamatatiuenses que se tornou patrimônio imaterial nacional, mas não tem recebido atenção devida para perpetuação em âmbito local.

Foto 28 – Meninos brincando com o Tambor



Fonte: Patrícia Azambuja

Foto 29 – Meninas tocando Caixa



Fonte: Dados da pesquisa

Ao tomar as palavras de Pacheco (2014, p. 73), nas quais questiona a legitimização do Tambor pelo Iphan, interroga se “[...] a instância de legitimação proporcionada pelo registro do IPHAN a este sujeito brincante permite a ele inscrever-se no discurso artístico hegemônico? Ou terá o Tambor transformado-se em mercadoria do sistema capitalista, ao ser considerado Patrimônio Imaterial? [...]”. A partir dessas considerações, observa-se que, na realidade vivida pela Comunidade de Itamatatiua, o Tambor de Crioula no Maranhão caminha na direção dessa segunda, visto que foi criado o Comitê Gestor do Tambor de Crioula, Plano de Salvaguarda do Tambor e foram destinados R\$ 500.000,00 pelo Iphan e R\$ 125.000,00¹⁰¹ pela Secretaria de Cultura do Maranhão, em 2012 (OLGA..., 2012). Entretanto, essas ainda são informações

¹⁰¹ No projeto, estavam previstas ações de apoio e fomento ao Tambor de Crioula, divididas em quatro eixos: preservação dos modos de fazer o Tambor de Crioula, capacitação de quem faz o Tambor de Crioula, socialização e valorização dos conhecimentos associados ao Tambor de Crioula e registro material da forma de expressão Tambor de Crioula. Os eixos contemplavam ações como oficinas, seminários, encontros e festivais com o objetivo de valorizar e promover a salvaguarda dessa expressão cultural maranhense. O público-alvo seriam os praticantes do Tambor de Crioula no Maranhão.

desconhecidas das líderes da Comunidade Quilombola de Itamatatua, espaço de onde se originou um dos grupos que compõem a história do Tambor de Crioula no Estado.

No que concerne à outra manifestação assumida pelos itamatatiuenses, as Caixeiras e Bandeiras são presenças ativas na Festa de Santa Teresa. Esses atores desempenham papel essencial e atividades variadas, a exemplo do recolhimento das joias, como durante com o levantamento do mastro, ladainhas, dentre diversas outras circunstâncias. Elas compõem um dos grupos¹⁰² de tramento de joias, nominado batuque.

O batuque é composto por quatro **caixeiras: são mulheres que tocam um tambor pequeno feito de madeira e coberto de couro de animal nas duas extremidades denominado como caixa. Quatro bandeiras meninas entre 10 e 14 anos e que ainda não tenham iniciada a vida sexual.** Uma carregadeira de Santa, um(a) encarregada do batuque, um guia e um homem ou dois para acompanhar, para trazer as coisas. Nas incursões de jóias, há um revezamento do batuque, parte sai para acompanhar a Santa e outra parte permanece no povoado para o ritual de chegada. Nessa etapa, a Santa só pode ser carregada por mulheres. A única exceção é quando algum homem tem como promessa carregar a Santa durante o período de esmola. (PEREIRA JÚNIOR, 2012, p. 69)

D. Zuleide, aos 104 anos, organizadora da Festa e responsável pelo batuque por longos anos, foi uma exímia caixeira da Santa Teresa que destaca a sua relação com esse ofício e a importância que teve em sua vida:

Ía por Alcântara, eu gostava de bater caixa, tirava joia com Santa Teresa, cantava...andava... senhora, eu senti uma falta desse serviço. Senhora, eu sinto e muito, quando eu deixei de viajar com Santa Teresa, senhora, eu sinto muito. Depois que deixei de viajar com essa Santa Teresa [...] A gente vive tão acostumado numa coisa quando se desacostuma...Virge Maria!¹⁰³

A narrativa de D. Zuleide foi cedida em um momento em que já estava doente e atribuía à descontinuidade dessa prática como sendo o motivo de sua enfermidade. Essas ações de viajar, tocar, cantar, andar, tirar joia para Santa, estavam eivadas de realidades e significados que alimentavam a sua existência, visto que o exercício é marcado por um misto de compromisso, dedicação, mas também de alegria, fé, devoção e dádiva que conduz a caixeira a “[...] organizar sua vida ao redor da festa [Divino Espírito Santo, Santa Teresa, Nossa Senhora da Conceição...] [...]” (BARBOSA, 2006, p. 74).

¹⁰² O outro grupo é composto pelos escoteiros que são os primeiros a saírem recolhendo joias, constituídos por homens.

¹⁰³ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Zuleide de Jesus, em Itamatatua, em fevereiro de 2010. D. Zuleide, na ocasião da pesquisa, já se encontrava doente, tendo falecido em agosto deste ano.

D. Irene é uma das Caixeiras mais antigas na Festa da Santa. Em 2016, foi eleita como caixeira-mor¹⁰⁴ do Divino Espírito de Alcântara e compartilha uma mostra de seus conhecimentos, explicando que “os toques para Santa Teresa são mais lentos que do Divino Espírito Santo de Alcântara que são um pouquinho mais apressado”¹⁰⁵.

Foto 30 – Caixeiras na festa de Santa Teresa



Fonte: Dados da pesquisa

Essa mesma informante, atual responsável pela parte cultural da Comunidade, traz em sua fala elementos que evidenciam o valor dessa prática social para as jovens itamatatiuenses no passado e a atual realidade de formar discípulas para a missão de ser Bandeira e Caixeira:

Aí de primeiro era uma correria pra ser bandeira, outros choravam e diziam pede pra mamãe pra eu ser bandeira, hoje: eu não posso, eu não quero, ninguém quer mais ser, elas nem ligam. É bom quando pegamos uma menina novinha que não tem aquela coisa de eu vou pro reggae porque no dia da Festa de Santa Tereza tem um reggae e elas às vezes querem largar a bandeira, as Caixas na sala para irem dançar reggae. [...] As Caixeiras já perderam, as meninas novas de hoje, não é desmoralizando, mas nós quando assumíamos éramos Caixeira mesmo, a sério, e elas não levam a sério ¹⁰⁶

¹⁰⁴ De acordo com D. Irene caixeira-mor é “a autoridade da Festa do Divino”, ou seja, é o posto mais elevado entre as caixeiras, aquela que guarda diversos saberes e conhecimentos para condução do ritual que é complexo e detalhado. A Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara ocorre no mês de maio, é um ritual do catolicismo popular que mescla práticas afro-brasileiras. Segundo Lima (1988, p. 21) teve início na visita interrompida de Pedro II, em que os “negros” decepcionados levaram o cortejo à igreja, coroando o imperador e inventando a Festa. Porém esta versão teria sido errônea e a verdadeira consiste na frustração dos brancos. Para Barbosa (2006) no Brasil ganhou popularidade em outras localidades do Maranhão, mas também em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Pará, Piauí, Bahia; em ilhas do Atlântico (Arquipélago dos Açores, e nas ilhas de Cabo Verde) e nos Estados Unidos. Em cada localidade se apresenta com caracteres específicos. No Maranhão se diferencia pela condução do ritual ser realizada pelas caixeiras, espécie de sacerdotisas. Estas são mulheres que cantam e tocam caixa (ou tambor) acompanhando todas as etapas da cerimônia, precisando para isto conhecer todos os detalhes do rito.

¹⁰⁵ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Irene de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2010.

¹⁰⁶ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Irene de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2017.

A fala ressalta que esse importante elemento da cultura não mais desperta interesse das jovens, tendo em vista que ser Bandeira é uma missão que exige disciplina, dedicação e uma constante prontidão durante o festejo, visto que em algumas vezes as tarefas se encerram à meia-noite e retomam às 5h do dia seguinte. Tanto as Caixeiros e Bandeiras recebem um donativo por seus trabalhos.

Essas são manifestações (Caixeiros e Bandeiras) que ainda se fazem ativas, caracterizando a Festa de Santa Teresa e renovando a vida das Caixeiros mais antigas, ficando visível, entretanto, que no contexto geral, vem competindo com os elementos locais. Santos (2008) aponta que a forma de um lugar se contrapor à realidade de um mundo movido por forças poderosas e cegas é impor sua força de lugar, capaz de se antepor, por meio da densidade humana, ao perverso processo da globalização. Para que a Comunidade imponha sua força de lugar e impeça o processo de extinção, é necessário um sistema educacional que lhes possibilite compreender sua história, ver-se como personagem importante para o prosseguimento de uma história de resistência e de manifestação cultural singular. Para tanto, requer investimentos em políticas públicas, no âmbito federal, estadual e municipal, comprometidos com o processo de preservação e de educação para formar jovens na arte de tocar, cantar e fazer história com suas caixas e assim garantindo a preservação dessa herança cultural.

Os últimos dias do festejo são marcados por uma missa pela manhã, procissão pela tarde que reúne centenas de pessoas (filhos de Itamatatua que retornam para pagar promessas, visitantes e devotos de várias localidades). Na Procissão, a imagem sai da Igreja e percorre o sítio e faz paradas na casa de pessoas que já tiveram ligação estreita com a Santa. Ela é conduzida por quatro pessoas, sempre acompanhada pelo som das Caixas e suas Bandeiras.

Foto 31 – Missa com orquestra



Foto 32 – Devotos na missa



Fonte: Dados da pesquisa

Foto 33 - Procissão**Fonte:** Dados da pesquisa

Após a procissão, à noite, ocorre a festa dançante: o *reggae*¹⁰⁷, que é a diversão ouvida o ano todo pelos itamatatiuenses, nesse momento com os paredões de radiolas a embalar ritmos e corpos de jovens e adultos. Silva (2016) destaca que o fascínio dos maranhenses pelo *reggae* jamaicano pode ter origem com a diáspora africana, visto que os grupos étnicos levados para a Jamaica foram os mesmos trazidos para o Maranhão, compartilhando influências musicais que levam a população maranhense, sobretudo negra e periférica, a exercitar no *reggae* a cultura lúdica que, em tempos pretéritos, tinha como expressão máxima: o bumba-meu-boi e o tambor de crioula. Certo é que, em Itamatatiua, mesmo sem entenderem o que as letras traduzem, o ritmo os aproxima e constitui o gosto musical prioritário dos itamatatiuenses.

¹⁰⁷ O *reggae* chegou a capital do Maranhão, São Luís, na década de 1970 e se popularizou em tamanha proporção que, contemporaneamente, a cidade recebe o epíteto de Jamaica brasileira. Esse ritmo expandiu-se rapidamente da área urbana para rural.

Foto 34 – Reggae na Festa

Fonte: Dados da pesquisa

Na data posterior à procissão, acontece o lava pratos (despedida da Festa e anúncio dos encarregados do ano seguinte). Nesse ínterim, ocorre a ação denominada varrimento das casas (Foto 35), que se constitui em uma atividade na qual as crianças percorrerem as residências da comunidade em busca de algum produto alimentício.

Foto 35 – Varrimento das casas

Fonte: Dados da pesquisa

Encerrada essa etapa, que dura cerca de uma hora, as crianças retornam para a Igreja, suadas e cansadas, momento em que aprendem a cantar as ladainhas e são ensinadas a pedir bênção para a Santa ao som das Caixeiras. Observou-se que a tenra idade de algumas as levam a aproximar-se do andor ainda com timidez e sem muita compreensão do contexto ali presente, conforme retrata foto 36.

Foto 36 – Crianças pedindo a bênção para Santa



Fonte: Dados da pesquisa

No dia do varrimento ou lava-pratos, como costumam nominar, percebe-se como a transmissão pela oralidade vai se renovando e se reconstruindo na história das novas gerações, crianças itamatatiuenses.

A escolha dos próximos organizadores é decidida em comum acordo por meio de um processo dialógico entre as lideranças, momento em que o festeiro apresenta características compatíveis com critérios previamente definidos: por indicação, por pagamentos de promessas, ou ainda apontada pela Santa em sonho.

Portanto, a Festa é uma das manifestações culturais permeada de simbolismo que alimentam a história dos itamatatiuenses e, em cada ocasião, percebe-se o cuidado para manutenção da tradição verbalizada nas vozes dos mais idosos e da encarregada da Santa. No contexto de encerramento da Festa, observou-se que as líderes, embora muito felizes com o resultado da organização, demonstraram preocupação com as despesas pendentes que não foram fechadas e devem ser pagas no momento subsequente,

Hoje tem saído muito custo fazer a Festa porque a gente fica com muita despesa. Antigamente, antes dessas revoluções com as Terras [década de 70/80], todo mundo [dos povoados vizinhos] doava sua contribuição – era tapioca, arroz, farinha, porco, galinha, boi, tudo que a pessoa podia - mas depois disso foram assim deixando. E, hoje, também o tiramento das joias já diminuiu foi muito, os locais de joia já quase não tiro e também é muito evangélico, antes tinha aquelas pessoas idosos que davam sua joia pra Santa, que ajudava era muito, mas já morrera tudinho.¹⁰⁸

Dessa forma, a Festa agrega inúmeros caracteres sobre o modo de resistência, de luta para manutenção da cultura dos moradores da Comunidade, mas, ao mesmo tempo, fica demonstrada a ausência de informações que venham subsidiar a perpetuação das tradições por meio de ações governamentais (editais, projetos, leis). Assim, evidenciam-se lacunas informacionais em contextos diversos, nos quais os profissionais da informação poderiam contribuir na aproximação de direitos e conquistas alcançados nas últimas décadas de atuação do movimento negro e quilombola, desconhecidas pelas lideranças itamatatiuenses.

Portanto, essas características sobre a Comunidade de Itamatatiua expressam a base de conhecimento nativo (BCN), denominada por Menou e Mchombu (2004) como o conhecimento interno de uma localidade que propicia a luta por sua sobrevivência. Nesse sentido, também influenciarão nas necessidades informacionais do grupo, as quais devem ser tomadas como norteadoras para compreensão de suas demandas informacionais.

Face ao exposto, a subseção seguinte destacará outra característica da Comunidade, relacionada com a atuação das mulheres na liderança da localidade, envolvidas com o sustento das famílias, manutenção de tradições e, conseqüentemente, o fortalecimento da identidade do grupo.

3.2.1 Associação das Mulheres Quilombolas de Itamatatiua

A Associação de Mulheres de Itamatatiua nasceu da determinação de três mulheres (D. Neide, D. Maria de Lourdes de Jesus, D. Maria José de Jesus e outras integrantes) que, observando a realidade na qual estavam inseridas, percebiam que durante muito tempo realizavam diversas atividades de modo individualizado. Além disso, o desejo de obter melhorias para a localidade também motivou a criação desse espaço. Assim, a Associação de Mulheres de Itamatatiua (AMI) foi criada em 7 de maio de 1989 (ASSOCIAÇÃO DE

¹⁰⁸ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Eloísa de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2017.

MULHERES DE ITAMATATIUA, 1989), entidade que marcaria uma importante etapa no processo de liderança dessas mulheres e de conquistas para a Comunidade. D. Neide descreve a fase que antecede a fundação da entidade:

Não tinha nada aqui na Comunidade, só uma casinha de taipa, tinha só duas casinha de telha, não tinha estrada, era só caminho mesmo comum; não vinha ninguém assim de fora pra dentro da Comunidade¹⁰⁹

D. Ângela, por sua vez, reforça a fala de D. Neide e complementa dizendo:

Porque aqui não tinha nada! [...] Eu só vejo os mais velho dizendo que aqui não tinha nada, não tinha movimento de nada, era só o fazimento de louça, a cerâmica, mas cada qual fazia nas suas casas.

A ideia da criação de uma Associação emanou de um processo dialógico com uma pessoa externa a Comunidade, conforme relata D. Neide:

Aí teve uma moça de São Luís que veio e disse pra gente fundar uma Associação, aí a gente não sabia como, aí a gente convidou Pedro [Pedro Viegas, amigo delas], aí a gente fundou essa Associação.

Observa-se no depoimento a construção de um coletivo, dando visibilidade a práticas individuais. Nesse sentido, a união, que já era constante se fortalece paulatinamente entre as mulheres, visando a conquistas de direitos, tendo em vista, conforme Furtado, Pedroza e Alves (2014), que a união entre as populações quilombolas mostra-se como necessidade para assegurar a própria sobrevivência do grupo.

Para além da aquisição de bens materiais, a Associação traz a possibilidade de criação de uma consciência para as mulheres de que o coletivo tem o poder de efetivar conquistas, conforme depoimento de D. Maria José de Jesus, uma das protagonistas da criação da AMI, explicitando o principal motivo para essa fundação:

O motivo da gente trazer, fundar essa Associação porque a gente via que em outros lugares para conseguir uma coisa era só através de Associação. **Se a gente não tiver uma Associação não tem como trazer nenhum projeto pra Comunidade da gente! Com a Associação a gente é mais unido, tá discutindo os problemas da nossa Comunidade. Sei lá, a gente tem mais tempo de se reunir, discutir o que que tá faltando na Comunidade porque a gente só, sabe, mas sozinho não resolve o problema, as coisas!** A gente só resolve através da união, de um órgão, algum órgão! E assim é mais dipressa pra gente chegar a algum órgão, ficar mais visto também! E a pessoa sozinho, isolado não dá, tem que tá junto com as outras pessoas!¹¹⁰

Conforme exposto nessas narrativas, é perceptível a mudança promovida pela chegada da AMI na Comunidade: no primeiro momento, a luta pela sobrevivência, a partir dos saberes

¹⁰⁹ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Neide de Jesus, em Itamatatua, em janeiro de 2017.

¹¹⁰ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Maria José de Jesus, em Itamatatua, em janeiro de 2017.

herdados de seus genitores (produção de cerâmica, roça, conhecimento local), já a segunda fase é marcada pelas parcerias e investimentos conseguidos pela organização político-social, desencadeada pelas mulheres à frente dessa instituição. D. Neide e D. Ângela dão mostras das conquistas materiais provenientes dessa segunda fase, implantação da Associação na Comunidade:

Aí começou a vir os recursos pra dentro da Comunidade, a gente começou a fazer projeto, [...] aí veio o Sebrae e organizou a gente pra fazer só num local [a cerâmica] porque antes cada qual fazia ni suas casas, aí a gente até hoje faz assim junto.

Aí até hoje a gente tem esses projetinhos pela Associação: energia, esse poço, o Centro de Produção, aquela pousada, tudo pela Associação, casa de farinha; é a Associação mais velha daqui! Antes a gente tinha roça, feijão, tudo nós tinha!

Portanto, o espírito de união, característica que marca a história de luta, resistência e sobrevivência dessas mulheres, se reforça na Associação, refletindo em outras localidades para obter benefícios para sua realidade. De acordo com o Estatuto da Associação (ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE ITAMATATIUA, 1989), essa é uma organização cuja finalidade é a inserção das mulheres ceramistas na tomada de decisões da comunidade, bem como favorecer seu desenvolvimento por meio de projetos que beneficiem a todos e melhorem o modo de vida no quilombo. Objetivamente, a Associação busca: a) promover o desenvolvimento comunitário, através da realização de obras e melhorias com recursos próprios ou obtidos por doações ou empréstimos; b) proporcionar a melhoria do convívio entre habitantes do lugar, através da integração de seus membros; e c) proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas e educativas, culturais, lazer e de assistência.

A acumulação de cargos pelas mulheres é uma característica dessa comunidade, desse modo, D. Neide de Jesus assume cargo de encarregada das terras da Santa e presidente da Associação; por sua vez, D. Eloísa, além do cargo de guardiã da Pedra, coordena o Centro de Produção. Cabe ressaltar que essas mulheres recebem a colaboração de outras mulheres para desenvolver essas funções.

A liderança feminina se tornou um marco em termos de organização social e política na localidade. Esse fato ganha notoriedade e merece destaque, visto que a gestão da comunidade passa a ser exercida, sobretudo, pelas mulheres itamatiuenses. Essa qualidade enseja, inclusive, a realização de pesquisas que se voltam para a atuação dessas mulheres, tais como a desenvolvida por Cantenhede (2006), na qual deu visibilidade à liderança política, social, educacional e econômica exercida por elas, de modo democrático no povoado. A pesquisa de Reis (2010, p. 145), embora não adote como objeto a atuação dessas mulheres, menciona que:

Há de se ressaltar que o comando do gênero feminino em Itamatatiua não é recorrente em outras comunidades quilombolas de Alcântara e do Maranhão. Em diversas regiões do estado, ao contrário de Itamatatiua, são os homens que coordenam os sítios quilombolas, organizando-se social e politicamente.

Alessiane de Jesus¹¹¹, vice-presidente da Associação, justifica a participação das mulheres como hereditária. Segundo ela, o fato de D. Neide, líder da Comunidade, e suas irmãs serem filhas do líder anterior acabou influenciando as demais mulheres a se engajarem. Contemporaneamente, segundo a entrevistada, a AMI é composta por 105 sócios, dentre eles, 90% são mulheres, sendo permitido aos homens se associarem. A liderança é concedida apenas às mulheres, cujo processo para a eleição da presidência ocorre a cada dois anos.

No contexto atual, a Comunidade é composta por quatro principais lideranças: 1) encarregada das terras, a qual é responsável por todas as questões que envolvem o território, desde apaziguamento de conflitos, ocupação, organização da Festa da Santa e administração dos seus bens, que ocorre de forma hereditária; 2) outra que ocupa por dois anos o cargo de presidente da Associação de Mulheres de Itamatatiua, o qual exige “representar a Comunidade nos eventos, buscar, acompanhar, assinar projetos, prestar contas”¹¹², além de administrar também o Centro de Produção e a Pousada e responder por inúmeras decisões políticas da localidade; 3) uma liderança que é responsável pela coordenação e questões organizacionais do Centro de Produção de Cerâmica e a mesma vem sendo guardiã da Pedra Documento; e 4) uma responsável pelas manifestações culturais da Comunidade.

Nas palavras de D. Canuta (2010)¹¹³, ao se referir à atuação delas na Comunidade, menciona: “nós é que somos do garra, e os homens fica tudo ôh...e nós ôh é que tem que enfrentar!” Assim, nessa fala, esta Senhora reforça as atitudes de enfrentamento que as mulheres precisam assumir em relação aos homens, que em geral se acomodam, diante dos problemas e necessidades cotidianas das famílias e da própria Comunidade.

Se por um lado o cargo de encarregada possibilitou prestígio e respeito para com as mulheres itamatatiuenses dentro da Comunidade, por outro, com a fundação da Associação as mulheres ganharam visibilidade, começaram a fazer cursos, treinamentos que tendem aos poucos reforçar um processo de autonomia e empoderamento, conforme destaca D. Neide:

¹¹¹ Entrevista concedida à pesquisadora por Alessiane de Jesus, em Itamatatiua, em setembro de 2016. Jovem nascida na Comunidade de Itamatatiua, em 1989. Única jovem que reside na localidade e possui graduação. Professora, vice-presidente da Associação. Líder do Grupo de Jovens da Comunidade.

¹¹² Entrevista concedida à pesquisadora por D. Neide de Jesus, em Itamatatiua, em outubro de 2016.

¹¹³ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Canuta, em Itamatatiua, em janeiro de 2010. Canuta Sebastiana dos Santos, mulher da comunidade, nascida em 1953. Aposentada, trabalha com a cerâmica desde os 12 anos e a agricultura de subsistência.

Depois que a gente criou a Associação a gente começou a ser chamada pra fazer encontro do ACONERUQ, ele mandou a gente pra Brasília, Bahia, Recife porque a gente não saía daqui pra fazer curso nenhum, ir em São Luís era muito difícil, nós parece assim que era humilhado porque a gente era preto. Aí virge... com a Associação foi bom demais porque a gente aprendemo foi muito, já fumo em muitos curso, treinamento, nas reunião. Dantes, que nada, a gente tinha medo, se aparecesse uma pessoa branca aqui, eu dizia eu vou é muito conversar com esse pessoal, rsrs. A gente era tão sem valor que eu sentia vergonha de minha cor¹¹⁴. Agora não¹¹⁵.

Dentre os cursos e treinamentos citados por D. Neide, estão aqueles direcionados para melhoria da principal atividade econômica das itamatatiuenses que é a produção de cerâmica. Nas últimas décadas, embora o valor recebido pelas artesãs com essa produção tenha decaído, é dela que obtém projetos para a localidade e estabelecem parcerias com pesquisadores, órgãos governamentais, professores e demais pessoas que se interessam em suas histórias, das louças e do quilombo. A cerâmica é, portanto, um produto que possibilita as mulheres itamatatiuenses construir histórias e contribuir financeiramente para suas necessidades básicas e de seus familiares. Assim, adotam a arte que remonta a séculos de aprendizados desde suas mães, bisavós, tataravós, chegando a ser cogitada a inserção da produção na localidade antes mesmo da instalação da Ordem do Carmo, ainda com os índios, conforme relata Dona Eloísa:

Esse trabalho de cerâmica é muito antigo, tem mais de duzentos anos, não era só pote, essas coisas, também tinha olaria, fazia tijolos, telhas. Eu acho que é antes dos Carmelitas porque dizem que aqui já moraram índios e cerâmica faz parte muito de negócio de índio, eu acho que já existia, aqui a gente cava buraco e encontra muito pedaço, caco de telha, quando a gente cava ali pro cemitério é ôh a gente encontra só isso, pena que os mais novos não querem se engajar.¹¹⁶

Fontes históricas como a de Viveiros (1977) descrevem Alcântara, na pré-colonização, como uma grande aldeia de índios Tupinambás; o próprio nome do município, à época, Tapuitapera, designava residência dos tapuios. Botelho (2007) destaca que a cerâmica compunha a economia e a cultura dos silvícolas. Portanto, mesmo sem estudos arqueológicos para corroborar há fortes indícios que os vestígios cerâmicos encontrados na Comunidade advêm da produção indígena. Contudo, há diferença nas peças produzidas pelos itamatatiuenses e seus antepassados, com as encontradas enterradas no povoado, sendo em geral aquelas mais leves e finas e estas mais pesadas e grossas, conforme Reis (2010). Por isso, não se pode

¹¹⁴ A situação de discriminação pode ser explicada com mais clareza na fala de D. Irene, quando relata a forma como eram violentados por sua cor pelos moradores de comunidades circunvizinhas: “-Virge, aqui tinha muito preconceito. Vixi era muito preconceito. Povo daqui não ia pro Mojão, Comunidade pertencente à Bequimão. Quando eles olhavam alguém daqui, eles diziam: xô urubu. Até no tempo que minha mãe ía em Festa, só ia até o Tubarão, não passava. Eles vinham na festa, mas traziam as cabocas deles, elas não dançavam com as daqui. O pai que trazia uma filha que dançasse com um preto, quando chegasse em casa, apanhava uma surra.” (Entrevista concedida à pesquisadora por D. Irene de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2010).

¹¹⁵ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Neide de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2017.

¹¹⁶ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Eloisa de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2010.

desconsiderar também a influência africana nessa produção já que a fabricação da cerâmica na África é uma prática comum, realizada, sobretudo pelas mulheres. Symanski (2010, p. 300) acrescenta que, no período colonial, para os “[...] grupos africanos, a cerâmica além de sua função utilitária, serviu também como um veículo que expressava identidades diferenciadas nos espaços dos engenhos”.

A cerâmica em Itamatatiua, como menciona D. Eloísa, marca a história na Comunidade (Foto 37). Remonta a uma produção que adota o trabalho manual por mais de três séculos com as serpentinas, técnica artesanal que consiste em fazer tiras com o barro (foto 38). Noronha (2015) evidencia que, em tempos pretéritos, a produção consistia em peças utilitárias, recentemente, a partir de influências socioculturais, comerciais, com cursos do Sebrae, começam a produzir bonecas e os *souvenirs* para atender a novas exigências do mercado.

Foto 37 – Produção de cerâmica



Fonte: Dados da pesquisa

Foto 38 – Serpentinhas ou Cilindros



Fonte: Milena Reis

Outra característica que se diferencia é que no passado a venda era intermediada pelos homens que levavam a produção em canoas para ser comercializada em municípios próximos à Comunidade. Nos dias atuais, a concorrência dos plásticos com as louças fez com que as vendas caíssem, fato que demandou a saída desses atores, levando as mulheres a assumir esse processo, realidade que exigiu delas novas habilidades e aprendizados para atuar com o novo público: turistas e visitantes interessados no legado de sua comunidade. Na fase atual, estão

aprendendo a lidar com a nova situação, uma vez que requer a busca de estratégias e campos de negociação, tais como feiras, vendas fora da Comunidade. Além destas, a venda ocorre em duas lojinhas fixas: uma em Alcântara e outra, no Centro de Produção, espaço “Onde também expõem sua produção e as vendas são maiores”, conforme D. Ângela.

A chegada do Sebrae na Comunidade fomentou a produção coletiva do artesanato, que se materializou com a construção do Centro de Produção, em 2005, pelo Governo do Estado (fotos 39 e 40). A união das mulheres em único espaço promoveu mudanças significativas, conforme salienta D. Ângela:

A cerâmica deu uma avançada porque tava parada mesmo, do primeiro era só nas suas casas. Com a Associação começou a vir o Sebrae pra cá, aí veio várias pessoas dá cursos, capacitação [...] **Na época não tinha aquele Centro de Produção, era uma casinha de palha que foi feito, aí a gente começou a fazer ali; na época, tinha uma professora que dava curso, professora Diana que deu um avanço bem forte aqui pra gente. Foi ela quem ensinou a gente a tratar o barro, trabalhar com as peças. Depois desse Centro de Produção, Eloísa foi convidada para uma feira no Rio Poty [Hotel de São Luís-MA], foi através dessa feira que esse Centro de Produção veio para cá (risos). (grifo nosso)**

Foto 39 – Centro de Produção de Cerâmica de Itamatatiua



Fonte: Dados da pesquisa

Foto 40 – Cerâmica confeccionada pelas itamatatiuenses



Fonte: Dados da pesquisa

Esse feito só foi possível a partir da união das artesãs em torno de um objetivo comum. A valorização do trabalho manual ampliou as possibilidades de divulgação da arte com o barro, atraindo públicos nacionais e estrangeiros para aquisição desses produtos que, de acordo com D. Ângela, as tornam “conhecidas mundialmente”¹¹⁷, retratando as conquistas a partir da parceria com o Sebrae.

A cerâmica é o produto mais conhecido da localidade e atrai admiradores de diversos locais, do país e do mundo, conquistados pela possibilidade de adquirirem peças produzidas manualmente pelas mulheres de um quilombo, herdeiras de conhecimentos cultivados e mantidos por mais de três séculos, remontando ao Brasil Colônia.

Nesse Centro de Produção, sede da Associação, também denominado Galpão, com aproximadamente 100m², é costumeiramente mencionado como umas das principais conquistas da AMI, congrega diversas funções na Comunidade, onde elas se capacitam como profissionais, recebem turistas, expõem e vendem o artesanato. É também o local onde os turistas buscam para estabelecer os primeiros contatos com a comunidade e os moradores recorrem para obter informações e se atualizar.

Além do Centro de Produção, as atividades desenvolvidas a partir da AMI têm possibilitado às mulheres itamatatiuenses enumerar outras conquistas, como a aquisição de um caminhão, uma máquina para preparar o barro e confeccionar o artesanato, bem como a instalação de energia elétrica, a construção de um poço artesiano para o abastecimento de água nas moradias de alguns membros dessa Comunidade. Esses poucos recursos são derivados da

¹¹⁷ Entrevista concedida à pesquisadora por Ângela de Jesus, em Itamatatiua, em setembro de 2016.

luta constante dessas mulheres frente às inúmeras necessidades do seu cotidiano. Essas figuras femininas, em grande parte, conciliam suas atividades frente à Associação e os desdobramentos a elas inerentes, incluindo a gestão política, social e religiosa da Comunidade, com os labores domésticos, da roça e como chefe de suas famílias.

A Associação atingiu tal importância nos moldes de fazer que D. Maria, senhora mais idosa da Comunidade, já tendo trabalhado com as demais, recorda saudosa do passado, no qual desempenhava atividades relacionadas a agricultura:

[...] quando eu podia trabalhar que vivia na Associação nós fazia roça longe, nós ia trabalhar, tão bom porque nós era uma pulsão, que trabalhava na Associação, fazia roça, arrancava mandioca, fazia muita farinha quando nós tava no forno; agora eu não posso mais [olhos encheram de lágrimas], mas a gente deve ter paciência, passando o que Deus quer! [não enxerga mais]!No tempo da minha mãe não tinha Associação [...]¹¹⁸ (grifo nosso)

D. Maria destaca que a roça era outra atividade desenvolvida pelas mulheres itamatatiuenses na Associação, hoje, em menor proporção. Nesse sentido, D. Ângela explica que essa situação decorre da divisão de tarefas por gênero para esse labor e se ressentida da ausência masculina na atividade onde a força do homem é necessária para o seu desempenho,

Porque a maioria das mulheres que quer trabalhar na roça não tem marido, né! Aí sabe que só com a mulher é ruim porque a mulher não bota força no ombro pra roçar, às vezes não faz cerca, mas tem umas que sabe fazer cerca, mas tem umas que não sabe, aí o trabalho da roça é preciso os homem na frente pra roçar, pra cercar, pra ir atrás da maniva na época de plantar! Mas elas tão querendo fazer outra roça!¹¹⁹

A fala de D. Ângela vem destacar a necessidade de investimentos tecnológicos, equipamentos, cursos sobre produção agrícola, que as possibilite potencializar o cultivo, a renovar o modo de lidar com a terra: menos esforço físico e mais produção. Isto porque o contexto conjugal, social, ambiental na localidade vem se alterando, mas, ainda assim, são as mulheres que continuam suprindo o sustento de suas famílias, seja trabalhando no artesanato ou na agricultura, mesmo com infraestrutura precária (enxada, pá, facão), conforme observado no período de campo (Foto 41):

¹¹⁸ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Maria José de Jesus, em Itamatatiua, em janeiro de 2017.

¹¹⁹ Entrevista concedida à pesquisadora por Ângela de Jesus, em Itamatatiua, em setembro de 2016.

Foto 41 – Labor na roça

Fonte: Milena Reis

Observa-se que o modo como as mulheres itamatatiuenses se posicionam diante dos labores diários e das atividades associativas assemelha-se em parte à resistência que impregna a história das mulheres africanas, visto que “[...] historicamente, as mulheres negras sempre exerceram a liderança nas comunidades [...]” (CARREIRA, AJAMIL, MOREIRA, 2001, p. 40). Como também não se pode ignorar os desafios diários enfrentados por elas para sustento próprio, de sua prole, familiares, como chefes de família, na manutenção das tradições, na roça, na produção de cerâmica e líderes da Comunidade com recursos cada vez mais escassos.

As lideranças veteranas têm solicitado o apoio das novas gerações com o propósito de incitar nelas o desejo pela luta e a busca de melhorias para a Comunidade. Diante dessas buscas, D. Neide destaca que vem convocando os mais jovens para o trabalho de liderança, como é o caso de Alessiane de Jesus, 26 anos, que tem atuado em diversos espaços de gestão, ora auxiliando Dona Neide na representação da AMI, como vice-presidente, ora à frente do grupo de jovens da Comunidade, e de Denise de Jesus, filha de D. Neide, presidente da Associação, que segue os passos da mãe, às vezes para ajudá-la na administração das tarefas da Associação, como a elaboração de Projetos, na organização da Festa da Santa e outras, de forma espontânea, para treinar os times de futebol das mulheres¹²⁰.

¹²⁰ Denise de Jesus possui 30 anos. Coursou Técnico de Enfermagem, Pinheiro, MA. Jovem que também tem suas competências reconhecidas, a habilidade com a bola, ficando intitulada como uma das melhores jogadoras do time atual das mulheres itamatatiuenses.

Para que as Associações acessem os Programas do Brasil Quilombola, algumas exigências são primordiais, dentre as quais se destacam: toda documentação deve estar organizada e em dia com a receita federal. O processo de organizar uma Associação, segundo D. Ângela¹²¹ requer “toda uma andança em busca de informações, de documentos, dá trabalho, mas é bom porque estamos com tudo em dias. Pode procurar por aí, essas comunidades quase ninguém tem”. A fala revela o comprometimento e a responsabilidade das lideranças da Comunidade em busca da legalidade requerida para o funcionamento da instituição, dentro das regras institucionalizadas.

Ainda é válido mencionar que no percurso de campo foi possível visualizar a construção de documentos da Associação em parceria com movimentos quilombolas, como o MABE, em busca de financiamentos para implementação de ações, visando ao fortalecimento e à organização ambiental da localidade. No processo de elaboração do novo documento, foram elencados projetos já realizados na Comunidade, a fim de demonstrar as relações estabelecidas institucionalmente com outros órgãos, com vistas ao benefício da coletividade. Entretanto, consoante a verbalização dos itamatatiuenses, alguns deles revelavam inviabilidade para funcionamento pleno, tais como a construção do Centro de Informática. Esse Centro foi erigido, em 2012, segundo D. Eloísa e D. Neide, com doações e verbas próprias,

Nós mesmo, cada um deu uma coisa e nós mesmo, Ribinha, Vereador, ainda fez um pedido para o Deputado Estadual, Zé Inácio, deu um milheiro de tijolo e a porta e o resto foi tudo a gente interagindo, depois a gente precisou aumentar, mas aí a gente pegou tijolo da casa da Santa Teresa.¹²²

Atualmente, esse Centro conta com sala para dez computadores e apenas uma turma funcionou, depois ficaram sem uso, porque não foi planejado com a estrutura necessária para abrigá-lo. As líderes não conseguem pagar as despesas e tampouco instalar internet e contratar um professor de informática para ministrar cursos para os alunos. Assim, ações como essa que poderiam ampliar redes de conhecimentos das mulheres itamatatiuenses, com o mundo para atendimento de suas lacunas informacionais, são dificultadas pela falta de vontade política dos governantes no tocante a execução desses projetos.

Mesmo diante dos entraves políticos impostos em diversas instâncias, D. Neide (2016), líder da Comunidade, mostra-se resiliente ao relatar que “ao saber da possibilidade de execução de algo para Itamatatiua vai em todos os locais se informando” e destaca que “conta muito com ajuda das pessoas, dos visitantes que repassam as informações, para ir atrás das melhorias”.

¹²¹ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Ângela de Jesus, em Itamatatiua, em julho de 2016. Ceramista, trabalha com a roça.

¹²² Entrevista concedida à pesquisadora por D. Eloísa, em Itamatatiua, em fevereiro de 2017.

Situações de intermediação de informação em que essas pessoas se tornam “atores externos” auxiliando essas protagonistas no “seu processo de empoderamento”. (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 501). Nesse sentido, cabe destacar a ideia de Freire (1983), quando diz que não são os opressores que farão justiça aos oprimidos, visto que aqueles na história constantemente recriam cenários para prosseguir com as exclusões e marginalizações. Percebe-se, nesse contexto, que os itamatatiuenses vêm constantemente ocupando o papel dos oprimidos, todavia a apropriação da informação pode reverter esse quadro e fortalecer a atuação das lideranças na busca de melhorias.

Ao desempenhar seu papel de protagonista, D. Eloisa¹²³, representante do Centro de Produção de Cerâmica, afirma o seu compromisso como líder, ratificando que quando vislumbra benefícios pelo coletivo “não pede para ela, mas para a Comunidade”. Assim, as necessidades da Comunidade se sobrepõem às necessidades individuais, onde as mulheres atuam fazendo uso de informações para a autonomia e o empoderamento desse grupo.

A força das mulheres itamatatiuenses se mostra também na manutenção das tradições (forró de caixa, dança do negro, maculelê e tambor de crioula)¹²⁴ e na inovação com o jogo de futebol realizado pelas jovens (Foto 42).

Foto 42 – Jogo de futebol das mulheres itamatatiuenses.



Fonte: Dados da pesquisa

¹²³ Entrevista concedida à pesquisadora por D. Eloisa, em Itamatatiua, em setembro de 2016.

¹²⁴ As informações fornecidas pela oralidade, tais como: o maculelê e dança do negro foram inventadas recentemente. Porém, na pesquisa de campo em nenhum momento se presenciou estas brincadeiras. Outra manifestação muito citada pelos anciãos da Comunidade foi o bumba-meu-boi, mas também inexistente.

Essa atividade se iniciou com uma brincadeira há 10 anos e, hoje, ao entardecer, é comum a concentração das mulheres e meninas para jogar, prática que as têm levado a competir em torneios entre Comunidades quilombolas locais, como, o mais recente, o Campeonato de Jacioca, em julho de 2016, o qual finalizaram com o quarto lugar disputado por 10 equipes.

Portanto, as mulheres itamatatiuenses, dentre suas possibilidades, lutam contra o genocídio de sua cultura, mas precisam amplificar sua voz para que sejam ouvidas pela sociedade, pelo Estado. Neste sentido, defende-se que o acesso e uso da informação de forma adequada possam contribuir para construção de protagonistas críticas e leitoras de ângulos diferenciados de suas histórias, que permitirão legitimar em suas realidades, promover transformações sociais que se convertam em benefício próprio. Assim, diante do acesso à informação percebe-se necessidade de elas tomarem conhecimento de seus direitos, das conquistas jurídico-normativo, de como alçar posições, vozes que as fortaleçam para obtenção de elementos mais concretos, tais como: a legalização do território, o direito a uma escola que reforce, valorize sua importante e rica história que seus ancestrais ajudaram a construir no contexto maranhense e nacional.

Logo, nesse contexto há um fértil espaço de atuação do profissional da informação, a partir dos estudos de necessidades informacionais, auxiliando-os no fortalecimento de práticas tradicionais transmitidas pela oralidade e a se tornarem mais cômicos de sua cultura e do lugar que ocupam no mundo. Defende-se que os pressupostos teórico-metodológicos da Ciência da Informação podem fornecer subsídios para se compreender as necessidades reais, acesso, busca e uso de informação dessas comunidades, diante de suas lacunas informacionais, e direcioná-las para um protagonismo social que as permita por si a conquista de direitos usurpados por uma estrutura social excludente e discriminatória.

4 INFORMAÇÃO, NECESSIDADES E USO DA INFORMAÇÃO PARA MULHERES QUILOMBOLAS

A Ciência da Informação, área na qual esta investigação está inserida, tem como característica peculiar o estudo da informação, com o propósito de organizá-la, preservá-la, disseminá-la e democratizá-la. Nessa direção, Le Coadic (1996, p. 21) menciona que a CI não é mais “[...] a biblioteca e o livro, o centro de documentação e o documento, o museu e o objeto, mas a informação”, ou seja, ela perpassa diversos espaços. O autor ressalta que estamos em uma sociedade que precisa estudar as propriedades da informação, seu processo de construção, comunicação e uso diante das mudanças econômicas, culturais e tecnológicas inerentes à sociedade vigente.

Ao pensar na informação para além de suas características, como fluxo, processamento, acesso, utilização, Cardoso (1996) expõe que ela tem dimensões coletivas e pessoais. Essa dimensão representa as interpretações dos sujeitos, a partir de suas experiências e conhecimentos acumulados, ao passo que a coletiva equivale à tentativa de sistematização do conhecimento produzido pela humanidade. Nesse sentido, Marteleto (2002, p. 102) destaca que a informação toma corpo “[...] nas práticas e representações sociais, tanto quanto nas relações que se estabelecem entre os sujeitos coletivos [...]”. Esses aspectos permitem compreender a informação como fenômeno que influencia e é influenciada pelo indivíduo e está presente nos diversos campos do conhecimento, denotando a característica interdisciplinar da área.

Essa presença em diversos campos deságua na polissemia de definições e caracterizações para o termo informação. Segundo Capurro e Hjørland (2007) existe apenas o consenso etimológico da palavra, cuja proveniência é derivada do latim, do verbo *informare* ou do termo *informatio*, que significa dar forma, colocar em forma, mas também representar uma ideia ou noção. Em virtude disso, comumente é definida conforme os interesses de cada campo.

Capurro (2003), um dos teóricos da atualidade que mais se dedica aos estudos sobre o conceito de informação na CI, tem se voltado para a análise pormenorizada desses conceitos e os agrupado em três abordagens epistemológicas, as quais são complementares e designadas por ele de paradigmas: físico, cognitivo e social.

a) Os conceitos de informação no **paradigma físico** enfatizam, sobretudo, a construção de sistemas informatizados, baseados em métricas, precisamente técnicos, que se dissociam de qualquer interpretação semântica e tampouco valorizavam o usuário no processo de recuperação da informação. Segundo o autor, esse paradigma teria inaugurado os estudos sobre

a área, baseados na busca e recuperação da informação, com forte influência da Teoria da Informação de Claude Shannon e Warren Weaver e da cibernética de Norbert Wiener. Em essência, é postulado nesse paradigma que há um objeto físico que um emissor transmite a um receptor, denominado por Shannon de mensagem ou sinal; essas teorias, portanto, mostraram-se adequadas para a construção de sistemas computacionais, visto que permitem quantificação, processamento e transmissão da informação por máquinas, objetivo dos primeiros pesquisadores do campo.

Uma contribuição importante para esse paradigma vem de Buckland (1991), considerando a tangibilidade da informação que possibilita sua representação em diversos suportes, como documentos e livros, e passibilidade de ser recuperada em sistemas de informação. Partindo desse conceito, é possível perceber as raízes desse paradigma segundo Capurro (2003) como oriundas também das atividades clássicas da Biblioteconomia e Documentação.

b) No **paradigma cognitivo**, a construção do conceito de informação passa a considerar o estado de conhecimento do usuário, ou seja, aquilo que ele sabe, conhece. Recebeu influência da Teoria dos Três Mundos de Popper, sobretudo, do terceiro que ele denominou de “objetos inteligíveis” ou de “conhecimento sem sujeito” que, por sua vez, impulsionou pioneiros dos estudos cognitivos na Ciência da Informação, como Brookes (1980), na sua definição clássica de informação como medida de alteração do estado de conhecimento de um sujeito, designada como Equação Fundamental da Ciência da Informação.

Outra contribuição advém da Teoria dos Estados Anômalos do Conhecimento, de Nicholas J. Belkin (1980), na qual destaca que a necessidade de informação se origina do estado cognitivo anômalo, ou melhor, quando o conhecimento ao alcance de um usuário não é suficiente para a resolução de um problema. Nessa situação, ele tende a buscar uma informação ou conjunto de informações para solucioná-lo, o que pode gerar uma nova situação ou alteração na estrutura do conhecimento inicial.

O paradigma cognitivo ainda conta com a contribuição de Peter Ingwersen, que trouxe para a abordagem cognitiva da informação os processos cognitivos de interação entre pessoas e sistemas de computador na recuperação. Essas concepções inspiraram os estudos de Vakkari sobre os sistemas de recuperação da informação. Conforme Capurro (2003, p. 9), os modelos de Ingwersen e Vakkari podem ser considerados “[...] intermediários entre o paradigma cognitivo de Brookes e o paradigma social”.

c) E, por último, o **paradigma social**, no qual se percebe que para o atendimento de um anseio informacional se faz necessário considerar o contexto social do usuário, a comunidade

e o grupo ao qual pertence. Segundo Capurro (2003), este paradigma surgiu em decorrência das críticas de Frohmann (1992) ao paradigma cognitivo, tido por ele como reducionista, idealista e associal, por desconsiderar o contexto social do usuário e suas necessidades.

Para além das contribuições de Frohmann (1992), o paradigma social recebeu significativa contribuição de Hjørland e Hanne Albrechtsen (1995) com a “[...] análise de domínio”, em que “[...] o estudo de campos cognitivos está em relação direta com comunidades discursivas, ou seja, com distintos grupos sociais e de trabalho que constituem uma sociedade moderna [...]” (CAPURRO, 2003, p. 10). Na visão da análise de domínio e sociocognitiva, as necessidades de informação são consideradas como decorrente de fatores sociais e culturais (HJORLAND, 2002). Logo, para Hjørland (2003), o objeto da Ciência da Informação é o estudo dessas relações entre os discursos, áreas de conhecimento e documentos de diferentes comunidades de usuários. Para Capurro (2003, p. 10) há “[...] uma integração individualista e isolacionista do paradigma cognitivo dentro de um contexto social no qual diferentes comunidades desenvolvem seus critérios de seleção e relevância”. Ele afirma ainda que só faz “[...] sentido falar de um conhecimento como informativo em relação a um pressuposto conhecido e compartilhado com outros, com respeito ao qual a informação pode ter o caráter de ser nova e relevante para um grupo ou para um indivíduo” (CAPURRO, 2003, p. 10).

Capurro (2003) acrescenta a hermenêutica como uma abordagem a ser considerada no paradigma social. A hermenêutica consiste em uma proposta de construção de um conceito unificado de informação para a Ciência da Informação, levando em consideração as relações de interação humana, composta pela oferta de sentido, seleção e pré-compreensão determinada por uma comunidade ou campo específico e/ou de ação, na qual o usuário está inserido – a oferta de sentido está ligada à mensagem e à seleção da informação. Portanto, a diferença em que se baseia a área, segundo Capurro (2003, p. 12) “[...] consiste em poder distinguir entre uma oferta de sentido e um processo de seleção cujo resultado implica na integração do sentido selecionado dentro da pré-compreensão do sistema, produzindo-se assim uma nova pré-compreensão [...]”. Dessa forma, a hermenêutica propõe um novo marco epistemológico para o paradigma social da CI, sobretudo porque possibilita o desenvolvimento de diferentes critérios de seleção e relevância para as informações conforme as diferentes comunidades de usuários.

De acordo com Silva e Farias (2013, p. 53), “[...] o paradigma social ainda em construção” permite que se contribua com investigações que contemplem o usuário como foco e construam a informação de forma coletiva e interacionista para promoção do acesso, uso e apropriação, embasando decisões e escolhas qualificadas a partir de uma interpretação contextual.

Essa última fase de pesquisas na Ciência da Informação vem contribuindo para o desenvolvimento de estudos voltados para entender quais necessidades informacionais específicas de comunidades particulares, considerando seu contexto sociocultural, conhecimento prévio, valores e experiências diante dos processos de busca, acesso e uso da informação dos usuários. Mediante essa contextualização, destaca-se a importância do paradigma social para esta tese, possibilitando reflexões teórico-metodológicas para análise das necessidades informacionais das mulheres itamatatuenses e suas características de busca, acesso e uso.

Assim, como área eminentemente social, a CI vislumbra os sujeitos não mais como usuários ou simples figurantes nos sistemas de operacionalização da informação, visto que há um processo de valorização de “[...] outras dimensões das práticas de informação na sociedade, nas quais os sujeitos sociais assumem novo espaço cultural e político”. (MARTELETO; NÓBREGA; MORADO, 2013, p. 78). Nesse sentido, as mulheres de Itamatatuia demonstram estar na construção de sua própria história, pois, ainda que com recursos parcos e precariedade da assistência pública, ressignificam seu contexto econômico, político e social de acordo com sua realidade. A partir da CI foi possível reconhecer como elas se comportam no processo de busca e acesso à informação e identificar suas lacunas informacionais para uma melhor organização e ampliação de serviços e produtos informacionais que atendam e potencializem a geração de renda, necessidades de sua prole e a própria continuação de sua tradição, bem como o desenvolvimento de políticas públicas que as incluam.

Reis, Silva e Massensini (2011, p. 22, grifo nosso) estabelecem uma significativa relação entre os termos informação e cidadania. Para esses autores,

[...] são termos que se complementam e ambos dizem respeito à possibilidade de exercer sua função de cidadão, à medida que o sujeito está no gozo de seus direitos civis, políticos e sociais. Para tanto, o sujeito na qualidade de cidadão precisa ter acesso à educação, à saúde, à moradia, à alimentação, ao emprego, ao transporte, entre outros serviços básicos necessários a uma vida digna, como também **possuir acesso à informação, que é enxergada, na atual sociedade, como pré-requisito para o estado de cidadão pleno.**

Nas últimas décadas, ao lado dos direitos fundamentais as discussões relacionadas à informação têm focado na necessidade de assegurar ao cidadão o direito de acesso e uso à informação, ao conhecimento, por serem considerados premissas imprescindíveis para que os demais direitos sejam reivindicados na construção de uma sociedade mais justa, menos desigual.

Demo (1995, p. 1) também coaduna com a importância do acesso à informação ao compreender a cidadania “[...] como a competência humana de fazer-se sujeito, para fazer

história própria e coletivamente organizada”. Para o desenvolvimento dessa competência, alguns componentes se tornam cruciais: “educação, organização política, identidade cultural, **informação** e comunicação [...]”. (DEMO, 1995, p. 1, grifo nosso). Desse modo, os estudos sobre necessidades, acesso e uso da informação podem contribuir no aprofundamento e compreensão de um dos componentes cruciais para o fortalecimento da cidadania, a informação.

Em complementariedade aos autores supracitados, Reis, Silva e Massensini (2011, p. 17) asseveram que a obtenção de informação consiste em uma “[...] prática social e implica [...] uma atitude e ação do sujeito, visando responder seus questionamentos e indagações, a fim de situá-lo no mundo, podendo, por seu posicionamento, contribuir para manter ou produzir mudança no contexto da sociedade”. Hamelink e Owens (1976 apud DUDZIAK, 2003, p. 24) também são enfáticos, reconhecendo o poder da informação nas decisões assertivas, ao afirmarem que “[...] todos os homens são iguais, mas aqueles que votam munidos de informação estão em posição de tomar decisões mais inteligentes que aqueles cidadãos que não estão bem informados.” Perante esse contexto, evidencia-se que o acesso e o uso de informações têm um impacto significativo no papel exercido pelos sujeitos sociais e nas transformações da sociedade em que estão inseridos.

Diante do exposto, é inegável a importância da informação para legitimar direitos e deveres na sociedade e possibilitar melhores atuações individuais e coletivas, constituindo-se um recurso básico e indispensável para qualquer ação/atividade humana.

Nesse sentido, a informação tem sido concebida como um elemento que impulsiona a economia e alavanca o desenvolvimento político, social e educacional da sociedade. Nos dias atuais, sua força é realçada com maior destaque, pois “[...] presencia-se uma reestruturação de ideias, condutas e conceitos na organização social vigente, sintomas de uma revolução caracterizada pela inserção e utilização maciça de informações na vida cotidiana dos indivíduos.” (MESSIAS, 2005, p. 10). Apesar disto, Burke (2003, p. 11) adverte que é inapropriado acreditar que a importância atribuída à informação seja um fenômeno desses tempos, pois ela “[...] é tão velha quanto o capitalismo”, tendo em vista que a busca da inovação ou progresso social embasado na informação é uma característica decorrente da própria Modernidade.

Embora a citação enfatize a longevidade da importância atribuída à informação, não se pode ignorar que o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e da Internet demarcaram novas modalidades de acesso e uso da informação, potencializando também esses processos. Acerca dessa questão, Robredo (2005) afirma que as transformações ocorridas após

a II Guerra Mundial (Teoria da Informação, Cibernética, Teoria dos Sistemas, o nascimento da inteligência artificial, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e o surgimento de novas áreas do conhecimento) redimensionaram o uso do termo informação, considerando-o como elemento estratégico e imprescindível para o desenvolvimento da sociedade, a qual passa a ser nominada por Sociedade da Informação¹²⁵.

Cabe mencionar que esse processo não trouxe necessariamente democratização do acesso à informação, bem como não é qualquer informação que agrega valor, empodera, desenvolve autonomia, fortalece processos socioeconômicos, amplia horizontes, retroalimenta homens e sociedade; é necessário que seja a informação em tempo hábil e apropriada para a finalidade a que se destina. Para tanto, carece de critérios, tais como avaliação, qualidade, confiabilidade, relevância e, sobretudo, que atenda as demandas daqueles que a solicitam.

Mediante essa valoração da informação e seu reconhecimento, ela ganha espaço nos diversos discursos e toma corpo diante da responsabilidade social. Wersig e Neveling (1975) destacam que levar informação àqueles que dela necessitam é a verdadeira responsabilidade social da CI. Para Serafim e Freire (2012, p. 169), “[...] agir com responsabilidade social significa operar de modo ético e responsável ante os constantes desafios (e ambiguidades) inerentes às questões de informação”. Nesse cenário, Freire (2010, p. 128, grifo nosso) enfatiza que cresce a responsabilidade social dos profissionais da informação (bibliotecários, museólogos, arquivistas e cientistas da informação), seja como produtores de conhecimento no campo científico ou “[...] como **facilitadores na comunicação da informação para usuários que dela necessitem**, na sociedade, **independentemente dos espaços sociais onde vivem e dos papéis que desempenham** no sistema produtivo”. Portanto, essa relevância social convoca o profissional da informação para atuar no processo de democratização do acesso e uso da informação e do conhecimento dos diversos grupos sociais, sobretudo daqueles excluídos socialmente.

[...] Em sua maioria, o cidadão que compõe este grupo é analfabeto, não possui documento de identificação e não consegue trabalho por ser considerado mão-de-obra não-qualificada. A maioria dos problemas sociais, como a prostituição infantil e a violência, por exemplo, provém deste grupo. É nesse grupo que se concentra o maior número de pessoas envolvidas com a criminalidade e que tem crescido de maneira surpreendente. [...] (SUAIDEN, 2014, p. 5)

¹²⁵ Para Miranda (2003, p. 49), a ideia de uma Sociedade da Informação ou do Conhecimento, ou ainda, da Educação – não importa como queiramos rotulá-la – é um conceito antigo e constantemente renovado no desenvolvimento da humanidade, desde aqueles que pretenderam fazer a sùmula dos conhecimentos na coleção da Biblioteca de Alexandria, passando pelos ardores e mentores do Renascimento e pela criação de universidades no fim da Idade Média, continuando nos ideais democratizantes e racionalistas dos Enciclopedistas até a chegada da Internet e da WEB.

Pinheiro (2009, p. 18), ao tratar do assunto no X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) na conferência magna do evento, acenava que diante das desigualdades sociais do país os profissionais da informação, independente da natureza de seu trabalho, “[...] podem desempenhar os seus respectivos papéis com mais consciência e esperança”. Assim, ao selecionar, tratar, organizar, disseminar a informação, eles podem ajudar grupos submetidos à exclusão sociais na compreensão e luta por dias melhores e mais justos a partir da mediação da informação. Esta mediação ocorre tanto implícita quanto explicitamente, a partir do desempenho das atividades técnicas, como também em ações de intervenção direta em comunidades, cujo acesso à informação é limitado ou mesmo negado, conforme Almeida Júnior (2009).

Nessa perspectiva, em 2013, o XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBB/FEBAB) trouxe à tona a discussão da temática no II SEMINÁRIO “COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS”, que versava sobre *Competência em Informação e as Populações Vulneráveis: de quem é a Responsabilidade?* Ao final do referido evento, chegou-se ao consenso que:

[...] o país necessita urgentemente reavaliar suas políticas voltadas às *Populações Vulneráveis/Minorias*, entendidas como sendo aquelas que se encontram em situações de discriminação, intolerância e fragilidade e que estão em desigualdade e desvantagem na sociedade atual, principalmente, em relação às questões que envolvem o **acesso e uso da informação** para a **construção** de conhecimento, identidade e autonomia a fim de permitir a sua efetiva **inclusão social**. (MANIFESTO..., 2013, p. 1, grifo nosso).

Os profissionais da informação, ao sentirem-se convocados, podem contribuir na luta a favor da disseminação das informações de interesse das classes menos favorecidas pelas políticas públicas, sobretudo, no que tange à democratização do acesso e uso da informação, direito tão necessário para formação de sujeitos sociais conscientes e protagonistas de seu próprio desenvolvimento social, econômico, político e cultural.

Como sugestão, o referido Seminário enfatizou também algumas responsabilidades para os bibliotecários e profissionais de áreas afins frente à competência em informação e às populações vulneráveis, dentre as quais se destacam: avaliação da qualidade da informação e disseminação em qualquer contexto; educação/capacitação dos usuários para o acesso, avaliação e uso da informação; atuação no combate à contrainformação; e sensibilização dos governos no acesso e disponibilização da informação. O evento trouxe ainda recomendações, como: efetuar parcerias e trabalhar de forma cooperativa com as instituições representativas das comunidades locais; atuar junto às comunidades vulneráveis para produzir conteúdos informacionais sobre sua história, cultura e meio social e adotar uma postura de sair da

biblioteca (MANIFESTO..., 2013). Os aspectos mencionados se apresentam como desafios a serem enfrentados pelos bibliotecários que buscam atuar pela inclusão de populações marginalizadas pelos vários fatores de exclusão social.

Assim, o papel do profissional da Ciência da Informação frente a comunidades que experimentam diversas formas de exclusão e, em destaque, àquelas privadas de várias modalidades de informação, é disseminar a informação, ao delinear um caminho para a inclusão social, a partir da mediação da informação (FREIRE, 2001). Para que tal ação ocorra é necessário que os profissionais da informação se encontrem em condições de desenvolver consciência para atuar na realidade dessas populações, a fim de analisar suas demandas informacionais, processos de busca e uso da informação, elementos fundamentais para o atendimento das necessidades reais desses grupos.

Ante o exposto, vê-se que analisar as necessidades e seu processo de busca, acesso e uso da informação, apresenta-se como uma modalidade de ação que pode alterar realidades de comunidades pobres, marginalizadas e renegadas pelas mais variadas formas de exclusão social, assim como pode elucidar problemas e possíveis soluções para o acesso e uso das necessidades reais de informação de “não usuários” dos sistemas de informação. Nesse contexto, mulheres negras, situadas em áreas rurais, lutam cotidianamente na localidade pela melhoria de suas vidas. Assim sendo, o acesso e uso à informação e ao conhecimento podem contribuir para a formação de mulheres críticas, autônomas, empoderadas e em prol da manutenção de suas histórias de resistência.

Dentro do aspecto social contemplado na CI, torna-se concebível avançar nos estudos de informação para grupos sociais, a exemplo das mulheres quilombolas de Itamatatua, para as quais busca-se mapear suas necessidades informacionais, necessárias para a melhoria de suas realidades, investigando como elas acessam e usam a informação nas suas ações cotidianas. Para além desse anseio, pretende-se com este estudo auxiliie na visibilidade de grupos pouco estudados na CI.

Grupos etnicamente vulneráveis, como as mulheres de Itamatatua, ainda são pouco estudados pela CI, conforme salienta Silva e Aquino (2012, p. 2): “A literatura da área de Biblioteconomia/Ciência da Informação pouco discute sobre a importância, o valor e o uso da informação para esses grupos”. São pessoas menos contempladas nas capacitações promovidas para o desenvolvimento do acesso e uso da informação, segundo Hossain e Islam (2012). Esses autores assinalam que as mulheres pobres de áreas rurais, sobretudo, sofrem pela falta de acesso a recursos informacionais e pela incapacidade de acesso as TIC, o que as coloca como recursos nacionais inexplorados, mas imprescindíveis para o desenvolvimento de toda nação.

Portanto, investigação, como esta pode identificar, atender, mas também criar lacunas informacionais necessárias para potencializar o desempenho das atividades econômicas da localidade, bem como as necessidades cotidianas das mulheres quilombolas, desvelamento imprescindível também para o conhecimento da realidade de mulheres negras, pobres, de áreas rurais e quilombolas. A bagagem tradicional de informações que essas mulheres contam são saberes e conhecimentos pautados na oralidade e que precisam ser valorizados, assim como devem ser compreendidas suas limitações de acesso e uso da informação para que serviços e produtos informacionais sejam desenvolvidos para atender suas lacunas de informação.

Segundo Crawford (1978), estudar necessidades e usos da informação significa, inicialmente, estudar os comportamentos e as experiências dos cientistas, tecnólogos, dos cidadãos, minorias e demais categorias. Confirmando o que esse autor menciona, Matta (2010) destaca que tão importante quanto estudar o objeto informação é o estudo daqueles que a utilizam. Logo, entender seus hábitos, pensamentos, necessidades e atitudes se faz imprescindível para a oferta de informação para grupos específicos.

Desse modo, pretendeu-se, com esta investigação, compreender e contribuir com as construções/discussões teórico-práticas referentes a como ocorre o acesso e uso das informações para essas populações/minorias. Para Canela e Nascimento (2009), acesso à informação, além de ser um direito de todo e qualquer indivíduo, é um direito da coletividade, isso porque o acesso amplo à informação é um dos meios de promover ganhos à comunidade de maneira geral. Corroborando esse pensamento, Molina (2010, p. 144) menciona que quanto maior a qualidade de informações que o indivíduo tem acesso, melhores serão as potencialidades de ele estruturar “a memória do futuro”, o que lhe possibilita novas conexões com o que tem internalizado.

Depreende-se, portanto, que os estudos sobre necessidades informacionais de grupos ou indivíduos possam revelar características socioeconômicas, assim como a maneira de acesso e as barreiras referentes às ações sociais, políticas e cotidianas. A análise de necessidades informacionais requer a compreensão de alguns fatores e conceituações que envolvem o próprio conceito de necessidade de informação, explanado na próxima subseção.

4.1 Necessidades informacionais e mulheres na Ciência da Informação

Em meados do século XX, Platt (1959) apresentava a informação como a quinta necessidade para sobrevivência do homem, depois do ar, água, alimentação e abrigo, considerando-a como elemento organizador do cérebro humano e imprescindível para caracterização da mente sã e conseqüentemente impedindo sua deterioração. Complementando essa linha de importância da informação, Shera (1977) afirma que ela é importante não só para sobrevivência individual, mas também coletiva, constituindo-se como a base do comportamento tanto do indivíduo, quanto dos grupos e da sociedade em geral. Desse modo, tanto o cérebro como a sociedade podem entrar em decadência, caso sejam privados da aquisição e assimilação de novas informações.

Nessa mesma direção, Figueiredo (1996), por sua vez, declara que a informação é uma necessidade vital, por considerar que todas as atividades humanas conscientes são direcionadas para a satisfação de necessidades, sendo uma das mais proeminentes a realizada para obtenção de informação, visto que o ser humano, por ser um sistema complexo, quanto maior for o volume de informações sobre ele e seu ambiente de inserção, melhores serão suas possibilidades de adaptação e sobrevivência (FIGUEIREDO, 1996).

Em razão da importância atribuída à obtenção da informação adequada, na Ciência da Informação a temática necessidades de informação na atualidade se apresenta como uma das mais pesquisadas relacionadas a usuários. Wilson (1981) também corrobora essa visão, afirmando que, além da área de recuperação da informação, nenhuma outra tem desenvolvido tantos estudos como a área de estudos de usuários e, por sua vez, necessidades de informação. Para Figueiredo (1994), as primeiras reflexões sobre estudos orientados às necessidades de usuários são oriundas da Conferência de Informação Científica da Royal Society, no final da década de 1940. Já Bettiol (1990) é enfática ao afirmar que o termo "necessidade de informação" é um dos assuntos mais complexos da área de estudos de usuários.

Estudo de usuários, segundo Figueiredo (1994), pode ser entendido como o campo voltado para a compreensão das necessidades de informação individuais e coletivas, bem como sua satisfação. Mas o que significa necessidades de informação já que é um termo tão estudado e concomitantemente permeado por tamanha complexidade?

Essa não é uma resposta fácil de ser elaborada, em virtude dos elementos divergentes que agrega, refletindo não só na dificuldade de conceituação, como também em verificá-la, medi-la, pois é subjetiva, varia de acordo com cada indivíduo - sua formação escolar, gênero,

faixa etária, renda, tarefas realizadas cotidianamente, contexto onde está inserido, ou seja, elementos diversos que influenciam nas necessidades informacionais a serem adquiridas. Além disso, elas são extensivas e evolutivas, segundo Le Coadic (1996), ou seja, a partir do atendimento de uma necessidade informacional, novas eclodem, reiniciando o ciclo para obtenção de novas informações.

Entretanto, tem sido possível identificar dois grupos de estudos sobre necessidades de informação, de acordo com Martínez-Silveira e Oddone (2007). O primeiro é representado por Wilson (1981, 1997, 1999, 2000) e Dervin (1983) que a concebem como uma necessidade subjetiva que toma corpo quando externalizada no comportamento ou verbalmente pelo detentor. O segundo, defendido por Deer (1983), que a visualiza como uma condição observável de que uma informação específica contribui para o atendimento a um propósito ou motivo que a gerou.

Como se pode observar, necessidade informacional é um termo que contempla diferentes perspectivas. Para Barros, Saorim e Ramalho (2008, p. 173) “[...] necessidade de informação consiste na percepção de um vazio cognitivo, em que perpassa incertezas, dúvidas, angústias, todo tipo de manifestação que poderá ou não, canalizar forças no indivíduo para transpor tal situação.” Já Miranda e Tarapanoff (2008, p. 1, tradução nossa) a conceituam como “[...] um estado ou processo que começa quando se percebe a existência de uma lacuna entre a informação e conhecimento disponível para resolver um problema e a solução real do problema”. Tal concepção leva a crer que a necessidade de informação é única, distinta e comporta um elemento de individualidade. Miranda (2006) salienta também que o reconhecimento das necessidades informacionais não é o bastante para satisfazê-las, requer, sobretudo, proporcionar aos usuários a possibilidade de compreendê-las e saná-las, se possível, a partir de seus próprios meios. Por isso, esta investigação volta-se para o grupo das mulheres itamatatuenses porque mesmo sendo difícil definir as necessidades de cada morador, é necessário fazê-lo de modo a conhecer a realidade, pois, de acordo com Martínez-Silveira e Oddone (2007), é possível reconhecer particularidades e o contexto que determinarão certo padrão. Assim, conforme essas autoras, “[...] o uso eficiente da informação em diferentes contextos, a identificação das necessidades e do comportamento informacional tanto dos indivíduos quanto dos grupos ocupa hoje um lugar de destaque nas pesquisas da área. [...]” (MARTÍNEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2007, p. 118-119).

Desse modo, conforme sinalizado por essas autoras, a identificação das necessidades informacionais de um indivíduo ou grupo não se mostra como uma tarefa simples, pois há diversos fatores subjetivos que interferem. Cunha, Amaral e Dantas (2015) destacam, por

exemplo, que a mesma informação é percebida de formas distintas por diferentes usuários e nem sempre satisfazem suas necessidades reais, além de haver diversos usos para uma mesma informação; os fluxos e canais são complexos, sendo que as preferências dos indivíduos e os aspectos do seu comportamento devem ser considerados.

Em decorrência dessas implicações é que se torna cada vez mais necessário o estudo sobre necessidades de informação para que se mapeie o perfil dos usuários, conheçam-se as necessidades reais dos indivíduos e grupos, sobretudo, daqueles distantes do atendimento pelos sistemas de informação, ou seja, os não usuários, concebidos por Lima (2006, p. 90) como “[...] aquelas pessoas que jamais utilizaram um sistema de informação [...]”, ou ainda “[...] aquele que não pode fazer uso dos recursos da biblioteca” (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, informação verbal)¹²⁶. Todavia, para Le Coadic (1996, p. 40), isto “não quer dizer que não necessitem de informação”. Os desafios que se colocam, nesse sentido, são necessários para que se assuma a luta por democratizar o processo de disseminação para atendimento informacional dos que tanto necessitam para construção de vidas com mais oportunidades, bem-estar social das famílias das áreas desfavorecidas pelo acesso e uso da informação.

Assim, se anteriormente os estudos sobre a análise de informação estavam relacionados intrinsecamente às unidades de informação, nas últimas décadas vêm ganhando proporção mais ampla, sendo possível concebê-los para “[...] ambientes onde existam transferência e possibilidades de apropriação de informações [...]” (NEVES, 2011, p. 414). Desse modo, a reflexão e proposta de análise das necessidades informacionais das mulheres itamatatiuenses se torna necessária a fim de compreender como buscam e usam a informação em um contexto onde não há biblioteca ou centro de documentação, mas é um espaço permeado de informações e valores étnicos com modos de fazer, ser e viver cultura identitária.

O estudo das necessidades informacionais demanda a compreensão do nível de percepção que cada pessoa tem sobre a informação ao se reportar aos sistemas de informação para atendimento de suas necessidades. Para Taylor (1968), essa percepção é composta por quatro níveis: a) **visceral** que corresponde a uma necessidade real, mas não expressa; b) **consciente** é uma necessidade conceituada apenas dentro da mente, ainda não estruturada; c) **formalizada** já pode ser declarada formalmente; e d) **compromissada** quando se refere à necessidade declarada na linguagem do sistema de informação.

Nessa mesma linha de proposição dos níveis de necessidades, Figueiredo (1996) explicita que algumas características das necessidades informacionais são infinitas e imutáveis,

¹²⁶ Informação fornecida por Oswaldo Francisco de Almeida Júnior na defesa da presente tese, por webconferência, em julho de 2018.

nas quais sempre que uma é atendida, outra ou novas despontam. A autora também elenca diferentes tipos e níveis de necessidades, a saber: a) necessidades conscientes e expressas; b) conscientes e não expressas; e c) inconscientes, mas percebidas pelos usuários; além dessas, é importante destacar que existem também as necessidades informacionais “inconscientes e não percebidas” (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, informação verbal)¹²⁷.

Apesar da relevância apontada nos estudos de necessidades informacionais na atualidade, Figueiredo (1996) salienta que é necessário avançar e ultrapassar problemas críticos, tais como: a) inexistência de uniformidade conceitual nas investigações; b) ausência de definições, pressupostos claros para focar variáveis e questões de pesquisa; e c) ausência de metodologias específicas.

O termo, como anteriormente mencionado, é permeado por divergências que variam de acordo com o perfil pessoal do usuário, seus papéis exercidos e o próprio contexto (econômico, político, educacional de cada pessoa ou grupo). Entretanto, a complexidade que envolve o termo necessidade informacional não é impeditivo para a realização de pesquisas na CI, resultando no desenvolvimento de modelos, métodos, tipos e metodologias para compreendê-las. No que tange a esses modelos, Cruz et al. (2011) sinalizam que estão relacionados a dois aspectos: ao nível de processamento envolvido e ao grau de completude comportamental desejado. O primeiro descreve o nível de cognição ou comportamento social dos indivíduos e o segundo refere-se ao estágio particular de aquisição de informação ou apresenta uma sequência completa de atividades mentais e físicas relacionadas.

Um dos importantes modelos de comportamento e análise de informação foi concebido, em 1981, por Wilson. Esse modelo dá ênfase para as necessidades fisiológicas, cognitivas e afetivas dos indivíduos. Estas, por sua vez, são influenciadas pelos papéis exercidos por indivíduo e pelo contexto social, histórico, cultural onde ele está inserido. Contexto também de onde surgirão as barreiras para o processo de busca e atendimento dessas necessidades (WILSON, 1981). Cabe destacar que nesta investigação, não há seleção para um modelo específico: pauta-se na análise, considerando, sobretudo, a literatura internacional para investigação de necessidades informacionais de mulheres de áreas rurais.

Para Barros, Saorim e Ramalho (2008, p. 174), “O estudo sobre as necessidades informacionais nos permite melhor compreendermos o comportamento e o processo de busca e uso da informação. [...]” Logo, estudar necessidades informacionais requer compreender como se dá o comportamento de busca e uso da informação. Gasque e Costa (2010) acrescentam

¹²⁷ Informação fornecida por Oswaldo Francisco de Almeida Júnior na defesa da presente tese, por webconferência, em julho de 2018.

que a busca de informação está relacionada ao modo que o usuário procura a informação adequada para sua necessidade. Ao passo que, o uso, conforme essa autora, consiste na compreensão do que é feito, na aplicação dessa informação que pode resultar em atendimento e início de novas etapas de buscas por informação.

Segundo Wilson (2000), o comportamento consiste na busca ativa ou passiva dos usuários para obtenção da informação. Esta busca é composta por elementos determinantes:

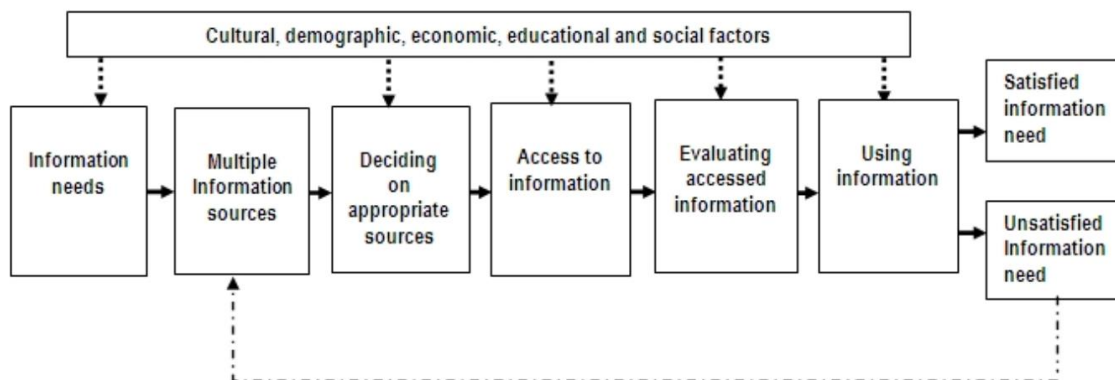
a) **Fontes de informação**, ou seja, os locais onde são procuradas as informações. Dependendo do profissional e das características da informação que se busca, essas fontes variam, bem como a ordem de consulta. As mais frequentemente referidas são colegas, bibliotecas, livros, artigos e a própria experiência. Essas assumem diversos formatos e podem ser acessadas por diferentes canais (formais e informais).

b) **Conhecimento da informação**, ou seja, o conhecimento direto ou indireto das fontes, do próprio processo de busca e da informação recuperada desempenha importante papel no sucesso da busca. Algumas variáveis devem ser consideradas: familiaridade ou sucesso em buscas anteriores, confiabilidade e utilidade da informação, apresentação, oportunidade, custo, qualidade e acessibilidade da informação. (LECKIE, PETTIGREW; SYLVAIN, 1996)

Dessa maneira, para que a informação seja direcionada, fortalecendo e empoderando o cidadão, faz-se necessário analisar, identificar as necessidades informacionais e os entraves que permeiam a obtenção dessa informação. O contexto onde a pessoa ou grupo se insere influencia tanto nas necessidades, quanto no comportamento de busca para atendimento, tais como: as fontes e canais que usam, os serviços que utilizam. As necessidades terão relação estreita com os papéis exercidos pelos usuários e serão resultantes do comportamento e de suas preferências, sejam profissionais ou pessoais. Assim, as necessidades de informação das pessoas dependem de vários fatores, tais como educação, profissão, idade, gênero, região, condição socioeconômica, religião, até clima, no caso das mulheres de áreas rurais.

Lwoga e colaboradores (1996) mencionam que as necessidades de informação das pessoas rurais são distintas, devido a fatores demográficos, sociais, culturais e econômicos. Também mostrou que, na era da informação, em que a sobrevivência depende excessivamente da informação, as mulheres rurais não recebem informações relevantes, bem como não dispõem de fontes de informação que possam melhorar suas vidas (UKACHI, 2007). Nessa perspectiva, Mtega (2012) desenvolveu um modelo, considerando as condições das populações das áreas rurais, onde salienta que os fatores culturais, demográficos, econômicos, educacionais e sociais interferem diretamente nas necessidades e comportamento das pessoas (Figura 1).

Figura 1 – Modelo de provisão e uso da informação de áreas rurais.



Fonte: Mtega (2012, p. 4)

Portanto, a informação demandada pelas mulheres itamatatiuenses para suas lutas cotidianas e associativas não pode relegar a interpretação do contexto cultural, social, educacional, político e econômico que as circundam. Isto porque é esse contexto que possibilita a compreensão das dinâmicas, experiências e processos de busca e uso da informação adotados para atender suas necessidades que não estão pautadas na organização, classificação, indexação de acervos informacionais e recuperáveis em unidades de informação. Essas mulheres fazem uso da oralidade para transmissão de experiências cotidianas (que regem do trabalho ao lazer), costumes, tradições que adquiriram caráter de lei sem jamais serem registradas. Tal característica é primordial para propagação dessas memórias e também é adotada para busca, acesso e uso da informação que move as atividades cotidianas e coletivas das itamatatiuenses. Portanto, essa oralidade que é o coração pulsante na história dessa população, que tece e constrói normas consuetudinárias, deve ser respeitada na elaboração dos serviços de informação a serem desenvolvidos para atender as necessidades das mulheres dessa comunidade, ainda que precisem ser ampliadas competências para leitura e escrita do código alfabético e TIC que aumente e potencialize o acesso à informação adequada e relevante para o atendimento de suas demandas informacionais

Diante do exposto, foi constatado que a análise do comportamento informacional seja de um grupo ou de um usuário “[...] significa perceber que existem indivíduos usando, buscando, sentindo falta ou disseminando informação” (ARAÚJO, 2013, p. 3). Dessa forma, analisar as necessidades informacionais das mulheres itamatatiuenses mostra-se como possibilidade de colocá-las em foco como usuárias reais de informação já que até o momento suas necessidades estão distantes do atendimento de quaisquer sistemas de informação (bibliotecas, museus, arquivos).

A sociedade contemporânea, apesar de toda evolução do acesso à informação, ainda é demasiadamente desigual e a maioria, sobretudo, a população de áreas rurais, periféricas, carentes, continua sendo impedida de desenvolver uma cidadania mais engajada pela ausência de informações que atendam adequadamente a suas necessidades. Para tanto, analisar as necessidades informacionais das itamatatiuenses é mapear quais fontes informacionais estão à disposição dessas mulheres para auxiliá-las na batalha por dias melhores, em saber quais suas limitações, qual o comportamento de mulheres quilombolas desfavorecidas que não dispõem de serviços de informação e como agem para o atendimento de suas necessidades informacionais.

As mulheres das áreas rurais, conforme Hossain e Islam (2012), não apresentam necessidades específicas e sim relacionadas às suas atividades de trabalho, segundo o que pensa. Embora Ukachi (2007) afirme que as necessidades de informação de um indivíduo ou grupo de indivíduos dependem muito das atividades de trabalho de um indivíduo ou grupo de indivíduos.

Conhecer as necessidades de informação dos usuários significa conhecer fatos da sua vida cotidiana e, também, entender o verdadeiro significado que a informação tem para esses indivíduos. Por outro lado, o entendimento das necessidades de informação dos usuários mobiliza o profissional da informação a oferecer-lhes serviços de informação mais eficientes e eficazes, em relação ao atendimento de suas necessidades.

Dentro do aspecto social contemplado na CI, torna-se desejável avançar nos estudos de informação para grupos sociais, a exemplo das mulheres quilombolas de Itamatatiua, para as quais busca-se identificar suas necessidades informacionais, investigando como elas acessam e usam a informação no seu cotidiano e em suas atividades a frente da Associação. Na literatura nacional, estudos focados nas mulheres ainda são escassos. Acerca dessa questão, a investigação realizada por Dias e Lima (2012) comprovou que houve avanços, a partir da década de 1990, contudo ainda há poucos estudos publicados com enfoque nas relações de gênero, no período de 1972 a 2011. Diante dessa constatação, essas autoras evidenciam que para a compreensão, alteração dos contextos de desigualdades de gênero e materialização de práticas informacionais que atendam às necessidades das mulheres é fundamental a articulação da Ciência da Informação com os Estudos de Gênero.

Outra pesquisa abordada na CI que investiga a temática gênero e mulher, de autoria de Bufrem e Nascimento (2012), reforça o resultado alcançado no estudo de Dias e Lima (2012), ao constatar que houve aumento no interesse sobre a questão do gênero nos últimos cinco anos, ainda que essa produção pareça tímida. Essas autoras enfatizam que outras pesquisas, com diferentes abordagens, métodos e *corpus* devem ser estimuladas na área, pois envolvem análises

sobre relações de poder, pelas quais se percebe a informação como fator de diminuição das desigualdades e ampliação do reconhecimento sobre as possibilidades políticas, redução dos desequilíbrios sociais, quanto da ruptura da tradição do modelo binário de gênero nas esferas da ciência, da política, das instituições e das organizações.

Eggert (1992) destaca a importância de colocar as mulheres como personagens ativos no combate contra a ignorância, o analfabetismo e os preconceitos milenares para o avanço de passos na renovação do país. Nessa direção, a CI e a Biblioteconomia, por sua função, podem se comprometer com essa mudança e evitar a falta de informação por esta se constituir em fator de discriminação e exclusão das mulheres.

Caribé, Pinto e Diogenes (2015) evidenciam que estudos que relacionam as temáticas necessidades informacionais e mulher ainda são escassos na área. Após levantamento em base de dados utilizando os termos mulher, informação, uso e necessidades, Caribé, Pinto e Diogenes (2015) enfatizam que os itens recuperados não retratam de forma contundente os estudos que contemplem essa relação. E as autoras são enfáticas em dizer que:

[...] estudos de identificação das necessidades das mulheres podem ser muitos úteis para conhecer não só as necessidades de informação das mulheres, mas também para mostrar suas dificuldades de acesso e localização da informação, bem como lidar com as novas tecnologias e sugerir serviços de informação adequados a sua realidade. (CARIBÉ; PINTO; DIOGENES, 2015, p. 432)

Embora seja possível observar uma regularidade das necessidades informacionais das mulheres sobre família, saúde, alimentação, nutrição, planejamento familiar e educação infantil (HOSSAIN; ISLAM, 2012), há diferenças nesses resultados, que variam em virtude de elementos como o contexto em que os atores estão inseridos, o contexto sociocultural e o papel exercido por elas. No caso, das mulheres de áreas rurais serão díspares em relação àquelas situadas na área urbana, bem como à escolaridade, à renda econômica. Por isso, a importância das interações sociais que precisa ser conhecida e considerada na identificação das necessidades informacionais. Desse modo, os estudos sobre necessidades informacionais podem esclarecer características de um grupo que favorecem ou interferem na busca, acesso e uso das informações necessárias para suas atividades cotidianas.

O acesso à informação é um direito que antecede inúmeros outros direitos. Entretanto, por que a CI tem valorizado, sobretudo usuários – pesquisadores, cientistas - que de certa maneira possuem uma relação mais próxima com a infraestrutura tecnológica proveniente da sociedade da informação? E os grupos que não manipulam as TIC não demandam informações? Na sociedade democratizada o acesso à informação não é um direito de todos?

A intenção desta tese não é responder essas questões, mas desestabilizar essas práticas e avançar em busca de soluções para mulheres que, em sua maioria, não decifram códigos alfabéticos, indispõem e não manipulam tecnologias de informação e comunicação para acesso, busca e uso da informação, mas que nem por isso deixam de usar informações ou movimentá-las para o desenvolvimento e construção de seu protagonismo.

Assim, pensar informações que agreguem as mulheres quilombolas requer a ida dos profissionais da informação/bibliotecário ao campo, ouvir seus anseios, conhecer suas tradições, valores, cotidianidades, que possibilitem identificar necessidades, atores do fluxo informacional e comportamentos de busca e uso da informação. Isto porque “[...] informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações de sujeitos vivendo e interagindo na sociedade, e inseridos em determinados espaços e contextos culturais” (MARTELETO, 2002, p. 102).

Durante muitos anos, a preocupação com as questões referentes à busca e ao uso da informação permeou principalmente a Biblioteconomia e a Ciência da informação, mas com a expansão cada vez mais acelerada, as informações exigem habilidades das pessoas para localizá-las e usá-las, visto que, como enfatiza Chauí (2011, p. 153):

Seja qual for o estatuto econômico, a posição dentro de um sistema global de dependências sociais, um indivíduo participa da vida social em proporção ao volume e a qualidade das informações que possui, mas, especialmente, em função da sua possibilidade de acesso às fontes de informação, de suas possibilidades de aproveitá-las e, sobretudo, de sua possibilidade de nelas intervir como produtor do saber.

Carvalho (2008, p.14) afirma que,

Com tantas inter-relações da atividade humana com a informação, os estudiosos contemporâneos da área de Ciência da Informação têm uma oportunidade ímpar de exaltar a importância de sua área de estudo, com possibilidades de contribuição tanto prática, quanto de pesquisas para a produção de conhecimento. Não se trata, contudo, da quantidade de informação disponibilizada aos indivíduos, mas a sua qualidade.

Desse modo, o arcabouço teórico e prático estudados e aplicados na CI pode auxiliar na seleção de uma informação mais qualificada pelos usuários para que eles desenvolvam as competências em informação, que “[...] é o conjunto de habilidades que permitem aos usuários reconhecer quando a informação é necessária, localizá-la, avaliá-la e utilizá-la efetivamente e com ética”. (CARVALHO, 2008, p. 17). Auxiliar no processo de empoderamento a partir da análise de necessidades informacionais específicas identificadas com e para as líderes itamatatienses, decorrentes da vivência em campo com essa comunidade quilombola,

compreende as práticas cotidianas, saberes e tradições que suscitam suas ações diárias.

Deste modo, esses conceitos são necessários para que o desenvolvimento da mediação da informação tome como base a história de grupos específicos, como os anseios das necessidades informacionais das mulheres quilombolas de Itamatatua, como demandas únicas e distintas de acesso e uso de informação para o fortalecimento de um empoderamento que já é reconhecido pelos visitantes e estudiosos que conhecem a história *in loco* dessas personagens líderes. Logo, o estudo de conceitos, como necessidades informacionais, busca, acesso e uso da informação, se faz necessário para uma reflexão e compreensão de como a geração de líderes buscam, acessam e usam a informação para conquistar melhorias e transmitir tradições para sua população.

Defende-se que a análise e identificação das necessidades informacionais pode auxiliar no fortalecimento do protagonismo social de mulheres líderes imersas em uma história identitária, arraigada de valores, culturas ressignificadas e reelaboradas pelo tempo, a partir da análise das necessidades informacionais e de mãos dadas com o arcabouço teórico e prático construídos na Ciência da Informação. Nessa perspectiva e respaldando-se em Oliveira (2010), concorda-se que as pesquisas nessa área de conhecimento possam também possibilitar aos profissionais da informação contribuir na organização de informações referentes à implantação de políticas públicas que objetivem minimizar as desigualdades e injustiças sociais.

5 TRAÇADO METODOLÓGICO: caminho percorrido

O processo de construção do conhecimento em uma pesquisa requer procedimentos metodológicos, a fim de que o pesquisador alcance os objetivos propostos e, ao mesmo tempo, possa ser validado pelos que o analisam. Assim, o percurso metodológico descrito nesta investigação “[...] inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitem a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (MINAYO, 1996, p. 16). Portanto, esse processo é embasado por teorias e técnicas que serão consideradas conforme as características do objeto estudado, as percepções e estratégias do pesquisador.

Nesse sentido, **a questão** que delineou a presente investigação busca compreender: de que modo a identificação das necessidades informacionais pode contribuir para melhoria das relações econômicas, sociais, políticas e educacionais da Comunidade Quilombola de Itamatatuiua, especialmente das mulheres que exercem a liderança local? Parte-se da **premissa** de que o conhecimento acerca das necessidades informacionais das líderes itamatatuienses pode fortalecer o processo identitário que reverbera na melhoria de vida de uma população que dispõe de um modo *sui generis* de lidar com os labores diários.

Para responder esse questionamento, estabeleceu-se como **objetivo geral** a análise das necessidades informacionais das Comunidades Quilombolas, voltadas à otimização da produção, acesso e uso da informação pelas mulheres quilombolas. Operacionalizou-se o referido objetivo mediante os seguintes **objetivos específicos**: caracterizar o perfil socioeconômico das mulheres; identificar como as mulheres quilombolas acessam e usam a informação nessa Comunidade; mapear as informações necessárias para promover melhorias na referida Comunidade; investigar a efetividade das políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades informacionais.

Diante dessa questão e dos objetivos apresentados, o caminho percorrido para análise das necessidades informacionais dos itamatatuienses teve como fio condutor a pesquisa etnográfica, em decorrência da possibilidade de observação e interpretação das práticas sociais que envolvem os modos de ser e fazer cultura desses moradores. Portanto, a vivência cotidiana junto à Comunidade, característica das investigações etnográficas, mostrou-se de suma relevância para compreensão do contexto sociocultural de onde emanam necessidades e comportamentos de busca, acesso e uso da informação. Segundo Geertz (1978, p. 15), a etnografia consiste em um “[...] esforço intelectual para uma descrição densa do campo

investigado”. Trata-se de uma descrição densa embasada por “[...] técnicas e procedimentos de coletas de dados associados a uma prática do trabalho de campo a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do(a) pesquisador(a) junto ao grupo social a ser estudado. [...]” (ROCHA; ECKERT, 2008, sem paginação).

Assim, a par do método etnográfico, buscou-se obter “[...] uma visão panorâmica global do todo social ou cultural” da Comunidade de Itamatatiua (ANGROSINO, 2009, p. 30), a fim de que se compreendam os aspectos socioculturais, seus valores, crenças e comportamentos cotidianos dos itamatatiuenses de forma ampla, sobretudo, diante da busca, acesso e uso da informação.

Brufem e Santos (2009, p. 432) defendem que o método etnográfico na CI apresenta-se como uma possibilidade para que haja uma melhor aproximação entre as áreas e os resultados de pesquisa, visto que, “[...] admite a natureza objetiva e singular do real, sem descartar o exercício da subjetividade e a natureza múltipla dos desdobramentos concretos do real, passíveis de interpretação do pesquisador e demais participantes de um estudo”, elementos necessários para o campo da informação.

Entre os critérios para utilização de elementos de uma pesquisa etnográfica no campo da Ciência da Informação, Firestone e Dawson (1981) asseveram que o pesquisador deve evitar definições rígidas e apriorísticas de hipóteses, mas procurar mergulhar nas situações para, em seguida, rever e aperfeiçoar o problema inicial da pesquisa. Dessa maneira, a interação cotidiana com os atores da cultura quilombola, partícipes dessa investigação, possibilitou compreender melhor as peculiaridades inerentes ao grupo estudado, bem como permitiu identificar as demandas informacionais das mulheres itamatatiuenses, as dificuldades de acesso às fontes de informação essenciais para o atendimento das necessidades informacionais da população.

No que tange aos objetivos, a pesquisa descritiva é o pano de fundo que coaduna com o fenômeno estudado, pois, segundo Gil (2008), essas pesquisas têm como objetivo primordial a descrição das características específicas de um grupo, fenômeno ou experiência. Logo, analisar as necessidades informacionais das mulheres itamatatiuenses exigiu a caracterização de diversos aspectos que envolvem a realidade cultural, econômica, política, educacional, social, sobretudo no que tange ao acesso e uso da informação.

A abordagem que embasa essa investigação é de predominância qualitativa, entretanto, não se eximiu a possibilidade de tratar quantitativamente alguns dados, que porventura, pudessem ser analisados nessa perspectiva e revelassem mais características dos aspectos relativos ao comportamento informacional dos atores desta investigação e, por sua vez, enriquecer a caracterização do trabalho realizado. O foco interpretativo do estudo ora

apresentado foi relevante para evidenciar valores, crenças e relações sociais que envolvem os dados advindos dos atores e contexto investigado. Nessa direção, Oliveira (2008) destaca que o pesquisador qualitativo “[...] pauta seus estudos na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos”, em busca da interpretação da realidade cotidiana, das ações individuais e coletivas, das práticas culturais que movem as itamatatiuenses.

O universo, segundo Quivy e Campenhoudt (1998), pode ser compreendido como o conjunto de elementos constituintes de um todo. Nesta pesquisa, o universo é a Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatiua, caracterizada na subseção 3.2, comunidade essa composta por 132 famílias e 452 pessoas. Diante da impossibilidade de investigar a totalidade, definiu-se que a amostra fosse composta inicialmente pelas mulheres líderes da Comunidade, opção justificada pela compreensão da pesquisadora de que essas pessoas têm uma visão mais ampla acerca das necessidades da Comunidade como um todo, por desempenharem um papel de interlocução com todos os membros da localidade investigada.

O desenvolvimento da investigação demonstrou, entretanto, a necessidade de inclusão na amostra de outras pessoas (homens) residentes na localidade que pudessem contribuir com informações acerca do fenômeno investigado, ampliando, assim, aspectos pertinentes para melhor compreensão da pesquisa. Selecionou-se para a composição da amostragem o percentual de 10% (45) da população componente, conforme dados do Censo 2010 disponibilizado pela Agente de Saúde da Comunidade, por se considerar representativa para o estudo que ora se apresenta. Salienta-se, ainda, que para esse quantitativo adotaram-se as indicações de Fachin (2002) que sugerem, como delimitação do tamanho da amostra, 10% da população, para a qual foram realizadas as entrevistas (Apêndice C) e aplicadas as fichas de informante (Apêndice B).

Além desses atores, foram incluídos outros, externos à Comunidade, mas que mantém vínculos importantes com as mulheres itamatatiuenses, a exemplo de Dona Maria Izabel Matos¹²⁸, Sérvulo Borges¹²⁹ e duas professoras da Comunidade (Professora Lucilene Silva e

¹²⁸ Mulher, 64 anos, ceramista, atua na Comunidade há quase uma década, a princípio com a cerâmica, pelo Sebrae, e depois com projetos de resgate cultural, Projeto Pontinho de cultura, Governo do Estado do Maranhão, em 2011, atualmente ajuda na ornamentação da Igreja e confecção das roupas das caixeiros e bandeiras da Festa de Santa Tereza.

¹²⁹ Sérvulo de Jesus Moraes Borges, foi militar da Aeronáutica no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), é representante do Movimento dos Afetados pela Base de Alcântara (MABE), criado em 1999. Pessoa que elas consideram amigo e recorrentemente se dirigem para obtenção de informações diversas com o propósito de resolver situações que não conseguem solucionar por conta própria, bem como questões sobre a terra, novos editais para aquisição de projetos para Comunidade etc.

Rosângela Rodrigues Ribeiro) que na ocasião da investigação também contribuíram efetivamente para ampliar a compreensão do contexto sociocultural e educacional investigado.

5.1 Instrumentos de coleta de dados

A abordagem etnográfica requer aplicação de alguns instrumentos específicos no campo de pesquisa, como a observação direta, aplicação de entrevistas, anotações em diários de campo, além da ficha de informante. A observação consiste em uma técnica que se realiza “[...] mediante o contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto [...]” (CRUZ NETO, 1996, p. 59). Essa técnica foi adotada nesta pesquisa para compreensão das práticas cotidianas das mulheres frente às atividades da Associação de Mulheres de Itamatatiua, do Centro de Produção de Cerâmica, sobretudo, como as líderes da Comunidade buscam, acessam e usam a informação em atividades habituais e tomadas de decisão/gestão das lideranças. Buscou-se, com frequência, aliar a observação direta com a observação participante por entender que o estreitamento dos laços com os atores da pesquisa a partir do compartilhar dos afazeres cotidianos pudessem facilitar a compreensão de significados que ultrapassassem a observação propriamente dita.

Acerca da observação participante, pode-se mencionar que é um instrumento de captação de dados que, conforme Papalia e Feldman (2013, p. 75), “[...] o observador vive com as pessoas ou participa da atividade que está sendo observada”. Para Haguette (2010, p. 72), a observação participante pode ser considerada como

[...] a técnica de captação de dados menos estruturada nas ciências sociais. Ela não supõe nenhum instrumento específico para direcionar a observação, tal como um questionário ou um roteiro de entrevista, e, por esta razão, a responsabilidade e seu sucesso pesa quase que inteiramente sobre os ombros do observador, salvo obviamente naqueles aspectos.

O olhar das observações fixou-se em acontecimentos que pudessem revelar questões sobre o comportamento informacional dos itamatatiuenses e também as necessidades informacionais apontada em situações informais. Quivy e Campenhoudt (1998) também informam que não basta saber os tipos de dados a serem recolhidos na observação, é preciso circunscrever o campo das análises empíricas no espaço geográfico, social e no tempo. Desse modo, seguindo atentamente as indicações desses autores, os dados advindos dessas

informações observadas, bem como da percepção da pesquisadora, foram registrados no diário de campo e na ficha de informante. A ficha de informante, de acordo com Queiroz (1991), contempla os dados pessoais, as condições socioeconômicas do entrevistado, os dados imprescindíveis para a análise correta das entrevistas (Apêndice B).

As entrevistas, segundo Cruz Neto (1996, p. 57), é “[...] o procedimento mais usual no trabalho de campo e, por meio dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais [...]”, ao passo que as entrevistas semiestruturadas, de acordo com Thiollent (1980, p. 35) são “[...] aquelas aplicadas a partir de um pequeno número de perguntas abertas.” Na elaboração das entrevistas, adotaram-se as recomendações de Souza et al. (2005), os quais afirmam que o roteiro deve ser construído de tal modo que permita flexibilidade nas conversas e absorção de novos temas e questões trazidas pelo interlocutor que sejam consideradas de relevância para a interlocução.

Na presente investigação, as entrevistas semiestruturadas contemplaram perguntas que versaram sobre o conceito de informação, o motivo que desencadeou a busca por informação, o modo como ocorreu o acesso e uso das informações pelos itamatatiuenses. Investigaram-se também as fontes e canais informacionais adotados para o atendimento de suas demandas e, por fim, as necessidades informacionais dos moradores de Itamatatiua (Apêndice C). A partir dessas questões, foi possível incorporar dados não contemplados no momento da elaboração desse roteiro, mas que tivessem relevância para a apreensão, compreensão e identificação das necessidades informacionais e comportamento informacional das itamatatiuenses participantes das entrevistas.

A realização das entrevistas seguiu alguns procedimentos: pré-agendamento em alguns casos e, em outros, ocorreram no ato da apresentação dos objetivos quando a pessoa permitiu sua realização de imediato. Na aplicação desse instrumento, fez-se uso de uma máquina digital, com função de fotografia e filmagem para registro das informações, mediante autorização dos entrevistados.

5.2 Procedimentos de coleta de dados

Nesta pesquisa, a fim de alcançar os objetivos por ela delineados foi necessário realizar 15 viagens para a Comunidade de Itamatatiua, as quais duraram em média de 3 a 10 dias, no intervalo de fevereiro de 2015 a novembro de 2017. Essas incursões durante o período

mencionado permitiram o contato direto da pesquisadora com o campo de pesquisa, ação relevante na caracterização da pesquisa etnográfica, que conforme André (1995) e Angrosino (2009), pode variar acentuadamente, indo desde algumas semanas até vários meses ou anos. Assim, a estada da pesquisadora junto aos moradores da Comunidade se mostrou definidora para conhecer, compreender e descrever os aspectos socioeducacionais, culturais dos itamatatiuenses, bem como os aspectos relativos ao comportamento informacional desses atores.

A pesquisadora, atenta às questões éticas que impregnam investigações desenvolvidas com seres humanos, ao adentrar o campo, expôs os objetivos da pesquisa e solicitou o consentimento formal da líder da Comunidade, D. Neide de Jesus, para realização da pesquisa (Apêndice A), em fevereiro de 2015, ação que foi repetida de modo igual com cada entrevistado.

A coleta de dados ocorreu em duas etapas: a primeira com a permissão formal da líder e a segunda, com o retorno ao campo, após o cumprimento dos créditos no curso de doutorado, em março de 2016. Nessa fase, realizou-se o pré-teste com duas moradoras para que se pudesse avaliar os instrumentos e validá-los. Finalizado esse procedimento, iniciaram-se as entrevistas, no mês maio de 2016, que eram antecedidas pelo preenchimento da ficha de informante, contendo dados pessoais e socioeconômicos. Cabe esclarecer que em razão das recomendações do processo de qualificação do curso de doutorado, foi necessário replicar a ficha de informante, em janeiro de 2017, para os participantes que já haviam sido entrevistados.

Vale salientar que o tempo médio de duração das entrevistas variou de 30 a 90 minutos. Buscou-se não interromper as entrevistas, salvo em ocasiões que a resposta divergia amplamente do que era perguntado. As perguntas foram lidas pela pesquisadora aos entrevistados e suas respostas foram gravadas/filmadas em uma máquina fotográfica Kodak, modelo EasyShare CD14.

A entrada em campo foi seguida a partir da orientação de Cruz Neto (1996, p. 54-55), o qual destaca que “[...] deve constar a *priori* de uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo, que pode ser facilitada através do conhecimento de moradores ou daqueles que mantêm sólidos laços de intercâmbio com os sujeitos a serem estudados”. Nessa ideia, a aproximação já realizada desde 2010, período da pesquisa da dissertação, foi estreitada no doutorado por uma fase mais extensa de permanência na Comunidade, em que a pesquisadora abrigava-se na casa de D. Cecília de Jesus, uma das quatro irmãs líderes da Comunidade, que é viúva e mora só. Essa estadia oportunizou não só a participação das atividades domésticas, da vivência cotidiana no lar itamatatiuense, como também a construção

de laços de amizades, o que, por sua vez, permitiu a explicitação de alguns elementos não declarados nas entrevistas, mas de relevância para esta investigação.

No período em que estive na Comunidade, a pesquisadora observou o trabalho da produção de cerâmica das mulheres no Centro de Produção de Cerâmica, participou das reuniões da Associação de Mulheres de Itamatatiua, da Festa de Santa Tereza, foi à roça, visitou escolas, pontos atrativos da localidade, desenvolveu atividades de contação de histórias para as crianças, queimação de palhinhas¹³⁰. Em razão dessas interações, também visitou os lares, compartilhando conversas, realizou entrevistas, assistiu e participou de ritos, observou seus comportamentos habituais, interrogou-os sobre suas tradições, experiências valiosas para perceber e identificar como acessavam e usavam a informação em suas lidas diárias e políticas. A vivência na Comunidade permitiu não só observar, mas também participar, compartilhar e aprender sobre a vida cotidiana, com aquele modo simples de ser.

A coleta de dados na comunidade ocorreu de forma tranquila e colaborativa, sempre contando com a benevolência das líderes que indicavam pessoas, cujos depoimentos poderiam agregar mais informações sobre o contexto investigado. Apesar disso, o percurso revelou obstáculos para consecução da investigação, a exemplo de dificuldade de chegar à Comunidade em razão da violência que ocorre na localidade. Essa situação demandou a adoção de estratégias, a fim de que se pudesse adentrar o campo em segurança, sendo necessária a negociação prévia com os motoristas para que realizassem o percurso até a parte central da Comunidade.

5.3 Técnica de análise dos dados

Os dados foram descritos e interpretados pela Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1977). Segundo esse autor, essa técnica consiste em um conjunto de instrumentos metodológicos em “[...] constante aperfeiçoamento, que se aplicam em discursos diversificados [...]” do textual ao audiovisual (BARDIN, 1977, p. 9). Dessa forma, a opção por essa técnica advém também da possibilidade de considerar o contexto e a multiplicidade de dados que podem ser interpretados em sua análise. Gomes (1994, p. 74), em consenso com Bardin, explica

¹³⁰ Queimação de palhinhas é um ritual tradicional, no Maranhão e em algumas cidades de Portugal, em que ocorre o desmonte do presépio e as murtas que o enfeitam são queimadas ao som de rezas, cantos, ladainhas, alternadas entre o latim e a língua portuguesa, bem como regado a comes e bebes. (CARVALHO, 2007)

que uma das funções da Análise de Conteúdo é a “[...] descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”, consistindo, portanto, na possibilidade de revelar e interpretar uma realidade que se manifesta latente no momento da coleta de dados.

Bardin (1977) explicita ainda que a análise de conteúdo é organizada em três fases: a) pré-análise, onde é feita uma leitura flutuante, a escolha dos documentos, a formulação de hipóteses e dos objetivos, a referenciação dos índices, a elaboração dos indicadores e a preparação do material; b) a exploração do material que consiste essencialmente na formulação de categorias; e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação que visam propor inferências e adiantar interpretações a fim de atingir os objetivos previstos.

Assim, a primeira etapa que antecedeu a análise ocorreu com a transcrição das entrevistas que, segundo Manzini (2008, p.1), “[...] representa mais uma experiência para o pesquisador e se constitui em uma pré-análise do material [...]” Para a presente investigação, as transcrições foram realizadas pela pesquisadora a cada retorno da Comunidade para que o arquivo com esses dados fosse organizado, possibilitando que as primeiras anotações e marcações ocorressem e se verificassem elementos relevantes a serem esclarecidos na próxima viagem ao campo. Nessa etapa, as falas foram preservadas na íntegra, mantendo-se as especificações possíveis de linguagem e concordância ortográfica com o propósito de não comprometer os resultados na análise.

Os dados da ficha de informante foram codificados e a tabulação ocorreu de forma manual, com o auxílio das planilhas do Microsoft Excel 2010. A codificação, consoante Marconi e Lakatos (2002, p. 34), corresponde a “[...] transformar o que é qualitativo em quantitativo, para facilitar não só a tabulação dos dados, mas também sua comunicação [...]” e é composta por duas partes: “1. classificação dos dados, agrupando-os sob determinadas categorias e 2. atribuição de um código, número ou letra, tendo cada um deles um significado”. Desse modo, cabe evidenciar que para organização dos dados coletados adotou-se um código alfanumérico, onde o “E” significa o entrevistado e o número crescente refere-se à ordem de ocorrência da entrevista (Quadro 2). Os dados desse quadro serão analisados na seção 6, na categoria perfil dos entrevistados.

Quadro 2 - Codificação dos entrevistados na Tabela Excel 2010

Código	Nome	Sexo	Faixa etária	Mãe	Estado civil	Renda
E1		MULHER	28 anos		Casada/Viúva	R\$ 2.000,00
E2		MULHER	48 anos		1 Casada/Viúva	R\$ 250,00
E3		HOMEM	73 anos		Casado/Viúva	R\$ 930,00
E4		HOMEM	38 anos		Divorciado	R\$ 300,00
E5		MULHER	65 anos		1 Divorciada	R\$ 930,00
E6		MULHER	24 anos		1 Solteira	R\$ 162,00
E7		MULHER	30 anos		Solteira	R\$ 250,00
E8		MULHER	67 anos		1 Viúva	R\$ 1.860,00
E9		MULHER	43 anos		1 Casada/Viúva	R\$ 300,00
E10		MULHER	54 anos		1 Solteira	R\$ 100,00
E11		MULHER	68 anos		1 Viúva	R\$ 1.860,00
E12		MULHER	22 anos		1 Solteira	R\$ 172,00
E13		MULHER	26 anos		1 Casada/Viúva	R\$ 204,00
E14		MULHER	65 anos		1 Casada/Viúva	R\$ 930,00
E15		MULHER	35 anos		1 Casada/Viúva	R\$ 200,00
E16		MULHER	20 anos		1 Casada/Viúva	R\$ 200,00
E17		MULHER	29 anos		1 Casada/Viúva	R\$ 200,00
E18		HOMEM	38 anos		Casado/Viúva	R\$ 200,00
E19		MULHER	70 anos		1 Viúva	R\$ 1.860,00
E20		MULHER	66 anos		1 Casada/Viúva	R\$ 930,00
E21		HOMEM	59 anos		Divorciado	R\$ 300,00
E22		MULHER	61 anos		Viúva	R\$ 1.860,00
E23		HOMEM	53 anos		1 Casado/Viúva	R\$ 300,00
E24		MULHER	35 anos		1 Solteira	R\$ 300,00
E25		MULHER	65 anos		1 Viúva	R\$ 930,00
E26		MULHER	51 anos		1 Casada/Viúva	R\$ 132,00
E27		HOMEM	36 anos		Casado/Viúva	R\$ 150,00
E28		HOMEM	17 anos		Solteiro	R\$ 250,00
E29		HOMEM	35 anos		Casado/Viúva	R\$ 200,00
E30		MULHER	17 anos		Solteira	R\$ 100,00
E31		MULHER	23 anos		Solteira	R\$ 100,00
E32		MULHER	48 anos		1 Casado/Viúva	R\$ 1.125,00
E33		HOMEM	54 anos		Casado/Viúva	R\$ 200,00
E34		MULHER	68 anos		1 Casado/Viúva	R\$ 930,00
E35		MULHER	17 anos		Solteira	R\$ 200,00
E36		MULHER	38 anos		1 Solteira	R\$ 930,00
E37		MULHER	51 anos		1 Casado/Viúva	R\$ 350,00
E38		MULHER	28 anos		1 Solteira	R\$ 250,00
E39		MULHER	34 anos		1 Casado/Viúva	R\$ 300,00
E40		MULHER	27 anos		1 Casado/Viúva	R\$ 200,00
E41		MULHER	87 anos		1 Viúva	R\$ 930,00
E42		HOMEM	64 anos		Casado/Viúva	R\$ 930,00
E43		MULHER	68 anos		1 Solteira	R\$ 930,00
E44		MULHER	64 anos		Solteira	R\$ 930,00
E45		MULHER	66 anos		1 Solteira	R\$ 930,00

Fonte: Dados da pesquisa

Após a transcrição de todas as entrevistas, sucessivas leituras foram realizadas, a fim de identificar similitudes e dissonâncias no material advindo dos dados, para definir as categorias que melhor pudessem responder os objetivos do estudo. Assim, foram eleitas três categorias: a) perfil dos entrevistados; b) fontes e canais de informação; e c) necessidades informacionais.

A definição da primeira categoria ocorreu a partir dos dados socioeconômicos advindos da ficha de informante; na segunda, procedeu-se à identificação das fontes e canais em que foram quantificados os mais usados para os menos adotados no processo de acesso e uso da informação; e, por fim, a terceira categoria em que as necessidades informacionais citadas foram agrupadas de unidades de registros para categorias temáticas mais amplas. A análise foi feita tomando como base a literatura adotada neste estudo.

A observação em campo permitiu a elaboração de um diário de campo em que se recorreu, em alguns momentos, para fundamentar pontos na análise dos dados que foram apresentados no capítulo seguinte.

6 ANÁLISE DAS NECESSIDADES INFORMACIONAIS DAS MULHERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA

Nesta seção, apresentam-se a análise e a discussão dos dados coletados na Comunidade de Itamatatiua por meio da pesquisa etnográfica, com as técnicas de entrevistas semiestruturadas, observação direta e participante, diário de campo e ficha de informante, interpretados à luz da Análise de Conteúdo de Bardin (1977, p. 119) pelo processo de categorização que “[...] fornece, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos [...]”.

A análise dos dados coletados contempla duas etapas: a primeira evidencia os dados socioeconômicos da população estudada, gerada a partir da ficha de informante (Apêndice B). A segunda advém das observações realizadas em campo e de quarenta e cinco entrevistas conduzidas por um roteiro de cinco questões semiestruturadas (Apêndice C). O roteiro deteve-se em compreender concepções de informação para os atores da pesquisa; o motivo que desencadeou a busca por informação; como ocorre o acesso e uso das informações pelos itamatatiuenses; investigaram-se as fontes e canais informacionais adotadas para o atendimento de suas demandas, as necessidades informacionais dos moradores de Itamatatiua e para averiguar a efetividade das políticas públicas interrogou-se os participantes sobre aspectos relativos a essa questão. Contudo, elegeram-se como categoria de análise o perfil dos entrevistados, as fontes e canais adotados para o acesso e uso da informação e as necessidades informacionais dos itamatatiuenses.

A princípio, deu-se prioridade à caracterização em diversos aspectos do grupo investigado, em decorrência da importância que esses dados apresentam para pesquisas que analisam necessidades informacionais de atores específicos.

6.1 Categorização dos entrevistados

Dentre os 45 itamatatiuenses entrevistados, o gênero feminino mostrou-se como predominante em razão do próprio critério da amostragem, no qual se priorizaram as líderes da

Comunidade, em seguida, mulheres residentes na localidade e homens que se dispusessem a contribuir com a pesquisa, conforme Tabela 1:

Tabela 1 - Número de entrevistados por gênero

Gênero	Frequência	%
Masculino	10	22,2
Feminino	35	77,8
Total	45	100.0

Fonte: Dados da pesquisa (2016-2017)

Não se deteve apenas em mulheres, como destacado, devido à sugestão/solicitação da banca de qualificação para identificar as necessidades informacionais cotidianas para além das que movem as atividades de liderança da Associação de Mulheres de Itamatatiua. Entretanto, embora o universo de homens seja superior (44, 4%) em relação ao percentual de mulheres (40,7%)¹³¹ na Comunidade, observa-se nos lares o comando do gênero feminino. Constatação que pode ser corroborada por Grijó (2010, p. 134) quando assevera que “[...] nos grupos familiares [itamatiuenses] é comum não ter a presença do pai e, mesmo quando há, a matriarca é a pessoa com maior influência sobre os outros membros [...]”. Contudo, essa representação das mulheres não é característica específica das itamatatiuenses, mas um fenômeno contemporâneo que atinge comunidades de norte a sul do país. (SOUZA, 2008; SANTANA, 2011; LÉO NETO, 2012; MIRANDA, 2014).

No que se refere à faixa etária (Tabela 2), os dados evidenciaram diferentes idades, com destaque para as faixas compreendidas entre 28 a 38 anos (26,7%) e 61 a 71 anos (28,9%), podendo-se ressaltar que a maioria dos membros da amostragem (66,7%) tinha menos de 61 anos. Vale destacar que a porcentagem mais significativa de mulheres encontra-se na faixa de 61 a 71 anos, com 12 participantes (26,7%) e nenhuma corresponde a 6ª faixa.

Tabela 2 - Número de entrevistados por faixa etária

Faixa Etária	Frequência	%
1ª 17-27	9	20
2ª 28-38	12	26,7
3ª 39-49	3	6,7
4ª 50-60	6	13,3
5ª 61-71	13	28,9
6ª 72-82	1	2,2
7ª 83-93	1	2,2
Total	45	100.0

Fonte: Dados da pesquisa (2016-2017)

¹³¹ Quantidade fornecida, em 2015, pela Agente de Saúde da Comunidade, Creusa de Jesus.

De acordo com informações do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB) (2010), há na Comunidade investigada 120 jovens, entre 1 a 14 anos, 221 entre 15 e 39 anos, 59 entre 40 e 59 anos e apenas 52 acima de 60 anos, dentre 452 moradores. Logo, esses dados possibilitam afirmar que a população itamatatiuense é relativamente jovem. Isto pode ser justificado pelas diversas condições de vulnerabilidade a qual estão submetidos ao longo da vida, tais como falta de água tratada, saneamento, fossa séptica, coleta de lixo, trabalho, educação, saúde, fazendo com que essa população não alcance idades mais longevas. Em geral, as condições incipientes de atendimento à saúde não propiciam o acesso a serviços mínimos de assistência, como postos de saúde que poderiam prestar atendimentos emergenciais, tais como aferição de pressão e aplicação de injeção. Em caso de doenças, a população desloca-se a pé ou de veículo automotor (motocicleta) para o povoado mais próximo da localidade de Raimundo Su, que dista cerca de 4km. Não há ônibus que realize esse percurso. Essas privações atingem diretamente os idosos que frequentemente iniciaram sua jornada de trabalho desde a mais tenra idade pela sobrevivência na roça, pesca, produção de cerâmica, lida pesada e de carências que tendem a reduzir a expectativa de vida dessa população, sobretudo, das mulheres que executam extensas jornadas: chefes de família, liderança da comunidade e atividades na roça, afazeres domésticos que mesmo quando aposentadas prosseguem atuando para complemento da renda. Em contraponto aos dados coletados nessa pesquisa, o IBGE (2016b) destaca um maior crescimento da população idosa do Brasil, de 9,8% para 14,3%, de 2005 para 2015, fato não evidenciado no grupo investigado.

No que tange à ocupação dos itamatatiuenses (Tabela 3), a maioria dos entrevistados (35%), devido à inexistência de trabalho na localidade, torna-se dependente de recursos governamentais (bolsa família, aposentadoria e pensão), os quais constituem a renda fixa mensal desses moradores; 26% dos inquiridos estão envolvidos com atividades da lavoura, isto é, agricultura de subsistência, com o cultivo de produtos como mandioca, arroz e milho; 10% com produção de cerâmica, todas mulheres; 8% com criação de galinhas como complemento dessa renda; 5% são donas de casa, contudo, observou-se um acúmulo de tarefas dentro e fora do lar, comportamento que se assemelha ao das mulheres da sociedade contemporânea. Desse modo, os dados sugerem que a baixa renda conduz esses moradores a exercer atividades informais que complementem seus rendimentos para subsistência.

Tabela 3 – Número de entrevistados por tipo de trabalho e fonte de renda

Trabalho e fonte de renda	Frequência	%
Roça/Agricultura de subsistência	30	26%
Bolsa família	24	21%
Aposentadoria ou pensionista	16	14%
Cerâmica	11	10%
Criação de galinha/porco	9	8%
Dona de casa	6	5%
Pintura (bicos)	2	2%
Pedreiro (bicos)	2	2%
Estudante	2	2%
Comércio	2	2%
Pesca	2	2%
Venda	2	2%
Carpinteiro (bicos)	1	1%
Garçom (bicos)	1	1%
Professora contratada do Estado	1	1%
Artesanato (Bordado, crochê)	1	1%
Agente comunitária	1	1%
Auxílio acidente	1	1%
Desempregada	1	1%
Total	116*	100.0

Fonte: Dados da pesquisa (2016-2017).

*Esse número corresponde ao quantitativo de atividades relatadas pelos participantes.

A distribuição de renda pode ser observada na Tabela 4, na qual se verifica aproximadamente a totalidade dos sujeitos (60%) com rendimentos que alcançam quase 1/3 do salário-mínimo. Esse ganho é complementado pelo trabalho com cerâmica, que gera renda eventual, e por atividade de subsistência, como roça, pesca, criação de galinhas, que não produzem receita direta, mas ajudam no provimento familiar.

Tabela 4 - Número de entrevistados por renda mensal

Renda Familiar	Frequência	%
R\$ 35 a R\$ 335	26	57,78
R\$ 336 a R\$ 636	1	2,22
R\$ 637 a R\$ 937	12	26,67
R\$ 938 a R\$ 2000	6	13,33
Total	45	100.0

Fonte: Dados da pesquisa (2016-2017)

Percebe-se que, mesmo com os programas e projetos governamentais criados para a melhoria de vida dessas populações, o Estado não investe na economia local como deveria, já que anteriormente homens e mulheres itamatatiuenses obtinham o sustento oriundo da produção de cerâmica e da lavoura. Atualmente, o que prevalece é a política governamental que prioriza

o fornecimento “dos peixes ao invés de ensiná-los a pescar”, ou melhor, não disponibiliza infraestrutura necessária para que os excluídos/oprimidos tornem-se independentes.

Algumas mulheres itamatatiuenses expressam o desejo de trabalhar com a agricultura na qual se realizavam mutirões de ajuda mútua, como faziam há décadas passadas. Contudo, há divisão de tarefas entre homens e mulheres e as solteiras são as que geralmente se mostram interessadas por esse trabalho, mas precisam da força masculina para as atividades “pesadas”¹³². Nesse contexto, será necessário, portanto, investimentos em educação, com cursos sobre tecnologia agrícola, que as tornem competentes nessas questões, aquisição de maquinários para modernizar a produção local, políticas direcionadas para o suprimento desses conhecimentos; outro problema destacado é a dificuldade em comercialização da produção de cerâmica; para essa demanda também destaca-se a necessidade de inclusão de cursos e parcerias que as possibilitem a venda e negociação de seus produtos, ou ainda, que a prefeitura firmasse contratos com os próprios produtores. Enfim, é possível visualizar inúmeras soluções que podem ser adotadas para a diversificação da renda e construção de autonomia pela educação, mas isso requer investimentos comprometidos para efetivação de direitos conquistados pelas comunidades quilombolas.

Em face do apresentado, percebe-se também que a CI, com estudos acerca da identificação das necessidades informacionais reais de mulheres e homens itamatatiuenses, pode auxiliá-los no processo de empoderamento pelo acesso e uso das informações fundamentais para melhoria de suas realidades. Mtega (2012) assevera que o acesso e o uso de informações adequadas são necessários para melhorar o sustento de povos rurais, porém, na maioria dos casos, os projetos construídos para o desenvolvimento socioeconômico dessas localidades, os desenvolvedores não concebem a provisão de informação como prioridade, impossibilitando que as pessoas se fortaleçam para atuar de forma produtiva na luta por seus direitos legais e sociais.

A situação quilombola tornou-se mais uma oportunidade para políticos se apropriarem do instrumento de libertação e fortalecimento de autonomia (votos) nos municípios brasileiros de forma fácil, coagindo populações analfabetas a elegê-los sob pena de perderem os benefícios recebidos, quando deveriam aplicar os recursos para o protagonismo social desses atores.

Portanto, é preciso oportunizar as mulheres, homens e jovens da comunidade itamatatiuense bem mais que valores subumanos do Bolsa Família. O caminho para torná-los autônomos na conquista de bens tangíveis e intangíveis, passa pela educação.

¹³² Roçar, tecer a cerca.

Arruti e colaboradores (2014), em estudo realizado sobre a população quilombola, desenvolveu um banco de dados considerado inédito com mais de 400 variáveis, em virtude da inexistência de dados oficiais acerca dessas comunidades. Analisou a variável renda dessas populações, comparando-as com outros grupos de raça e cor e aos municípios onde se fixavam, verificando que em todas as equiparações os rendimentos eram inferiores. Por exemplo, no que se refere à renda média nacional, constatou que quando comparados a grupos de raça ou cor, do Censo Demográfico de 2010, recebiam R\$ 504,00, ou seja, 31,2% menos que os indígenas, os quais contam com os menores ganhos (R\$ 735,00) no território nacional. A discrepância se ampliou quando equiparou os rendimentos médio nacional dos negros dos territórios quilombolas ao da população branca (R\$ 1.574,00), alcançando a diferença de 305%, maior para esta.

Esses autores ainda averiguaram que mesmo nos municípios mais pobres, onde essas populações se situam, a diferença dos rendimentos é 42% mais baixa para elas quando igualadas aos demais munícipes. No Nordeste, região que dispõe de maiores quantitativos dessas comunidades, o rendimento médio das comunas é de R\$ 740,00, enquanto nos setores censitários compostos por esses habitantes o valor é de R\$ 371,00. No tocante ao rendimento médio dessas populações residentes na zona rural é da ordem de R\$ 365,00 na região Nordeste, destacando que essa análise se baseou na renda nominal individual daqueles que tinham alguma renda, segundo Arruti et al. (2014).

No Maranhão, conforme os dados do sistema de monitoramento da SEPPIR, a renda média *per capita* dos remanescentes quilombolas é de R\$ 84,00 (BRASIL, 2014). Portanto, a amostragem dos rendimentos das famílias dos entrevistados de Itamatatiua compõe um universo precário em âmbito nacional que se acentua na zona rural. A renda das mulheres itamatatiuenses investigadas encontra-se na faixa de R\$ 35,00 a R\$ 335,00 com 18 mulheres, uma entre os valores de R\$ 336,00 e R\$636,00, 12 no intervalo de R\$ 637,00 a R\$ 937,00 e dentre os entrevistados que têm rendimento acima de salário-mínimo foram seis mulheres.

No que diz respeito à escolaridade dos itamatatiuenses, os dados apresentados na Tabela 5 demonstram que 26, 67% dos entrevistados nunca frequentaram os bancos escolares. Um dos moradores participantes dessa realidade, E3 (homem, 73 anos), na pesquisa de campo, revelou que

A única coisa que se eu pudesse voltar no tempo, eu não pediria, assim, riqueza, nem carro, dinheiro, essas coisa, eu queria aprender fosse a me assinar [escrever o nome]. Eu tinha vontade demais! [...].

Nesse cenário, cerca de 70% desse quantitativo é de mulheres, cujo desejo por educação é similar ao dos entrevistados do sexo masculino, como se observa no depoimento de E41 (mulher, 87 anos) ao destacar que “eu tenho vontade dos meus netos aprenderem, não ficar como a mim porque no meu tempo não tinha colégio! Agora, eu não tenho idade já estou no fim e eles tão indo é pra frente!”. Esse retrato de nenhuma frequência à escola nos agrupamentos quilombolas se acentua entre os idosos, pois cresceram em cenários desprovidos de escolas.

Tabela 5 – Escolaridade dos entrevistados

Escolaridade	Frequência	%
Nunca frequentou escola	12	26,67
Ensino fundamental incompleto	17	37,78
Ensino fundamental completo	1	2,2
Ensino médio incompleto	5	11,11
Ensino médio completo	7	15,56
Técnico incompleto	1	2,22
Técnico completo	1	2,22
Graduação	1	2,22
Total	45	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016-2017)

Os dados da Tabela 5 evidenciam que o direito constitucional de acesso à educação vigora apenas na letra do texto da Carta Magna. A realidade configurada denota a ausência de políticas educacionais efetivas, deixando a margem grupos que representam uma parcela da população historicamente excluída.

Dados acerca da escolarização dos entrevistados expressam preocupação. A escola chegou à comunidade há pouco mais de 30 anos. Os idosos em sua maioria não frequentaram escola e com isso não sabem ler e escrever. É possível afirmar que as últimas gerações têm maior inserção escolar, mas ainda assim leem e escrevem pouco porque, dentre outros motivos, a unidade escolar local funcionou por longo tempo só até a 4ª série.

Durante o período em que foram realizadas as entrevistas na comunidade, desenvolveu-se a experiência de solicitar as crianças e jovens que estivessem próximos dos entrevistados, leitura de textos curtos, percebendo-se dificuldades exacerbadas para reconhecer o código alfabético brasileiro, independente das idades ou séries cursadas.

A realidade educacional local passa por momentos de avanços e retrocessos. Em 2016, a escola funcionava até o 9º ano. Em 2017, ficou até o 5º e os demais foram deslocados para comunidade vizinha, Mocajituba III, distante pelo menos 15 min. de ônibus da localidade¹³³.

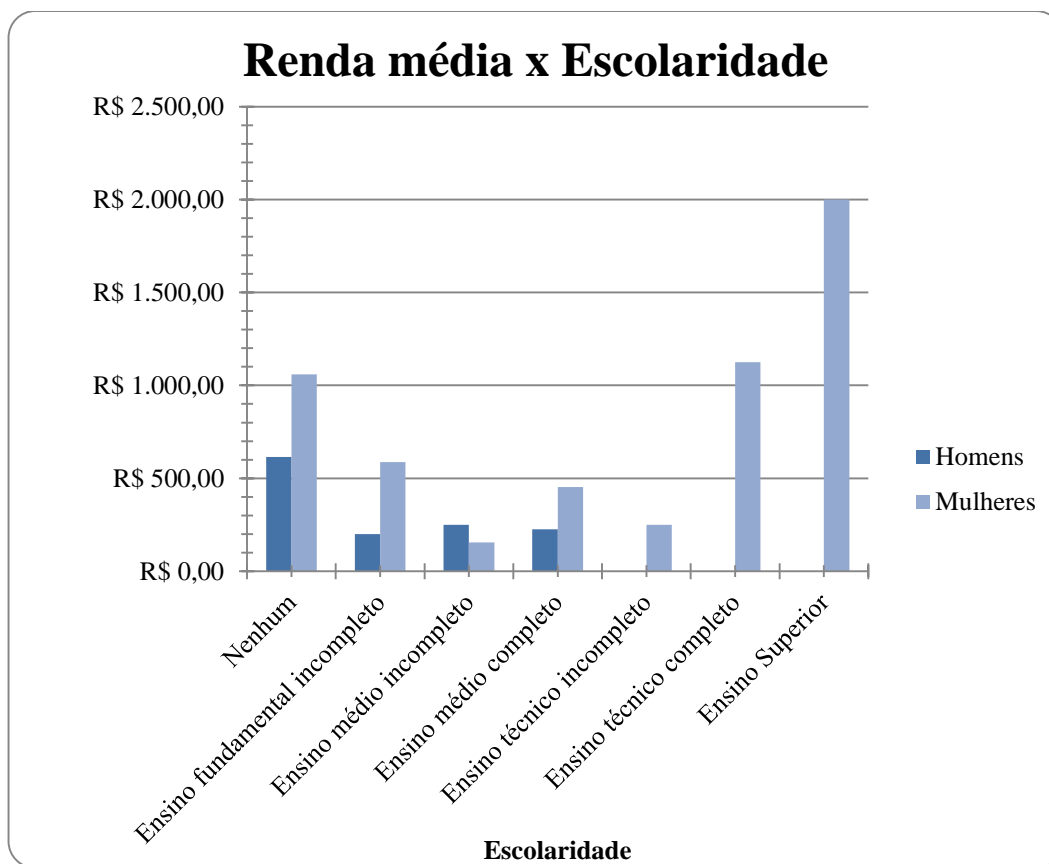
¹³³ Dados fornecidos por Denise de Jesus, em Itamatatua, em fevereiro de 2017.

Portanto, é um cenário favorável para que os netos de E41 repitam a história de exclusão escolar vivida por ela, em pleno século XXI, mesmo com todo aparato normativo-jurídico conquistado pelas comunidades quilombolas.

Números oficiais sobre alfabetização das populações quilombolas também inexistem. Arruti (2017) desenvolveu um estudo em que comparou os dados do Censo Demográfico de 2010 com os dos territórios quilombolas (TQ) titulados, verificando que as pessoas de 10 anos ou mais alfabetizadas apresentam sempre índices inferiores aos do Brasil e dos municípios onde estão inseridas. A saber, a alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais atinge 75% nos TQ, ao passo que os dados nacionais chegam a 91% e 94,3% nos municípios onde estão localizados; e se confrontados com análise das crianças de 5 a 9 anos, a diferença entre alfabetizados se amplia, respectivamente, 49,5%, 68,5%, 72,0%, para TQ, Brasil e comunas. Quando são equiparados TQ rurais e urbanos, por exemplo, na faixa de 5 a 9 anos, a disparidade se amplia, atinge 47,1% e 68,7%, respectivamente.

Logo, partindo-se da observação dos dados dos itamatatiuenses, Tabela 5, pode-se inferir que essas pessoas ajudam a compor o retrato histórico de desvantagem e atraso escolar que se repete tanto nos idosos como nas novas gerações, situadas nas localidades, sobretudo rurais desses agrupamentos no Brasil.

Com base nos dados coletados, ao correlacionar renda e escolaridade dos itamatatiuenses, observa-se, Gráfico 1, que o investimento maior em escolaridade é diretamente proporcional à renda percebida pelas mulheres investigadas, com exceção do grupo das mulheres aposentadas e pensionistas que mesmo sem nenhuma escolaridade têm rendimento médio maior.

Gráfico 1 – Escolaridade e renda média dos entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa (2016-2017)

O estado civil pode influenciar as demandas informacionais das pessoas, por exemplo, as mulheres quando casadas, em diversas ocasiões, realizam buscas para atender aos membros da família (Tabela 6).

Tabela 6 - Número de entrevistados segundo estado civil

Estado civil	Frequência	%
Casado/a ou Vive com companheiro/a	22	48,9
Solteiro ou divorciado	17	37,8
Viúvo	6	13,3
Total	45	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016-2017)

Na questão referente à religiosidade, há uma prevalência da igreja católica, ainda que nos últimos anos tenha se instalado na comunidade uma igreja protestante, na qual há participação de crianças e alguns idosos da localidade.

Tabela 7 - Número de entrevistados conforme religião declarada

Religião	Frequência	%
Católicos	44	97,8
Evangélicos	1	2,2
Total	45	100.0

Fonte: Dados da pesquisa (2016-2017)

O predomínio de católicos está diretamente relacionado à conformação inicial da comunidade, tendo em vista que essa teve origem a partir das terras da Santa Tereza.

Assim, os dados até então apresentados, reforçam a visão de vulnerabilidade social à qual essas populações estão imersas, com baixos rendimentos, nenhum ou poucos anos de escolaridade e um cenário que as mulheres assumem cada vez mais papel de destaque pela luta por melhorias para os grupos familiares, onde geralmente atuam como chefe. Esses, portanto, são fatores que influenciarão, segundo Mtega (2012), na escolha das fontes e canais buscados para atendimento de necessidades informacionais que precisam ser considerados para a eficácia de qualquer sistema de informação rural, já que serão determinantes a acessibilidade e uso da informação.

6.2 Acesso e uso da informação: fontes e canais

O acesso e uso da informação podem ser caracterizados como ações iniciais para um processo de libertação e autonomia, imprescindíveis na vida humana que exigem apropriações de informações/conteúdos presentes em fontes e canais informacionais. De acordo com Rodrigues e Blattmann (2014, p. 10), essas podem ser compreendidas como

[...] tudo o que gera ou veicula informação. Pode ser descrita como qualquer meio que responda a uma necessidade de informação por parte de quem necessita, incluindo produtos e serviços de informação, pessoas ou rede de pessoas, programas de computador, meios digitais, sites e portais.

Portanto, a escolha das fontes e canais influenciarão na qualidade da informação para o atendimento de uma necessidade e elas serão selecionadas a partir de fatores contextuais (ambientais, socioeconômicos, culturais, educacionais e outros) onde os atores ou grupos sociais estão inseridos. Em comunidades pobres e economicamente desfavorecidas, privadas dentre outros direitos básicos como o acesso à educação não causa admiração que as fontes

formais (livros, revistas, artigos de Internet) sejam opções menos usadas em virtude da própria oferta que, em geral, são inexistentes.

Mooko (2005), estudando necessidades informacionais em três aldeias de Botswana, África, com mulheres rurais pobres, verificou que as fontes de informação adotadas foram em menor grau as impressas. Ao passo que as mais acessadas para provisão informacional foram médicos/enfermeiros, conhecimento/experiência prévia e amigos/vizinhos. Logo, essas mulheres segundo a autora, preferem, sobremaneira, as fontes interpessoais e comunicação oral para sanar suas necessidades informacionais, já que estas se tornam fontes mais acessíveis.

Saleh e Lasisi (2011), em investigação sobre mulheres rurais, na Nigéria, África, verificaram que elas recorriam principalmente a fontes informais: amigos, parentes, maridos, filhos e filhas e aquelas com as quais trabalhavam. Esses autores se apoiam em Mommo (2002) que explica que a opção por essas fontes é decorrente da crença que elas são mais “autênticas e seguras”, mas também evidenciam ausência de fontes formais. (SALEH; LASISI, 2011, *online*).

Na Comunidade de Itamatatiua, a partir da observação de campo e das entrevistas aplicadas, é possível afirmar que a busca pelas informações que atendam suas necessidades se dá, sobretudo, pelas fontes/canais informais (rádio, televisão, reunião, conversas informais, telefone, Internet, AMI) e em número reduzido pelas fontes/canais formais (livros, apostilas, revistas, dicionários). Esse resultado mostra nitidamente a ausência do fornecimento dessas fontes, de sistemas de informação (bibliotecas, centro de informação), o baixo índice de alfabetização dessa população, mas também relações sociais construídas com base na oralidade, a tradição oral.

As fontes e canais informacionais usadas pelo grupo entrevistado podem ser visualizadas no gráfico a seguir:

técnico de Enfermagem, na ocasião da pesquisa de campo, única funcionária pública municipal efetiva concursada do universo investigado. A escolarização dessas duas personagens femininas ainda é exceção dentro da comunidade ora pesquisada. Isto porque a realidade como um todo das comunidades quilombolas no que se refere à educação impede seus membros de fazer a opção ou não por fontes formais para o atendimento de suas necessidades já que o analfabetismo nessas localidades atinge níveis elevados como anteriormente exposto.

A **Internet** foi citada por 26,67% (12) dos entrevistados como recurso para atendimento de necessidade informacional. Segundo Guimarães (2005, p. 159), ela “[...] é um sistema de informação que tem por suporte uma rede global, que consiste em centenas de milhões de computadores conectados entre si, ao redor do mundo [...]”. Dessa rede de computadores advém um aparato tecnológico que vem revolucionando o acesso e uso da informação, tornando-a cada vez mais interativa e dinâmica com uma diversidade de fontes e canais de informação. E4 (Homem, 38 anos) destaca que esta tem sido demasiadamente usada pelos itamatatiuenses para busca de informação, “mais agora está à febre da Internet que nos dá a possibilidade de conhecer o mundo todo!”. Entretanto, o cenário constatado refuta essa afirmação. Dos 45 entrevistados, apenas dois afirmaram dispor de computador em domicílio e nenhum dispunha conexão banda larga fixa até o período da pesquisa. Ainda considerando que o acesso à Internet pode ocorrer por aparelhos celulares (móvel) e seu uso esteja em expansão, ela depende da conexão; com base nos dados da pesquisa TIC Domicílios 2015: 56% da população brasileira usa a Internet no celular e o tipo de conexão mais utilizada é a Wi-fi (87%), seguido pela 3G ou 4G (72%) (BRASIL, 2016a).

O uso dessa mídia pela comunidade depende da aquisição de pacotes de dados, fato que não se configura em uma realidade para todos, visto que, ao serem questionados se haviam realizado recarga de crédito no mês anterior, apenas três responderam positivamente, os demais mencionaram que faziam uso da Internet disponibilizada pela escola, que nos meses de férias era desativada devido ao desligamento do modem. Apenas 42,22% (19) do universo investigado possuía pelo menos um celular, dentre estes 36,84% (7) utilizam somente a função ligação.

Embora a União Internacional de Telecomunicações¹³⁴ (UIT), em 2015, tenha avaliado positivamente o Brasil no que tange aos progressos com as TIC, levando inclusive a obter a décima posição no ranking mundial, devido aos investimentos que vêm realizando em Internet e telefonia, ela conclui que os elevados custos de equipamentos e dos serviços se mostram como principais impedimentos para que os brasileiros não tenham acesso à Internet

¹³⁴ A ITU ou UIT, União Internacional de Telecomunicações, é o organismo especializado das Nações Unidas para as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e fonte oficial de estatísticas globais de TIC.

(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015). Outro ponto que não caminha com os investimentos na difusão do uso e facilitação do acesso é o aprimoramento das habilidades da população brasileira para o uso das TIC.

Na pesquisa de campo, presenciou-se E44, uma das lideranças da Comunidade, buscando informações para dar prosseguimento à escola de informática cujo prédio haviam construído com verbas próprias e algumas doações, e que funcionava apenas com computadores de mesa e sem acesso à Internet. Naquela ocasião (especificamente no ano de 2017), a escola havia fechado porque não conseguia custear despesas, como pagamento da energia elétrica e professor para ministrar aulas, contexto que não se diferencia das demais populações negras. Na sociedade da informação, o acesso às TIC não é uma realidade para todos. Flores e Cavalcante (2011, p. 98-99), embasados pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), sintetizam alguns resultados que apontam para um *apartheid* tecnológico entre brancos e negros:

79,77% da população branca têm acesso a computadores em dissonância com 15,32% de pardos e 2,42% dos negros. Em termos de acesso apenas 4% dos negros têm computadores em casa. O mapa revela ainda que comparado a pessoas indígenas e afro-descendentes, mas com as demais características observáveis idênticas (classe social, escolaridade, etc), a chance de um branco em relação a um não branco de possuir um computador é de 142%. Pode-se considerar, portanto, que no Brasil o analfabetismo digital tem uma aproximação histórica com a questão étnico-racial.

Pesquisas mais recentes baseadas nos resultados do PNAD (2014) destacam que o acesso à Internet ainda continua desigual: 61,5% para brancos e 39,5% para negros (MIELKE, 2017). Logo, baseando-se nessa autora e em Flores e Carvalho (2011), é possível salientar que o uso das TIC no Brasil tem cor e E2 (Mulher, 48 anos) na sua forma simples de se expressar afirma que há faixa etária que separa os usuários e não usuários da Internet na Comunidade:

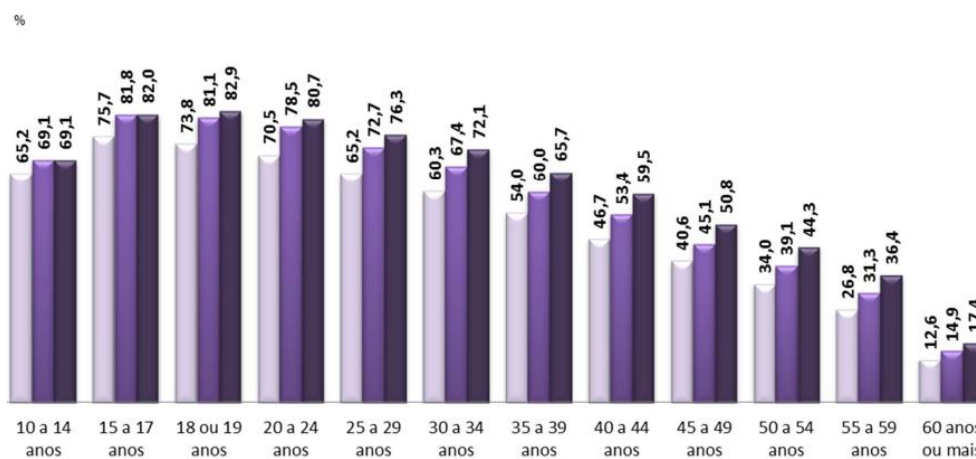
A Internet eu não sei mexer; aliás, essa turma aqui mais velha não sabe mexer na Internet, só o telefone mesmo e tem gente que só sabe mesmo atender, bem como Amaral [esposo, senhor de 73 anos] aqui que só sabe atender, se for para ver uma mensagem, ou ligar ele não sabe. Eu sei mais ou menos [risos]!

Desse modo, o relato de E2 vem ratificar que há limitações de competências e habilidades referentes ao acesso e uso dos recursos tecnológicos de comunicação e informação que impossibilitam sobremaneira os idosos de sanar suas necessidades informacionais utilizando essas novas mídias eletrônicas. É possível também, a partir dos dados, destacar que os usuários da Internet são na sua maioria mulheres (83,33%), na faixa etária entre 17 e 48 anos. Não é só na comunidade que essas características são evidenciadas; no Brasil, os usuários da

Internet também têm idade, gênero, anos de estudo e classe, como pode ser observado nas figuras e quadros a seguir.

Conforme levantamento do IBGE (2016a, p. 48), em 2015, as faixas etárias que mais fizeram uso da Internet foram as de 15 a 24 anos; em contrapartida mesmo com acréscimo quando comparado a 2014, os menores usos ainda são registrados para as pessoas acima de 60 anos. Isto pode ser justificado, em parte, devido à própria dificuldade de uso dos recursos oferecidos pela Internet que em geral ocorre entre as pessoas da terceira idade, sendo corroborado tanto pelos dados do grupo investigado, como em âmbito nacional com estatísticas do IBGE (2018).

Figura 2 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade - 2013-2015



Fonte: IBGE (2016a, p. 48).

As pessoas da classe A e B são as que mais acessaram a Internet, ao passo que os que menos utilizaram esses serviços estão nas camadas D e E:

Quadro 3 - Classe social

Classe	Percentual
A	95%
B	82%
C	57%
D/E	28%

Fonte: BRASIL (2016a).

O Quadro 3 apresenta proporcionalidade nos usos, impactada pelo grupo de pessoas pertencentes a uma classe de maior poder aquisitivo. De acordo com o IBGE (2016a), as

pessoas que ganham mais de 10 salários-mínimos chegam a ser 92,1% dos que acessaram a Internet e apenas 32,7% das com renda menor que $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo dispõem desse acesso, dados que se assemelham aos resultados alcançados nesta investigação.

No quesito gênero, as mulheres realizaram mais acesso à Internet em relação aos homens, conforme evidencia o IBGE (2016a):

Quadro 4- Gênero

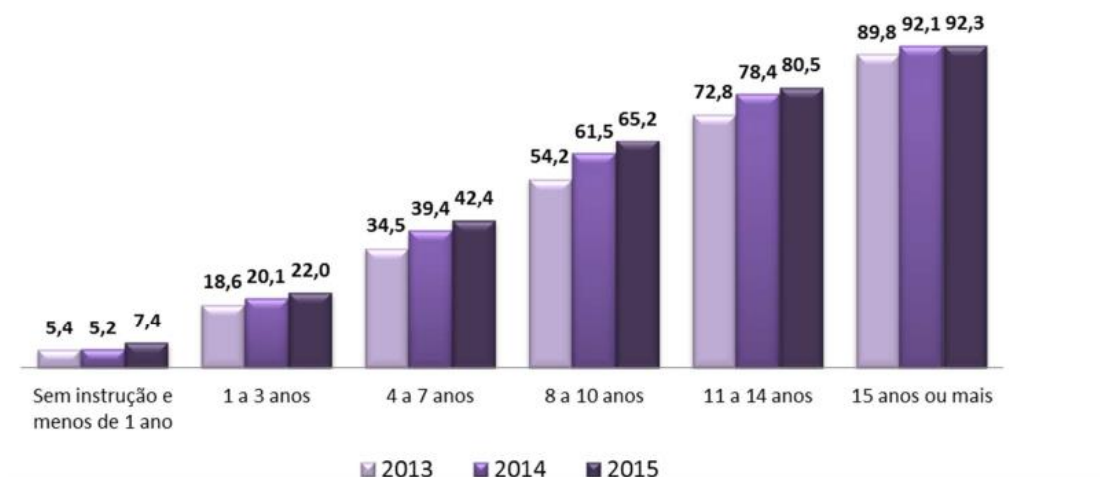
Gênero	Percentual
Homens	56,8%
Mulheres	58%

Fonte: Adaptado do IBGE (2016a, p. 48).

Ainda que seja um percentual ligeiramente superior para as mulheres (Quadro 4), estes dados se distinguem da realidade internacional, a qual apresenta os homens sempre como os maiores usuários da Internet, consoante a International Telecommunication Union (ITU) (2016). Esses resultados se contrapõem aos dados da Comunidade, tendo em vista que as mulheres são mais usuárias que os homens. Infere-se que essa constatação está diretamente relacionada com o papel de liderança ocupado por elas, considerando a constante busca por ferramentas que lhes propiciem informações necessárias para resolução das demandas informacionais da localidade.

A escolaridade é outro item que influencia diretamente na utilização da Internet: mais anos de estudos superiores correspondem a mais possibilidades de acesso. Segundo o IBGE (2016a), chegou a 92,3% o acesso para aqueles que possuem 15 anos ou mais de estudos, ao passo que somente 7,4% das pessoas com menos de um ano de instrução acessaram a Internet. As estatísticas do IBGE (2016a) também reforçam os resultados obtidos no presente estudo.

Figura 3 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de anos de estudo – 2013-2015



Fonte: IBGE (2016a, p. 49)

No que tange aos serviços mais usados, conforme coleta de dados, são as redes sociais (Whatsapp e Facebook). O Whatsapp é usado para troca de informações entre parentes e amigos residentes fora da Comunidade, já o Facebook mencionam ser um espaço onde se informam sobre temáticas variadas.

Ao buscar ampliar a investigação dos itamatatienses sobre o uso das redes sociais, realizou-se observação entre os dias 16 e 17 de fevereiro de 2017, das 20h às 22h, nas postagens do Facebook de alguns moradores, constatando-se que essa rede era usada demasiadamente para compartilhamento de fotos pessoais e dos familiares, mostrando-se mais como espaço de espetacularização da imagem pessoal do que ambiente de compartilhamento informacional. Por outro lado, a ferramenta mencionada promove a elevação da autoestima, visto que, em situações anteriores, era comum estereótipos que evidenciavam sinais de discriminação racial para com os moradores do local. Observou-se nesse contexto que após a postagem de cada foto era comum comentários que ressaltavam a beleza feminina.

Os usos das redes, conforme os depoentes são adotados com fins variados. Entretanto, há uma predominância desses usos, voltada, sobretudo, para comunicação interpessoal e obtenção de informação de parentes e amigos, que pode ser observado no relato de E36:

[...] E na Internet **eu uso só o zap e o face!** E36 (Mulher, 38 anos, grifo nosso)

No entanto, um grupo menor, constituído por E31, E28 e E35, sinaliza o uso da Internet para além dos anteriormente assinalados, adotando a Internet com finalidades de pesquisas,

quando as TIC atuam como contribuição para o atendimento de necessidades informacionais. Nessa direção, apresenta-se a fala de E31:

A Internet eu uso muito para pesquisar sobre saúde. Uso bastante o facebook para ver as notícias e o whatsapp para conversa com os amigos mesmo. E31 (Mulher, 23 anos, grifo nosso)

E28 é o único dentre os entrevistados que ressalta a potencialidade do Facebook como veículo de obtenção de informação, assim como destaca suas etapas para busca e aquisição de informações em formato diferente do textual, incluindo vídeo, imagem e som:

Facebook, whatsapp é mais para conversa, mas o facebook é o mais importante que tem pra gente se informar. No zap é mais para conversa, só entre amigos de grupo; já o facebook informa um monte de coisas por isso me informo mais por ele. **Mas uso muito o google, gosto muito de assistir vídeos do youtube também, coloco as palavras lá que quero e depois faço a busca.** Outro dia o professor falou de uma coisa de Física e fui procurar, puxa, aprendi, foi bem interessante e me ajudou muito a entender melhor! E28 (Homem, 17 anos, grifo nosso)

E35 apresenta conhecimentos relativos à distinção de buscadores na Internet para realização de suas pesquisas e atendimento de suas necessidades informacionais.

A Internet hoje é onde eu mais pego informação; de tudo que eu preciso eu coloco lá, aí eu pego e leio! **Busco no google [fala como se lê], mas mais no Opera Mini!** E35 (Mulher, 17 anos, grifo nosso)

E35 esclarece a terminologia Opera Mini que é: “[...] tipo um google, só que é diferente, mas lançaram a pouco tempo, ele é mais novo do que o google! [...]” E35 (Mulher, 17 anos).

A informante especifica ainda sua preferência de pesquisa:

[...] Eu pesquiso na Internet que é o meio mais onde busco informação, assim eu tenho uma coisa pra estudar! Eu gosto muito de literatura, aí eu pesquiso por autor: Oswald de Andrade, Carlos Drummon de Andrade!

Eu uso o whatsapp para falar com meus tio e tia que moro em São Luís, Rio de Janeiro e converso com meus amigos. E35 (Mulher, 17 anos)

Na pesquisa realizada por Jesus, Jesus e Silva (2012) sobre TIC, na Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra (Arraias-TO), eles enfatizam que os usos do computador têm se voltado para atividades comunicativas, de interação, mas também de produção do conhecimento, em que essas tecnologias (skype, e-mail, dentre outras) têm sido adotadas para melhoria do acesso dos sujeitos sociais a processos informacionais que facilitam o acesso ao conhecimento, dentro e fora da localidade. Na Comunidade de Itamatatuiá, de modo geral, os dados revelam usos da Internet ainda limitados, não só por falta de infraestrutura tecnológica e de comunicação, mas também pela subutilização de fontes informacionais que esse canal

dispõe, que poderiam ser melhorados pelo desenvolvimento de habilidades para acesso e uso das informações que potencializem qualidade de vida para essa população.

Percebe-se, nesse espaço, portanto, que o profissional da informação poderia contribuir para desenvolvimento de competências informacionais que potencializem a exploração de fontes, como *sites*, blogs, repositórios, banco de dados sobre comunidades quilombolas e outras temáticas que contemplem suas necessidades informacionais, visto que tem havido uma produção de literatura intensa nos diferentes espaços da *Word Wide Web* que pode ser usada como insumo para construção de redes informacionais entre jovens dessas localidades com o compartilhamento de informações que já vem ocorrendo em encontros presenciais com jovens senhoras.

O **rádio**, por sua vez, foi citado por 24,44% (11) dos entrevistados como recurso onde buscam informação. O tempo de uso pelos itamatatiuenses variou entre 1 a 4 horas. As faixas ouvidas por eles foram AM e FM, Programas como *Galinho*, da Rádio Educadora FM que foi acompanhado por 27,27% deles; essas rádios divulgam informações políticas, sobremaneira, para parentes interessados nas realizações do vereador do município de Alcântara/MA, residente na Comunidade, observe fala de E5:

Eu gosto de escutar o Programa do Galinho porque eles dão os recadinho, dizem os Projetos de Ribinha que tá fazendo; virgem, eu e criança, a gente tudinho ouvi, é assim, de manhã cedinho; aí a gente fica sabendo dessas informações! E5 (Mulher, 65 anos)

E5 evidencia um dos usos comumente ofertados pelas emissoras de radiodifusão sonoras em áreas carentes que é a divulgação de informações partidárias. Frequentemente, são proprietários os políticos que fazem desses espaços veículos cotidianos de campanhas eleitorais. Em 2016, segundo a Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (2016), o rádio teve papel fundamental na definição dos votos para prefeitos e vereadores e também na cobertura das eleições, que ultrapassou inclusive a televisão.

Os demais entrevistados destacaram Programas promovidos por radiodifusão, tais como *Experiência de Deus* com Padre Reginaldo Manzotti e *Gotas de Esperança* da Rádio Educadora FM, *A Voz do Brasil*, *Rede Nacional*; *Jornal Tribuna Popular*, da Rádio Pericumã FM, do município vizinho, Pinheiro. Observe as palavras de E2, E21, E39 e E44:

De primeiro que não tinha a televisão, não tinha telefone, era só o rádio, né? A gente quando sabia das coisas era pelo rádio, aí eles (locutores) diziam: vamos mandar um aviso para as pessoas, aí a gente ficava ligado naquilo lá, é um aviso, é uma informação! (Mulher, 48 anos)

Aí eu escuto já no rádio: ah, vai inaugurar a rodoviária de Pinheiro [Rádio Pericumã FM, município de Pinheiro/MA]. Aí, eu acredito que a informação são essas coisas: tudo que a gente ouve. E21 (Homem, 59 anos)

Eu tenho um raidinho [usa muito a FM] que passa à noite ligado (rsrsr) e eu me informo é muito. E39 (Mulher, 34 anos)

[...] com o radinho eu sei de tanta coisa (risos), todo dia eu boto de manhã, 5h30min! E44 (Mulher, 64 anos)

Embalados pelo som do rádio, esses entrevistados buscam informação por essa fonte. Dentre os fatores que possibilitam o rádio ser, muitas vezes, a única fonte a levar informação para diferentes regiões geográficas, econômicas ou culturais está à capacidade que o sujeito tem de captar e reter a informação ouvida e, simultaneamente, realizar outras atividades, assim como, dispensar pré-requisitos como a alfabetização do ouvinte, geralmente condição das pessoas da zona rural (GAMEIRO; GAMEIRO; KLAFKE, 2008).

Os dados revelaram que 33,33% (15) dentre os 45 entrevistados afirmaram possuir o aparelho eletrônico rádio. Esse percentual se mostrou superior aos que o mencionaram como fonte de informação. As falas exemplificam como o rádio, mesmo estando em algumas casas vem caindo em desuso ou sendo substituído por novas fontes para atendimento de necessidades informacionais pelos itamatatiuenses:

Utilizo o rádio, mas é pouco, e até acredito que o rádio aqui é muito pouco usado mesmo! E31 (Mulher, 23 anos)

O rádio eu uso mais pouco! E33 (Homem, 54 anos)

[...] até porque como já disse Mario, a televisão hoje é mais fácil a gente ter que o rádio! E26 (Mulher, 51 anos)

Esse fenômeno vem ocorrendo devido à priorização pela aquisição de televisores já que agrega imagem e som, mas também porque alguns fazem uso do rádio pelo celular. No cenário nacional, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM), 2015, sobre hábitos de informação dos brasileiros, o rádio aparece em terceiro lugar, com (7%), seguido da televisão (63%) e da Internet (26%) como meio de comunicação (fonte) mais utilizadas para obtenção de suas informações (BRASIL, 2016b).

Dentre os investigados que utilizam o rádio como fonte de informação, 63,63% foram mulheres, com a média de 37 anos. Nenhuma das rádios citadas pelos itamatatiuenses é do município, mas sim de áreas urbanas, e são predominantemente privadas. Isto se reflete na qualidade e no tipo de informações que, em sua maioria, não atendem as necessidades específicas da Comunidade e acabam funcionando bem mais como veículos de entretenimento que informativo. Assim, a informação difundida nessas programações não auxiliam na

construção de sujeitos mais conscientes nas questões políticas e sociais que os circundam. Vê-se como solução para essa problemática a rádio comunitária já que

[...] transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local, não tem fins lucrativos, contribui para ampliar a cidadania, democratizar a informação, melhorar a educação informal e o nível cultural dos receptores sobre temas diretamente relacionados às suas vidas (ALMEIDA; NEULS; GUINDANI, 2009, p. 7)

Contudo, a situação requer políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento desses projetos para que possam ouvir na sua voz, a partir da experiência da administração da própria comunidade, as informações de que necessitam para o fortalecimento e a autonomia do grupo.

Outra fonte salientada foi o **telefone**, usado na Comunidade com predominância para obtenção de informações sobre familiares e amigos residentes fora da localidade, mencionado por 51,11% dos 45 entrevistados. Em 2000, foi instalado o primeiro telefone público da comunidade, um “orelhão” que nos domingos provocava a formação de extensas filas para obter informações de familiares que estivessem morando distante de Tamata. Atualmente, 46,67% (21) do universo investigado possui telefone fixo e 42,22% dispõem de celular. Observe falas dos itamatatiuenses que concebem o telefone como fonte informacional:

Se a gente quiser tomar uma informação de uma coisa mais longe, a gente faz a ligação! Aí, o telefone é pra um filho, uma pessoa conhecida, muitas das vezes um colega chega e diz tá acontecendo assim, assim, no caso de São Luís. Eu não soube diretamente do colega como esse caso que tá acontecendo [falecimento de um jovem da comunidade em uma cidade vizinha, dia anterior por afogamento], a gente tá sabendo de boca dos outro, aí a gente liga e sabe da resposta. Tem vezes que o celular tá funcionando bacana, mas muitas vezes que não tá! Com o celular é mais rápido, por exemplo, eu ligo, ele passa aqui na porta eu dialogo com ele, ele já dialoga com o outro. E26 (Mulher, 51 anos)

[...] o celular é mais para buscar informação da família que está longe, dos que foro morar longe, assim a gente conversa; já tem um negócio [apontou para o telefone, fazendo o gesto e surpresa] que a gente fala e vê ao mesmo tempo [risos] a pessoa que tá lá em São Paulo, é a gente falando e olhando aqui! ... é ima, imo? E36 (Mulher, 38 anos)

[...] com o telefone a gente sabe de qualquer jeito das informações, ainda mais pra quem tem parente fora, longe como eu! Meus irmãos moro quase tudinho fora! E39 (Mulher, 34 anos)

[...] Lá em casa eu sou assim, quando eu quero tomar uma informação de qualquer coisa, assim, tirar uma dúvida minha, é com Maria, aí eu digo: aê alô Maria, aí eu digo isso, assim, assim, aí ela diz: não, mamãe, de tarde, eu vou lá! Aí ela vem, nós conversa! Eu gosto muito, eu gosto muito das minhas informações, virgem, de tomar minhas informações, tirar minhas dúvidas! E45 (Mulher, 66 anos).

Campello (1998) afirma que o telefone é uma fonte de fácil uso e por isso bastante adotada. Entretanto, na Comunidade, 26,67% dentre os inquiridos não dispõem de aparelho telefônico quer fixo ou móvel, em alguns casos estes fazem uso de vizinhos, como afirma E9:

Eu às vezes me dirijo para a casa de um vizinho e como tu sabe eu não tenho telefone, então sempre quando quero ligar ou receber uma ligação também vou na casa de um vizinho¹³⁵, bem como agora queria saber informação de minha filha, todo final de semana a gente se fala, mas é assim, ela liga, diz pra D. Maria e ela manda me chamar! (Mulher, 43 anos)

O relato da participante demonstra que esse bem de consumo ainda é pouco acessível para as comunidades de baixo poder aquisitivo, muito embora tenha ocorrido a expansão da rede telefônica nas grandes cidades e do número de usuários, nas localidades do interior. Dentre aqueles que os possuem na Comunidade, percebe-se que o uso desse veículo de comunicação é mais voltado para repassar breves recados ou recebimento de ligação, tendo em vista que nem sempre conseguem efetuar créditos regularmente. Além dos impedimentos financeiros, os serviços ainda são ineficazes devido à precária infraestrutura que os impossibilitam por dias usar esses aparelhos, conforme ressalta E26, E38 e E44:

Muitas vezes o celular não está funcionando, aí eu vou na casa de D. Neide, D. Irene porque elas pego muita informação andando por aí tudo, entendeu? (Mulher, 51 anos)

[...] o telefone é pra alguém da família que tá fora, liga pra cá, **a gente liga também quando tem o crédito!** (Mulher, 28 anos)

O telefone eu pouco utilizo, só mais para receber uma ligação, e às vezes quando eu tenho muita precisão de alguma coisa, mais eu recebo do que ligo mesmo! (Mulher, 64 anos)

Em campo, mesmo buscando os pontos na localidade que recebiam sinal, consoante os moradores, os serviços de telefonia móvel mostraram-se indisponíveis no período de permanência na Comunidade e, em inúmeras ocasiões, os fixos também se apresentavam inoperantes.

Em junho de 2012, foi realizado um leilão pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) que repartiu entre as operadoras brasileiras a frequência de 450 MHz, objetivando atender as áreas rurais do País, com a pretensão de solucionar em, no máximo, três anos, a contar dessa data, os problemas recorrentes a populações dessas áreas, como o “[...] pendurar-se em cercas ou subir em árvores para captar sinal de celular” (CILO, 2012, online). Ledo

¹³⁵ Não tem telefone em casa, vai à casa de D. Cabeça para ligar e receber ligação da filha que mora em Alcântara, com a tia.

engano, passados quase cinco anos nem com estas estratégias¹³⁶ o sinal de operadora telefônica chega à área itamatatiuense.

Há também relatos de idosos que não concebem o telefone e tampouco a televisão como fonte de informação, a exemplo, E41:

Eu acho que as crianças assim com esse celular nas mãos estão aprendendo só besteira, bem como isso aí! [os netos estavam sentados, (entre 10h e 11h), assistindo desenho, na Rede Globo]. Essa televisão, negócio de desenho, aqueles bando de coisa feia que parece na televisão, tem umas coisas que eles boto aí que eu fico é braba [filme]. (Mulher, 87 anos)

A **televisão** foi destacada por 60% dos moradores como recurso informacional. Dos 45 entrevistados apenas três não possuíam, sendo que um destes aparelhos estava danificado há pelo menos dois dias. Conforme Bretas (2005), a TV faz parte de um complexo institucionalizado ao qual integram o rádio e outros meios de comunicação e é composta por três papéis, inúmeras vezes indissociáveis, que contemplam a função informativa, formadora e de entretenimento. A função informativa pauta-se na “busca e divulgação de notícias”; a formadora dá destaque para as “possibilidades educativas”; e a de entretenimento destina-se à “veiculação de conteúdos voltados para o lazer e preenchimento do tempo livre da audiência.” (BRETAS, 2005, p. 89). Desse modo, por agregar essas funções, invade os espaços privados brasileiros e ganha destaque, sobretudo, contemporaneamente. Os dados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 - Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira, encomendada pela Secretaria de Comunicação Social do Governo, mostrou que quase 90% dos brasileiros se informam pela televisão sobre o que acontece no país, sendo que 63% têm na TV o principal meio de informação, com frequência diária de 3 a 4 horas. (TV..., 2017)

Presente desde 2000 nos lares itamatatiuenses, observou-se que a televisão assume um espaço relevante nesse núcleo coletivo, seduzindo crianças e adultos, tanto com propósito informativo quanto de entretenimento, assim como a função formativa, confirmando a relação desta realidade com a da pesquisa supracitada. Em 2006, a média diária de uso da televisão pelas crianças da localidade, de 5 a 15 anos, já era de 4 horas diárias; os idosos, devido às lidas com o trabalho, tinham o tempo bem inferior, com no máximo uma hora (SANTOS, 2007). Na pesquisa de campo, verificou-se que há um forte uso desse aparelho como veículo informativo pelos adultos, percepção que pode ser constatada nas palavras dos partícipes:

Quando eu quero uma informação eu presto atenção na televisão E17 (Mulher, 29 anos)

¹³⁶ A pesquisadora foi informada que não conseguiria efetuar ligações porque o aparelho era Nokia. Esta marca não funciona na localidade.

Pela televisão eu assisto as coisas do Maranhão, do mundo, do Rio e de São Paulo, Brasília. Aí a gente fica sabendo de tudo que está se passando, dos problemas tudinho! Quando eu preciso de alguma informação eu vejo que uma pessoa daqui pode tirar, eu vou atrás dela; se não for, eu procuro a televisão, então é a televisão ou alguém daqui mesmo! E3 (Homem, 73 anos)

A televisão eu assisto mais os jornais, Bom dia Mirante, Jornal do Maranhão, o Jornal Nacional, muitas das informações é através das reportagens, eu fico sabendo do que tá acontecendo no mundo; os programas de Fátima Bernardes, Ana Maria Braga para mim buscar alguma informação. E33 (Homem, 54 anos)

[...] eu gosto de assistir televisão pra garrar as informação, um tal de Hora 1 [Tv Globo], eu vejo o que acontece no Brasil e no mundo. E19 (Mulher, 70 anos)

Muitas vezes eu assisto jornais, só hoje já assisti três [...] Uma informação hoje que eu não tava buscando, mas que é muito importante, de São Luís, foram às chuvas e outra coisa foi a Caixa Econômica que tem uma pessoa lá que finge ajudar a gente e na hora assim de um depósito ela troca os envelope e fica com o que tem dinheiro, virgem, minha nossa, está horrível! E24 (Mulher, 35 anos)

A televisão a gente liga, tá assistindo quando pensa que não tá sabendo de uma informação que não sabia, através dela já passa para o colega que não assistiu, até porque como já disse Mario, a televisão hoje é mais fácil a gente ter que o rádio! E26 (Mulher, 51 anos)

A televisão, portanto, é a fonte que os coloca conectados com as informações do Brasil e do mundo, assumindo seu papel informativo, mas também formativo quando os auxilia na resolução de problemas cotidianos e nos cuidados necessários para o tratamento de doenças como diabetes:

[...] na televisão eu gosto é muito do Mirante Rural, eu aprendi uma informação pro cajueiro que eu tenho todinho rachado; aí eles ensinam pra garrar o enxofre desmanchar e polvilhar no cajueiro todinho, aí eu tô deixando ir pra Pinheiro para mim comprar o enxofre pra botar! Outra coisa que eu aprendi nestes dias também que a criação da galinha, que não precisa só de comprar milho, é casca da banana, a folha da macaxeira, é o que a gente tem, tudo que a gente tem ela come; a folha da couve, eu boto é muito! E44 (Mulher, 64 anos)

Outro dia eu garrei uma informação, na televisão, que dizia que pra quem tem diabetes a pessoa tem que comer bastante laranja, maçã e verduras pra ir ajudando, aí mando comprar em Bequimão porque quando ela tá alta fica dando aquelas crise, ela mexe com tudo mesmo!

Ahhh, a televisão é bom porque às vezes as pessoas garra muita informação de certas doença, hipertensão tem que tomar remédio todo dia, duas vezes no dia! Aí eu fico observando, pesquiso sobre saúde porque eles ensino sobre remédio, remédio tal é bom; eles mandô a gente fazer umas caminhadinha porque eu também já sou idosa preciso amolecer as junta! Eu faço de manhã bem cedinho por aí, mas agora tem muita praga, eu não tô fazendo! [risos] E11 (Mulher, 68 anos)

Apesar dessa constatação, alguns desconfiam da credibilidade desse aparelho, a exemplo de E39, ao dizer que “na televisão eu quase não assisto, tem informação que é verdade, mas a maior parte é mentira!”. Possivelmente, essa observação decorre da compreensão da participante quanto à imparcialidade, à falta de ética tão comum nos meios de comunicação de

massa, que se vale de qualquer programa ou criação para atrair a atenção dos telespectadores, sem compromisso com a formação educativa dos cidadãos, sobressaindo a busca pela audiência a qualquer custo.

Percebe-se que há preferência por alguns programas de determinadas emissoras, especialmente daquelas que possuem maior cobertura, em virtude da amplitude tecnológica dessas empresas. Cabe ainda destacar que durante a permanência na Comunidade, observou-se a transmissão de novelas antigas (reprises) com conteúdos que remetem à escravidão negra no Brasil, o que pode denotar uma identificação entre a ficção televisiva com a realidade vivenciada.

Na fala dos itamatatiuenses se evidenciam também barreiras cognitivas que interferem no entendimento e compreensão das mensagens:

Assisto a televisão, mas tem coisa que eu não entendo. Gosto de assistir a novela Boquinha de Anjo [correção Carinha de Anjo, do Sbt] com meu neto. E22 (Mulher, 60 anos)

As vezes a gente vê uma informação na televisão, mas a gente não coisa [entende]. Não vê ou, entossi, não entendi (rssrsr), aí já vou perguntando na casa do vizinho, Nazaré, Maria dos Santos... E14 (Mulher, 65 anos)

Eu busco muita informação na televisão, mas ... assim como esse caso de Dilma, a gente vê uma coisa na televisão, uns diz é verdade, outros diz não; aí que na verdade, eu não sei, não intendi ainda porque uns julga de um jeito e outros de outro, eu não sei! E40 (Mulher, 27 anos)

As dificuldades de entendimento relatadas podem estar atreladas à forma como essas mensagens são veiculadas: fragmentadas e resumidas para caber no tempo da grade da programação, dissociadas da realidade dos receptores e, por sua vez, eivadas de parcialidade e ainda das limitações que o analfabetismo acarreta nos sujeitos cognoscentes. Bucci (2000) destaca que é evidente a expansão da indústria televisiva e sua influência no cotidiano das populações, mas isto não resulta em ajuda para o desenvolvimento desse contexto. Ele acredita que ela traz um processo inverso, já que “[...] a importância da televisão numa sociedade, atualmente, é diretamente proporcional às taxas de analfabetismo e de subdesenvolvimento. A influência do veículo tende a ser maior na pobreza do que na riqueza [...]” (BUCCI, 2000, p.15).

Cabe salientar que a quantidade de informação repassada por essas fontes não significa tratar-se de obtenção de informação de qualidade e confiável. Para Lima (2006), as informações disseminadas na televisão tampouco auxiliarão na resolução de questões individuais e sociais de uma comunidade. Esse mesmo autor ainda menciona que

[...] Os instrumentos de comunicação da informação disponíveis para as comunidades (televisão e rádio) permitem aos cidadãos permear-se com a

informação, mas não criam a liberdade de informação, pois tais instrumentos convivem e realçam o sistema econômico e político. (LIMA, 2006, p. 53).

Assim, são esses meios (rádio e tv) que estão ao alcance das comunidades carentes e, em especial, da comunidade foco desta investigação e apesar de levarem informações mundiais, estas são frequentemente desconexas em relação àquelas que necessitam para sair da exclusão e, conseqüentemente, conduzi-las ao processo de autonomia, empoderamento e liberdade pautada pelo alcance da necessidade informacional local.

É válido mencionar que, se por um lado, essas fontes são importantes para obtenção de informações utilitárias, por outro, impactam com ideologias que reforçam exclusões sociais e muitas vezes se contrapõem aos valores inerentes ao contexto da comunidade local.

As **reuniões**, consideradas fontes de informação por 60% dos 45 entrevistados, são atividade que, segundo Boff (2016), podem ser vistas como uma excelente oportunidade de se conseguir informações não conhecidas e que servem de subsídios para tomada de decisão. Nesse sentido, os participantes revelaram que essas são demandadas em sua maioria pela Associação, onde são discutidas temáticas diversas, desde questões referentes à posse da terra a programas sociais. Elas sempre tiveram destaque na organização coletiva e política dos itamatatiuenses, sendo que algumas são conduzidas pelos líderes locais, outros por membros externos/de órgãos governamentais convidados ou que para lá se direcionam com a finalidade de repassar informações. E8, E10, E34, E37 e E39, destacam:

[...] eu gosto muito de reuniões porque a gente aprende muita coisa, troca muitas experiências! A gente sempre tinha reunião entre si mesmo, negócio da terra, sobre a Igreja, sempre tivemos muitas reuniões entre a gente. [...] (Mulher, 67 anos)

Eu vou é muito nas reuniões! Às vezes, Neide me manda é muito recado e não me dão, mas quando eu recebo, eu vou é mesmo, fico calada, tem é muita gente que fica, mas eu só vou pegando, escutando as informações! (Mulher, 54 anos)

Assim, a gente mora aqui nessa terra, às vezes tem reunião que me faz eu ir para mim saber o que tá se tratando, aí eu digo eu tenho que ir lá para me saber o que tá acontecendo porque em casa eu não sei; aí eu indo nas reuniões com as pessoa, aí eu tô sabendo de um, de outro, escutando um, escutando doutro para saber a informação, aí isso me toca pra mim ir! (Mulher, 68 anos)

[...] nas reuniões, eu gosto de participar também, de saber o que que tá acontecendo. Às vez a gente vai numa reunião e pergunto: tu tá sabendo que tá acontecendo isso, isso? Eu digo: não, por isso que eu vim participar da reunião! (Mulher, 51 anos)

Na reunião é melhor porque vem gente de fora e traz muita informação. Agora mesmo teve uma reunião, negócio de terra porque tem muita coisa que a gente não sabe: marcação de terra, por onde é, por onde não é; o direito que a gente tem, que a gente não tem, isso aí é uma informação! (Mulher, 34 anos)

As reuniões externas à Comunidade, em âmbito regional e nacional, vêm auxiliando na construção de uma rede informacional que tem contribuído para o empoderamento dos moradores itamatatiuenses, pois à medida que eles se movimentam vão compartilhando e trocando experiências que os têm fortalecido, conforme assevera E8:

A gente também sempre faz um convite para uma reunião, aquela que tem competência para ajudar a gente, aí as pessoas vejo o esforço da gente, aí se interessam e quando pensa que não já veio; já tão chamando a gente pra viajar, cada dia vai 2 pessoas, a gente já andemo por aí tudo, se não fosse assim eu não conhecia Brasília e Rio de Janeiro e em todos os lugares por aí e quanto mais a gente se movimenta, mais a gente vai tendo conhecimento, vai convocando aqueles órgãos competentes mesmo! Hunhun. E com isso a gente vai buscando mais conhecimento, trocando informação com outras comunidades, a gente vai se orientando mais porque não é só eles que ensino a gente, a gente também ensina eles! E aí a gente troca de ideia, a gente leva o conhecimento daqui, eles passo o deles! Aí a gente vai garrando informação de cada um deles e eles da gente e assim o barco vai tocando pra frente. E8 (Mulher, 67 anos).

A fala de E8 remete à reflexão de Almeida Júnior (2009, p. 96), quando destaca que “[...] não há conhecimento no isolamento, ao contrário, ele se constrói na relação com o mundo, com os outros homens [...]” A construção do conhecimento por essas mulheres têm sido um processo de compartilhamento, o qual remete à própria história identitária desses grupos, baseada no uso comum em que a sobrevivência é remodelada pela solidariedade, no compartilhar com os vizinhos e companheiros, bens tangíveis e intangíveis que os possibilita um modo peculiar de enfrentamento da vida. Davenport e Pruzak (1998) destacam que o compartilhamento possibilita a troca ativa de informações, motivando o aprendizado e a construção do conhecimento.

Outro momento em que as reuniões externas funcionam como fonte informacional é destacado por E42 (homem, 64 anos), primo das líderes da Comunidade, explicando como busca as informações com atores externos em reuniões para as lutas políticas:

Eu sinto falta dessas informações e fico procurando Borjão pra saber que dia tem uma reunião, é assim! Eu garro essas informações é com Borges, Ivo, Orício e Socorro, essas pessoas que vão me informando, olha, tu tem que fazer isso, isso aqui! Às vezes eu tô numa reunião aí eles tão falando aquilo e dá pra mim responder logo, [eles dizem] vai responde que agora é a tua vez e, com isso, eu fui aprendendo essas informações com eles! Domingos Dutra também me ensinou muita informação e foi me dando diversas informação e com isso me engajei com eles e vivo enganjado com eles e toda reunião que tem pra mim poder me informar, pra eu informar pra minha Comunidade. E42 (Homem, 64 anos)

Como se observa no depoimento, as relações que se estabelecem nas reuniões propiciam o compartilhamento das informações, gerando novos saberes que, no caso específico desses participantes, selecionam as fontes para orientação e fortalecimento social e político da

localidade para lutas que travam diante da sobrevivência e dos direitos coletivos, tal como a titulação das terras. Vale destacar que a maioria dos entrevistados, mulheres (93,33%), na faixa etária entre 28 e 70, considera a reunião como fonte para o atendimento de suas necessidades de informação.

As **conversas**, a comunicação estabelecida face a face ou “boca a boca”, como os moradores muitas vezes denominam, foram mencionadas como fonte de informação por unanimidade. Esse resultado corrobora as pesquisas de Grijó (2010) e Reis (2010) que evidenciaram que a oralidade ainda ocupa espaço de destaque no modo de comunicação desses moradores. Embora haja a presença dos meios eletrônicos intermediando o atendimento de suas necessidades informacionais, o uso da boca para transmissão de conhecimentos por meio da fala ao ouvido são elementos que evidenciam a oralidade, conforme análise de Bortolin (2010).

Vê-se que os entrevistados selecionam as pessoas que poderão sanar suas necessidades informacionais, a partir dos papéis exercidos em detrimento das questões buscadas. A saber, as mulheres líderes tendem a recorrer não só a familiares, vizinhos, mas também a representantes de órgãos públicos que, em geral, são convocados para proferir palestras nas reuniões em função do grau de complexidade exigido pela temática, conforme menciona E43 e E44:

Pra Associação a gente faz reunião e quando está muito difícil, nós chama Borges que trabalha com Direitos Humanos ou chama Ivo que é do CCN [Centro de Cultura Negra do Maranhão]. (Mulher, 68 anos)

Eu gosto muito de tomar informação boca a -boca com as pessoas, conversando com as meninas aqui, com Borges, com Ivo, várias pessoas, ah, eu converso é muito com o povo, com as pessoas para me darem uma orientação. (Mulher, 64 anos)

Na seleção das fontes que serão solicitadas para conversa, há uma tendência em expressar um discurso de inferioridade em relação ao outro, valorizando saberes dos atores externos:

Conversando com as **pessoas que já tem entendimento**, eu tenho que me enserir com as pessoas pra buscar outras informações melhores porque **elas já têm mais conhecimento do que eu!** E32 (Mulher, 48 anos)

Eu gosto de perguntar para quem tem uma **mente mais elevada que a minha**, às vezes eu me apadinho mesmo, às vezes eu fico na minha, quietinha, não estou perguntando, mas fico só na minha aprendendo. E5 (Mulher, 65 anos)

Por outro lado, alguns já têm consciência que nessas conversas há uma troca em que não só se informam e aprendem, mas são atores emissores na produção do conhecimento sobre experiências de resistências e lutas por melhorias de vida, conforme afirma E8:

Eu sempre gosto de ficar conversando com as pessoas, dizendo aquilo que eu sei e também aprendendo, ensinando e aprendendo com meus amigos e amigas, com uma pessoa que eu

vejo que dá para mim ajudar, quando eu vejo que não dá, mas tem sempre alguma coisa de aproveitamento, cada pessoa (Mulher, 67 anos)

Itamatatua é uma comunidade onde os moradores já se habituaram a receber estudantes/pesquisadores em suas residências, interessados pela história do quilombo, seduzidos pela possibilidade de conhecer modos de vida dessa população. Desses diálogos estabelecidos entre entrevistador e entrevistado há troca de informação. Observe as palavras de E34 e E37:

[...] aí a gente pega a informação e já dá pra outro, bem como vocês que quer saber e a gente já tá dando informação e nós também que já vai tomando informações com vocês! (Mulher, 68 anos)

Eu me informo mais conversando com as pessoas, assim eu conversando com a senhora, lá na frente eu converso com outro, aí eu vou me informando! (Mulher, 51 anos)

Todavia, a manutenção das conversas dos itamatatiuenses em sua maioria (80%) se dá por meio do diálogo com familiares (esposa, irmãos, pais e mães) e vizinhos da Comunidade. Mesch e Talmud (2006) destacam que é consensual que a comunicação boca a boca seja altamente utilizada entre pessoas com fortes laços sociais, conforme relatos:

Eu converso com mamãe e com ela aqui [esposa, Luceni]. Eu gosto muito de conversar com Luceni porque ela entendi as coisas mais do que eu. Eu sou mais de conversar com as pessoas, pessoalmente, daqui do que assistindo pela televisão, assim parece que procurando as pessoas eu fico mais firme. Eu gosto de conversar com D. Nedoca¹³⁷ também. E18 (Homem, 38 anos)

Eu vou na casa de um vizinho, vou na casa de outro, dos meus irmãos, no Galpão onde Luísa, Neide, aí vou procurando minhas informações.
E14 (Mulher, 65 anos)

Campello (1998) afirma que uma das características da comunicação oral é que as pessoas tendem a encontrar, pedir conselhos/informações para as que estão próximas (parentes, vizinhos, amigos), já que a lei do menor esforço funciona, especialmente, neste caso, isto é, as pessoas sempre preferem fontes que estejam facilmente disponíveis e que sejam simples de serem utilizadas. Para Saleh e Lasisi (2011), isso ocorre porque essas fontes são consideradas mais seguras.

Portanto, a conversa se mostra com expressiva relevância, visto que é por meio dela que são transmitidos saberes cotidianos, perpassando pelos tradicionais (lendas, narrativas, conhecimentos sobre a Festa da Santa Tereza, produção de cerâmica, cultivo da terra, regras de uso sobre o território) e onde se encontram também as informações para atendimento de

¹³⁷ D. Neide de Jesus.

necessidades básicas, sociais e políticas dos itamatatuenses. A adoção das conversas como fonte não causa surpresa em virtude da facilidade de uso e também do baixo custo aos usuários. Nwagwu e Ajama (2011) afirmam que restrições socioeconômicas, ambientais, juntamente a realidades demográficas justificariam a suposição de que as mulheres recorrem a fontes baratas ou gratuitas e facilmente acessíveis a elas.

As conversas também abrem portas para o provimento da renda através da produção de cerâmica e revelam o lado empreendedor das mulheres itamatatuenses, conforme menciona E44 (Mulher, 64 anos) “pra venda a gente **conversa**, canta, conta uma pilera e com isso a gente consegue vender, faz uma brincadeira, eles gosto é muito!”. Essas conversas em geral acontecem dentro das residências entre familiares, com vizinhos, visitantes/pesquisadores, mas também no Centro de Produção/AMI, local onde recorrem com o propósito de solucionar questões individuais a coletivas, políticas, econômicas, sociais e tradicionais embasadas pelo acesso e uso da informação.

Portanto, dar-se-á destaque a AMI como fonte de informação visto que é o espaço com forte potencial para disseminação das informações capazes de empoderar e fortalecer as mulheres, assim como, os moradores itamatatuenses.

6.2.1 Associação de Mulheres de Itamatatua: espaço de empoderamento

A Associação de Mulheres de Itamatatua (AMI), embora ficando como a quinta fonte mais mencionada (49%) para o atendimento das necessidades informacionais do grupo investigado - seguida pelo telefone (51%), reunião (60%), televisão (78%) e conversa (100%) - pode ser concebida no contexto atual como uma das fontes de informação potenciais na construção da autonomia e empoderamento dessas mulheres. Isto porque é nesse espaço que as mulheres vêm obtendo informações e conhecimentos para enfrentar os desafios que perpassam suas realidades, criando alternativas que facilitem o cotidiano da comunidade, quando poderiam assumir um posicionamento de vitimização.

Na Comunidade, não há sistemas informacionais (bibliotecas, arquivos, museus) que atendam suas necessidades informacionais. Dentre os investigados, apenas 1 mencionou a biblioteca como fonte de informação e 2 disseram conhecê-la, os demais (42) nunca adentraram essa instituição. Logo, é na AMI, entidade criada há 28 anos, conforme destacado na seção

3.2.1, que elas têm interagido com atores externos e buscado informações para conquistas de algumas melhorias no povoado. A organização propiciou conquistas que ultrapassam os ensinamentos deixados por seus ancestrais, conforme o relato de E8:

Antes só com a ajuda da gente nós tinha só mesmo aquilo que os pais da gente ensinava pra gente: era trabalhar na roça, esse negócio de cerâmica; só que depois dessa Associação **a gente já conseguiu mais cursos**, mais desenvolvimento; as coisas a gente já fez com mais facilidade, aí sempre a gente envolve algumas outras pessoas **pra darem umas orientações pra gente**, ajuda de outras comunidades, outros órgãos, a gente desenvolveu foi muito! (Mulher, 67 anos)

Decorrente disto, o Centro de Produção, sede da Associação tornou-se um importante espaço de chegada e acolhida desses sujeitos em Itamatatua: professores, visitantes, antropólogos, guias de turismo, advogados, pesquisadores e outros interessados na história do quilombo, das louças e das artesãs itamatatiuenses (NORONHA, 2015). Nesse encontro, eles se deparam com mulheres detentoras de um legado expresso no seu modo de vida transmitido pela oralidade. Mulheres que afirmam já terem adquirido bens materiais, a exemplo de vestuário e adereços que enfeitam a beleza feminina, provimento familiar, destacado pelo orgulho da criação de filhos e netos, com a produção da cerâmica. Portanto, esse local, que funciona como o centro de trabalho das ceramistas, é também ponto de intercâmbio informacional de atores externos e itamatatiuenses.

As interações ocorridas nesse ambiente possibilitaram o desenvolvimento de habilidades que resultaram em autoconfiança para lidar com o público interessado em suas histórias, apresentar o quilombo e negociar a venda da produção de cerâmica, conforme afirma E44:

[...] Antigamente, eu mesma era uma, não sabia de nada, quando chegava alguém de fora eu procurava até me esconder, com medo assim de encarar, agora não, eu gosto porque aquelas pessoas vão orientando mais a gente, vão esclarecendo o que acontece mais pra gente! (Mulher, 64 anos)

E44 é coordenadora do CPC e considerada como aquela que agrupa as qualificações para apresentar à Comunidade, lidar com os preparativos para o recebimento dos turistas e muitas vezes abrigando pesquisadores em sua residência.

Por conseguinte, no Centro não trabalham apenas o barro para confecção da cerâmica, um ofício pesado, mas, ao mesmo tempo, contam histórias em clima leve, descontraído, regado a conversas e risos frouxos, onde os causos são contados e os acontecimentos são compartilhados. Nesses diálogos, há trocas informacionais entre os que chegam e as mulheres que buscam o sustento oriundo do artesanato, conforme destaca E45:

Eles faço é muita entrevista aqui, aí uns dizem D. Maria é como isso assim, assim? E eu digo vocês vão me explicar primeiro pra eu poder explicar, aí nós com aquela molecagem, brincadeira, fica informado e eles também rsrs! (Mulher, 66 anos)

E45 é uma das poucas artesãs que diariamente dá vida à tradição na feitura das louças no Centro de Produção. As trocas informacionais ocorridas no Centro permitem a conscientização para novos saberes, o que demanda novas informações e conseqüentemente novas buscas informacionais, colaborando na ampliação de aprendizados, conforme explicitado na fala de E44:

Na comunidade a gente começa a buscar essa informação é quando a gente se reúne na Associação e também quando vem alguém de fora e informa algumas coisa pra gente que a gente não sabe. Eu gosto muito disso porque a gente já aprendeu muitas coisas. (Mulher, 64 anos)

A partir dos conhecimentos oriundos desses encontros, as artesãs já participaram de cursos em diversas áreas (cerâmica, costura, agricultura), focados no desenvolvimento econômico, promovidos por entidades públicas e privadas (Universidade Federal do Maranhão, SEBRAE). Nesse sentido, destaca-se o curso realizado pelo SEBRAE que as habilitaram na confecção de bonecas, atividade que ampliou a renda das partícipes. De acordo com E2, essa atividade, inspirada nas antigas ceramistas da Comunidade, são as peças mais vendidas (Foto 43):

Foto 43 – Bonecas



Fonte: Dados da pesquisa

A comercialização da referida produção, resultante dos cursos promovidos pelos professores, ocorre muitas vezes nos ambientes de feira de artesanato, alternativa viável para escoamento dessa produção em municípios próximos, conforme salienta a coordenadora do Centro:

Às vezes vem é muitos professores da universidade que vem para cá, eles dão é muita ajuda pra gente, aí através deles têm pessoas que já levou nós pra fazer feira de Pinheiro. Aí sempre que vem professora, eu participo de cursos...Tem uma professora [Margarida], ela trabalha e dá muitos cursos pros produtores da baixada (Guimarães, Pinheiro), aí lá a gente vai se informando, sei que ela é assistente social; aí sempre a gente tá indo nesses cursos dela, por lá a gente vai se informando das coisas porque lá ela dá aquelas informações para formar a feira dos produtores da Baixada para vender. A gente ainda não fez [venda no Ramal], mas aí pra baixada eles vendem muito na beira, não só de cerâmica, mas de agricultura. Porque eu já tentei buscar ajuda nas prefeituras, mas nunca consegui; às vezes a gente precisa de uma ajuda assim de um óleo pro transporte, mas já tentei ainda duas vezes e não consegui; aí depois a gente se virou e fumo no São Bento, no mês de agosto, aí nós fumo nós mesmo pelo custo de nós mesmo; a despesa é cara, mas a gente ainda conseguiu vender. E44 (Mulher, 64 anos)

Tais iniciativas lançam a semente informacional, a fim de que as mulheres se encorajem para ampliar campos de comercialização de seus produtos e, com isso, consigam aumentar a renda. É nítido no depoimento de E44 que as conquistas nesse sentido são essencialmente por conta do empreendedorismo das envolvidas na produção, tendo em vista que o poder público é omissivo no tocante às necessidades daquela população. Essa situação já foi registrada no estudo realizado por Arruti (2009) ao abordar a omissão do Estado nessas comunidades.

As trocas informacionais que acontecem na Associação possibilitam estabelecer contatos (amizades/relações) que resultam em melhorias necessárias à comunidade, tendo em vista a ausência de serviços essenciais naquela localidade.

Aí tem uma moça que trabalha com nós aqui, no Centro, que tá tentando ajudar a trazer uma carreta do Estado que traz médicos, faz preventivo, um monte de coisa e eu tô pedindo a Deus que dê certo porque vai beneficiar muita gente. Mas nós já conseguimos trazer muita coisa que valoriza a Comunidade **com essas informação que nós trocamos aqui no Centro de Produção**. E44 (Mulher, 64 anos)

O compartilhamento de informação não ocorre apenas entre os que chegam e as mulheres, estende-se também aos demais moradores que para lá se dirigem em busca de informações, como pode ser constatado na fala de E37:

Assim, depende da informação, mas muitas vezes quando eu quero eu vou lá no Galpão [Centro de Produção]; às vezes **Neide** traz informação porque às vezes ela vai por Teresina, Brasília...por aí tudo ela roda, trazendo informação pra gente, de tudo a gente fica por dentro! Agora, tá vindo uma cesta [básica] aí, vindo pra gente, **Neide** foi lá, Denise também; já me informaram que tá vindo, deixa vir que a gente tá precisando! [...] às vezes também ando conversando com Eloísa porque lá também vai é muita gente! Às vezes deixa informação e ela já passa pra gente, assim é que é! (Mulher, 51 anos)

D. Neide, líder da Comunidade, encarregada das terras, fundadora e atual representante da Associação, é responsável pelo estabelecimento de um diálogo entre o mundo externo e a comunidade, o qual exige dela constante movimentação. Detentora de um fazer que não se aprende nas instituições educacionais, mas ao longo da vida, de geração em geração, em que a

busca de informação é ressaltada como elemento fundante para essa atuação, conforme ela explica o motivo e como realiza uma busca de informação:

É porque a Comunidade da gente tá precisando de uma coisa, aí a gente diz como eu vou conseguir? É pela informação! Pergunto pra um, pergunto pra outro, onde é o caminho que a gente pode ir, como pode a gente conseguir isso, isso, assim, assim? [...] O dia que a gente consegui parece que o juízo da gente descansa, a preocupação sai do pensamento da gente porque a gente já conseguiu o que a gente queria.

Quando a gente consegue fica menos preocupação na cabeça da gente. A gente tem uma satisfação muito grande porque a gente alcançando é uma alegria, virge, um prazer, uma satisfação trazer alguma coisa pra Comunidade, beneficia todo mundo! E43 (Mulher, 68 anos)

Menou e Mchombu (2004) destacam que em comunidades desfavorecidas - com alto índice de analfabetismo, baixa renda, tais como a investigada - os moradores não estão isentos de informação e conhecimentos, possuem a BCN a que recorrem para satisfação das necessidades de sobrevivência. No entanto, necessitam de informações e conhecimentos externos que as possibilite alcançar algumas metas de desenvolvimento, de acordo com análise desses autores. Essa característica é visível em D. Neide que, em suas ações de líder vem buscando informações para atender as necessidades do seu grupo, fazendo com que seja reconhecida como uma pessoa que detém informações significativas que beneficiam a todos em razão da postura exercida pela busca informacional em locais fora do território, a fim de obter melhorias para a Comunidade, conforme ressalta E42:

[...] A D. Neide é bem informada porque ela vai buscar informação lá fora. Porque o bom presidente tem que sair para buscar informação, ela sai por aí tudo, por onde chamo ela, ela vai pra conseguir as melhorias pra Comunidade! E42 (Homem, 64 anos)

E42¹³⁸, filho de criação de Sr. Eurico de Jesus, é um dos poucos homens itamatatiuenses engajados, que atua no processo de liderança da Comunidade e na Associação de Mulheres de Itamatatiua. Ele é participante ativo das reuniões sobre a titulação das terras, conhecedor de marcos e limites como poucos na localidade.

Desse modo, o relato de E42 realça uma das ações das líderes de Itamatatiua frente à busca de informação para melhoria de vida dos moradores dessa localidade, onde a Associação se apresenta na vida dessas mulheres como um importante veículo condutor de informação, agência de notícias e ambiente no qual elas se empoderam, fortalecem-se para as lutas cotidianas. É um espaço que elas buscam para resolução informacional de questões de

¹³⁸ Seu Francisco conhece todos os povoados que compõem o território de Santa Teresa. Ele acompanhou seu Eurico de Jesus e Tolentino de Jesus em inúmeras “missões” de resolução de conflitos e apaziguamento. Já percorreu toda a região tirando joias com Santa Teresa, detém a memória das relações da comunidade com os órgãos fundiários estatais, os conflitos com os políticos locais e as varias investidas por parte dos grileiros. (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 20)

sobrevivência, de sustento econômico e de atuação política. Importa ressaltar que a Associação desempenha papel relevante na participação nos eventos referentes às discussões sobre comunidades quilombolas, conforme relato de E43:

Aqui as reuniões é coisa desde o tempo dos antigo, agora depois que surgiu a Associação que nós começou a ir mais ainda nos encontro. A primeira mesmo foi no encontro das comunidades negras rurais [década de 1980] (Mulher, 68 anos)

Esse engajamento associativo vem permitindo ampliar os horizontes em torno de questões que afetam a Comunidade:

A gente sempre faz um convite para uma reunião, aquela que tem competência para ajudar a gente, aí as pessoas vejo o esforço da gente, aí se interessam e quando pensa que não já veio; já tão chamando a gente pra viajar, cada dia vai 2 pessoas; a gente já andemo por aí tudo, se não fosse assim eu não conhecia Brasília e Rio de Janeiro e em todos os lugares por aí e quanto mais a gente se movimenta, mais a gente vai tendo conhecimento, vai convocando aqueles órgãos competentes mesmo...hunhun! E8 (Mulher, 67 anos)

Prosseguindo, o relato de E8 expressa a consciência dessa mulher acerca da troca de informações e de que o conhecimento é um compartilhar em que os envolvidos simultaneamente aprendem e ensinam:

E com isso a gente vai buscando mais conhecimento, trocando informação com outras comunidades, a gente vai se orientando mais porque não é só eles que ensino a gente, a gente também ensina eles! E aí a gente troca de ideia, a gente leva o conhecimento daqui, eles passo o deles! Aí a gente vai garrando informação de cada um deles e eles dá gente e assim o barco vai tocando pra frente. E8 (Mulher, 67 anos)

Assim, concomitantemente ao processo de ensinar e aprender mediado pela AMI, expresso na fala de E8, é possível perceber o ressignificar do conhecimento em que protagonistas, com experiências variadas, têm construído um conhecimento coletivo novo sobre as comunidades quilombolas. Esse processo de troca e união de informações, conhecimentos e experiências, descrito por E8 recorda também a dialogia de Freire (1983, p. 46), na qual defende que o conhecimento verdadeiro se fundamenta em situações de igualdade, pois, “[...] não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais.” Nessa direção, a Associação se mostra na atualidade como o local de encontro de busca de saberes, informações e conhecimentos, em comunhão, para a luta pela reversão das realidades excludentes que envolvem essas comunidades, bem como o espaço que conscientiza as mulheres líderes do seu papel ativo na construção desse novo saber.

Por outro lado, a não participação nas discussões de problemas que afetam a coletividade pode trazer prejuízos, gerado pela falta de informação, conforme retrata E44:

Ela [senhora que não foi contemplada com casa do Minha Casa, Minha Vida] tem um monte de filho; ela perdeu uma casa uma vez por não vir numa reunião; outra, menina lá

do Goiabal que não ganhou a casa porque ela não participou da reunião, aí não tem uma informação, né! Aí também perdeu uma casa porque não querem se deslocar para vir numa reunião, ter uma informação! (Mulher, 64 anos).

Inferese-se que a ausência dessa moradora da Comunidade deve-se ao desconhecimento de que as discussões promovidas nessas reuniões resultam em benefícios para a coletividade. Por outro lado, a penalidade maior imposta pela ausência é a perda de um dos direitos fundamentais em favor da dignidade humana, isto é, o direito à moradia.

E8 e E39 ressaltam que há um quantitativo significativo de participantes, mas não significa a efetiva participação. É possível que a falta de participação seja decorrente da pouca conscientização de que essa entidade fortalece a luta pela cidadania:

A gente é muito na Associação, agora sempre umas que é meio [sem frequência assídua], tem pouca participação e tem outras que não. E8 (Mulher, 67 anos)

Associação é boa, mas seria melhor se todo mundo ajudasse, mas é só as mais velha, as mais novas não querem. Se tem uma reunião só vão se for pra dá uma coisa, se não for, não querem! As mais novas não se interessam, aí se disser tem uma cesta pra dá, é gente que não cabe! E39 (Mulher, 34 anos)

Harris (2002) salienta que uma das principais barreiras para o envolvimento dos indivíduos nas questões comunitárias deve-se à ausência de motivação, acrescida pela não visualização de que suas necessidades individuais possam ser solucionadas de forma coletiva. Além disso, consoante esse autor, “[...] as pessoas precisam ter a energia e o tempo para se engajar em reuniões e discussões - ou mesmo somente para compreender a informação que recebem [...]” (HARRIS, 2002, p. 213). Em paralelo a essas situações, a informação e o conhecimento podem construir uma corrente inversa para a motivação e participação dos atores sociais, auxiliando-os a unirem-se aos demais membros comunitários em prol da luta por uma cidadania respeitada e ouvida, de atendimento a suas necessidades, do asseguramento de direitos mais concretos e imprescindíveis para sua população. Targino (1991, p. 155) afirma que

A informação é um bem comum, que pode e deve atuar como fator de integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação, dignidade pessoal. Não há exercício da cidadania sem informação. Isso porque, até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos sejam eles civis, políticos ou sociais o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los e isto é informação.

Percebe-se que para o processo de fortalecimento da AMI o profissional da informação pode e deve atuar no processo de busca e uso da informação, aproximando direitos e deveres conquistados coletivamente nas últimas décadas e que ainda são totalmente desconhecidos das líderes e demais investigados nesta tese. Esta realidade de desconhecimento se mostra nos dias atuais como um dos maiores obstáculos para o acesso a melhorias na localidade e impede uma

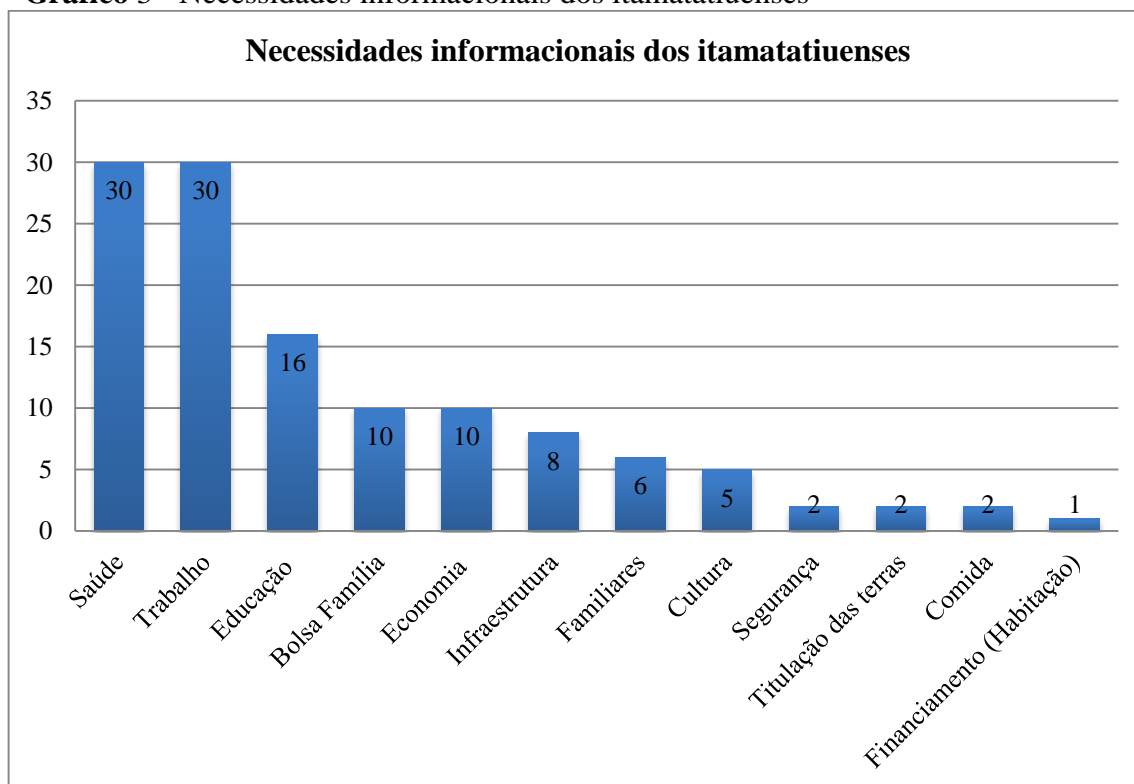
luta digna pela reparação de direitos a populações quilombolas de norte a sul do país. Outrossim, atuar efetivamente no processo de autonomia e empoderamento informacional dessas mulheres líderes, requer uma Associação com acesso e uso de informações, conhecimentos e saberes que contribuam para o discernimento, criticidade e, conseqüentemente, tomada de decisões que beneficiem seu próprio desenvolvimento.

6.3 Necessidades informacionais no cotidiano dos itamatatiuenses

Nesta seção, apresenta-se a análise das necessidades informacionais dos itamatatiuenses, atores, anteriormente caracterizados quanto aos aspectos socioeconômicos, educacionais, políticos e culturais. Esses aspectos, segundo Mtega (2012), influenciam nas demandas informacionais de indivíduos e grupos. Wilson (1999) também reforça que esse contexto é parte fundamental para compreensão das necessidades informacionais individuais e coletivas.

Durante o trabalho em campo, quando da realização das entrevistas na busca por mapeamento das necessidades informacionais dos itamatatiuenses, observou-se que as necessidades de informação aludidas referiam-se às carências de coisas concretas e 8 (17,78%) negaram precisar de informação. Menou e Mchombu (2004) apontam que esses fenômenos ocorrem em parte devido ao elevado número de adultos que não sabe ler e tampouco faz uso de computadores nas áreas desfavorecidas. Logo, a percepção das pessoas inseridas nesses contextos, ainda que adotem a informação para resolução de suas atividades cotidianas é que se trata de elemento abstrato, o que justifica a preferência pela indicação de necessidades concretas e práticas, isto é, informação funcional, sem muita percepção de que esta constitui-se também como elemento fundamental para tomada de decisões.

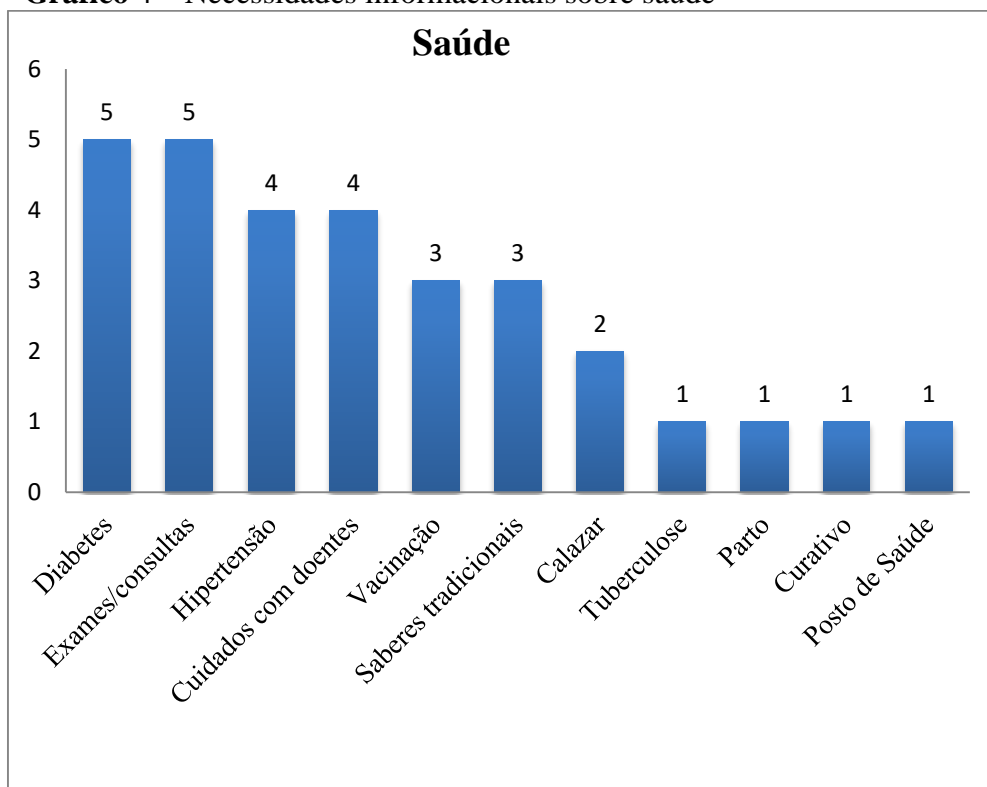
Tomando essas características na coleta de dados, apresenta-se o mapeamento das necessidades informacionais dos itamatatiuenses, visualizadas no Gráfico 3:

Gráfico 3 - Necessidades informacionais dos itamatatienses

Fonte: Dados da pesquisa (2016-2017)

Os resultados revelaram que há diversidade de necessidades de informação, sendo que as mais destacadas estão relacionadas à saúde (25%), trabalho (25%), educação (13%), valores que sinalizam demandas por questões primárias; simultaneamente, evidenciam que a comunidade é desassistida pelo poder público, especialmente no tocante a aspectos que ferem a dignidade humana e a direitos expressos na Constituição brasileira.

Na subcategoria **saúde** foram incluídas necessidades de informação para realização de exames/consultas, cuidado com doentes, compreensão sobre contágio de tuberculose e calazar, tratamento para diabetes e hipertensão, conforme Gráfico 4:

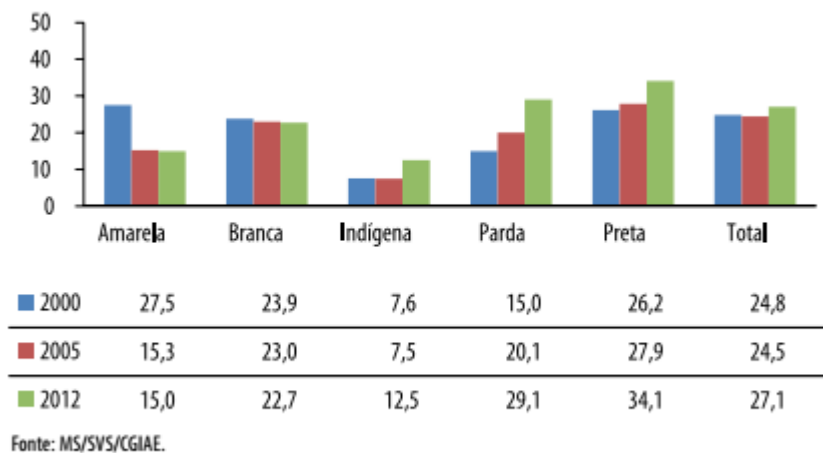
Gráfico 4 – Necessidades informacionais sobre saúde

Fonte: Dados da pesquisa (2016-2017)

De acordo com os dados do SIAB (2010) havia entre os itamatatiuenses 6,63% com hipertensão e 2,11% com diabetes¹³⁹. Vale registrar que durante o período em campo foi identificado um número significativo de entrevistados (idosos) com essas doenças, pelo menos 13 (28,89%), doenças prevalentes na população negra (pretos e pardas) que, conforme dados do Ministério da Saúde, em 2012, levaram a óbito por diabetes 63,2% (por 100 mil hab.) da população negra e 57,3% (por 100 mil hab.) por hipertensão, taxas sempre ascendentes. (Figuras 4 e 5):

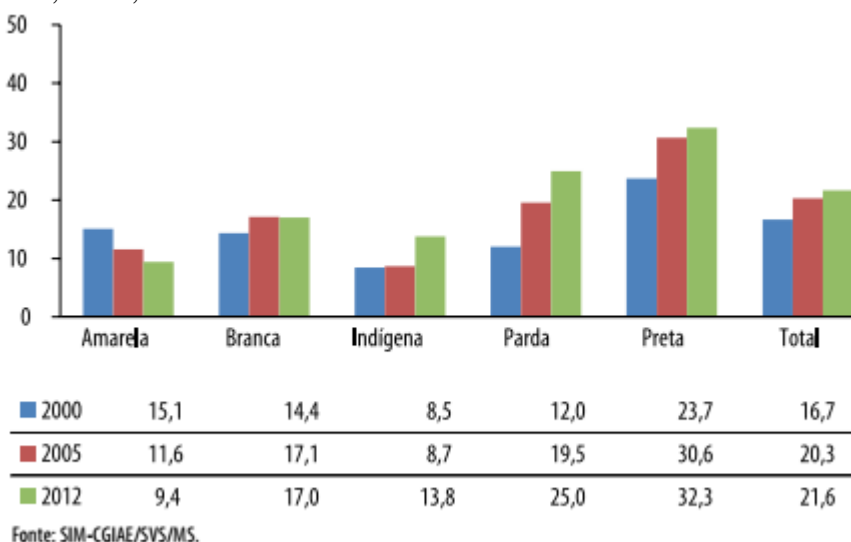
¹³⁹ Na pesquisa realizada em campo, observou-se que as queixas da comunidade quanto a essas doenças podem superar os números apresentados pela pesquisa do SIAB (2010).

Figura 4 - Taxa padronizada de mortalidade (por 100.000 hab.) por diabetes *mellitus* segundo raça/cor. Brasil, 2000, 2005 e 2012



Fonte: BRASIL, 2016, p. 32

Figura 5 - Taxa padronizada de mortalidade (por 100.000 hab.) por hipertensão segundo cor/raça. Brasil, 2000, 2005 e 2012



Fonte: BRASIL, 2016, p. 33

É válido ressaltar que a ausência de informação leva ao desconhecimento das graves consequências de doenças, como calazar e tuberculose.

Eu queria saber o que é calazar, o menino de Geusa tá com calazar e agora é a filha. As mães tão tudo com medo porque ela tá mandando os meninos pra escola. O que é esse calazar? E a tuberculose é a mesma coisa? Por que tu lembra daquele menino que tava doente aqui, ele morreu. Mas agora as mães tá com medo de mandare os meninos pra escola. E44 (Mulher, 64 anos)

As consequências da falta de atenção básica à saúde resulta no agravamento nesse segmento populacional por causa do subdiagnóstico, incidindo em desassistência, complicações mais severas e, por sua vez, resultando em mais mortes (BRASIL, 2016). Nas áreas rurais, onde se situam as comunidades quilombolas, conforme destaca Freitas (2015), as precárias condições de alimentação, vulnerabilidade social, econômica, pobreza e analfabetismo tendem a deixar marcas ainda mais profundas de exclusão com os cuidados necessários ao tratamento dessas doenças pelo Sistema Único de Saúde. E34 destaca a necessidade de informação sobre tratamento para diabetes, na qual também menciona descaso e desrespeito pelo poder público:

A necessidade maior que tenho hoje é de saúde porque não tenho mais uma saúde como era nova. Minha saúde é assim porque eu vivo no remédio, quando o prefeito tá dando em Alcântara, lá no hospital, mas agora não, quando Araken [prefeito] entrou não tinha remédio para dá pros paciente; a gente diabético precisa da insulina e pílula pra ficar controlando pra viver mais um pouco, já perdi três dedos e dizem que a gente vai perdendo a vista, dá problema no coração, com isso que eu sei que eu sinto é muita coisa! Quando tem a gente ainda recebe a insulina, a pílula, mas agora não tá tendo, eu tenho que comprar pra tomar todo dia e é caro, fica assim dificultoso pra gente, mas agora eu sempre uso os remédios da gente também! (Mulher, 68 anos)

A criação de instrumentos legais que asseguram o acesso aos serviços públicos de saúde para a população negra, tais como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)¹⁴⁰, a Portaria nº 822/GM do Ministério da Saúde (BRASIL, 2006)¹⁴¹ e, mais recentemente, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, instituída pela Portaria nº 2.866/2011 (BRASIL, 2011)¹⁴², não garantem a efetivação do atendimento. Percebe-se constante negligência com o serviço de atendimento à saúde nas áreas onde residem essas populações. No município de Alcântara, de acordo com Viegas e Varga (2016), a aplicação da PNSIPN ainda está como indicação para implantação no Plano de Saúde Municipal. Nesta direção, Lima (2007, p. 82-83), embasado nas recomendações do médico sanitário Francisco de Assis Machado, assevera que sejam desenvolvidos:

Programas de comunicação de massa que coloquem à disposição do povo informações que lhes permitam fiscalizar e cobrar o funcionamento desejado e prometido para os serviços de saúde, esperando que o povo faça isso mais

¹⁴⁰ Política do Conselho Nacional de Saúde (2007) que objetiva “promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS” (BRASIL, 2007, p. 19).

¹⁴¹ Esta Portaria foi elaborada para assegurar que os municípios que atendessem populações quilombolas recebessem o acréscimo de 50% nos valores repassados por equipes de saúde.

¹⁴² A Portaria nº 2.866/2011 possui como objetivo promover a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida destas populações por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual nos serviços de saúde, bem como suas práticas e saberes tradicionais de cuidado (BRASIL, 2011).

autonomamente através de suas organizações voluntárias, ou diretamente nos próprios locais onde são atendidos.

No que tangencia a necessidade de informação sobre exames/consultas corrobora outra vez com a ausência do poder público, conforme narrativas de E33 e E44:

Eu busco muita informação de saúde nos órgãos de saúde, quando a gente precisa vou mais em Bequimão porque em Alcântara nesses últimos quatro anos foi muito precário em termos de cuidado; aí quando a gente tem um troquinho procura mais longe, a gente vai em São Luís pra procurar um recurso melhor pra consultar particular, aí se precisa a gente faz o exame pagando que é mais rápido para que a gente não morra logo, é obrigado ir logo particular! (Homem, 54 anos)

[...] de saúde, eu tô com muita precisão, que eu tenho que ir atrás, mas eu mais marco para ir do que vou nos hospitais; eu preciso fazer consultas, exames porque a gente tá assim com um pouco de dificuldade, né! [...] (Mulher, 64 anos)

Em função das carências relatadas, recorrem frequentemente ao legado de conhecimentos e saberes tradicionais para profilaxia e tratamento de doenças, consoante destacam E33 e E44:

[...] Mas assim, a gente também usa os remédios caseiros, pergunta pros mais velhos, eu mesmo pergunto pra minha mãe, ela usa muito as plantas de jirau, casca de pau, arueira... essas coisas aí tudo e às vezes dá é muito certo! (Homem, 54 anos)

[...] Além disso, eu também primeiro vou me informando com o que alguém me ensina e me curando com os remédios de mato, dessas coisas porque isso aí veio desde a minha mãe, ela gostava muito de fazer remédio de mato, tudo dela era remédio de mato, aí a gente aprendeu isso, desde pequeno com mamãe! (Mulher, 64 anos)

Esse é um conhecimento transmitido pelos ancestrais que, por séculos, embasou os cuidados de saúde dessas populações. Todavia, nos últimos anos, quando as comunidades começam a receber os atendimentos do Programa Saúde da Família iniciam também conflitos, em que os saberes são cada vez mais desrespeitados. Ferreira (2012), em pesquisa sobre a comunicação e saúde dos itamatatiuenses, observou embates frequentes entre os profissionais da Equipe Saúde da Família (ESF) que atendiam a comunidade, por desconsiderarem as práticas e saberes tradicionais de saúde adotadas pelos moradores. Apesar desses choques, ainda é possível notar que esses conhecimentos vêm sendo transmitidos e se mostram como demanda informacional para tratamento de diabetes:

Que nem como outro dia, eu fui para Bequimão, quando eu vim conversando junto com uma Senhora sobre problema de doença. Aí nós conversamo foi muito, aí nós falamo de diabetes, aí ela disse: eu tenho uma vó que é muito chegada nesses problemas de diabetes, eu também disse: eu também tenho. Aí ela foi e disse: senhora essa diabetes não existe remédio? Aí eu disse: senhora não, porque diversas pessoas já me disseram e eu sinto muitas dores. Aí ela foi e disse: olhe, tem um remédio lá em casa que é muito bom para dores e diabetes e é meio amargozinho, bom demais para quem tem problema de

corrimento, mãe do corpo inflamada... o nome dele é Pra tudo! [...] Aí que às vezes numa conversa a gente vai aprendendo. Com isso que aqui tem essas informações, a gente tem essas informações por aqui que às vezes não sabe, aí a gente tem que procurar para quem sabe, e nisso a gente vai aprendendo! (Mulher, 66 anos)

Apesar do contexto da Atenção à Saúde dos itamatatiuenses, ainda existem muitos idosos na Comunidade, os chamados “doutores do mato”, que prescrevem e contraindicam essas ervas (FERREIRA, 2012), geralmente idosos, tais como E5, opcionalmente recorrem ao hospital só em casos de não resolução domiciliar:

Aqui eu e meus piqueno a gente custa ir no hospital consultar, só mesmo quando não tem jeito, eu sempre faço um xaropi! Eu aprendi com minha mãe, eu olhava ela fazendo, eu aprendi assim, vamos supor que fosse de Fava de Jucá; ela dizia Irene vai apanhar fava de Jucá, aí ela ficava olhando, aí ela dizia vai pegar alfavaca de angola, aí bota pra dar o ponto, bota o açúcar, bota cravinho, erva-doce, cebolinha branca, assim eu aprendi e hoje eu reparto com as outras pessoas. [...] Esse xaropi é bom demais pra gripe, hehen, assim coisa de tosse, bronquite! (Mulher, 65 anos)

Rezende e Cocco (2002) destacam que o uso das ervas medicinais, também nominado medicina popular, remonta à época Brasil Colônia, período em que indígenas, negros e europeus das áreas rurais e suburbanas eram desprovidos de médicos. Esta miscigenação deu produção a uma diversificada prática de uso das plantas que sobreviveram de forma marginal até dias atuais e que poderia ser fortalecida, posto que cada vez mais tem sido confirmada a eficácia para o cuidado integral da saúde com esses saberes, além de ser favorecida pelo fácil acesso e baixo custo. Nessa perspectiva, a PNSIPN orienta que os profissionais que atendem as comunidades realizem cursos de capacitação para incorporar esses saberes na prevenção da assistência à saúde. Entretanto, esta ainda não é uma realidade adotada pelo atendimento a saúde nas Comunidades quilombolas de áreas rurais semelhantes à de Itamatatiua.

Outra busca na **categoria saúde** refere-se à demanda de informações para vacinação de crianças (10%) e construção de um posto de saúde (3%). E43 destaca essa necessidade que se assemelha a de inúmeras necessidades de mulheres quilombolas nos rincões do Brasil afora:

Um posto de saúde que a gente não tem recurso, não tem como fazer, já procuramo vereadores, o prefeito e a gente não tem essa informação.

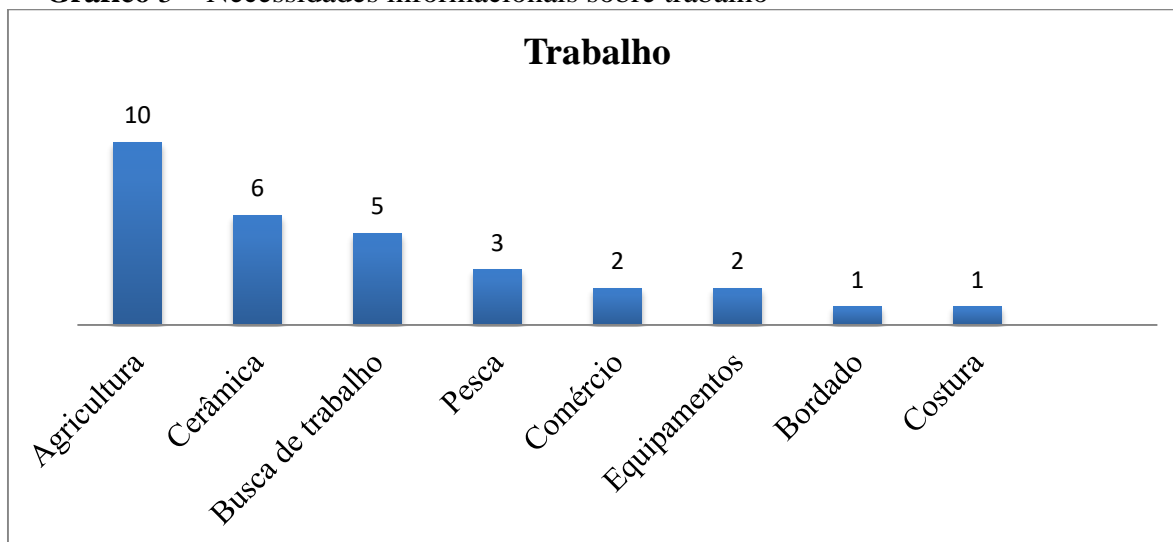
Eu busco muita informação para trazer esse benefício pra Comunidade. Aqui nós tamo com muita necessidade de um posto, se quer fazer um curativo, vai pra Bequimão ou pra Raimundo Su, mas disse que não tem médico; uma agente de saúde, porque aqui a gente não tem quem dê um soro, uma injeção, não tem quem faça um curativo, assim são coisas que a gente precisa. (Mulher, 68 anos)

Deste modo, essas são algumas das necessidades informacionais agrupadas na categoria saúde. Nwagwu e Ajama (2011) realizaram um estudo sobre necessidades e fontes de informação de saúde da mulher em uma comunidade rural, no sul da Nigéria ocidental, no qual

foi evidenciado que a maioria das necessidades de informação era sobre malária (85,4% dos entrevistados). Mooko (2005) investigou as necessidades de informação e o comportamento de busca de mulheres rurais e suas famílias em três aldeias no Botswana, África; descobrindo que a maioria de suas demandas estavam relacionadas à saúde, mais precisamente como certas doenças eram contraídas e tratadas. Cabe evidenciar que o levantamento realizado em busca de literatura nacional sobre necessidades informacionais para mulheres de área rural demonstrou a ausência de fontes relacionadas à temática em foco.

No *ranking* das necessidades informacionais elencadas pelos itamatatiuenses apresenta-se, simultaneamente, ao quantitativo da subcategoria saúde a temática **trabalho**. Ferreira (1997) salienta que a informação sobre trabalho apresenta uma das maiores motivações para a busca informacional. Nessa categoria, não foi surpresa que as buscas em sua maioria estivessem relacionadas à agricultura (33%), visto que é a atividade que possibilita o complemento da alimentação cotidiana, vindo logo em paralelo a cerâmica (20%), buscas por trabalho (17%), locais favoráveis para pesca (10%), comercialização de produtos com 7%, além de equipamentos (7%), como moedor de urucum para extração do corante, arame e madeira para construção de cercas, bordado (3%) e costura com 3% (Gráfico 5):

Gráfico 5 – Necessidades informacionais sobre trabalho



Fonte: Dados da pesquisa (2016-2017)

A subcategoria **agricultura** suscitou carências informacionais sobre períodos para o plantio, tais como E14 e E39 retratam:

Tenho que me informar sobre o dia que vou plantar (milho, macaxeira, arroz), aí vou me informando de um zozoutro, saber o que vão plantar porque às vezes a gente troca; outras vezes se alguém não plantou, a gente dá um pouquinho (um molhinho de maniva, arroz). (Mulher, 65 anos)

Assim, como agora eu vim onde D. Iracema saber, quando diz que é que a gente vai plantar. Ela disse que é 24 de janeiro. Assim como eles são mais velhos que a gente eu vim

perguntar como é que planta melancia, o jerimum se eu semeio ou planto, aí eu vim perguntar pra ela essas informação! (Mulher, 34 anos)

Esse achado é semelhante ao de Ukachi (2007) que realizou um estudo sobre as necessidades de informação das mulheres das áreas rurais dedicadas a atividades agrícolas, em Badagry, Lagos, Nigéria, observando que 93,5% precisavam de informações relacionadas a fertilizantes e sementes para melhoramento da produção.

O labor na agricultura evidencia carências informacionais (33%) e requer informações sobre índices pluviométricos anuais que poderiam subsidiar os agricultores quanto aos períodos favoráveis às etapas inerentes a essa atividade, minimizando dessa forma os prejuízos causados pela ausência de chuvas. E25 deixa clara essa necessidade:

Ah, sobre a chuva.

Ah, virgi... porque nós precisa da chuva pra gente poder plantar e a gente poder colher, porque se não tiver a chuva nada feito, é, hehen! (Mulher, 65 anos)

A necessidade de E25 é reflexo da produção agrícola baseada na oferta de chuvas e quase ausência de tecnologia melhorada para obtenção dessa produção, que muitas vezes os tornam dependentes dos atuais escassos índices pluviométricos do período chuvoso. A ausência de novas técnicas de armazenamento de água contribui/contribuiu para ampliar as dificuldades relacionadas à produção quando do período de estiagem¹⁴³. A interferência do homem no meio ambiente contribuiu significativamente para agravar o quadro de escassez de recursos hídricos, conforme explicitado por E44:

Aqui os rios já diminuiro foi muito. Antigamente o rio vinha até pela casa do filho de Creusa, ali no sítio e era tanto peixe Tamata, virgi, era bom demais. **Hoje parece assim que com as estradas os rios tão diminuindo é muito.** Era cada rio grande que a gente nem diz que ali era um rio. Assim, por um lado melhorô, mas por outro piorou foi muito. Parece que foro acabando com as nascente. Outro dia, a filha de Cleude, a neta de Neide, Daniele, tava me dizendo que um rio grandão que a gente tinha, tá intupido. E que isso vai dificultando pra gente. (Mulher, 64 anos)

Há uma percepção clara sobre o efeito da devastação do meio-ambiente sobre os recursos hídricos destacados, quando a entrevistada salienta que projetos que buscavam a melhoria do acesso com a construção de rodovias causaram danos ambientais para a Comunidade. O relato de E44 condiz com a proposta de modernização da agricultura na década de 1970¹⁴⁴, no Maranhão, tendo em vista que desestabilizou a agricultura de subsistência e a

¹⁴³ Dados do Núcleo de Meteorologia Geoambiental da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em 2016, explicitam que o volume de chuvas ficou 30% abaixo da média em todo o Estado, sendo que de 2010 até 2015 os índices ainda foram menores, chegando a 50%. (EM 2016..., 2017), o que interfere diretamente na redução da colheita.

¹⁴⁴ Nesse período foram construídos os portos e agrovilas que beneficiavam os grandes agricultores, conforme a política retrata no capítulo 3.2.

vida da população rural, conforme estudo de Rodrigues (2013). Esse sistema considerou os conhecimentos locais como atrasados, arcaicos, inúteis e provocou inúmeros processos de contaminação do solo, da água, extinção de rios, destruição de diversos ecossistemas que tiveram como alvo, sobretudo, as comunidades tradicionais. Nele as condições de vida foram expostas à precarização, houve alterações sociais e de trabalho que interferiram diretamente nos modos de produção agrícola das comunidades quilombolas e em sua redução, sendo, portanto, fatores que contribuíram para a ampliação da insegurança alimentar.

Em face ao exposto, Mchombu e Cadbury (2006) salientam que as pessoas precisam de conhecimento técnico e informação, de sensibilização estreitamente ligada aos problemas que enfrentam. Esses autores destacaram, como modelo de boas práticas desenvolvidas por rede de bibliotecas, em áreas pobres e rurais, os serviços e produtos informacionais disseminados pelo Centro de Informação Comunitária Chiwamba, Malawi, África, em parceria com o Sistema de Biblioteca Nacional de Malawi. Esse Centro foi estabelecido após o estudo e identificação das necessidades de informação dos moradores, dentre elas foram citadas conservação, restauração da fertilidade do solo e controle de erosão; mercados locais e internacionais de tabaco e agricultura moderna. O estudo retratou que, após a avaliação do atendimento dessas demandas, houve melhoria das técnicas agrícolas (29%), incluindo aprimoramento da aplicação de fertilizantes e estrume, melhoramento da pecuária, emprego de novos métodos de criação e rotação de culturas, que resultaram inclusive na compreensão mais ampliada acerca de questões como o desmatamento, doenças das culturas e erosão do solo.

Na subcategoria **cerâmica** foram destacadas buscas por espaços para comercialização por quatro mulheres entrevistadas, conforme mencionado por E44:

Olha, aqui eu busco é muita informação para gente levar as louças pra vender numa feira, num evento, em algum local, assim, porque pra gente vender só aqui a gente produz e quase não consegue vender, fica só nessa venda de 2 pecinha hoje, 2 amanhã! A gente vende em Alcântara, mas a venda lá também é pouco. Com isso que a venda já caiu foi muito porque até que dantes eles [turistas, visitantes] entravo mais, mas acho que agora com a crise eles quase já não vêm. (Mulher, 64 anos)

A comercialização da cerâmica em feiras é uma estratégia incorporada por essas mulheres para incrementar a renda mediante o escoamento de seus produtos. Nessa direção, a pesquisa de Tiburcio e Valente (2007) aponta para construção de caminhos que possibilitam a organização da produção, distribuição e consumo de bens socialmente produzidos pelos grupos étnicos. Os autores destacam ainda a importância de contar com o apoio de políticas públicas que viabilizem a implementação dessas ações. Infere-se que o acesso à informação constitui o

primeiro passo para a efetivação dessas políticas, assegurando direitos sociais, conforme preleciona Suaiden (2014).

O ato de receber pessoas externas à Comunidade propicia múltiplos aprendizados, conforme aponta E45, ao se referir a uma excursão ocorrida na localidade:

Eu não sei porque eles vem de fora, bem de longe, de São Paulo, Imperatriz, São Luís, Pinheiro, desses lado. Outro dia eu tava sozinha, no meio deles, com uma rodada, cantando com uma pulsão de criança; quando pensou que não, era todo mundo atolado de barro, aí depois as mães vão lavar (risos), mas todo mundo adora. **Mas as crianças daqui não vem, a não ser se for fazer uma entrevista, os professores mesmo que nem vem aqui! Às vezes eu fico assim querendo uma informação para entender porque isso!** [...]Eu gosto tanto deles chegarem aqui e tem uns que até me conheço e já chego perguntando por Dona..., aí as pequenas dizem é Pirixi, é essa mesma! Aí eu gosto é muito deles virem, eu fico tão feliz, contente, porque às vezes a gente tá com o pensamento lá por cima e aí chega uma pessoa, eu vou fazer louça, conversar, dar risada e cantar! (Mulher, 66 anos).

A informante lamenta ainda o desinteresse dos estudantes e professores da localidade, tendo em vista que raramente ou nunca vão ao Centro de Produção interagir no processo de confecção das peças. É manifesta a sua incompreensão pelo fato de que há uma participação de pessoas externas à Comunidade nessa ação, ao passo que os diretamente envolvidos pouco participam. Em razão disso, é observada uma lacuna informacional acerca dessa atividade laboral.

A atividade de ceramista desempenha importante papel na vida dessas mulheres, pois se converte em combate aos malefícios do corpo, trazendo não só sustento econômico, como também provendo saúde, consoante relato de E45:

Eu venho para cá adoentada, mas eu quero vim! Aí as pequenas me procuro se eu tô melhor, aí eu digo: eu não tô doente, eu tô boazinha! Eu não tô doente, eu tô boa, aí eu vou mimbora e daqui a pouco me dá uma vontade de vim de novo! [...] Eles faço é muita entrevista aqui, aí uns dizem D. Maria é como isso assim, assim? E eu digo vocês vão me explicar primeiro pra eu poder explicar, aí nós com aquela molecagem, brincadeira, fica informado e eles também! E com isso que aqui a gente ganha é muita informação, tanto das minhas colegas de trabalho quanto das pessoas que vem de fora, ah, eu adoro! (Mulher, 66 anos)

O desempenho dessas atividades requer a busca e uso dessas informações, a fim de que sejam sanadas as necessidades informacionais dessas mulheres:

A informação que mais busco é de meu trabalho. E45 (Mulher, 66 anos).

Ah, informação sobre minha cerâmica! Eu vou onde cumade Neide, como ela é mais velha que eu, essa informação tenho que trazer de lá, eu chego pra ela e pergunto será que dá certo nós fazer isso? Aí ela diz vamo tentar cumade pra ver se dá certo, aí nós faz!
Mas qual tipo de informação a Senhora pega sobre a cerâmica?
Assim, às vezes quero fazer uma peça que nunca fiz; outra coisa, é assim quando os curso vem pra cá eu vou atrás, assim se tem uma oficina, ou uma feira pra gente ir. E25 (Mulher, 65 anos)

Observa-se que os saberes advêm tanto das relações interpessoais, quanto das relações institucionais. Percebe-se que a demanda acerca do fabrico de louças são oriundas das representantes do sexo feminino que desenvolvem essa atividade, concordando, deste modo, com Ukachi (2007), a qual enfatiza que as necessidades de informação de um indivíduo ou grupo de indivíduos dependem muito das atividades de trabalho desses atores, no caso desta pesquisa, das mulheres de Itamatatiua.

Em detrimento da escassez de atividade econômico-financeira na Comunidade, uma necessidade informacional elencada é a busca por trabalho. Ainda na subcategoria trabalho foi mencionada necessidade informacional para obtenção de serviços no total de 17% dos entrevistados, evidenciado nas demandas de E26 e E27:

[...] Tirô da saúde, o resto a gente corre atrás. Parece um colega e diz ali tem um serviço, a gente vai fazer aquele serviço, ali dá certo aquele serviço, coloca uma venda, aí tudo isso é bom pra nós! Aí é um dando informação pro outro pra poder sair do fundo do poço porque não dá ninguém ficar olhando pra vida do outro e de braços cruzados, tem que ir a luta, né? Aí tem que se agarrar com unhas e dentes pra poder sobreviver! (Mulher, 51 anos)

Sempre um colega meu diz tá tendo um serviço assim em tal parte, aí eu vou atrás, procurar saber de uma informação dessa porque um serviço é tudo pra gente! (Homem, 36 anos)

Nesses depoimentos, nota-se a importância de alternativas buscadas pelos moradores para obtenção da renda que supram as necessidades básicas de sobrevivência. Estudo realizado por Tiburcio e Valente (2007), em Território Kalunga (Goiás), demonstrou a relevância de ações que viabilizem a geração de renda e emprego para o incremento da produção que provenha a subsistência dessas comunidades.

Na subcategoria **trabalho** também foram citadas, em menor proporção, necessidades informacionais para o desenvolvimento de atividades tradicionais como a **pesca** (10%), conforme E23 realça:

Tenho uns amigo que pesco do outro lado, em Boca de Salina; aí eles chegô e me informô dele como está o peixe lá [...] Aí se eles diz tá bom, isso é uma informação que tô pegando; aí eu vou lá, pego os peixinhos, venho tiro primeiro pra comer e depois se der pra vender, eu vendo! [...]”.

Observou-se que essa informação para os pescadores da localidade é essencial para que a pesca tenha maior probabilidade de ser frutífera.

A precarização da renda, segundo 7% dos questionados que compõem a categoria trabalho, induz a busca de informações que viabilizem a comercialização de pequenos comércios para a localidade, constituindo-se como outra alternativa para diversificar a renda dos itamatiuenses, conforme salienta E37:

Em São Luís, eu pego é muita informação, às vezes dizem assim: vai em tal rua, abriu tal loja, vai lá, lá tudo é tanto, já é uma informação! Agora eu fui lá, abriu uma de R\$2,25, são essas aqui [depósitos de plásticos], aí eu vendo mais em conta pra mim ganhar R\$ 0,50 e R\$ 1,00, com isso eu já vou movimentando porque as pessoas ganho pouco, é esse bolsa família, aposentados; assim pra dizer quem é empregado é bem pouco! Os professores daqui são tudo de fora, recebo e pra lá fica!

Vale ressaltar que o deslocamento retratado na fala da participante é de 4 horas, em média, da localidade para a capital, com a finalidade de adquirir informações. Essa ação conta com a orientação de informantes para localizar produtos úteis e de baixo custo, compatíveis com a disponibilização de orçamento dessa comerciante, mesmo que gere ganhos mínimos.

E37 continua esclarecendo que o processo de negociação para aquisição de produtos conta com espaço de tempo pré-determinado para obtenção de informações, assim como exige que os produtos adquiridos caibam no exíguo orçamento dos itamatatiuenses. Essas atividades mostram-se como oportunidade de sobrevivência na cotidianidade de mulheres que não podem lidar com a produção da cerâmica.

Eu gosto de ir lá fora saber como é que tá, de dois em dois meses, porque em interior o negócio é mais devagar; não é como esse lugar grande que um compra de 2, 5, ninguém conhece ninguém; aqui um vem em casa e diz: pra mandar um creme pra fulano, sabe, eu mando; aí eu vou esperar a reação dele em me pagar![...]Eu chego em São Luís é procurando, aí eu vou chegando, vou procurando nos importados, nos cosméticos porque eu compro a prazo, não procuro nesses supermercados grande porque só no dinheiro e no cartão, eu trabalho é com a coragem! (Mulher, 51 anos)

Na fala de E37, fica evidenciada uma limitação de crédito para o pequeno empreendedor, apresentando-se como uma realidade desigual diante das possibilidades que poderiam ser propiciadas pelas políticas públicas (distribuição de renda, trabalho, educação). Esse aspecto demonstra que a maior parte da população brasileira de baixa renda, com pouca escolaridade e residente em regiões menos desenvolvidas, têm dificuldades para abrir conta bancária, crédito bancário ou mesmo contar com acesso ao cartão de crédito. (CINQUENTA..., 2013).

Em uma perspectiva diferente de E37, mas relacionada à comercialização, E33 salienta sua necessidade informacional acerca do exercício de suas atividades diárias:

Eu procuro aquelas informações que não tenho no meu dia-a-dia para o meu trabalho, assim eu procuro buscar onde é que ela tá, onde você encontra ela; rapaz, preciso de tal informação que eu necessito muito dessa informação para resolver um trabalho pendente que eu tenho a fazer, qual é a pessoa que eu posso correr atrás para me dá esse tipo de informação?[...] Eu trabalho com roça, compro porco, mato e vendo; o peixe também, assim sabe é negócio de vender! Comprando e vendendo, vendendo e comprando, eu trabalho mais por conta própria, não é fácil no dia-a-dia do jeito que tá, a gente vende muito fiado para receber por mês. (Homem, 54 anos)

A ausência do crédito institucionalizado, ressaltado na fala de E33, expressa a informalidade em que vigora a confiança na palavra, no tocante ao processo de compra e venda.

Na subcategoria **trabalho** ainda é possível observar necessidades de informação acerca de equipamentos (7%) que propiciam a redução de esforço físico no desenvolvimento de atividades laborais relacionadas ao extrativismo, conforme ressalta E3:

Assim, depende da necessidade, assim, outro dia eu andei pelas **casas de criança** querendo saber de uma máquina para Anginha [esposa] que ajudasse a fazer o corante [extraído do urucum] porque dá muito trabalho e eu sinto que ela fica com os braços duendo, eu ainda não subi certinho, mas vou pedir pra criança [filhas] vê pra mim lá no São Luís. (Homem, 73 anos)

A lacuna informacional enfatizada por E3 poderá suprir não apenas o esforço físico, mas também ampliará a produtividade tão necessária para sobrevivência dessas famílias que vivem com precárias ofertas de trabalho para provimento de suas necessidades básicas.

No relato supracitado, a expressão “casa de criança” significa entes da família, os quais E3 utiliza como fonte de informação confiável para sanar suas necessidades. Essa fala corrobora os dados evidenciados nesta pesquisa (Gráfico 2), onde a conversa mostrou-se importante fonte informacional por todos os respondentes. Caso a lacuna informacional não seja atendida, novas fontes são consultadas, em especial parentes e amigos residentes fora da Comunidade. Nesta direção, corroborando o pensamento de Mesch e Talmud (2006) que salientam a oralidade ser predominante entre pessoas com fortes laços sociais para atendimento de suas carências e Campello (1998) que destaca a recorrência das pessoas para pedir conselhos/informações as que estão próximas (parentes, vizinhos, amigos).

Cabe salientar as demandas apresentadas pelos itamatatiuenses referentes aos afazeres manuais, como o **bordado** (1%), por E15:

Eu trabalho fazendo boneca; crochê, sandália com crochê, enfeite de cozinha com crochê. Então, essas coisa eu sempre peço pras minhas irmãs me mandarem revistas de bordado de lá [de São Luís] e vem e eu vô fazendo. [...]”(Mulher, 35 anos).

E15 também ressalta que embora já tenha feito cursos e utilize revistas para se orientar na fabricação dessa arte, possui habilidades próprias de aprendizado que a possibilitam complementar a renda familiar:

Já fiz pela Associação, mas só de ver eu já vou fazendo, graças a Deus, eu não tenho dificuldade pra aprender, basta eu olhar (rsrs). E assim eu não trabalho com a cerâmica, eu me sinto mal, não gosto muito, eu gosto mesmo é de fazer essas coisas [bordado, crochê, bonecas] e com isso eu vendo por aqui, ganho meu troquinho, é pouco, mas ganho e com isso vou interagindo! (Mulher, 35 anos).

É válido destacar outra atividade manual na subcategoria **trabalho, a costura** (1%) que se mostra na fala de E6 como necessidade de informação

[...] eu tô aprendendo a costurar, fazer roupinha pra nenê, eu corto e depois vou costurando na mão, mas eu quero aprender mais, tenho cortado umas blusa minha e delas já fiz dois vistidinho pra neném! [...]” (Mulher, 24 anos).

Percebem-se nas ações de E6 exemplos concretos sobre o modo como mães, com ínfima renda, de área periférica, lidam diariamente não só para o sustento alimentar, mas chegando a transformar itens da vestimenta em novas peças que supram as carências básicas dos filhos. Nessa direção, vê-se que se atendidas essas demandas informacionais podem aperfeiçoar competências essenciais para geração de novas fontes de renda na vida das mulheres itamatatiuenses.

A terceira demanda informacional mais citada pelos itamatatiuenses foi agrupada na subcategoria **educação** (13%). A educação para comunidades quilombolas conquistou um importante instrumento legal em 2012 - as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica -, conforme já destacado na seção 3.2, a qual prescreve que os conteúdos devem abordar temáticas identitárias, assim como os que possibilitem a transformação de exclusões históricas e fortalecimento da cidadania para acesso a direitos fundamentais. Segundo Freire (1983), a educação deve estar intimamente relacionada com a disseminação do conhecimento e ter conexão com a realidade social dos envolvidos.

O quantitativo de necessidades citadas na subcategoria educação não causou surpresa devido à negligência que acomete essa área na localidade investigada. Foram evidenciadas buscas de informação para escolarização com cursos para alfabetização, letramento, aperfeiçoamento profissional. E44 revela lacuna informacional para inclusão educacional dos idosos a partir de cursos:

Aqui tem uma pulsão que não sabe assinar o nome, assim que não sabe nada! Eu quero assim umas informação pra saber como a gente faz pra trazer uns cursos desses pras pessoas de mais idade. Outra coisa que quero era um curso pra gente aprender a falar melhor, eu até já falo, mas dá um nervoso (rsrs). Aqui há 10 anos teve uma professora que botava nós pra falar, era bom demais, mais ela foi simhora porque a família dela era toda de Alcântara, Marinildes.

Um curso também, assim, pra gente da Associação, de informática. É muito difícil? É cara essa internet? Tinha vontade de trazer aqui pro Centro. (Mulher, 64 anos)

Na fala de E44, há uma demonstração notória que é preciso saber mais, que a busca pelo desenvolvimento de cursos para a terceira idade pode ser uma importante etapa para a construção do atendimento que supra o desejo por “saber mais”. Porém, também é perceptível

que as atividades voltadas para inclusão das formações na localidade, que as possibilite vencer barreiras cotidianas pelas novas habilidades e competências, são bruscamente interrompidas pela falta de continuidade de políticas públicas. Percebe-se que o sentimento que permeia essa fala é de perda de possibilidades de acesso a informações que poderiam efetivar um direito fundamental: o acesso à educação formal.

Entretanto, essa descontinuidade não dissipa o anseio da continuação pelo aprender e desenvolver habilidades e competências, tais como as relacionadas ao acesso e uso das TIC. E44 demonstra uma ideia imprecisa e vaga acerca da internet, mas, ainda assim, reconhece a sua importância e manifesta o desejo de torná-la acessível ao Centro de Produção, local onde se projetam para o mundo.

Durante o percurso em campo, observou-se ainda que E44 é consciente quanto ao poder que a tecnologia exerce sobre o cotidiano das pessoas, quando demonstrou interesse em compreender as potencialidades do correio eletrônico, tendo em vista que durante visitas de pessoas à Comunidade estas lhe questionavam acerca da existência desse contato para facilitar a comunicação e aquisição dos produtos confeccionados por elas.

Depreende-se que mesmo com os problemas de infraestrutura e exatidão do sentido do que sejam estas ferramentas (TIC) e da própria internet, essas comunidades necessitam desenvolver competências e habilidades para usá-las, incorporá-las e incrementá-las nas suas práticas de trabalho diário.

Outrossim, ao considerar que as líderes comunitárias são pessoas idosas, a educação de jovens e adultos pode ser adotada para atender suas necessidades e permitir o acesso mais amplo à informação, mas sobretudo ajudá-las a reduzir o hiato que as distancia da educação formal. Portanto, são necessidades que se traduzem em cursos de alfabetização, letramento, que são direitos fundamentais para superação da pobreza e para o exercício de cidadãos conhecedores de seus direitos e em posição de mais vantagens no combate às desigualdades e racismo que assolam as populações carentes, desfavorecidas, como a Comunidade de Itamatatua. No entanto, segundo Mchombu e Cadbury (2006), a alfabetização ainda é um direito negado a quase 1/5 da população mundial adulta, em sua maioria mulheres.

Os autores supracitados defendem que o processo de alfabetização de populações rurais e pobres pode ser fortalecido, mantido com o acesso e a disseminação de informações, úteis e estimulantes, desenvolvido por serviços e produtos informacionais de unidades de informação (bibliotecas, centros de informação) que atendam suas necessidades. Contexto que poderá propiciar melhores condições de escolaridade, emprego, renda, saúde, compreensão de direitos e manutenção de valores e tradições.

Assim, as necessidades informacionais reveladas pelas mulheres itamatatiuenses são fundamentais para acesso a informações em diversos formatos, dando-lhes oportunidades de ampliar a visão de mundo que as circunda, a reivindicação de direitos denegados, melhores armas para erradicar ou mesmo reduzir a pobreza e, por conseguinte, assegurando-lhes maior autonomia e empoderamento.

A qualificação profissional, em razão das demandas, foi citada por 25% dos respondentes na temática educação, sendo E32 uma das que a destaca:

A informação que eu busco são várias. Agora mesmo sobre meu estágio, assim de medicação, curativo, vacinação porque são delas que eu vou fazer meu TCC. (Mulher, 48 anos)

A carência de informação se estende para os mais jovens que sinalizam para buscas que possam ajudá-los a compreender as alterações inseridas no novo ensino médio, conforme exposto por E28:

Agora mesmo esse novo ensino médio eu realmente ainda não entendi muito bem o que eles tão querendo passar, mas parece que vai ser bom porque agora vão colocar só três matérias mais importante: matemática, português e uma estrangeira que o povo tem que ter, no mínimo uma, inglês e espanhol, e eu tô assim curioso e quero saber mais para saber se é verdade que ele é realmente bom! (Homem, 17 anos)

O depoimento desse jovem reforça o quanto a instituição de uma diretriz educacional, sem considerar as peculiaridades de determinado grupo social, torna-se desrespeitosa e conflituosa com os interesses de grupos minoritários. A gravidade desse fato está relacionada com o desconhecimento dessas comunidades quanto aos efeitos da lei nacional, em detrimento de informações e conhecimentos ancestrais que perpetuem sua história. Na percepção do jovem estudante, a nova proposta traz benefícios, entretanto, parece faltar-lhe clareza acerca da intencionalidade que norteia o projeto, em razão da ausência de informação que amplie a compreensão da natureza da modificação no contexto educacional. Diminuir o quantitativo de conteúdos não necessariamente representa avanços educacionais, pelo contrário, pode significar perdas importantes no processo de ensino aprendizagem, conforme salientam Gonçalves (2017) e Moll (2017).

Essa necessidade revela, mais uma vez, um cenário de inexistência de discussão acerca das políticas públicas educacionais, excluindo os jovens de construções voltadas para a formação de jovens mais conscientes de direitos e deveres, necessários à emancipação, à transformação social, assim como à luta por direitos quilombolas que lhes possibilitem o combate de processos excludentes e discriminatórios que acometem o histórico dessas

populações. Anasi e Ukachi (2011) reforçam que, quanto mais cedo a juventude desenvolver habilidades para acessar e usar as informações que necessitam, melhor será sua possibilidade de desenvolvimento integral. Isso consiste, segundo essas autoras, no hábito do uso da biblioteca, computador e da internet, que incitará competências que os acompanharão para o ensino superior, sua carreira profissional e, por sua vez, a uma juventude mais colaborativa com o desenvolvimento nacional.

A busca de informação varia de acordo com as necessidades de cada sujeito social. Nesse sentido, as falas de E24 e E38 evidenciam vazios informacionais referentes a questões sobre educação dos seus filhos:

Hoje, as necessidades dos meus filhos se tornam as informações mais importantes. Agora mesmo eu quero informações sobre o Jovem Aprendiz¹⁴⁵ pra inscrever meu filho, eu já fui atrás de uma amiga minha, mas ela não soube me dizer como funciona; essa é a informação que eu tô buscando muito, eu tô querendo muito, mas ainda não consegui! E24 (Mulher, 35 anos)

A falta de oportunidade de estudo na comunidade força as mães itamatatiuenses a priorizarem as necessidades da prole. Nessa situação, mais de 23% das mulheres entrevistadas demandam informações sobre oportunidades de cursos para si e seus familiares, como ressaltado por E24 que buscou conhecidos fora da localidade para tomar conhecimento do processo de candidatura ao programa do governo federal Jovem Aprendiz.

A preocupação com o processo de aprendizagem da filha conduz E38 a busca de informações:

Eu busco é muita informação sobre Giovanna [filha] na Escola, eu gosto é muito de saber se ela tá aprendendo, se tá se comportando! (Mulher, 28 anos)

A respondente, consciente da importância da educação, manifesta o desejo de retornar os estudos interrompidos pela gravidez precoce:

Eu estudava em São Luís, lá eu trabalhava de doméstica durante o dia e fazia meus Cursos de noite, mas eu engravidei dela; o pai dela não assumiu, eu não pude mais trabalhar e acabei largando e vindo pra cá. Mas vô só deixar ela crescer mais pouquinho para procurar meus estudos, é bom demais, eu gosto de estudar, quero que ela estude também! E38 (Mulher, 28 anos)

Revela ainda o desejo de permanecer na Comunidade junto a seus familiares, mas a ausência de oportunidades de trabalho e estudo lhe projeta a eleger a área urbana como espaço mais apropriado para o alcance desses objetivos:

¹⁴⁵ O Programa Jovem Aprendiz foi criado a partir da Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/00) com o objetivo de que as empresas desenvolvam programas de aprendizagem, visando à capacitação profissional de adolescentes e jovens em todo o país.

Aqui, assim é bom, eu gosto de tá com minha mãe, eu ajudo ela aqui na barraquinha dela. Na verdade, eu queria mesmo ficar por aqui, eu gosto de ficar com minha mãe e minha filha, meus parente. Aqui não é assim violento como pela cidade, mas a gente não tem trabalho; assim, esse negócio de estudo pra gente também é ruim porque a gente não tem como ir lá pra Bequimão todo dia, muito ruim! E38 (Mulher, 28 anos)

Foram mencionadas também demandas relacionadas ao Programa Bolsa Família, as quais consistiram em informações sobre atualização e período de cadastramento de novos membros, alcançando 8% dos entrevistados, conforme destaca E17:

Essa bolsa é uma coisa boa demais, sempre a gente tem um troquinho porque às vezes as coisas tá tão difícil e com isso que na hora diz é preciso recadastrar eu vou atrás dessa informação” (Mulher, 29 anos).

Este foi um Programa criado em 2003, financiado e executado pelo Governo Federal, gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS) que, dentre seus objetivos, enfoca o combate à pobreza e outras formas de privação das famílias.

A investigação de Ferreira (2012) na Comunidade de Santiago do Iguape (Cachoeira – BA) sobre o Programa Bolsa Família reforça a importância de informações sobre o cadastramento dessas famílias, sobremaneira para as mulheres beneficiárias prioritárias, ajudando-as “[...] na compra de alimentos, remédios, vestimentas, e também em melhoria nas condições de moradia [...]” (FERREIRA, 2012, p. 75). Para tanto, esse benefício impacta positivamente na vida dessas famílias ao possibilitar melhoria das condições de vida dessa população, mas não pode findar em si, exige que sejam desenvolvidas políticas efetivas para diversificação da renda nessas localidades.

Os dados evidenciaram, em menor porcentagem, outras necessidades inerentes à comunidade para além das anteriormente mencionadas, agrupadas na subcategoria **economia**. Assim, em razão das questões socioeconômicas, as mulheres buscam estratégias para maximizar a renda familiar. A pesquisa de preço, por exemplo, é uma ação que busca economizar os poucos recursos que recebem mensalmente, conforme apresentam E45 e E44 respectivamente:

Quando eu vou receber dinheiro eu vou procurando coisinha (açúcar, café, sabão...) de casa mais encontra, então essa é uma informação que busco pra ver se rende mais [rsrs]. (Mulher, 66 anos)

[...] Assim negócio da comida, às vezes a gente se desloca daqui pra Bequimão [município vizinho, mais próximo da Comunidade que a sede, Alcântara] pesquisando nos comércios onde tem coisa mais encontra para ver se economiza um dinheirinho! Assim, no comércio daqui [Comunidade] o açúcar é R\$3,50 e lá a gente acha de R\$ 2,50, aí se eu economizar comprando 4 kg de açúcar, já sobra pra eu comprar o fósforo;[...] Às vezes tem gente que

diz tu só compra lá fora, mas a gente tem que pichinchar porque tudo está tão caro e se não o dinheiro termina e as necessidade fico tudinho! (Mulher, 64 anos)

A renda advinda da aposentadoria não supre todas as necessidades materiais desses informantes e faz com que desenvolvam outras atividades, consoante salienta E44:

Às vezes também tem gente que diz: tu é aposentada e não tem precisão de fazer louça!!! Qui!! Porque a minha casa sou eu que manto, se precisar de um caído eu que tenho que comprar, de um tudo, sou eu mesmo; aí eu tenho que ir interando porque eu não vou viver só dessa aposentadoria; tenho que trabalhar pra mim render: eu crio uma galinha, eu planto uma banana, uma laranja, porque já pensou?! Fazer as coisas também é uma saúde pra gente, e parece assim que, de manhã, eu tenho que caçar uma coisa para mim fazer, movimentar o corpo! E44 (Mulher, 64 anos)

Na fala de E44, é possível perceber ainda que a prática dessas atividades para manutenção do bem-estar econômico tem relação estreita com a saúde, constituindo-se na diversificação de afazeres laborais que não resultam essencialmente em ofício árduo, pesado, mas em prazer que alimenta o corpo são. Logo, as necessidades relatadas por essas mulheres refletem a importância e o modo de lidar com recursos naturais e com os escassos orçamentos financeiros para o sustento familiar.

Ademais, os respondentes trazem demandas informacionais acerca de **projetos** para Associação (2%), já que são possibilidades de parcerias que podem ajudá-las a galgar novas oportunidades para melhoria da Comunidade, incrementando a renda local.

Outra subcategoria de necessidades informacionais evidenciada nos dados coletados está agrupada em **infraestrutura (7%)**, composta pelas temáticas poço artesiano e transporte. As demandas informacionais para construção de um **poço artesiano (2%)** na localidade, conforme destaca E45 é uma lacuna atual

[...] agora a informação que quero é de um poço, pra gente trazer pra cá. No tempo de seca a preocupação da gente é enorme, aquela outra rua não tem onde eles buscar água pra beber, pra lavar, pra banhar e ali pra cima eles não tem também [...] (Mulher, 68 anos).

Esta é uma necessidade vital para existência do *homo sapiens* que precisa ser atendida urgentemente. Na Comunidade de Itamatatiua, em 2000, foi construído o primeiro poço, porém não atende todas as famílias. Por isso, a preocupação, sobretudo, das mulheres itamatatiuenses que sofrem os impactos diretos pela ausência desse serviço em suas residências, necessitando realizar mais tarefas pesadas dentro de uma rotina que já é muitas vezes exaustiva. Além disso, o carregamento de potes/baldes ao longo da vida compromete precocemente a saúde física dessas mulheres.

É válido salientar que nas comunidades quilombolas esta é uma demanda cada vez mais negligenciada pelo Estado brasileiro que muitas vezes se utiliza de artifícios para afastar essa população dos recursos hídricos, como no Quilombo Rio dos Macacos, Simões Filho, Bahia (ADAILTON, 2017; ASSOCIAÇÃO..., 2012), nas comunidades removidas das margens do Rio Setúbal, Minas Gerais (QUILOMBOS..., 2017), e em diversos municípios do Brasil afora. Esta é uma necessidade constante das mulheres desfavorecidas das áreas rurais de diferentes lugares do mundo, evidenciadas nas pesquisas de Elias e Karippai (2014), realizado no Conselho Administrativo Dire Dawa, leste da Etiópia, de Mchombu e Mchombu (2014) na Namíbia, África. São exemplos de demandas informacionais referentes a problemas decorrentes da falta de abastecimento de água, apresentados pelas mulheres.

A necessidade informacional na subcategoria **transporte** é explicitada no relato de E45:

Outra informação que eu busco demais mas ainda não me dero é sobre como trazer um transporte, assim uma linha que entre aqui na Comunidade porque é muito ruim a gente quer ir pra Ramundo Su, a gente não tem esse transporte que faça isso aqui pra nós! As crianças, os idoso, as mãe é muita luta porque não tem e se passa mal tem que ser de moto quando a gente encontra, é ruim demais e pra ir andando nós já não dá mais conta.

A ausência evidenciada por E45 reflete-se no isolamento e não acesso a serviços básicos, como saúde e educação, que requerem transporte público para deslocamentos a comunidades próximas, a sede do município ou a municípios circunvizinhos, impactando sobremaneira na vida dos idosos e das crianças. O atendimento dessa necessidade pode contribuir para locomoções mais acessíveis, com mais igualdade de oportunidade e inclusive apresentar melhorias no que se refere ao acesso e uso de novas informações, conquistas para os núcleos familiares de Itamatatua.

Ainda buscas de informação sobre familiares é outra necessidade destacada pelos itamatatiuenses, conforme relatam E36 e E37:

Assim, as informações que são prioridade pra mim são de minha família, às vezes chega alguém dando uma informação, aí a gente fica curiosa, fico logo preocupada e quer saber, se possível, vai atrás, viaja...eu quero informações sempre de minha família! E36 (Mulher, 38 anos)

Assim, informação que eu busco muito é sobre minha família, assim dos meus irmãos, filhos, parente que moro fora e dos daqui também. E37 (Mulher, 51 anos)

Depreende-se que essas lacunas sejam oriundas do êxodo de jovens e adultos que, em busca do atendimento de necessidades básicas (educação, trabalho) não supridas na localidade, dirigem-se a outros lugares, causando preocupação e curiosidade nos que ficam. De outro lado, a preocupação com a obtenção de informações sobre esses entes expressa marcas das relações construídas com base na união, solidariedade, companheirismo, ainda fortemente presentes nos

laços sociais das áreas de comunidades quilombolas, conforme enfatiza Almeida (2009). Cabe destacar ainda que essa necessidade não foi localizada em outras pesquisas que investigam necessidades de mulheres de áreas rurais.

Houve demandas informacionais relacionadas também a questões de **lazer/cultura** (4%), tais como E19:

Eu gosto de ter informação do meu tambor, assim quando eu sei que tem um tambor eu vou atrás, bem como agora, eu vim dançar, eu tava ali sozinha, fora das minhas [amigas, coreiras] daqui, só das de lá, eu graças a Deus onde eu chego, eu faço logo amizade, as daqui não foro, eu fiquei lá sozinha. E agora eu vou embora pra casa. Virge, mas do tambor eu gosto demais, me sinto feliz [os olhos brilhavam ao falar da felicidade de dançar tambor]! [Dança que aprendeu sozinha ainda na juventude]. E19 (Mulher, anos)

O relato de E19 demonstra que as ausências informacionais também se referem a questões locais, manifestações culturais, como o Tambor de Crioula que, mesmo sendo dançado por um grupo diferente, não se mostra como entrave para que seja buscado e vivido. Para Furtado, Pedroza e Alves (2014, p. 107), a cultura quilombola “[...] permite aos indivíduos expressarem seus valores e princípios e vincularem-se de forma simbólica e afetiva ao grupo”. Esses autores falam de um epistemicídio de saberes de povos não brancos, sendo necessário maior fomento a esses elementos que demarcam a identidade das mulheres itamatatiuenses. Em face disso, a cultura, na visão de Menou (1996), deve ser compreendida como importante elemento produtor de informação.

Nos últimos anos, a violência vem atingindo proporções alarmantes em diferentes localidades do país e o contexto itamatatiuense também sofre os impactos dessas alterações sociais, que criam demandas informacionais entre os moradores para identificar quem são os responsáveis pelos furtos e assaltos que vêm ocorrendo nas redondezas e nos quintais dos moradores da Comunidade. A fala de E21, que compõe 2% das necessidades agrupadas, é evidenciada na temática **segurança**:

A informação que busco é muito pra gente saber quem são os cara mal fazejo, quem são os cara que entro no quintal dos outro pra querer tá roubando, aí a gente já fica sabendo todo mundo. Agora tem uns cara que dero pra querer assaltar. Antigamente nós não tinha nada disso.

E21 prossegue focando que os moradores necessitam se unir para exigir das autoridades atitude de correção dessa situação:

[...] mas nós precisa se juntar e pedir que tire eles seja de qual jeito for daqui! [...] já disse para Irene pra a gente se organizar e ir denunciar isso porque eles estão prejudicando nós daqui [...] A gente já tem é medo, ficou muito perigoso, mataro Tamatatiua! (Homem, 59 anos).

Entretanto, E21 desconhece que a situação que gera insegurança e violência (roubos, furtos) que vem os amedrontando é originária das exclusões raciais, econômicas, sociais, educacionais ainda não supridas, segundo as próprias temáticas já suscitadas nas subcategorias anteriormente. Em virtude dessas privações, os jovens negros no Brasil, da faixa de 15 aos 29 anos, de acordo com o Mapa da Violência (2016), representam as maiores vítimas tanto dos homicídios quanto dos envolvidos com o crime no país. Os jovens da Comunidade envolvidos nas situações de violência descrita por E21 são algumas vezes rapazes que vão para capital, sem as devidas condições para conquistar um emprego, tornam vítimas fáceis dos crimes nas periferias de São Luís. Trata-se de jovens que, segundo os moradores, retornaram com os “maus hábitos” e acabam promovendo na localidade “situações que adoecem as mães”.

Outra subcategoria referente à necessidade informacional dos itamatatiuenses foi **titulação do território**, a qual causou estranheza ser aludida por apenas 2% dos entrevistados, já que é com esse direito efetivado que será possível assegurar a continuidade histórica e cultural dos itamatatiuenses. A luta pelas terras é tão relevante quanto à da educação, visto que a titulação definitiva poderá sanar inúmeros conflitos que colocam a vida de tantos quilombolas em risco, inclusive ceifando vidas de líderes, muitas vezes mulheres e suas famílias. As estatísticas evidenciam que o Estado do Maranhão, nas duas últimas décadas, acumula a cifra de ter registrado a maior percentagem de conflitos latifundiários do país, em que pelo menos cinco líderes quilombolas tiveram suas vidas ceifadas por conta das disputas pela terra desde 2010 (AZEVEDO, 2017), situação que coloca em constante insegurança a vida das famílias quilombolas.

Houve necessidades informacionais acerca dessa questão que não foram explicitadas nas entrevistas, mas despontaram nas conversas informais, tais como a referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239/04 que discute a constitucionalidade do Decreto Federal nº 4887/03¹⁴⁶, no Supremo Tribunal Federal. Ao questionar lideranças e demais moradores acerca da ADI e do conhecimento de sua votação, era notório o desconhecimento dessas questões de extrema relevância para decisão da titulação do território de Itamatatiua e das comunidades quilombolas do país. Algumas indagações foram suscitadas a respeito da titulação das terras, demonstrando desconfiança acerca das probabilidades de solução para a situação, como a de E44 “será que receberemos o título dessas terras mesmo?” A respondente acredita que: “no período de Roseana [ex-governadora do Maranhão] ela tava arrumando, e agora o INCRA tá vindo de novo pra dizer alguma coisa pra gente” (Mulher, 64 anos, diário de campo). Essa fala evidencia como direitos

¹⁴⁶ Este Decreto trata dos procedimentos administrativos de titulação dos territórios quilombolas, direito esse garantido no art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988.

conquistados precisam ser fomentados e discutidos na localidade para que a população se aproprie e se fortaleça para lutas legais.

E, por fim, com menores citações, as necessidades para preparação de **comidas** (1%), **financiamento** de editais para melhoria de **habitações** (1%). Sobre a demanda por comida, **E12** salienta “eu gosto de buscar receita de comida, de uma torta que não sei fazer” (Mulher, 22 anos). Percebe-se como os canais de atendimento dessas necessidades - os programas televisivos de culinária -, contudo, ainda são alimentos que não valorizam a adoção de produtos naturais, colhidos nos quintais (horta/roça) dessas mulheres. A pesquisa de Ferreira (2012, p. 118) evidenciou que a alimentação dos itamatatienses “[...] é rica em carboidratos e pobre em minerais e fibras”, cenário alimentar que assemelha ao período de campo realizado nesta investigação.

Tem sido recorrente o fomento em áreas quilombolas de cursos que valorizam os produtos locais, a combinação para melhor extração das fontes proteicas, mais nutritivas que os industrializados (refrigerantes, biscoitos recheados, enlatados), consumidos pelos mais jovens da localidade. Entretanto, na Comunidade as condições e as informações ainda parecem distante para inserção cotidiana nas práticas alimentares.

No que se refere à busca por necessidade sobre financiamento, na lista foram citadas necessidades de investimentos para **Festa e casa**, conforme destaca E44:

Eu tava querendo uma informação também de um negócio que eu vi na televisão porque tem uma moça aqui que tem um monte de filho. Ela não veio nas reuniões do Minha Casa, Minha Vida e com isso ela não ganhou a casa dela e eu vi esse negócio no Jornal, diz que eles financio os materiais pra arrumar a casa. Ôww eu não peguei direito, mas fiquei pensando nela porque ela tem muita pobreza e a casa tá muito fraca. Tu te informa pra trazer essa informação pra nós? Porque agora eles tão dizendo que as casas pelo Minha Casa/Minha Vida não vão nem mais sair. (Mulher, 64 anos)

Devido ao contexto de políticas públicas, tem sido recorrente através da luta das lideranças, a conquista de benefícios para localidade através de editais de financiamento, situação que pode favorecer o atendimento de necessidades emergências como a de habitação.

Ainda referente à análise das necessidades informacionais, nota-se que as mulheres engajadas nas atividades políticas e de liderança na Comunidade tiveram mais facilidade em destacar suas demandas informacionais e em apresentar frequentemente múltiplas necessidades, individuais e coletivas. Acerca desta questão E44 afirma “ahhhhhhh, eu mesmo preciso de várias informações e eu preciso ir atrás, eu tenho de ir atrás, aqui pro Centro, tá mim informando pra trazer pra dentro do Centro de Produção (Mulher, 64 anos, liderança da Comunidade)”. A outra é E45 “é sobre saúde, minha cerâmica, as da roça, essas informações são todas

importantes para mim; eu gosto muito, eu gosto muito das minhas informações, virgem, de tirar dúvidas, de saber mais!” (Mulher, 66 anos, liderança da Comunidade). Cabe ressaltar que estas mulheres evidenciam claramente suas necessidades informacionais.

É possível afirmar, a partir dos dados, que as necessidades informacionais dos itamatatiuenses não estão relacionadas somente ao contexto externo, são demandas que reforçam questões culturais, valores e modos de vida locais. Portanto, são necessidades que precisam ser analisadas, compreendidas e identificadas para que os serviços e produtos informacionais sejam desenvolvidos, respeitando a tradição oral e sobremaneira atendendo suas necessidades.

Os resultados apontados nesta investigação se assemelham às necessidades encontradas por especialistas que detectaram categorias de informações necessárias para o combate à pobreza e ao analfabetismo. Nesse sentido, estudos realizados por Mchombu e Cadbury (2006) delinearão duas grandes categorias que se assemelham às apontadas neste estudo: a primeira incluiu informações de sobrevivência, relacionadas à saúde, habitação, renda, proteção legal, oportunidade econômica, direitos políticos, dentre outras; e a segunda, informações de ação do cidadão, aquelas necessárias para participação efetiva como indivíduos ou membros de um grupo no processo social, político, jurídico e econômico. O atendimento dessas necessidades poderia ajudar na realização de melhorias relevantes no nível de vida das pessoas.

Espaços informacionais são necessários para subsidiar o atendimento dessas necessidades, conforme apontam pesquisas de Mchombu e Cadbury (2006) em que essas lacunas têm sido sanadas pelos sistemas de bibliotecas e centro de informação em países africanos (Uganda, Namíbia, Malawi), mostrando acréscimos econômicos, políticos na vida dessas pessoas, nas quais os serviços e produtos fornecidos por essas unidades auxiliam no processo de alfabetização e dão condições de alimentação dessas ações, incentivando o acesso à informação e disseminando conhecimentos focados no atendimento daquelas demandas.

Cabe salientar que a caracterização e mapeamento das necessidades informacionais dos itamatatiuenses realizada nesta tese é apenas a primeira etapa para evidenciar o papel do profissional da informação no atendimento ativo de carências que promovem exclusões e marginalizações a determinados grupos, ao longo do processo formativo da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, os estudos realizados pela CI podem auxiliar na preservação de valores, tradições, cultura, fortalecimento de questões educacionais, de saúde, econômicas, demasiadamente necessárias para a continuação e resistência de uma história que um poder hegemônico insiste em aniquilar.

O profissional da informação consciente de suas potencialidades relativas às informações e conhecimentos produzidos por esses atores, transmitidos pela oralidade, pode atuar na conexão, valorização e disseminação de informações locais e externas fundamentais para o fortalecimento da identidade dessas mulheres.

Assim, o mapeamento das necessidades de informação pode se tornar nas realidades quilombolas importante instrumento para aquisição de informações necessárias para reforçar o exercício da consciência crítica, elemento indispensável para o processo de autonomia e empoderamento desses atores. Concomitantemente, possibilitando-lhes ampliar a compreensão do contexto socioeconômico e político em que estão inseridos para busca por mudanças e transformações históricas e legítimas em seu cotidiano. Nesta direção, Mchombu e Cadbury (2006, p. 6, tradução nossa) afirmam que “[...] as comunidades pobres rurais e urbanas são mais capazes de enfrentar problemas e introduzir mudanças sociais se puderem obter informações relevantes para suas necessidades e interesses. [...]”. Assim, a análise realizada na presente investigação consiste em um processo imprescindível para o desenvolvimento de serviços informacionais personalizados, condizentes com a oralidade que permeia o histórico das populações quilombolas, o que, por sua vez, pode incentivar o processo de alfabetização e apresentar impacto direto na redução da pobreza.

É cabido destacar a predominância de serviços e produtos informacionais ofertados, sobremaneira aos que já são alfabetizados (pesquisadores, cientistas), atores que historicamente constituem a elite brasileira (governo, fazendeiros, empresários) já incluídos informacionalmente em razão da classe a que pertencem. Por outra parte, a maioria do contingente populacional é constituída de não usuários desses serviços, sendo necessário que o profissional da informação amplie seu olhar e se volte para os excluídos e desfavorecidos, auxiliando-os no processo de inclusão e democratização da informação que, para Demo (1995), é uma das importantes etapas para a construção da cidadania, conquista de direitos civis, políticos e sociais. Ou seja, a partir de conhecimentos que os levem à conscientização do papel que podem desempenhar socialmente, vislumbrando possibilidades que ultrapassem os saberes formalmente instituídos, em direção a inúmeros não usuários dos sistemas de informação do Brasil, que carecem de informação para o desenvolvimento de protagonistas em prol da libertação das amarras sociais, educacionais, políticas, econômicas que os prendem e atormentam, mas que ainda resistem.

O papel do Estado é imprescindível no atendimento não só instituindo políticas -públicas que “solucionem” os problemas evidenciados na análise das necessidades informacionais dos itamatatienses, mas contribuindo para sua efetivação. Estudos realizados sobre as políticas

públicas para estas comunidades, a exemplo de Gonçalves (2017, p. 106), demonstram que elas são “[...] elaboradas de maneira tão abstrata e carregadas de burocracia [...]” que muitas vezes não são compreendidas por muitos no quilombo. Desse modo, sua efetividade é permeada por problemas de diversas instâncias, a saber: escassez de recursos, gestões que envolvem a participação de inúmeros atores e interesses e a própria ausência de informações e conhecimentos, como já expostos nesta investigação, constituindo-se em barreiras que não propiciam a mudança desse cenário de pobreza e carências que circundam essas populações. O contexto exposto demanda ações sérias e comprometidas do Estado na elaboração de políticas públicas mais eficazes e desburocratizadas que envolvam os próprios atores na construção de modelos executáveis de melhoria de suas vidas.

Outrossim, as necessidades informacionais suscitadas pelos depoentes investigados nesta tese constituem o rol dos direitos sociais (educação, saúde, alimentação, moradia, lazer, segurança, entre outros), elencados no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 2014), ou seja, direitos fundamentais que o Estado brasileiro precisa assegurar “[...] para que a pessoa não apenas tenha condições de sobreviver, mas sim de ter uma vida digna, ou seja, que possa viver em condições satisfatórias [...]” (VAZ, 2010, online), logo intimando o Estado a agir e buscar estratégias urgentes para a realidade dessas comunidades.

Enfim, as comunidades quilombolas, com diferentes culturas, contribuíram para que se pudesse estabelecer essa resistência contra o modelo excludente, oriundo do processo escravocrata no país, que promoveu distanciamento social, econômico e cultural entre atores que compõem a nação brasileira. Em razão dessa constatação, delineada em diferentes estudos apresentados no decorrer desta análise, é que se concebe a relevância de investigações sobre necessidades informacionais de comunidades com essas características, a fim de que se possa ampliar a luta pelas conquistas sociais de um Estado que promove a desigualdade, o racismo e a elitização de determinada classe.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as necessidades informacionais das mulheres itamatatiuenses conduzidas pela etnografia, ao longo de quatro anos, permitiu-nos alcançar relevantes constatações acerca do acesso e uso da informação desse grupo, residentes em área rural e marcadas por deficiências em políticas públicas, que podem contribuir com os estudos teórico-metodológicos na Ciência da Informação, apresentadas no decorrer destas considerações.

A revisão de literatura realizada permitiu ampliar a compreensão acerca do objeto investigado, abrangendo conceitos e históricos de comunidades quilombolas, necessidades, acesso e uso de informação. Nesse levantamento, constatou-se que os estudos de necessidades informacionais para mulheres residentes em áreas rurais são ainda exíguos na literatura nacional neste campo. Outro ponto a ser destacado é que o aparato legal conquistado nas últimas décadas para a inclusão dessa população não atingiu a realidade excludente que caracteriza essas localidades.

No que se refere aos objetivos delineados para consecução desta investigação, considera-se que foram atendidos, tendo em vista que os itamatatiuenses foram caracterizados (primeiro objetivo), evidenciando os dados socioeconômicos que permeiam essa Comunidade. Podendo-se afirmar, em síntese, que os entrevistados pertencem ao gênero feminino, adultas, com baixa ou nenhuma escolaridade, renda dependente de programas governamentais e, geralmente, inferior a 1/3 do salário-mínimo.

Quanto ao segundo objetivo, identificar como as mulheres quilombolas acessam e usam a informação, constatou-se que os avanços tecnológicos de comunicação, TICs e a Internet, ainda não se constituem uma realidade concreta nesse lugar, ao considerar que da amostra investigada há uma precariedade relacionada às novas tecnologias de informação e comunicação. Outro ponto a ser enfatizado nos resultados alcançados deste objetivo é que a mídia televisiva se constitui na segunda fonte mais usada para obtenção de informações, situação que embora compreendida, em razão das exíguas alternativas disponíveis na Comunidade, causa preocupação porque o propósito desses veículos é, em geral, diferente da formação cidadã, que muitas vezes impacta negativamente na vida dessas populações.

É notório que mesmo com a inserção de outras mídias na localidade, ainda há predominância das redes humanas para obtenção de informação. Fato que evidencia a consciência de que é uma rede que pode favorecer a busca pela informação mais confiável para atendimento das necessidades informacionais. Por outro lado, pode-se inferir que informações

que não agreguem valor à história identitária, tendendo a eleger o discurso do outro como “verdadeiro”, mostram-se como perigo para continuação da história, sobretudo, se advier de pessoas que não possuam vinculação com a localidade.

Em resposta ao terceiro objetivo, ao mapear as informações, foi possível perceber que as necessidades dessas mulheres estão ligadas sobremaneira ao atendimento de questões primárias: saúde, educação, moradia, o que se explica, de certo modo, pelas carências e ausências deixadas pelo processo escravocrata, agravada ao longo dos séculos pela desassistência do Estado.

Ao verificar a efetividade das políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades informacionais (quarto objetivo), constatou-se que há hiatos discrepantes que levam as itamatatiuenses a vivenciarem a desagregação de famílias em razão da quase ausência do Estado no que tange à educação formal, assistência à saúde, trabalho, tendo em vista que se deslocam para outras localidades em busca desses serviços.

O esforço de busca de informação para a melhoria da Comunidade pelas líderes poderia ser ampliado, caso possuíssem serviços e produtos personalizados para o atendimento de suas demandas, visto que no novo cenário de criação de leis e políticas públicas ainda é notória a necessidade de mediação dessas informações para que essas mulheres alcancem as conquistas para aplicação desses instrumentos em suas realidades.

É relevante destacar que se é consciente das limitações que os profissionais da informação possuem para ter acesso as comunidades rurais e, conseqüentemente, elaborar produtos e serviços que atendam às necessidades informacionais. As barreiras variam desde ausências de políticas públicas voltadas para essas comunidades à formulação dos currículos, que não contemplam condições teóricas e metodológicas para interação nessas realidades, porém, ciente do poder de transformação que a aquisição da informação precisa promover nessas realidades. Para tanto, convoca-se os profissionais da informação, docentes (reformulação de currículos), órgãos da classe (Conselhos, Sindicatos) a refletirem e buscarem estratégias, parcerias para atuarem nesses grupos, visto que as discussões em torno da questão revelam que a sociedade brasileira só se tornará “democrática de verdade” quando os excluídos tiverem voz e puderem lutar ativamente em favor da sua própria autonomia e empoderamento.

Compreende-se que para ocorrência dessas ações o fornecimento de informação é imprescindível e, nessa perspectiva, a formação de consciência crítica, a partir dos cursos (Biblioteconomia) pode minimizar práticas informacionais direcionadas demasiadamente para o atendimento das elites (empresários, cientistas, pesquisadores). É preciso que o “levar informação” seja uma questão de alteridade, que inclua aquelas que lutam pela sobrevivência

nas áreas rurais do país, que também contribuem com impostos, mas são impedidos, no século XXI, de frequentar escolas, terem seus saberes tradicionais de saúde respeitados e incluídos nos sistemas de saúde onde estão situados, dentre outros, como visto na história dos itamatatiuenses nesta tese. Por isso, levar informação, conhecendo as condições culturais do outro, permite compreensão mais ampla de quais informações necessitam para mudar o cenário de exclusão que os oprime e marginaliza.

Outrossim, o conhecimento advindo da vivência *in loco* permitiu compreender que o atendimento das necessidades informacionais requer ações coletivas de instituições, profissões, academia, visto que expressam buscas para solução de problemas do cotidiano que interferem diretamente na qualidade de vida daquelas famílias. Para isso, faz-se necessária a promoção de cursos de capacitação, parcerias com instituições que auxiliem no trabalho de disseminação de informações que propiciem autonomia, empoderamento, possibilidades concretas para ajudar a promover uma vivência digna para essas mulheres e suas famílias, assim como é necessário repensar a responsabilidade do Estado e as deficiências das políticas públicas direcionadas para essa comunidade.

Observa-se também que há necessidade de sistematização/organização/registro de um saber (conhecimento) que circula na comunidade em várias esferas, seja no campo da saúde, da política, da educação, da produção coletiva da cerâmica, da agricultura, das práticas culturais, um saber que advém da oralidade e tem sido transmitido como informação de geração para geração. No entanto, percebe-se, na contemporaneidade, um momento delicado dessa transferência, visto que o processo de modernidade e globalização tem mesmo que timidamente afetado estas comunidades. Esse movimento é visto nas falas/depoimentos de várias pessoas entrevistadas ao manifestarem uma dificuldade de transmissão desses saberes às gerações mais novas que passam a demandar outros interesses, sobretudo pela vida moderna que envolve meios técnicos e tecnológicos. Nesse sentido, apontamos que se faz necessário organizar os saberes dessa comunidade em algum suporte que possa ser registrado para futuras gerações, a fim de que se possa evitar o apagamento da memória. A comunidade em estudo embora apresente necessidades de informações, o que é natural no mundo mediado pelas tecnologias informacionais, necessita sim, preservar aquelas construídas e tecidas pelas interações pessoais, relacionais, comunicacionais e tecnológicas ali existentes.

Ao final desta investigação, em que não se teve a pretensão de ser conclusiva, almeja-se poder contribuir com reflexões e construções acerca da temática necessidades informacionais e comunidades quilombolas. Além disto, ser um espaço, um lugar de fala para que as mulheres

itamatatiuenses possam denunciar suas condições de sobrevivência que ferem a dignidade humana, além de compartilhar seu legado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. **Women and Self-Representation in Quilombos and Comunidades Remanescentes de Quilombo**. 2014. Não publicado.
- ADAILTON, F. Marinha ergue muro, e quilombolas na Bahia temem ficar sem acesso a água. **Uol notícias**, 08 jan. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/08/quilombo-na-bahia-fica-sem-acesso-a-agua-apos-ocupacao-da-marinha.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma questão redefinida (1995- 1997). **BIB**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 51-70, 1. sem. 1998.
- _____. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006. v. 1
- _____. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (Estratégias de reprodução social, v. 2).
- ALMEIDA, C. D. de; NEULS, G. S.; GUINDANI, J. F. Rádio Comunitária Quilombo FM: comunicadores comunitários, sujeitos da sua história, cidadãos da sua cidade. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ, 5., Guarapuava/PR, 2009. Disponível em: <http://www.unicentro.br/redemc/2009/68%20radiocom%20almeida_neuls_guindani%20OK.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- ALMEIDA, M. da C. P. de. O Movimento quilombola na baixada ocidental maranhense: história, memória e identidade de comunidades remanescentes de quilombos em Pinheiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ANPUH, 2013. P. 1-13. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371343653_ARQUIVO_OMovimen toquilombolnaBaixadaMaranhense.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2016.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
- AMADIUME, L. **Reinventing Africa, matriarchy, religion and culture**. London: Zed Books, 1997.
- AMARAL, A. J. P. **Etnologia, educação e ambiente nos quilombos da Amazônia**. Belém: Mimeo, 2005.
- ANASI, S. N. I.; UKACHI, N. B. Millennium Development Goals, Information Literacy and young women empowerment: the role of an NGO Resource Centre in Nigeria. **International Journal of Information Research**, v. 1, n. 2, p.103-115, 2011.

ANDRADE, L. M. M. de. (Org.). **Mulheres quilombolas e desenvolvimento sustentado**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 2004.

ANDRADE, L. M. M. de. Instrumentos internacionais. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Quilombolas e a legislação. 2008. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/htm/leis/conheca_quilombos_instrum.htm>. Acesso em: 06 jun. 2016.

ANDRADE, L. M. M. de. Terras quilombolas: publicados decretos de desapropriação assinados por Dilma Rousseff. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Blog da CPI-SP**. São Paulo, abr. 2016. Disponível em: <<http://comissaoproindio.blogspot.com.br/2016/04/terras-quilombolas-publicados-decretos.html>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

ANDRADE, L.; TRECCANI, G. Terras de Quilombo. In: LARANJEIRA, R. (Coord.). **Brasileiro Direito Agrário**. São Paulo: LTR, 2000.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995 (Série Prática Pedagógica).

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANJOS, R. S. A. dos. **Cartografia e cultura: território dos remanescentes de quilombos no Brasil**. 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/rafaelsanzio.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

AQUINO, M. de A. **Memória da ciência: A (in) visibilidade dos/as negros/as representadas na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba (Relatório de Pesquisa)**. João Pessoa, 2013.

ARAÚJO, C. A. Á. O sujeito informacional no cruzamento da ciência da informação com as ciências humanas e sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, ANCIB, 2013.

ARRAES, J. E. Dandara dos Palmares, você sabe quem foi? Questão de gênero, 7. nov. 2014. **Forum**. Disponível: <<http://www.revistaforum.com.br/questaodegenero/2014/11/07/e-dandara-dos-palmares-voce-sabe-quem-foi/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

ARRUTI, J. M. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, p. 107-142, jan/abr. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3454/7619>>. Acesso em 28 jul. 2017.

_____. Políticas públicas para quilombos: um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da Saúde. **Tempo e Presença digital**, v.3, n. 11, jul. 2008. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=208&cod_boletim=12&tipo=Artigo>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADCT. In: TEXTO para discussão: Projeto Egbé – Territórios negros (Koinonia), 2003.

_____. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, M. de.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. cap. 3, p. 75-110. Disponível em:<http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=208&cod_boletim=12&tipo=Artigo>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ARRUTI, J. M. et al. Diversidade e desigualdade: contribuição metodológica ao estudo demográfico da população quilombola no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19.; 2014, São Pedro/SP. **Anais...São Paulo**, 2014, p. 1-16. Disponível em:<<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2252/2207>>. Acesso em 28 jun. 2016.

ASSOCIAÇÃO DAS EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO DO PARANÁ. **O rádio é um dos principais canais de informação na cobertura eleitoral**, 14 out. 2016. Disponível em:<<http://aerp.org.br/portal/o-radio-e-um-dos-principais-canais-de-informacao-na-cobertura-eleitoral/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE ITAMATATIUA (Alcântara, Maranhão). **Estatuto**. Alcântara, 1989.

ASSOCIAÇÃO de remanescentes de quilombo do Rio dos Macacos. 2012. Disponível em:<<https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20214.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

ASSUNÇÃO, L. **Jatobá: ancestralidade negra e identidade**. - Natal, RN: EDUFRRN, 2009.

ASSUNÇÃO, M. Quilombos maranhenses. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro enigma, 2012.

AZEVEDO, A. **O mulato**. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

AZEVEDO, S. Comunidades quilombolas no MA se recusam a pagar taxa de uso a fazendeiros. **Uol notícias**, 21 dez. 2017. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/21/comunidades-quilombolas-no-ma-se-recusam-a-pagar-taxa-de-uso-a-fazendeiros.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

BALEIRO, Z. Mamãe Oxum. Intérprete: Zeca Baleiro. In: BALEIRO, Z. **Por onde andaré Stephen Fry?** Rio de Janeiro: MZA Music, 1997. 1 CD. Faixa 3.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero reto e Augusto Pinheiro. Edição e revista atualizada. Lisboa: Edições 70, LDA, 1977.

BARBOSA, M. **Um as mulheres que dão no couro**. São Paulo: Empório de `Produções e Comunicação, 2006.

BARBOSA, S. M. S. **O poder de Zeferina no Quilombo do Urubu: uma reconstrução histórica político-social**. 2003. 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciências

da Religião), Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2003.

BARRETO, A. de A. Transferência da informação para o conhecimento. In: AQUINO, M. de A. (Org.) **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: ed. Universitária, p. 49-59, 2002.

BARRETO, M. A. P. **Os voduns do Maranhão**. São Luís, Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; MENDONÇA, R. **Sobre as utilidades do Cadastro Único**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Texto para discussão nº 1414. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1414.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2016.

BARROS, D. S.; SAORIM, R. N. S.; RAMALHO, F. A. Necessidades informacionais e comportamento de busca da informação dos vereadores da câmara municipal de João Pessoa - Paraíba. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 18, n. 3, p. 171-184, 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/7590>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BASTIDE, R. **As Américas negras**. São Paulo: Difusão Européia/Editora da USP, 1974.

BELKIN, N. J. Anomalous State of Knowledge as basis for information retrieval. **The Canadian Journal of Information Science**, Toronto, v. 5, p. 133-143, 1980.

BETTIOL, E. M. Necessidades de informação: uma revisão. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 18, n. 1, jan./jun. p. 59-69, 1990.

BOFF, R. J. Técnicas de reunião: ferramentas para gestão. **InterLink**, v. 3, n. 3, p. 28-58, jan./jul. 2016. Disponível em: <<http://187.45.244.77/ojs-3.1.0-1/index.php/InterLink/article/download/34/63>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BORGES, M. E. As mulheres em África: dinâmicas informais de socialização, educação, reprodução e inovação cultural. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 22, n. 8, p. 7-33, jan./abr. 2005.

_____; FREITAS, J. M. Perspectivas histórico-educacionais do associativismo feminino na África e no Brasil – memórias solidárias: Mandjuandades na Guiné-Bissau e a Irmandade da Boa Morte na Bahia. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 22, n. 8, p. 34-54, jan./abr. 2005.

BOTELHO, J. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Conferência nacional de educação, construindo o Sistema Nacional articulado de Educação, o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias: Documento Final**. Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 76/2013 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, 2014.

BRASIL. Decreto-lei **no** 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 nov. 2003. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 06 jun. 2016.

BRASIL. Governo do Brasil. **Pesquisa revela que mais de 100 milhões de brasileiros acessam a internet**, 13 set. 2016a. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2016/09/pesquisa-revela-que-mais-de-100-milhoes-de-brasileiros-acessam-a-internet>>. Acesso em: 03 set. 2017.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Tambor de crioula no Maranhão**: parte 1. 2007. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/ma/videos/detalhes/104/tambor-de-crioula-no-maranhao-parte-1>>. Acesso em: 20. out. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de bens móveis e integrados Maranhão e Piauí**: Capela de Sta. Tereza D'Ávila, Itamatatuiua, Alcântara. São Luís: MinC/ IPHAN, 1999. v. 12.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Programa Saúde da Família: ampliando a cobertura para consolidar a mudança do modelo de Atenção Básica. **Revista brasileira saúde maternidade infantil**, Recife, v. 3, n. 1, p. 113-125, jan/mar. 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v3n1/a13v03n1.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Temático Saúde da População Negra**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia, 2016**: relatório final. Brasília: SECOM, 2016b. Disponível em:<<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 03 set. 2017.

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 nov. 2012, Seção 1, p. 26. Disponível em:<<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: 14 out. 2017.

BRASIL. Secretaria da cidadania e da diversidade cultural. Portaria nº 36, de 21 de outubro de 2013. Dispõe sobre a divulgação das inscrições classificadas e desclassificadas do Edital de Divulgação N.º 02 de 05 de novembro de 2012, Prêmio culturas populares, edição 100 anos de Mazzaropi - a cultura popular no cinema. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 out. 2013, Seção 1. Disponível em:<<http://www.cultura.gov.br/documents/10901/970834/Port.n%C2%B036-Divulga+classificados+e+desclassificados-Mazzaropi.pdf/7d6e58a7-7bb0-410e-8388-55df30f450a3>>. Acesso em: 23. set. 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas**. Brasília: SEPPIR, 2013a.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Relatório de gestão 2012**. Brasília: SEPPIR, 2013b.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Situação social da população negra por estado**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014.

BRASIL. Presidência de República. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. **Programa Brasil Quilombola. Eixo 3: Desenvolvimento local e inclusão produtiva**. 2014. Disponível em:<<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pbq/index.vm?eixo=3>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Pleno: Quilombolas: pedido de vista suspende julgamento da ADI 3239**. Brasília: STF, 2012. 5 vídeos, 2h35min22, sonoro, sem legenda. Disponível em:<<https://www.youtube.com/user/STF/search?query=Pleno%3A+Quilombolas%3A+pedido+de+vista+suspende+julgamento+da+ADI+3239>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRETAS, M. B. A. S. Televisão. In: CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. da T. (Org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. cap. 6, p. 89-100.

BROOKES, B. C. The foundations of Information Science. **Journal of Information Science**, Amsterdam, v. 2, p. 125-133, 1980.

BUBER, M. **Sobre Comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BUCCI, E. **Brasil em tempo de TV**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em:<<https://pdfs.semanticscholar.org/b3d4/d7980d6a628b503003ef4e7763a93544508e.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BUFREM, L. S.; NASCIMENTO, B. S. do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 199-214, dez. 2012.

BUFREM, L. S.; SANTOS, S. de F. O uso metodológico da etnografia: relevância no conhecimento da ciência da informação. In: CONGRESO ISKO-ESPAÑA, 9., 2009, Valencia, Espanha. **Anais...** Valencia, Espanha, 2009. p. 417-435. Disponível em:<http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/348-362_Santiago-Bufrem.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMARGO, C. L. **TelessaúdeBA - Webpalestra: Promoção da Saúde em Comunidades Quilombolas**, 11 jan. 2017. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=uEDrIqEQIUA>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CAMPELLO, B. S. Fontes de informação utilitária em bibliotecas públicas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 22, n.1, p.35-46, 1998.

CANELA, G.; NASCIMENTO, S. (Coord.) **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília, DF: ANDI, 2009.

CANTENHEDE, D. **Liderança feminina no quilombo de Itamatatiua, no município de Alcântara – MA**. 2006. Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

CANTANHEDE FILHO, A. **Tamatatiua: relatório antropológico**. São Luís: Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, 1997.

CAPPELLETTI, P.; MARTINELLI, M. **Animare la città. Percorsi di community building**. Trento, Itália: Erickson, 2010.

CAPURRO, R. **Epistemologia e ciência da informação**. 2003. Disponível em:<http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 08 jun. 2016.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, abr. 2007. Disponível em:<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

CARDOSO, A. M. P. Pós-modernidade e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.63-80, jan./jun. 1996.

CARIBÉ, R. C. do V.; PINTO, A. A.; DIOGENES, F. C. B. Necessidades de informação do Gênero Mulher no Distrito Federal, Brasil: resultado de um survey. **Revista Digital de**

Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 13, n. 2, p. 418-436, maio/ago. 2015. Disponível em:
<<http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8635039>>. Acesso em: 31 maio. 2016.

CARNEIRO, E. **Religiões negras**: notas de etnografia religiosa, **Negros bantos**: notas de etnografia religiosa e de folclore. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira; Brasília: INL, 1981.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n. 49, p. 117-132, dez. 2003.

CARRAHER, D. W. **Senso Crítico**: do dia-a-dia às ciências humanas. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

CARREIRA, D.; AJAMIL, M.; MOREIRA, T. **Mudando o mundo**: a liderança feminina no século 21. São Paulo: Cortez: Rede Mulher de Educação, 2001.

CARTO. **Quilombolas 1**. 2015. Disponível em:
<https://giovannyvera.carto.com/viz/3d53ce12-ae03-11e5-bb93-0e31c9be1b51/public_map>. Acesso em: 23 ago. 2017.

CARVALHO, F. C. de C. **Educação e estudos de usuários em bibliotecas universitárias brasileiras: abordagem centrada nas competências em informação**. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2008.

CARVALHO, J. J. de. (Org.). **O Quilombo do Rio das Rãs**: história, tradição, lutas. Salvador: EDUFBA, 1995.

CASIMIRO, I. M. **Empoderamento económico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local**. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 2010.

_____. **Mulheres em actividades geradoras de rendimentos**: experiências de Moçambique. Évora, 2011. Disponível em: <<http://www.cisa-as.uevora.pt/download/EncontrosEmpreendedorismo/Artigo%20de%20Isabel%20Maria%20Casimiro.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

CASIMIRO, I. M. **Paz na terra, guerra em casa**: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. 1999. 262 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003.

CHAGAS, W. F. Informação e conhecimento: quando os conteúdos pertinentes a população negra são tratados na sala de aula. In: AQUINO, M. de. A.; GARCIA, J. C. R. **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e educação da população**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. p. 83-104.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2011.

CILO, H. O celular vai ao campo. **Dinheiro rural**, São Paulo, n. 93, 07 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.dinheiorural.com.br/secao/agroeconomia/o-celular-vai-ao-campo>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

CINQUENTA e três milhões de brasileiros não possuem conta bancária e acesso ao crédito, 30 set. 2013. Disponível em: <<http://www.contrafcut.org.br/noticias/53-milhoes-de-brasileiros-nao-possuem-conta-bancaria-e-acesso-ao-credito-0c1a>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

COSTA, A. J. R. CEBs e povo negro no Maranhão. **IX Intereclesial, Cartilha: CEBS vida e esperança nas massas**, São Luís, 1997. Disponível em: <<http://ospiti.peacelink.it/zumbi/memoria/9cebs/cartilha/ma4-negr.html>>. Acesso em: 10 out. 2015.

COSTA, F. Pará tem maior percentual dos que se declaram pretos ou pardos, diz estudo. **G1**, Brasília, 05 nov. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CRAWFORD, S. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 13, p. 61–81, 1978.

CRONIN, B. The sociological turn in information science. **Journal of Information Science**, v. 34, p. 465-475, 2008.

CRUZ, F. W. et. al. Um modelo para mapeamento de necessidades e usos de informação musical. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 207-227, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n2/13.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

CRUZ, K. C. M. dos S. O papel da educação do campo na construção do desenvolvimento rural: uma proposta de agenda para a pesquisa a partir das dimensões de gênero e raça na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: Sober, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/605.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

CRUZ, M. J. Breve histórico do Movimento Negro no Maranhão. In: CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO. São Luís: CCN, 2009. Disponível em: <<http://ccnma.org.br/index.php/about/historico-ccn>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CRUZ, T. A. **Um estudo comparado das relações ambientais de mulheres da Floresta do Vale do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola), 1980 – 2010**. 2012. 367f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CUNHA, M. B. da, AMARAL, S. A. do; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

DAVENPORT, T. H.; PRUZAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DERR, R. L. A conceptual analysis of information need. **Information Processing and Management**, v. 19, n. 5, p. 273-278, 1983.

DEL PRIORE, M. **Ao Sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colonial. 1990. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e Cidadania assistida**. São Paulo: Autores Associados, 1995.

DIAS, K. C. de O.; LIMA, F. R. A. de. Levantamento das produções sobre mulheres e relações de gênero nos artigos de periódicos em ciência da informação. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (EREBD), 15, Juazeiro do Norte, 2012. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2166/1356>>. Acesso em 20. jul. 2016.

DU MONT, R. R. Ethics in librarianship: a management model. **Library Trends**, v. 40, n. 2, p. 201-15, 1991.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123/104>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

EGGERT, G. **A informação no cotidiano do sujeito**: mulher feminino. 117f. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1992.

ELIAS, A.; KARIPPAI, R. S.. Access to and utilization of development information by rural women in Dire Dawa administrative council, Eastern Ethiopia, **Journal of Agricultural Extension and Rural Development**, v. 6, n. 6, p. 201-208, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.academicjournals.org/journal/JAERD/article-full-text-pdf/32D798645177>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

EM 2016 chuvas ficaram 30 abaixo da média no maranhão. **O Imparcial**. 04 jan. 2017. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2017/01/em-2016-chuvas-ficaram-30-abaixo-da-media-no-maranhao/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

EMPODERAMENTO. In: GLOSSÁRIO social. [Rio de Janeiro]: Comunicarte, 2004. Disponível em: <http://www.comunicarte.com.br/glossario_social.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FARIAS, M. G. G. **Análise da produção, implementação e avaliação de um modelo de mediação da informação no contexto de uma comunidade urbana**. 2014. 296f. Tese

(Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FERREIRA, R. **Nas tramas de Itamatatua:** representações sociais, práticas de saúde e as trocas comunicativas dos filhos de Santa Teresa. 2012. 194f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____; OLIVEIRA, D. C. de. **Eu e Tu em Itamatatua:** entendendo a saúde através da cultura. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO E SAÚDE, 12. 2009. Disponível em: <https://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/f/f9/19-Comsaude_2009_-_Eu_e_Tu.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

FERREIRA, S. M. S. P. **Estudo de necessidades de informação:** dos paradigmas tradicionais à abordagem Sense-Making. Porto Alegre, 1997.

FERREIRA, V. S. **O Impacto do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres de Santiago do Iguape – Comunidade Quilombola da Cidade de Cachoeira – BA.** 2012. 87 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2012.

FERRETTI, M. **Pajelança do Maranhão no século XIX, o processo de Amélia Rosa.** São Luís: CMF/FAPEMA, 2004.

FERRETTI, S. F. **Repensando o sincretismo.** São Paulo: Editora da USP, 1995.

FERRETTI, S. F. (Org.). **Tambor de Crioula:** ritual e espetáculo. 3. ed. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002.

_____; FERRETTI, M. R. Transe nas religiões afro-brasileiras do Maranhão. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 2, n. 1, p. 106-127, jan./jun. 2000. Disponível em: <[http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%20\(5\).pdf](http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%20(5).pdf)>. Acesso em: 16 set. 2017.

FIABANI, A. As comunidades negras rurais brasileiras e a luta pela terra. **Revista Estudos**, p. 49-59, jun. 2010. Edição especial. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/restudios/article/view/9426/10164>>. Acesso em: 12. fev. 2016.

_____. **Os novos quilombos:** luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]. 2008. 275f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

_____. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra. **Revista Estudos históricos**, n. 2, ago. 2009. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion_2/adelmir_fabiani.pdf>. Acesso em: 11. fev. 2016.

FIGUEIREDO, N. M. de. **Estudo de uso e usuários da informação.** Brasília: Ibict, 1994.

_____. **Textos avançados em referência e informação.** São Paulo: Polis, 1996.

FIRESTONE, W.A.; DAWSON, J.A. To Ethnograph or not to ethnograph? Varieties of qualitative research in education. **Research for Better Schools**. Philadelphia, PA: Research for Better Schools, 1981.

FLORES, E. C.; CAVALCANTI, J. D. S. Democracia partida: sociedade da informação de população negra. In: AQUINO, M. de. A.; GARCIA, J. C. R. **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e educação da população**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. p. 83-104.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FREIRE, I. M. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. 166f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Reflexões sobre uma ética da informação na sociedade em rede. **Ponto de Acesso**, v.4, n.3, p.113-133, 2010. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4518/3567>>. Acesso em: 22 jun.2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, D. A. Saúde da população quilombola. **Unidade de Telessaúde - HUPAA**, 2 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VYsZZE3QnHs>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FUNARI, P. P.; CARVALHO, A. C. **Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (crqs)**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/QUADRO-RESUMO.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

FURTADO, M. B.; PEDROZA, R. L. S.; ALVES, C. B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100012>. Acesso em: 20 mar. 2018.

GAMEIRO, A. H.; GAMEIRO, M. B. P.; KLAFKE, T. **O potencial do rádio como fonte de informação técnica para a agropecuária**. São Paulo, p. 52-56, 2008. Disponível em: <http://paineira.usp.br/lae/wp-content/uploads/2017/02/2008_Gameiro_Gameiro.pdf>. Acesso em: 20. ago. 2017.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G.; DANTAS, E. R. F. Conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 17, n.1, p. 1-25, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12309>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

GASQUE, K. C. G. D.; COSTA, S. M. de S. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 1, jan./abr. 2010, p. 21-32. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n1/v39n1a02.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIANOTTEN, V.; WIT, T. de. Pesquisa participante em um contexto de economia camponesa. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 158-188.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: SECAD, MEC, 2005.

GOMES, P. G. **As mulheres do sector informal: experiências da Guiné-Bissau**. Évora, 2008. Disponível em: <<http://www.cisa-as.uevora.pt/download/EncontrosEmpreendedorismo/Artigo%20de%20Patricia%20Gomes.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 67-80.

GONÇALVES, A. C. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUILOMBOLAS: a construção da cidadania na comunidade remanescente de quilombo do Baú**, 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

GONÇALVES, S. da R. V. Interesses mercadológicos: e o “novo” ensino médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/753>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GRIJÓ, W. P. Comunicação e Cultura: a comunicação oral como instrumento de construção da identidade negra. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, Ponta Grossa, PR, v. 6, n. 12, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/640>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. **Mediações quilombolas: apropriações étnicas na recepção de telenovelas**. 2014. 285 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

_____. **Mídia e Cultura: um estudo da televisão e da identidade no quilombo de Itamatatua**. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pós- Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Góias, Goiânia, 2010.

GROSSI, P. K. Mulheres quilombolas e o acesso às políticas públicas: desafios na sociedade contemporânea. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais...** Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497876163_ARQUIVO_artigo_mulheresquilombolasfazendogenero2017.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

GUERRA, L. H. Memória e etnicidade no Quilombo Ilê Axé Oyá Meguê. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 3, p. 284-291, set./dez. 2011.

GUIMARÃES, A. de M. Internet. In: CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. da T. (Org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. cap. 10, p. 159-178.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPA, 1997.

HARRIS, K. Cidadania e localidade na sociedade em rede: criando riqueza da diversidade. AQUINO, M. de A. (Org.) **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: ed. Universitária, p. 49-59, 2002.

HAY, M. J.; STICHTER, S. (Ed.). **African women south of the Sahara**. London, New York: Longman, 1984.

HJØRLAND, B. Epistemology and the Socio-Cognitive Perspective in Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [S.l.], v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002.

_____. Principia informatica: foundational theory of information and principles of information services. In.: Emeerging frameworks and methods: proceedings of the fourth conference on conceptions of library and information science. Colorado: Libraires Unlimited, 2003.

_____; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v.46, n.6, p.400-425, 1995.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2007, Florianópolis. **Anais...** Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

HOSSAIN, A.; ISLAM, S.. Information needs of rural women: a study of tree villages of Bangladesh. **Library Philosophy and Practice**. 693. 2012. Disponível em:<<https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1767&context=libphilprac>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ÍNDICE de desenvolvimento humano municipal brasileiro. Brasília: PNUD; Ipea; FJP, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@:** Maranhão, Alcântara. 2013. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=_PT&codmun=210020&search=maranhao|alcantara|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 12 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero:** uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios:** acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal - 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. Disponível em:<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99054.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua TIC 2016:** 94,2% das pessoas que utilizaram a Internet o fizeram para trocar mensagens. Rio de Janeiro: Agência IBGE Notícias, 2018. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens.html>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIS 2016:** 67,7% dos idosos ocupados começaram a trabalhar com até 14 anos. Rio de Janeiro: Agência IBGE Notícias, 2016b. Disponível em:<<http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/9487-sis-2016-67-7-dos-idosos-ocupados-comecaram-a-trabalhar-com-ate-14-anos.html>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Quilombolas.** [S. l.: s. n.], [20--]. Disponível em:<<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em: 16 maio. 2016.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (ITU). **Press Release:** ITU releases 2016 ICT figures..., 2016. Disponível em:<<https://www.itu.int/en/mediacentre/pages/2016-PR30.aspx>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

JESUS, V. G. dos S. de; JESUS, A. de.; SILVA, H. F. da. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na comunidade quilombola Lagoa da Pedra, Arraias-TO, **Revista Interface**, Porto Nacional, v. 4, n. 4, p. 53-63, maio. 2012. Disponível em:<<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/358>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

KABEER, N. **The power of association: reflecting on women's collective action as a force for social change.** [2013?]. Disponível em:<http://ukfeminista.org.uk/wp-content/uploads/2012/07/Naila-Kabeer_The-power-of-association.pdf>. Acesso em: 24. jul. 2015.

KLEIN, Otavio J. Para compreender o protagonismo social na construção do telejornalismo em rede. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXII, 2009, Curitiba. **Anais...**, Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009.

LE COADIC, Y. -F. **A Ciência da Informação**. Tradução Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LECKIE, G. J; PETTIGREW, K. E.; SYLVAIN, C. Modeling the Information Seeking of Professionals: a general model derived from research on engineers, health care professionals, and Lawyers. **The Library Quarterly**, v. 66, n. 2, p. 161–193, abr. 1996.

LEITE, F. **A questão ancestral: África negra**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em:<file:///C:/Users/Cleyciane/Downloads/Vol_iv_N2_333-354.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

LEITE, S. C. C. Do Centro de Cultura Negra do Maranhão. **Cad. Pesq.**, n. 63, p. 110-112, nov. 1987. Disponível em:<http://ccnma.org.br/index.php/about/historico-ccn>. Acesso em: 20 fev. 2016.

LÉO NETO, N. A. **Mulheres que ousam lutar: a construção da identidade como mulher quilombola**. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA E NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17., 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em:<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/164/75>. Acesso em: 03 mar. 2016.

LÉON, M. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá, nov. 2013. Disponível em:<https://mujeresforjadorasdedesarrollo.files.wordpress.com/2013/11/m-lec3b3n-versic3b3n-final-nov-10-2013.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

LIMA, C. de. **A Festa do Divino Espírito Santo de Alcântara: Maranhão**. 2. ed. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, Grupo de Trabalho de Alcântara, 1988.

LIMA, C. de B. **Identidades afrodescendentes acesso e democratização da informação na Cibercultura**. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

LIMA, C. R. M. de. **Conselhos de Saúde: informação, poder e política social**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

LIMA, J. A. **Comunidades carentes, lugares da não informação**. 2006. 164 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LIMA, O. C. **A Casa de nagô, tradição religiosa ioruba no Maranhão**. São Luís: UFMA/Corsup, 1981.

LOPES, A. **Alcântara: subsídios para a história da cidade**. 2 ed. São Paulo: Siciliano, 2002.

MAESTRI, M. **História da África Negra pré-colonial**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

MALHEIRO, A. M. P. A. **A Escravidão no Brasil**: ensaio histórico-jurídico-social. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014. Publicado originalmente em 1866.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 25., **Anais...** Florianópolis: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. 2013. Não paginado. Disponível em: <http://febab.org.br/manifesto_florianopolis_portugues.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2016.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a transcrição de entrevistas. 2008. Disponível em:<http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002 116.

MARTELETO, R. M. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, M. de A. (Org.). **O Campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidade. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. cap. 6, p. 101-136.

MARTELETO, R. M.; NÓBREGA, N.; MORADO, D. Cultura informacional: demarcações de uma linha de estudos de cultura, informação e sociedade. In: ALBAGLI, S. (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013. 260p. Disponível em:<http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/319_Fronteiras%20da%20Ci%C3%A7%C3%A2ncia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf> . Acesso em: 13 jun. 2016.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, M.; ODDONE, N. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, Brasília, D.F., v. 36, n. 1, p.118-127, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/797/725>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

MARTINS, A. A. L. **Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação**. 2010. 255f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MATTA, R. O. B. Modelo de comportamento informacional de usuários: uma abordagem teórica. In: VALENTIM, M. (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. cap. 6. p. 127-142.

MATTOSO, K. M. de Q. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MCHOMBU, K.; CADBURY, N. **Libraries, literacy and poverty reduction: a key to African development**. London: Book Aid International, 2006. Disponível

em:<<http://eprints.rclis.org/10167/1/2006.MchombuK%26CadburyN.LibrariesPoverty.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MCHOMBU, K. J.; MCHOMBU, C. M. The Role of Information and Knowledge in Poverty Eradication in Africa: a case study of Namibia, **IFLA 2014 Lyon**. 2014. Disponível em:<<http://library.ifla.org/996/1/189-mchombu-en.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MEIRELES, M. M. **Dez estudos históricos**. São Luís: Alumar, 1994.

MELO, A. V. C.; ARAÚJO, E. A. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p.185-201, maio/ago. 2007. Disponível em:<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/49>>. Acesso em: 14 set. 2013.

MENOU, M. J. Cultura, informação e educação de profissionais de informação nos países em desenvolvimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em:<<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/626/630>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____.; MCHOMBU, K. Os profissionais da informação em comunidades desfavorecidas. In: VALENTIM, M. L. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. cap. 8, p.129-150.

MESCH, G. S.; TALMUD, I. Online Friendship Formation, Communication Channels, and Social Closeness. **International Journal of Internet Science**, v. 1, n. 1, p. 29-44, 2006. Disponível em: <http://www.ijis.net/ijis1_1/ijis1_1_mesch.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

MESSIAS, L. C. da S. **Informação: um estudo exploratório do conceito em periódicos científicos brasileiros da área de Ciência da Informação**. 184f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

MIELKE, A. C. Negros estão mais empoderados na internet, mas acesso ainda é desigual. **Carta Capital**, São Paulo, 21 nov. 2017. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/negros-estao-mais-empoderados-na-internet-mas-acesso-ainda-e-desigual>>. Acesso em 20 mar. 2018.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MIRANDA, A. **Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão**. Brasília: Thesaurus, 2003.

MIRANDA, C. A. S. As Mulheres quilombolas de Tijuacu-BA: vivências cotidianas, trabalho e enfrentamentos. **Cordis: Mulheres na história**, São Paulo, v. 2, n. 13, p. 109-128, jul./dez. 2014. Disponível em:<<http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/viewFile/22718/16457>>. Acesso em: 10. maio. 2016.

MIRANDA, S. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006.

_____. **Identificação de Necessidades de Informação e sua relação com Competências Informacionais:** o caso da Supervisão Indireta de Instituições Financeiras no Brasil. 297f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MIRANDA, S.V.; TARAPANOFF, K.M.A. Information needs and information competencies: a case study of the off-site supervision of financial institutions in Brazil. **Information Research**, v. 13, n. 2, jun. 2008. Disponível em:<<http://www.informationr.net/ir/13-2/paper344.html>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

MIRANDA, T. **Direito e Justiça:** Nelson Jobim quer projeto de lei para esclarecer demarcação de terras indígenas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/505451-NELSON-JOBIM-QUER-PROJETO-DE-LEI-PARA-ESCLARECER-DEMARCAÇÃO-DE-TERRAS-INDÍGENAS.html>>. Acesso em 14 maio. 2016.

MOLINA, L. G. Tecnologias de Informação e comunicação para gestão da informação e do conhecimento: proposta de uma estrutura tecnológica aplicada aos portais colaborativos. In: VALENTIM, M. (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. cap. 6, p. 143-168.

MOLINA, S. R. **A morte da tradição:** a Ordem do Carmo e os escravos de Santa contra o Império do Brasil (1850-1889). 2006. 309f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006.

MOLL, J. Reformar para retardar A lógica da mudança no EM. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 61-74, jan./jun. 2017. Disponível em:<<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/771/725>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

MOOKO, N. P. The information behaviors of rural women in Botswana. **Library and Information Science Research**, v. 27, n. 1, p. 115–127, 2005. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/222233018_The_information_behaviors_of_rural_women_in_Botswana>. Acesso em: 16 jul. 2017.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOTA, C. C. S. **Tambor em Itamatatiua:** expressão e prática social. 2004. 54 f. Monografia (Bacharel em Comunicação Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

MOURA, C. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Quilombos:** resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987.

MOVIMENTO DOS AFETADOS PELA BASE DE ALCÂNTARA. Fortalecimento e organização social, gestão territorial e ambiental de 10 comunidades no território étnico de Alcântara-MA. 2016. 21f. Não publicado.

MTEGA, W. P. Access to and usage of information among rural communities: a case study of Kilosa District Morogoro Region in Tanzania. **Partnership: The Canadian Journal of Library**

and Information Practice and Research, v. 7, n.1, p. 1-12, 2012. Disponível em:
<<https://journal.lib.uoguelph.ca/index.php/perj/article/view/1646/2462#.WU5rj-vyvIU>>.
Acesso em: 24 jun. 2017.

NASCIMENTO, A. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população Afro-brasileira. In: NASCIMENTO, E. L. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. cap. 9, p.197-218.

NASCIMENTO, E. L. (Org.) **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p. 13.

NEVES, B. C. Mediação da informação para agentes sociodigitais: o salto. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 3, 2011. Disponível em:
<<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/13360>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

NORONHA, R. **Dos quintais às prateleiras: as imagens quilombolas e a produção da louça em Itamatatuiua – Alcântara – Maranhão**. 2015. 289f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

NWAGWU, W.; AJAMA, M. Women's health information needs and information sources: a study of a rural oil palm business community in South-Western Nigeria. **Annals of Library and Information Studies**, v. 58, n. 3, p. 270-281, set. 2011. Disponível em:<<http://nopr.niscair.res.in/bitstream/123456789/12844/1/ALIS%2058%283%29%20270-281.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

OLGA Simão participa da titulação do Tambor de Crioula. **Imirante.com**. São Luís, 12 dez. 2012. Disponível em:<<http://imirante.com/sao-luis/noticias/2012/12/12/olga-simao-participa-da-titulacao-do-tambor-de-crioula.shtml>>. Acesso em: 22 out. 2017.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos,técnicas e características. **Revista Travessias**, 2008. Disponível em:< <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

OLIVEIRA, F. M. B. de. **Mobilizando oportunidades: estado, ação coletiva e o recente movimento social quilombola**. 2009. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, H. P. C. de. **Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto A Cor da Cultura**. 2010. 138f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

OLIVEIRA, L. A. de. (Org.). **Quilombos: a hora e a vez dos sobreviventes**. São Paulo: Comissão Pró Índio de São Paulo, 2001.

OLTRAMARI, L.; KAWAHALA, E. Discriminação, educação e identidade. In: LIMA, Ivan Costa, ROMÃO, Jeruse, SILVEIRA, Sonia Maria (Orgs.). **Os negros, os conteúdos escolares e a diversidade cultural**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1998. cap. 1, p. 12-24. (Série Pensamento Negro em Educação, 4).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agência da ONU elogia Brasil por avanços na promoção do acesso à tecnologia e à internet**, 01 dez. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia-da-onu-elogia-brasil-por-avancos-na-promocao-do-acesso-a-tecnologia-e-a-internet/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

OSÓRIO, C.; MEJIA, M. **As relações sociais de poder: um estudo nas províncias de Inhambane e Nampula**. Maputo, Moçambique: CARE Internacional, 2006.

PACHECO, C. de M. dos S. Tambor de crioula do Maranhão. **Revista Científica Ciência em Curso**, Palhoça, SC, v. 3, n. 1, p. 69-74, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/ciencia_curso/article/view/1880/1348>. Acesso em: 06 set. 2017.

PAPALIA, D. E., FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre : AMGH, 2013.

PEDROSA, L. A. C. **A questão agrária no Maranhão**. [São Luís]: [s.n.], [199-?]. Disponível em: <<http://abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

PELLEGRINI, M. PEC 215 é aprovada em comissão da Câmara: Quais os próximos passos? **CartaCapital**, São Paulo, out. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/pec-215-e-aprovada-em-comissao-da-camara-quais-os-proximos-passos-6520.html>>. Acesso em: 20. fev. 2016.

PEREIRA, C. C. M. **Mitos da cultura africana: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatua**. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

PEREIRA JÚNIOR, D. **Territorialidades e identidades coletivas: uma etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense**. 2012. 151f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L. G. de; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 47-96.

PINHEIRO, L. V. R. Ciência da informação e sociedade: uma relação delicada entre a fome de saber e de viver. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. Responsabilidade social da Ciência da Informação [trabalhos apresentados]. Organização de Gustavo Henrique de Araújo Freire. João Pessoa: UFPB, 2009. p. 1-20. Disponível

em:<<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/73/1/LenaResponsabilidadeSocial2009E NANCIB.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

PINTO, B. C. de M. **Nas Veredas da sobrevivência:** memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos. Belém: Paka-Tatu, 2004.

PLATT, J. R. The Fifth need of man. **Horizon**, Tuscaloosa-AL, v. 1, n. 6, p. 106, 1959.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Mapa do Maranhão.** 2016. Disponível em:<<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/mapa-do-maranhao/index.php>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

PRADO, R. **Todo ano tem as festas na estrutura social camponesa.** 1977. 244 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

PRADO, R. de P. S. **Todo ano tem: as festas na estrutura social camponesa:** São Luís: EDUFMA. 2007.

PRIOSTE, F. G. V. Corte na carne negra: Política de titulação de territórios quilombolas tem encolhimento orçamentário de 80% em 2016. 2016. **Terras de Direitos:** Organização de Direitos Humanos. Disponível em:< <http://terradedireitos.org.br/2016/02/22/corte-na-carne-negra-politica-de-titulacao-de-territorios-quilombolas-tem-encolhimento-orcamentario-de-80-para-2016/>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

_____. Quilombo no STF: Julgamento histórico do direito ao território das comunidades quilombolas. 2012. **Terras de Direitos:** Organização de Direitos Humanos. Disponível em:<<http://terradedireitos.org.br/2012/04/13/quilombo-no-stf-julgamento-historico-do-direito-ao-territorio-das-comunidades-quilombolas/>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. (coleção Biblioteca básica de ciências sociais. Série 2. Textos; v. 7).

QUILOMBOLAS atingidos pela Base Espacial de Alcântara. São Luís: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2007. (Série Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos, n. 10).

QUILOMBOS: comunidades esquecidas no Jequitinhonha pedem água. FAMA 2018, 11 out. 2017. Disponível em:<<http://www.fenae.org.br/portal/fama-2018/noticias/quilombos-comunidades-esquecidas-no-jequitinhonha-pedem-agua.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais.** 3 ed. Lisboa: Gradiva Publicações, 2003.

RAMOS, A. **O negro brasileiro:** etnografia religiosa e psicanálise. 2 ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

RAMOS, D. O quilombismo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 164-192.

REIS, A. S. dos; SILVA, A. S. da; MASSENSINI, R. L. Informação e cidadania: conceitos e saberes necessários à ação. In: MOURA, M. A. (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2011. cap. 1, p. 16-24.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

REIS, M. das G. O. **Filhos da Santa, terras de negro numa arqueologia quilombola: as dinâmicas de um território chamado Itamatatiua**. 190 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) - Instituto Politécnico de Tomar – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2010.

REZENDE, H.A de; COCCO, M.I.M. A utilização de fitoterapia no cotidiano de uma população rural. **Revista da Escola de Enfermagem, USP**, v. 36, n. 3, p. 282-288, jul. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v36n3/v36n3a10.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da ciência da informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas**. 4.ed. Brasília: Edição do Autor, 2005.

ROCHA, A. L. C. da.; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. **Revista Iluminuras**, v. 9, n. 21, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301/5371>>. Acesso em: 02 maio. 2018.

RODRIGUES, C.; BLATTMANN, U. Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 3, p. 4-29, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000300002&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 02. ago. 2017.

RODRIGUES, L. P. **QUILOMBO BOM JESUS DOS PRETOS: reminiscências e alterações nas práticas de geração de renda e de consumo**. 2013. 142f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

SÁ, L. M. **O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense**. 1975. 154f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

_____. **O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2007.

SALEH, A. G.; LASISI, F. I. Information Needs and Information Seeking Behavior of Rural Women in Borno State, Nigeria. **Library Philosophy and Practice (e-journal)**, 2011.

Disponível

em:<<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1657&context=libphilprac>>.

Acesso em: 16 jul. 2017.

SALES, C. DE M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos.

Estudos Feministas, Florianópolis, v.15, n.2, p. 437-443, maio/ago. 2007. Disponível

em:<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a10v15n2.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

SANGER, D. dos S. **Abolição das desigualdades:** ações afirmativas no Ensino Superior.

2009. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em

Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANTA Teresa D'Ávila de Jesus. Disponível

em:<<http://www.cancaonova.com/portal/canais/santodia/?mes=10&dia=15>>. Acesso em: 22

ago. 2010.

SANTANA, J. M. S. de. **Territorialidade Quilombola:** um olhar sobre o papel feminino em

Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande, PB. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –

Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências

Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SANTO, P. E. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317- 332, jul./dez. 2008. Disponível

em:<<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/6389/4744>>. Acesso em: 20

nov. 2012.

SANTOS, B. de S. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitanismo

multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, J. B. dos. O conceito de Quilombos: distância entre a academia e os quilombolas.

Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 28 Jul. 2009. Disponível em:

<<http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/4023-o-conceito-de-quilombos-distancia-entre-a-academia-e-os-quilombolas.html>>.

Acesso em: 27

maio. 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo:

Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. Pesquisa reforça preconceito, diz geógrafo. **Folha de S. Paulo**, p. 8, São Paulo, 1995. Caderno Especial Domingo. Disponível

em:<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/25/caderno_especial/25.html>. Acesso em 28

fev. 2016.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6.

ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, S. A. dos. **A recepção como produção de sentido na comunicação:** a recepção televisiva na Comunidade afrodescendente de Itamatatua. 2007. 56 f. Monografia (Bacharel em Radialismo) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

SANTOS, C. A. dos; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de; BELLUZZO, R. C. B. Ações educacionais de mediação da informação e da competência em informação (CoInfo) como fatores de interferência na realidade social. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO, 2., 2015, Marília. **Anais...**Marília: Unesp, UEL, 2015. Disponível em:<<http://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIEPIM/IIEPIM/paper/viewFile/33/43>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SANTOS, G.; REIS, M.; OOSTERBEEK, L. Quilombos e globalização: um estudo arqueológico sobre identidades e mecanismo de adaptação. **Agora**, Portugal, 28 . fev. 2010. Disponível em:<http://projetoportoseguro-maranhao.blogspot.com/2010/02/quilombos-e-globalizacao-um-estudo_28.html>. Acesso em: 20 jul. 2010.

SÃO Luís ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem, Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura, Vivienda, 2008.

SEMEDO, M. O. da C. S. **As Mandjuandadi:** cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura. 451 f. 2010. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) – Programa de Letras e Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SERAFIM, L. A.; FREIRE, G. H. de A. Ações de responsabilidade social para competências em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 3, p. 155-173, jul./set. 2012.

SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977. Disponível em:<<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/92/92>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SILVA, C. B. R. da. **Da terra das primaveras à ilha do amor:** reggae, lazer e identidade cultural. São Luís: Pitomba, 2016.

SILVA, E. O contributo da mediação da informação para construção do conhecimento em ambientes organizacionais. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO, 2., 2015, Marília. **Anais...**Marília: Unesp, UEL, 2015a. Disponível em:<<http://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIEPIM/IIEPIM/paper/viewFile/19/64>>. Acesso em: 20. jan. 2016.

SILVA, J. C. C. da. **Comunidades quilombolas, etnopobreza e assistência social:** ressignificações do “ser pobre” em Ariquipá – MA. 227 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

SILVA, J. L. C. Percepções conceituais sobre mediação da informação, **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015b. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731/96288>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

SILVA, J. L. C; FARIAS, M. G. G. Reflexões teóricas sobre a construção paradigmática da Ciência da Informação: considerações acerca do (s) paradigma (s) cognitivo (s) e social.

Biblios, n. 51, p. 42-56, 2013. Disponível

em:<<https://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/89/165>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

SILVA, L. K. R. da; AQUINO, M. de A. **Fontes de informação na web: apropriação, uso e disseminação da informação étnico-racial no Movimento negro da Paraíba**. Disponível

em:<<http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QQK.pdf>>. Acesso em: 21. out. 2013.

SISTEMA de Informação de Atenção Básica. Consolidado das Famílias Cadastradas do ano de 2010, 2010. Alcântara: Secretaria Municipal de Saúde, 2010. 1f. Não publicado.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOUZA, E. R. de et. al. Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. In: MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. de (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

SOUZA, P. B. de S.; ARAÚJO, K. A. **A Mulher quilombola: da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas**. 2014. Disponível

em:<<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=e0433ffcc207263b>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

SUAIDEN, E. J. Leitura e biblioteca em sociedade marcada pelas desigualdades sociais.

Ponto de Acesso, Salvador, v. 8, n. 2, p. 3-23, ago. 2014. Disponível

em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/11955/8598>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

SUMÁRIO executivo: pesquisa de avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas. Brasília: FEC-UFF; DataUFF, 2013.

SYMANSKI, L. C. P. Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). **História Unisinos**, v. 14, n. 3, p. 294-310, set./dez. 2010.

Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4728/1953>>.

Acesso em: 20 mar. 2016.

TARGINO, M. das G. Biblioteconomia, Informação e Cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1991.

TAYLOR, R. S. Question-negotiation and information seeking in libraries. **College and Research Libraries**, v. 29, p. 178–194, 1968.

TERRAS de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento. São Luís: SMDH/PVN, 2002.

THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

TIBURCIO, B. A.; VALENTE, A. L. E. F. O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em Território Kalunga (GO). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 497-519, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/10.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2018.

TRIPP, A. M. Women and politics in Africa today. **Democracy in África**, [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://democracyinafrica.org/women-politics-africa-today/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

TV é o meio preferido de 63% dos brasileiros para se informar, e internet de 26%, diz pesquisa. **G1**, São Paulo, 15 mar. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/tv-e-o-meio-preferido-por-63-dos-brasileiros-para-se-informar-e-internet-por-26-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 5. ago. 2017.

UKACHI, N.B. Information needs, sources and information seeking behaviour of rural women in Badagry, Lagos, Nigeria. **Information Trends**, v. 4/5, p. 14-23, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/276145130_INFORMATION_NEEDS_SOURCES_AND_INFORMATION_SEEKING_BEHAVIOUR_OF_RURAL_WOMEN_IN_BADAGRY_LAGOS_NIGERIA>. Acesso em: 24 jun. 2017.

VAN DER VAEREN, Aguessy. Les femmes commer.antes au détail sur les Marchés Dakarois. In: LLOYD, P.C. (Ed.) **The new elites of tropical Africa**. London: Oxford University Press, 1966.

VAZ, J. E. P. F.. Reflexões sobre a Emenda Constitucional 64/2010. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 75, abr. 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7607>. Acesso em: 07. jan. 2018.

VERDUM, R. Sobre o Orçamento Quilombola, **Contas Abertas**, São Paulo, 2011. Entrevista concedida por Ricardo Verdum a Contas Abertas. Disponível em <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/Sobre%20o%20orcamento%20quilombola.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

VIEGAS, D. P.; VARGA, I. D. Promoção à saúde da mulher negra no povoado Castelo, Município de Alcântara, Maranhão, Brasil. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 25, n. 3, p. 619-630, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00619.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

VIVEIROS, J. de. **Alcântara: no seu passado econômico, social e político**. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

WANDERLEY, A. C. C. **A Construção de identidade das Irmandades do Rosário do Alto do Sertão Paraibano**. 2009. 249 f. Tese (Doutorado em Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

WEDDERBURN, C. M. Do marco histórico das políticas públicas de ações afirmativas perspectivas e considerações. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada e Diversidade, 2005.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v.1, n.1, p.18-27, mar./jun. 2010. Disponível em:<<https://abpn1.websiteseuro.com/Revista/index.php/edicoes/article/view/20/10>>. Acesso em: 24 nov. 2015

WERSIG, Gernot; NEVELING, U. The phenomena of interest to information Science, **The information Scientist**, v. 9, n. 4, 1975.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, v. 31, n. 1, p. 3-15, 1981. Disponível em:<<https://pdfs.semanticscholar.org/c402/314407034f3670ce1db0a41d07cee0349a1e.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

_____. Information behaviour: an interdisciplinary perspective. **Information Proceeding and Management**, v. 33, n. 4, p. 551-572, 1997. Disponível em:<<http://informationr.net/tdw/publ/infbehav/cont.html>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

_____. Models in information behaviour research. **The Journal of documentation**, v. 55, n. 3, p. 249-270, 1999. Disponível em:<http://www2.hawaii.edu/~donnab/lis610/TDWilson_Only_1999.pdf.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2016.

_____. Human information behavior. **Informing Science**, v. 3, n. 2, p. 49-53, 2000. Disponível em:<<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0306457397000289>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de autorização para pesquisa na Comunidade

Termo de Autorização

ITAMATATIUA (MA), 27 de fevereiro de 20 15

Eu, Neide de Jesus, RG.: _____, representante da Comunidade de Itamatatiua, localizada no Município de Alcântara, Maranhão, declaro para os devidos fins que cedo os direitos das entrevistas (áudio, vídeo e transcrições), gravadas para Cleyciane Cássia Moreira Pereira, pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou limites de citação, desde a presente data na sua pesquisa. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle à Cleyciane Cássia Moreira Pereira que tem a guarda da mesma.

Neide de Jesus

APÊNDICE B - Ficha de informante

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

FICHA DE INFORMANTE

Data da entrevista: _____**Nº da entrevista:** _____**Duração:** _____**Gênero:** Masculino Feminino**Nome:** _____**Nasc.:** _____**Idade:** _____**Estado civil:** _____**Escolaridade:** Nunca frequentou escola Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental completo Ensino médio incompleto Ensino médio completo Técnico incompleto Técnico completo Graduação**Ocupação:** _____**Religião:** _____**Renda:** _____

Pais: _____

Esposo: _____

Filhos: _____

Irmãos: _____

Avós (maternos): _____

Avós (paternos): _____

Observações: _____

Possui:

Rádio () Sim () Não: _____

a) Se sim, quanto tempo usa diariamente? _____

b) Faixas? _____

c) Programas? _____

Televisão () Sim () Não _____

Internet () Sim () Não _____

Se sim.

a) Banda larga fixa () Sim () Não

b) Usa internet pelo celular () Sim () Não: _____

Celular () Sim () Não _____

a) Realizou recarga no mês anterior () Sim () Não

b) Função () Internet

() Ligação

Telerrural () Sim () Não _____

a) Realizou recarga no mês anterior () Sim () Não

TV a cabo ou por assinatura () Sim () Não _____

Computador () Sim () Não

Já frequentou alguma biblioteca? () Sim () Não

Frequenta biblioteca? () Sim () Não

Conhece alguma biblioteca? () Sim () Não

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semiestruturada

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

TIPO DE ENTREVISTA: Entrevista semi-estruturada

OBJETIVO: Análise das necessidades informacionais das mulheres itamatatiuenses.

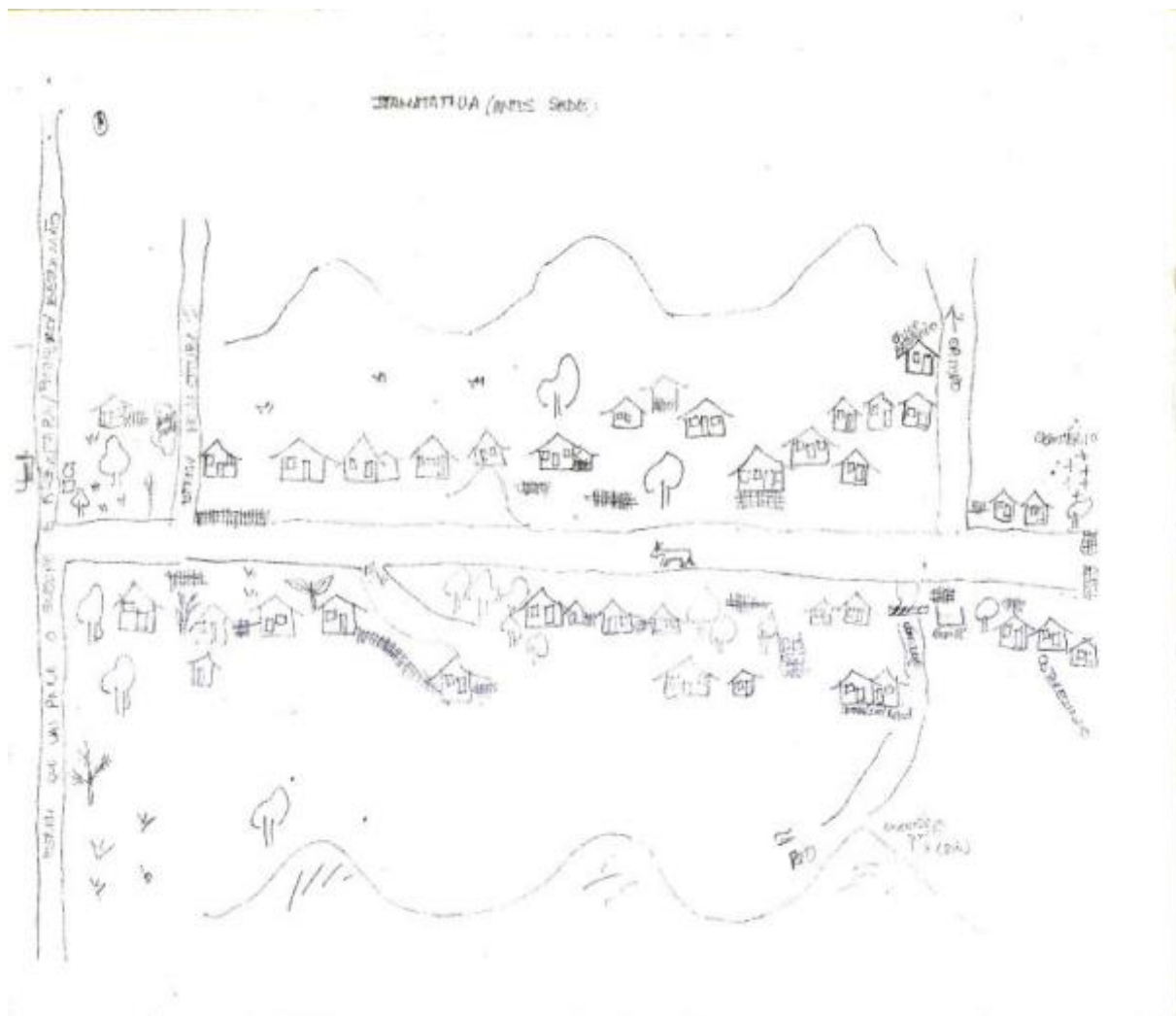
1) O que você entende por informação?

2) Qual motivo leva você a buscar por uma informação?

3) Quais são suas necessidades de informação?

4) Quais recursos você usa para obter sua informação?

ANEXOS

ANEXO A – Croqui¹⁴⁷ da Comunidade de Itamatatiua

¹⁴⁷ Croqui elaborado por Milena Reis.

